

2º CICLO
MESTRADO EM MUSEOLOGIA

Património Escolar do Ensino Primário e coleções nos Museus do Norte de Portugal

Marta Fontoura Miranda

M

2019



Marta Fontoura Miranda

**Património Escolar do Ensino Primário e coleções nos Museus do
Norte de Portugal**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Museologia, orientada pela Professora
Doutora Alice Lucas Semedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2019

Património Escolar do Ensino Primário e coleções nos Museus do Norte de Portugal

Marta Raquel Fontoura Miranda

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Museologia, orientada pela Professora
Doutora Alice Lucas Semedo

Membros do Júri

Professora Doutora Paula Menino Homem
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Sofia Marín-Cepeda
Facultad de Educación y Trabajo Social – Universidad de Valladolid

Professora Doutora Alice Lucas Semedo
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

*Aos professores e aos museólogos, que este trabalho seja
um ponto de partida para o desenvolvimento de diálogos e de
novos projetos.*

Sumário

Declaração de honra	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Índice de ilustrações.....	1
Índice de quadros	2
Índice de gráficos	3
Lista de abreviaturas e siglas.....	4
Introdução	6
I. Investigação, Educação e Património	9
1. O Ensino Primário em Portugal (1759-1975).....	9
2. O Património Escolar	15
3. Mapeamento de trabalhos científicos “Património Escolar do Ensino Primário”	35
3.1. Definição de descritores de pesquisa	35
3.2. Realização de pesquisa e recolha de informação para base de dados.....	36
3.3. Análise de dados	38
II. Património Escolar do Ensino Primário em Coleções de Museus do Norte de Portugal	48
1. Património Escolar entre escolas e Museus	48
2. Investigação de Coleções de Património Escolar nos Museus do Norte de Portugal	62
2.1 Planeamento.....	63
2.2 Trabalho de campo.....	64
2.3 Análise de resultados	66
Considerações finais.....	75
Referências bibliográficas	78
Lista de Apêndices	84
Lista de Anexos	145

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho/dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Mirandela, setembro de 2019

Marta Raquel Fontoura Miranda

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora, Professora Alice Semedo, que sempre me motivou e orientou, apesar dos meus constantes avanços e recuos.

Obrigada.

Agradeço a participação a todos os profissionais dos museus abordados.

Agradeço à Secretaria Geral da Educação, em particular à Dr.^a Maria João Seguro, que atendeu às minhas dúvidas e solicitações de informação.

E, por último, agradeço à minha família de sangue e de coração, porque me fazem quer pensar quer rir e, desta forma, fazem com que tudo valha a pena, o que permite que eu chegue sempre mais além.

Resumo

A presente investigação centra-se no Património Escolar do Ensino Primário, relacionando-se e inserindo-se, como tal, nos objetivos de investigação do projeto REduF - Raízes da Educação para o Futuro¹.

Sendo um projeto de investigação interdisciplinar, esta dissertação visa a identificação do trabalho científico (dissertações e teses), desenvolvido na transdisciplinaridade que o tema oferece, identificando estudos realizados sobre o Património Escolar do Ensino Primário em estabelecimentos de Ensino Superior Público.

A apresentação sintetizada do percurso da escola e as preocupações ao longo do tempo com os espaços, os materiais, as políticas e as rotinas, permite um olhar sobre o património numa perspetiva de herança – conhecer e compreender o passado ajuda a criar diálogos com o presente. Reconhecer o trabalho já realizado, orienta para a identificação de futuras metas.

Ao produto científico identificado, dissertações e teses, adiciona-se a localização das coleções relacionadas com o Ensino Primário, nos Museus do Norte de Portugal, tendo em conta o meio onde se desenvolve o projeto REduF.

A identificação dos acervos museológicos com objetos relacionados com o tema auxilia a criação de uma rota, assinala o posicionamento e a constituição das coleções, contribuindo para a sua divulgação, valorização e ainda para a definição de futuros estudos.

Palavras-chave: Património Escolar do Ensino primário; investigação; coleções; museus; REduF.

¹ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, referência PTDC/CED-EDG/30342/2017

Abstract

This research focuses on the School Heritage of Primary Education, relating and inserting itself in the research objectives of the project REduF - Roots of Education for the Future.

Being this project of interdisciplinary research, this dissertation aims to identify the scientific work (dissertations and theses) developed in the transdisciplinarity that the theme offers, identifying studies conducted on the School Heritage of Primary Education in public higher education establishments.

The synthesized presentation of the school's path and concerns over time with spaces, materials, policies and routines allows a look at heritage from an inheritance perspective - knowing and understanding the past helps create dialogues with the present. . Recognizing the work done guides the identification of future goals.

To the identified scientific product (dissertations and theses), the location of collections related to Primary Education in the Museums of Northern Portugal is added, taking into account the environment where the REduF project is developed.

The identification of museum collections with objects related to the theme helps the creation of a route, marking the positioning and constitution of the same collections, contributing to their dissemination, valuation and definition of future studies.

Keywords: School Heritage of Primary Education; investigation; collections; museum; REduF.

Índice de ilustrações

Figura 1: Categorias para organização de base de dados.	38
Figura 2: Palavras chave definidas para cada categoria.	42
Figura 3: Número de trabalhos por tipo de património.	43
Figura 4: Design do inquérito aplicado.	63
Figura 5: Mapa dos Museus do Norte de Portugal.	64
Figura 6: Mapa dos Museus do Norte de Portugal com coleções relacionadas com o P.E. do Ensino Primário.	67
Figura 7: Tipologias presentes nos Museus do Norte de Portugal, com coleções relacionadas com o P.E. do Ensino Primário.	71

Índice de quadros

Quadro 1: Percurso cronológico referente às políticas educativas no período de 1759-1975	12
Quadro 2: Ações do Estado Português relativamente à valorização, preservação e divulgação do Património.....	25
Quadro 3: Áreas temáticas e Descritores temáticos.	36
Quadro 4: Categorização temática: áreas temáticas e descritores temáticos.	36
Quadro 5: Descritores de pesquisa e resultados para dissertações e teses (dados recolhidos no período de 14.01.2019 a 10.02.2019).	37
Quadro 6: :Discriminação de dissertações e teses por ano.	39
Quadro 7: Trabalhos de Investigação referentes ao Património Material Móvel.....	44
Quadro 8: Trabalhos de Investigação referentes ao Património Material Imóvel.	44
Quadro 9: Trabalhos de Investigação referentes ao Património Imaterial.	45
Quadro 10: Estrutura da organização do Museu Pedagógico Municipal, definida por Adolfo Coelho.	50
Quadro 11: Museus Pedagógicos - definição/objetivo/autor.	54
Quadro 12: Museus Escolares - definição/objetivo/autor.	54
Quadro 13: Museus de Educação - definição/objetivo/autor.....	55
Quadro 14: Áreas Disciplinares e Tipologias de objetos associados definidos no Inventário do Património Escolar realizado pela SG/ME.	61
Quadro 15: Fases de estudo e Respetivas atividades.	62
Quadro 16: Tutela dos Museus do Norte de Portugal com coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário.	68
Quadro 17: Tipo de exposição.....	72

Índice de gráficos

Gráfico 1: Caracterização do tipo de trabalho de investigação na área estudada	39
Gráfico 2: Instituições de Ensino associadas aos trabalhos de investigação.....	40
Gráfico 3: Descritores de pesquisa associados aos trabalhos de investigação.	40
Gráfico 4: Percentagem do número de descritores em cada resultado.....	41
Gráfico 5: Percentagem do tipo de Património Escolar estudado.	43
Gráfico 6: Número de Museus do Norte de Portugal com coleções relacionadas com o Ensino Primário.....	66
Gráfico 7: Tipologias presentes nos Museus do Norte de Portugal, com coleções relacionadas com o P.E. do Ensino Primário.	71
Gráfico 8: Número de Exposições organizadas pelos Museus do Norte de Portugal, com coleções relacionadas com o P. E. do Ensino Primário.	72

Lista de abreviaturas e siglas

CITIME - Centro Interdisciplinar Transfronteiriço e Inter-regional de Memória da Educação

SG/ME - Secretaria Geral do Ministério da Educação

RIHMIE - Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e da Educação

FOLHAMIE - Folha Informativa da Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e da Educação

RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto

IPM - Instituto Português de Museus

BAME - Biblioteca, Arquivo e Museus da Educação

PE - Património Escolar

ME - Ministério da Educação

SIDIME - Sistema Integrado de Documentação e Informação do Ministério da Educação

CEINCE - Centro Internacional de la Cultura Escolar

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

INDIRE - *Istituto Nazionale Documentazione Innovazione Ricerca Educativa*

TESEO - *Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento*

FISQUED - *Fondi Italiani di Quaderni Scolastici ed Elaborati Didattici*

MUVE - Museu Virtual da Educação

APOM - Associação Portuguesa de Museologia

DRE - Direção Regional de Educação

EPE - Empresa Parque Escolar

URI - Uniform Resource Identifier

T - Tipo

D - Descritor

I&D - Investigação e Desenvolvimento

N.º - Número

IES - *Institut d'Educacion Secundària*

UP - Universidade do Porto

UL - Universidade de Lisboa

UNLISBOA - Universidade Nova de Lisboa

UÉVORA - Universidade de Évora

UTADOURO - Universidade Trás os Montes e Alto Douro

UMINHO - Universidade do Minho

UPORTO - Universidade do Porto

ULISBOA - Universidade de Lisboa

UABERTA - Universidade Aberta

UAVEIRO - Universidade de Aveiro

UCOIMBRA - Universidade de Coimbra

RCM - Resolução do Conselho de Ministros

Introdução

O trabalho aqui apresentado resulta de uma investigação centrada no Património Escolar do Ensino Primário, com foco na região Norte do país. Esta dissertação surge no âmbito da apresentação do projeto REduF²- Raízes da Educação para o Futuro, que visa a investigação interdisciplinar e a intervenção cultural, tomando por objeto a herança cultural educativa da região do interior.

Tendo como ponto de partida o edifício do ensino primário Adão Bermudes, do início do século XX, disponibilizado pela autarquia de Murça, e uma coleção de objetos, já inventariados, recolhidos por um grupo de professores, o projeto acima referido pretende criar um Centro Interdisciplinar Transfronteiriço e Inter-regional de Memória da Educação (CITIME). Este tem como objetivos conhecer, salvaguardar e interpretar edifícios, objetos e memórias de educação formal e popular na região; criar espaços e instrumentos de reflexão, participação e encontro da comunidade local para o reconhecimento e valorização da sua herança cultural; incentivar modos de interpretação e apropriação do património que estimulem a criatividade e inovação; aprofundar e disseminar conhecimento sobre o valor histórico-cultural da educação na região; e promover a discussão crítica alargada sobre o valor do património da educação.

Esta dissertação visa contribuir para esse mesmo projeto, mapeando os trabalhos científicos (teses e dissertações) interdisciplinares realizados no Ensino Superior Público sobre o Património Escolar do Ensino Primário nas suas múltiplas vertentes, material (móvel/imóvel) e imaterial. Visa também localizar instituições museológicas do Norte de Portugal com coleções relacionadas com o Ensino Primário, uma vez que tal contribuirá para o estabelecimento de redes, definindo um canal facilitador para o desenvolvimento de projetos relacionados com o tema.

A escola como instituição pública representa um espaço *qualificado*, por onde (supostamente) passam todos os cidadãos. Aquela define o espaço de educação formal, que se constitui com base nas metas a atingir. Para tal constroem-se programas, currículos e processos de validação das aprendizagens. Mas a escola definida no tempo e no espaço oferece múltiplas análises nos seus diversos campos: administrativo, curricular, legislativo, metodológico, social, entre outros. Como refere Rogério Fernandes:

“(...) o espaço qualificado dispõe de um conjunto de instrumentos qualificadores, traduzido em mobiliários condicionantes das aprendizagens e em Utensílios que denunciam um recorte espacial das práticas de ensino/aprendizagem. Malgrado a diversidade possível de tais acervos, eles definem sempre, no essencial, os objectos «museáveis» a partir dos quais podemos constituir um espaço museológico.” (Fernandes, 2005, pp. 20-21).

A compreensão do Património Escolar passa por conhecer a história da escola, o conhecimento de noções relacionadas com o Património Escolar e a forma como este tem vindo a ser estudado por investigadores portugueses e estrangeiros. O percurso da História da Educação oferece a panorâmica do ensino ao longo dos tempos e, em simultâneo, a necessidade e a importância da realização de estudos sobre esse mesmo percurso.

No primeiro capítulo, apresenta-se, de forma sucinta, o percurso da escola ao longo dos tempos. O período cronológico definido para a síntese histórica apresentada é de 1772 a 1974, ou seja, inicia no ano em que a escola se torna uma instituição pública e termina no fim da ditadura, que só por si é um marco político e social. Desta forma, relativamente ao presente, trata-se de um período de distanciamento de quarenta e cinco anos.

Na síntese apresentada sobre o património escolar são expostas diferentes definições e entendimentos dos termos relacionados, tais como surgem em projetos desenvolvidos por investigadores destacados (nacionais e internacionais) e em diferentes abordagens sobre o tema. As fontes utilizadas, e sobre as quais se baseia este enquadramento do tema, incidem, por um lado, em autores como Rómulo de Carvalho (1985), Luís Alves (1990), Adão Silva & Pintassilgo (2012), Rogério Fernandes (1973), Mogarro (2015) e, por outro, em artigos apresentados em encontros científicos (seminários e conferências) relacionados.

O levantamento dos trabalhos de investigação (teses e dissertações) foi realizado seguindo, de maneira geral, a abordagem utilizada por Ibáñez-Etxberria e Olaia Fontal (2017). O reconhecimento da área em estudo, nas diferentes perspetivas já abordadas, é fundamental para a construção do conhecimento que, em simultâneo, após análise e reflexão, demonstra o que já foi feito e o que ainda há a fazer, indicando quer fontes para futuros trabalhos quer caminhos de investigação para o futuro.

O segundo capítulo retrata a importância que sempre foi atribuída aos objetos no ensino primário e o entendimento dos *museus pedagógicos*, *museus escolares* e *museus de educação* neste contexto. Focam-se ainda os espaços museológicos nacionais, os projetos desenvolvidos pelo Ministério de Educação enquadrados no tema e o trabalho desenvolvido em torno da definição de tipologias relacionadas com as respetivas coleções. Desenvolver um trabalho com

um intuito de normalizar (levantamento, inventariação, digitalização e gestão das coleções) é aqui considerado fundamental para que se estabeleçam redes e parcerias.

Tendo em consideração a zona geográfica de implementação do CITIME, procedeu-se a um levantamento dos Museus do Norte de Portugal de forma a identificar os museus que têm no seu acervo objetos relacionados com o Património Escolar do Ensino Primário e que, por isso mesmo, podem cooperar no desenvolvimento do projeto REduF e, como tal, contribuir para a investigação, divulgação e valorização deste património, alcançando assim objetivos comuns (Museu/REduF). Através de um questionário, localizaram-se as coleções e as tipologias representadas, o seu estado de inventariação e o modo como têm sido utilizadas em termos de interpretação e divulgação.

Os indicadores apresentados permitem mapear as coleções presentes nas instituições museológicas definindo um roteiro e, em simultâneo, organizar uma base de dados para definição de futuros trabalhos, de forma a contribuir para a valorização deste património.

I. Investigação, Educação e Património

Ao longo dos anos têm sido desenvolvidos inúmeros trabalhos científicos à volta da escola primária, nas suas diferentes dimensões. O património escolar apresenta-se como uma das dimensões que nos últimos anos tem levantado algumas questões relacionadas com a sua salvaguarda e valorização.

Conhecer e assinalar o trabalho científico (teses e dissertações) desenvolvido em Portugal sobre o Património Escolar do Ensino Primário nas diferentes áreas científicas, nomeadamente, património, museologia, antropologia e história é uma necessidade para articular conhecimentos e criar espaços e instrumentos de reflexão e participação para o reconhecimento e valorização da herança cultural.

Neste sentido é apresentada uma síntese sobre o percurso do ensino, no referido nível de ensino e o desenvolvimento dos estudos em torno do património escolar numa perspetiva nacional e internacional.

Após o reconhecimento do percurso da instituição – escola – e de diferentes interpretações e abordagens na área do património escolar procedeu-se à identificação e localização dos trabalhos científicos (teses e dissertações) desenvolvidos nas universidades públicas portuguesas. Seguido de uma análise do conteúdo dos mesmos, de forma a identificar o trabalho já realizado e o que ainda se poderá fazer no sentido de ampliar o conhecimento nesta área.

1. O Ensino Primário em Portugal (1759-1975)

“(…) a escola é o tempo e o espaço de encontros de uma comunidade – alunos, professores, famílias, interesses sociais, económicos e culturais – organizada e mobilada para a construção de um projeto de desenvolvimento.” (Machado, 1995, p. 181).

A escola é compreendida por todas as sociedades como um espaço dedicado à educação e o seu desempenho é condicionado pelo tempo e pelas culturas. Reconhecer o seu percurso contribui para a sua compreensão, daí a que este trabalho comece por apresentar uma síntese desse percurso que inicia em 1772 - quando a Lei de 6 de novembro apresenta uma das primeiras tentativas de organizar o ensino primário oficial a 1974, que coincide com o fim da ditadura, um marco histórico que encerra um ciclo político e social. Em 1972 são criadas 479

escolas primárias que no fim do período estudado, 1974 Portugal tinha já 16 045³ (Alves, 1990, p.15).

Tal como no resto da Europa, *o ensino e a escola* estão, no seu exórdio, ligados diretamente ao Clero e à Igreja. Inicialmente a formação era apenas direcionada aos estudantes destinados à vida eclesiástica sendo progressivamente estendida a estudantes que não pretendiam seguir esta vocação. A organização da instrução foi durante vários séculos um direito dos educadores religiosos, destacando-se os jesuítas, os oratorianos e os jansenistas. Os jesuítas fundam as primeiras escolas públicas em Portugal⁴ (1553). O ensino começa, então, uma nova fase com a implementação de instituições ligadas ao ensino, reservadas a crianças e jovens e a um conjunto de preocupações e ideais pedagógicos, definindo assim um espaço, um grupo e uma missão (Carvalho, 1985, pp. 16-21).

A partir do século XVIII, a difusão das teorias desenvolvidas por vários pedagogos, aumenta as exigências ao nível da cultura e do ensino, juntando o cenário político que se vivia, conduzido por Sebastião José Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal, responsável máximo pela expulsão dos jesuítas, com a publicação de um alvará datado de 28 de junho de 1759, colocando, como afirma Carvalho (1985),

“termo a duzentos anos de actividade pedagógica ininterrupta da Companhia de Jesus”. Assim a Igreja perde a sua grande influência no ensino, passando o Estado a assumir a instrução da população e a propagação dos ideais políticos, lançando “as normas da nova metodologia para as Escolas Menores, e se cria a Direcção-Geral dos Estudos” (1985, pp. 426-452).

A relação entre o Estado e o Ensino - a escola como instituição da comunidade - inicia-se legalmente com a Reforma Pombalina. Durante este intervalo de estudo, referente a quase a duzentos anos, e como adiante se verá, a escola primária sofreu diversas modificações instigadas pela realidade política e económica em vigor.

A organização do percurso cronológico legislativo e dos nomes de pedagogos que se destacaram e influenciaram as políticas e discussões ideológicas ao longo do período estudado, presente no quadro n.º 1 (em apêndice A, com respectivas referências) foi de grande auxílio para o levantamento de dados e enquadramento dos mesmos.

³<https://www.pordata.pt/Portugal/Estabelecimentos+nos+ensinos+pré+escolar++básico+e+secundário+por+n%C3%ADvel+de+ensino-1237-9806>, consultado em março de 2019.

⁴ “*A primeira escola pública dos jesuítas que houve em Portugal foi aberta na casa de Santo Antão (...) A escola agora pública, abriu em 1553, muito deficientemente preparada para exercer a função (...) A abertura do Colégio foi um êxito invulgar. Os jesuítas propunham-se ensinar de graça, o que interessava a pobres e a ricos, (...).*” (Silva & Tamen, , 1981, pp.293-294).

REFORMA POMBALINA (1759)	EXTINGUE O ENSINO DA COMPANHIA DE JESUS • ESTADO ASSUME A INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO • CRIAÇÃO DA JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA • PUBLICAÇÃO DE MANUAIS DIRECIONADOS À APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA • NOVAS BASES METODOLÓGICAS PARA AS ESCOLAS MENORES • CRIAÇÃO DA DIREÇÃO-GERAL DOS ESTUDOS • CRIAÇÃO DO COLÉGIO DOS NOBRES • A ADMINISTRAÇÃO E DIREÇÃO DAS ESCOLAS MENORES É ENTREGUE À MESA CENSÓRIA • REDE DE ESCOLAS MENORES REÚNE 479 ESTABELECIMENTO • CRIAÇÃO DE 884 LUGARES DE MESTRES DE LER E DE PROFESSORES DE HUMANIDADES (GRAMÁTICA LATINA, LÍNGUA GREGA, RETÓRICA E FILOSOFIA RACIONAL) • CONCEDIDO DIREITO DE NOBREZA (O DE NÃO PODEREM SER PRESOS) AOS PROFESSORES DA ESCOLA MENOR • REFORMA DA UNIVERSIDADE (AS FACULDADES E OS SEUS NOVOS PROGRAMAS)	• RIBEIRO SANCHES • MANUEL ANDRADE DE FIGUEIREDO • LUÍS VERNEY • SOUSA FARINHA
REFORMA DOS ESTUDOS MENORES (1799)	REFORMA ANTECIPADA PARA PROFESSORES • CRIAÇÃO DA JUNTA DA DIRECTORIA-GERAL DOS ESTUDOS E ESCOLAS DESTES REINOS • O ENSINO ELEMENTAR REGRESSA, EM BOA PARTE, ÀS MÃOS DOS RELIGIOSOS • AUMENTO DO NÚMERO DE MESTRES DE LER, ESCREVER E CONTAR • DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES PARA PROFESSORES DE GRAMÁTICA LATINA, LÍNGUA GREGA; RETÓRICA E FILOSOFIA RACIONAL • DESENVOLVER O ENSINO PRIMÁRIO E DIFICULTAR O DESENVOLVIMENTO DOS OUTROS GRAUS DE ENSINO • INSTALAÇÃO OFICIAL DO ENSINO FEMININO • É EXTINTA A REAL MESA CENSÓRIA E SUBSTITUÍDA (COM FUNÇÕES MAIS AMPLAS) PELA REAL MESA DA COMISSÃO GERAL SOBRE EXAME E CENSURA DOS LIVROS • É CRIADO UM SISTEMA DE INSPEÇÃO ESCOLAR EXECUTADO PELO PESSOAL DA JUNTA DA DIRECTORIA DOS ESTUDOS • SÃO CRIADAS INSTRUÇÕES PARA A FORMA DOS EXAMES DOS MESTRES DE PRIMEIRAS LETRAS	• SANTOS MARROCOS • JOSÉ ANASTÁSIO DA CUNHA • GASTÃO STOCKLER • RIBEIRO DOS SANTOS
MÉTODO DE LANCASTER (ENSINO MÚTUO) (1823)	ALUNOS AGRUPADOS POR CLASSES DO MESMO NÍVEL E LECIONADAS POR INSTRUTORES (DE NÍVEL MAIS ADIANTADO) • O MESTRE EXERCIA FUNÇÕES DE INSPETOR, REALIZAVA VIGILÂNCIAS DE FORMA A MANTER A ORDEM • OS INSTRUTORES TÊM DE REALIZAR UM EXAME E RECEBEM PEQUENAS GRATIFICAÇÕES SEMANAIS, PELO TRABALHO REALIZADO • SURGE PELA PRIMEIRA VEZ FORMAÇÃO ESCOLAR PARA PROFESSORES • EM 1818 FUNCIONAVAM EM PORTUGAL 55 ESCOLAS DE ENSINO MÚTUO • O BENEFÍCIO DA JUBILAÇÃO APÓS 30 ANOS DE SERVIÇO	• MOUZINHO DE ALBUQUERQUE • JOHN CORFIELD • TRIGOSO DE ARAGÃO MOORATO • GARRETT
REFORMA DE RODRIGO DA FONSECA (1835)	COMISSÃO, INSTALADA NA ACADEMIA REAL ENCARGADA DE PROPOR AO GOVERNO UM PLANO PROVISÓRIO DE MELHORAMENTO DO ENSINO PÚBLICO • ABERTURA DE DUAS ESCOLAS (UMA EM LISBOA E OUTRA NO PORTO) PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES • PUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA • INSTRUÇÃO PRIMÁRIA GRATUITA PARA TODOS OS CIDADÃOS, EM ESCOLAS PÚBLICAS • CRIAÇÃO DE UMA REDE DE ESCOLAS A CARGO DOS MUNICÍPIOS E COM O AUXÍLIO FINANCEIRO DO ESTADO • CARREIRA DE PROFESSORES ORGANIZADA: CURSOS ESPECÍFICOS; HABITAÇÃO; VENCIMENTO; ADJUNTO E A JUBILAÇÃO • SUBSTITUIÇÃO DA JUNTA DA DIRETORIA-GERAL DOS ESTUDOS PELO CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA • A OBRIGATORIEDADE NÃO É IMPOSTA APENAS SE APELA AO BOM SENSO DA FAMÍLIA, E QUE ESTA, SINTA COMO DEVER	• GUILHERME DIAS PEGADO
REFORMA PASSOS MANUEL (1836)	A GRATUIDADE DO ENSINO NÃO É REFERIDA • A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS VOLTA A SER CONCENTRADA NO ESTADO • A OBRIGATORIEDADE CONTINUA A SER UM DEVER ESTENDIDO A VÁRIAS FIGURAS INSTITUCIONAIS (MUNICÍPIO, IGREJA E A PRÓPRIA ESCOLA) • A EXECUÇÃO DE EXERCÍCIOS DE GINÁSTICA	• PASSOS MANUEL • ALEXANDRE HERCULANO
REFORMA COSTA CABRAL (1842)	DIVISÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM DOIS GRAUS • ANULA A EXECUÇÃO DOS EXERCÍCIOS DE GINÁSTICA • ESTABELECE MULTAS EM ÚLTIMO RECURSO PARA OS PAIS QUE NÃO CUMPRAM O DEVER DE MANDAR OS FILHOS À ESCOLA	• FELICIANO CASTILHO • HENRIQUES NOGUEIRA
REFORMA D. ANTÓNIO DA COSTA (1870)	CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA • CRIAÇÃO DE ESCOLAS FEMININAS • DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO • INSTRUÇÃO PRIMÁRIA CONTINUA DIVIDIDA EM DOIS GRAUS: O ELEMENTAR E O COMPLEMENTAR • ENSINO OBRIGATÓRIO PARA AMBOS OS SEXOS • SERVIÇO DE INSPEÇÕES RIGOROSAS • INSTITUI CONFERÊNCIAS ENTRE PROFESSORES PARA APERFEIÇOAMENTO DE MÉTODOS DE ENSINO	• ANTÓNIO DA COSTA MACEDO
REFORMA DE RODRIGUES SAMPAIO (1872)	A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA CONTINUA A ESTAR DIVIDIDA EM DOIS GRAUS, MAS É FEITA UMA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	
DECRETO Nº 8, 24 DE DEZEMBRO DE 1901	O ENSINO PRIMÁRIO PASSA A SER DIVIDIDO EM QUATRO CLASSES, AS TRÊS PRIMEIRAS CONSTITUEM O 1º GRAU E A ÚLTIMA O 2º GRAU • O 1º GRAU TERMINA COM UM EXAME QUE FINALIZA A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA • O 2º GRAU DESTINA-SE AOS ALUNOS QUE PRETENDAM SEGUIR OS SEUS ESTUDOS	• BERNARDINO MACHADO • ALVES DOS SANTOS
REFORMA JOÃO FRANCO (1894)	O ENSINO PRIMÁRIO DIVIDE-SE EM ELEMENTAR E COMPLEMENTAR • O ELEMENTAR DIVIDE-SE EM DOIS GRAUS, O 1º GRAU OBRIGATÓRIO A TODAS AS CRIANÇAS E O 2º GRAU OBRIGATÓRIO PARA ADMISSÃO AO ENSINO SECUNDÁRIO • À ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ACRESCE OS TRABALHOS MANUAIS E EXERCÍCIOS DE GINÁSTICA • PODERAM SER ESTABELECIDOS CURSOS DOMINICAIS E NOTURNOS PARA ADULTOS • CRIAÇÃO DE ESCOLAS PARA SURDOS-MUDOS E PARA CEGOS • CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS O ESTADO	• JAIME MONIZ
DECRETO Nº 8, 24 DE DEZEMBRO DE 1901	O ENSINO PRIMÁRIO PASSA A SER DIVIDIDO EM QUATRO CLASSES, AS TRÊS PRIMEIRAS CONSTITUEM O 1º GRAU E A ÚLTIMA O 2º GRAU • O 1º GRAU TERMINA COM UM EXAME QUE FINALIZA A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA • O 2º GRAU DESTINA-SE AOS ALUNOS QUE PRETENDAM SEGUIR OS SEUS ESTUDOS	• BERNARDINO MACHADO • ALVES DOS SANTOS

REFORMA REPUBLICANA (1911)	DIVIDIDO EM TRÊS ESCALÕES: O ELEMENTAR, O COMPLEMENTAR E O SUPERIOR, TODOS GRATUITOS; A TRANSIÇÃO ENTRE ELAS ERA FEITA POR EXAME • O ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR ERA OBRIGATÓRIO PARA TODAS AS CRIANÇAS DE AMBOS OS SEXOS, TINHA A DURAÇÃO DE TRÊS ANOS E O CURRÍCULO DISTRIBUÍA-SE POR QUATRO GRUPOS: LITERÁRIO, CIENTÍFICO, ARTÍSTICO E TÉCNICO • O ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR TINHA A DURAÇÃO DE DOIS ANOS E O CURRÍCULO SEGUIA AS LINHAS DO ELEMENTAR E ERA COMPLEMENTADO COM O INTUITO DE “REVELAR APTIDÕES NATURAIS E PREPARAR PARA QUALQUER PROFISSÃO” • O ENSINO PRIMÁRIO SUPERIOR TINHA A DURAÇÃO DE TRÊS ANOS EM REGIME DE COEDUCAÇÃO, O CURRÍCULO PROPUNHA DEZASSETTE DISCIPLINAS, O CERTIFICADO DO CURSO SUPERIOR PRIMÁRIO OBTIDO POR EXAME HABILITAVA À MATRÍCULA NAS ESCOLAS NORMAIS PRIMÁRIAS, NAS ESCOLAS INDUSTRIAIS, AGRÍCOLAS, COMERCIAIS, TÉCNICAS E PROFISSIONAIS E A PASSAGEM PARA O LICEU, AO NÍVEL DA CLASSE EQUIVALENTE • OBRIGATORIEDADE DE EXCURSÕES, DE VISITAS, DE PASSEIOS PEDAGÓGICOS, A COLHEITA E A COLEÇÃO DE ESPÉCIMES PARA O ESTUDO DAS CIÊNCIAS NATURAIS • O ENSINO PARTICULAR É LIVRE • CRIAÇÃO DAS ESCOLAS MÓVEIS DA REPÚBLICA • AUMENTO DOS SALÁRIOS DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS • ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PARA PROFESSORES PRIMÁRIOS • AS DESPESAS COM A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA SERIAM PAGAS PELO ESTADO E PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS • ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS COMPETIAM-LHE AS DESPESAS RELACIONADAS COM A ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO (ORDENADOS DOS PROFESSORES, RENDAS DE CASAS, AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E MATERIAL ESCOLAR, ETC) • TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA O ESTADO • CRIAÇÃO DA JUNTAS ESCOLARES, ORGANISMO AGORA RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO	• M. FERREIRA DE ALMEIDA • JOÃO DE DEUS RAMOS • JOÃO DE BARROS • SALVADO SAMPAIO • ADOLFO COELHO • ANTÓNIO SÉRGIO • LEONARDO COIMBRA
REFORMA LEONARDO COIMBRA (1919)	O ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR E O COMPLEMENTAR FUNDEM-SE, PASSANDO A DESIGNAR-SE DE ENSINO PRIMÁRIO GERAL • A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR PASSA DE TRÊS PARA CINCO ANOS	• FARIA DE VASCONCELOS • JAIME CORTESÃO • CAMOESAS
REFORMA 1927	PROIBIÇÃO DA COEDUCAÇÃO NO ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR • REDUÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO GERAL, QUE PASSOU A DENOMINAR-SE DE ENSINO ELEMENTAR, E DO ENSINO PRIMÁRIO SUPERIOR, QUE PASSOU A DENOMINAR-SE DE COMPLEMENTAR, AMBOS REDUZIDOS UM ANO CADA, E ALTEROU-SE O CURRÍCULO NO QUE RESPEITA À ADAPTAÇÃO DAS POLÍTICAS DO NOVO GOVERNO • UMA EDUCAÇÃO COM BASE NUM “VERDADEIRO PATRIOTISMO”, OS TRABALHOS ESCOLARES DEVERIAM INICIAR E ENCERRAR DIARIAMENTE COM A SAUDAÇÃO À BANDEIRA NACIONAL • OS PROGRAMAS DO ENSINO ELEMENTAR SÃO REDUZIDOS • O ENSINO ELEMENTAR PASSA DE QUATRO PARA TRÊS ANOS, E O COMPLEMENTAR PASSA A SER O QUARTO • OS QUATRO ANOS DE ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA PASSAM A TRÊS • CRIAÇÃO DAS ESCOLAS DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, EM SUBSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS PRIMÁRIAS • EXTINÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO COMPLEMENTAR • CRIAÇÃO DE POSTOS DE ENSINO A OCUPAR POR REGENTES (POSTO PARA O QUAL NÃO ERA REQUERIDA MUITA FORMAÇÃO) • CONSTRUÇÃO DE NOVOS EDIFÍCIOS ESCOLARES • APRESENTAÇÃO DE UMA RELAÇÃO DE FRASES (130) DE CARÁTER MORAL OBRIGATÓRIAS NOS LIVROS ADOPTADOS OFICIALMENTE • SÃO CRIADAS INSTRUÇÕES PARA A FORMA DOS EXAMES DOS MESTRES DE PRIMEIRAS LETRAS	• BENTO DE JESUS CARAÇA • CORDEIRO RAMOS
REMODELAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA	O MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PASSA A DENOMINAR-SE DE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL • PRIVILEGIAR A EDUCAÇÃO (DETERMINADA EDUCAÇÃO), EM DETRIMENTO DA INSTRUÇÃO • CRIAÇÃO DA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO, ORGANISMO DESTINADO AO “ESTUDO DE TODOS OS PROBLEMAS QUE INTERESSAM À FORMAÇÃO DO CARÁCTER, AO ENSINO E À CULTURA” • ORGANIZAÇÃO DE UM CONJUNTO DE CÂNTICOS NACIONAIS, EXALTANDO AS GLÓRIAS PORTUGUESAS, PARA SEREM CANTADOS EM TODAS AS ESCOLAS (EXCETO NO ENSINO SUPERIOR) • OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE UM CRUCIFIXO NAS PAREDES DAS SALAS DE AULA, DE TODAS AS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO PRIMÁRIO, POR CIMA DA CADEIRA DO PROFESSOR • COLOCAÇÃO DOS RETRATOS DE SALAZAR E CARMONA • ALTERAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO PRIMÁRIO CRIAÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES ADAPTADOS AOS INTERESSES DA DITADURA	• GUSTAVO CORDEIRO RAMOS • JOÃO DUARTE DE OLIVEIRA
PLANO DE EDUCAÇÃO POPULAR	OBRIGATORIEDADE DO ENSINO PRIMÁRIO • DEFINIÇÃO DE PENALIDADES A QUEM FUGISSE À OBRIGAÇÃO ESCOLAR, MULTAS QUE CASO NÃO FOSSEM PAGAS PASSARIAM IMPOSTAS POR TRIBUNAL • CRIAÇÃO DE BENEFÍCIOS PARA AQUELES QUE COMPLETASSEM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA • AUMENTO DE MAIS UM ANO PARA A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA • CRIAÇÃO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM REGIME NOTURNO	• LEITE PINTO
REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO LEITE PINTO	ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA ESTENDE-SE ATÉ À 4ª CLASSE, PARA O GÉNERO MASCULINO • ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA ESTENDE-SE ATÉ À 4ª CLASSE, PARA O GÉNERO FEMININO	
GOVERNO DE GALVÃO TELES	O ENSINO MINISTRADO PELO ESTADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS SERÁ ORIENTADO PELOS PRINCÍPIOS DA DOUTRINA E DA MORAL CRISTÃ • AUMENTO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA PARA SEIS ANOS, PASSANDO A COMPREENDER DOIS CICLOS: UM ELEMENTAR (4 CLASSES) E UM COMPLEMENTAR (2 CLASSES), PARA AMBOS OS SEXOS • CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS DE PEDAGOGIA AUDIOVISUAL, PONTO DE PARTIDA PARA A CRIAÇÃO DA TELESCOLA	
REFORMA VEIGA SIMÃO	EXTENSÃO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA DE SEIS PARA OITO ANOS (QUATRO ANOS PARA O PRIMÁRIO E QUATRO PARA O PREPARATÓRIO) • RESTRUTURAÇÃO DE TODO O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	• LEITE PINTO

Quadro 1: Percurso cronológico referente às políticas educativas no período de 1759-1975

A análise efetuada ao longo da construção do quadro apresentado permite identificar um objetivo comum. No período de duzentos anos a escola surge, no discurso político, sempre associada à necessidade de combater o analfabetismo.

No trabalho realizado por Rómulo de Carvalho (1985) sobre a História do Ensino em Portugal podemos elencam-se as preocupações referentes à situação de Portugal desde o século XVIII, face aos outros países:

“(…) não poderia Verney deixar de se referir ao problema do analfabetismo entre nós que, segundo ele, já era grave nesse tempo, comparando com a situação noutros países.” (p. 418); “O Anuário Estatístico de 1903 faz referência (…) comparando a nossa percentagem de analfabetos com as de outros países e mostrando surpresa pela posição que ocupávamos na lista. Abaixo de nós encontravam-se apenas a Roménia e a Sérvia.” (p. 636);

“(…) as decisões tomadas rapidamente pelo regime republicano no campo educativo (...) toda a atenção dos dirigentes se concentrou na resolução dos problemas já tradicionais no nosso ensino: o analfabetismo, o insuficiente número de escolas, a deficiente preparação pedagógica e científica (...) Repetiam-se as comparações entre o panorama escolar dos países europeus e o nosso, e as conclusões eram sempre as habituais, a nosso desfavor.” (p. 656);

“Na ótica dos defensores de um Estado autoritário mantido por grupos privilegiados, tornava-se legítimo perguntar antes de se admitir qualquer solução para o problema do analfabetismo, se, realmente interessaria extingui-lo, ou se não seria preferível manter o povo na ignorância (...)” (p. 726);

“Os postos de ensino criados pelo presente decreto ficam sendo mais um instrumento da iniciativa da Ditadura em prol da diminuição do número de iletrados, ou seja da resolução do chamado problema do analfabetismo.” (p. 736);

“(…) a situação extremamente carenciada do nosso país em todos os aspectos relacionados com o ensino: elevada taxa de analfabetismo (...)” (p.806).

À monarquia sucede o liberalismo (1820-1910), o republicanismo (1910-1926) e o nacionalismo (1926-1974). Como refere Nóvoa, os primeiros “(...) tentaram, sem grande êxito, estimular a procura social de educação através de uma maior oferta institucional (...)”, já o nacionalismo liderado por Salazar “(...) esforçou-se por controlar o crescimento do sistema de ensino”. Com a intervenção da OCDE no âmbito do Projeto Regional do Mediterrâneo as políticas do Estado Novo, com o ministro Veiga Simão, tiveram de apresentar uma maior abertura do sistema (Nóvoa, 1996, p 179).

As estratégias de resolução, ao longo dos tempos, foram combatidas com a construção de escolas, criação de postos de trabalho para a instrução e incentivos ou penalizações para a adesão da população. Esta problemática desencadeou diversas abordagens em trabalhos de investigação que, baseados em indicadores reunidos essencialmente de fontes legislativas, administrativas e bibliográficas, têm demonstrado a transversalidade da escola.

António Nóvoa, por exemplo, apresenta-nos um importante levantamento dos *Trabalhos Publicados em História da Educação* (até 1996) de forma a revelar as principais temáticas que têm sido objeto de investigação, organizadas por categorias, realizados e publicados no campo da história da educação (Anexo I e II). No mesmo texto faz uma análise aos trabalhos realizados no campo da história, constatando uma grande incidência de trabalhos baseados numa perspetiva cronológica e descritiva, “(...) mas de grande utilidade e de consulta obrigatória(...)”, pois contribuem para uma *renovação da história da educação*, mas segundo ele (em 1996), a história da educação necessitava de uma renovação metodológica, uma abordagem inovadora que se desprendia do,

“(...) recurso sistemático ao mesmo tipo de fontes (legislação, estatísticas, documentação impressa). O estado deplorável de grande parte dos arquivos portugueses e a incapacidade para inventar (e, num certo sentido, para construir) novas fontes não têm permitido a renovação das interpretações históricas e a adopção de novas agendas e atitudes de investigação.” (Nóvoa, 1996, p. 185).

No mesmo ano este investigador publica um artigo – “*História da educação: Percursos de uma Disciplina*” – onde descreve a trajetória da Investigação em História da Educação e apela a uma maior diversidade dos instrumentos metodológicos (Nóvoa, 1996).

Na verdade, um dos desafios na História da Educação, segundo vários autores, Nóvoa, (1988); Felgueiras, (2008); Carvalho (2007); Magalhães (2007); Barroso, (2007) entre outros, passa pela exploração da pluralidade de leituras em volta da escola, permitindo o reforço nas ligações interdisciplinares. A História da Educação, oferece hoje uma nova linha de trabalhos, como refere Justino Magalhães (2017),

“A história da educação tem beneficiado, no passado recente, de abertura epistémica e de uma vitalidade jamais observadas. Tal crescimento, reitere-se, está patente no revigoração e na ampliação epistémica, gerando e importando novos paradigmas; na emergência de novos temas; na construção de novos objectos de ciência; na abertura conceptual e no diálogo inter e transdisciplinar; na congregação de novas fontes históricas; na apresentação de discursos inspirados e dando curso a pragmáticas diversas ou

desconstruindo e reinventando novas fórmulas de representação, textuais ou outras. Há um movimento científico e editorial que comprova esta vitalidade.” (p. 41).

A comunidade científica tem vindo a organizar-se, dentro e fora das nossas fronteiras, propondo discussões que têm desenvolvido relações entre as diferentes áreas científicas, promovendo a interdisciplinaridade, utilizando uma maior diversidade de fontes, que com a ajuda das diferentes áreas, nos permite estruturar novas abordagens tão importantes para o campo específico do Património e dos Museus.

2. O Património Escolar

Numa primeira pesquisa bibliográfica sobre a cultura material escolar, identifica-se um conjunto de artigos e livros editados nos últimos anos sobre o tema, quer por investigadores portugueses, quer estrangeiros, e que apresenta a materialidade na escola como agenda essencial da reflexão da História da Educação.

Os termos que surgem ligados a esta abordagem demonstram uma maturação sobre o mesmo, definindo um percurso, como uma linha de desenvolvimento do pensamento sobre a *materialidade escolar*. Numa abordagem à bibliografia relacionada com o tema surgem termos como os de *cultura material escolar*, *materialidade escolar*, *cultura material da escola* ou *materialidade da cultura escolar*, as diferentes expressões, semelhantes, remetem para significados também eles semelhantes.

Diana Vidal, por exemplo, partilhou na conferência “*Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação*”, em março de 2017, uma reflexão onde situa a cultura material escolar:

“(…) a cultura material escolar tem emergido como objeto de investigação e tem sido interrogada na sua dimensão de categoria e fonte para o entendimento da história da escola e do processo de escolarização tanto em Portugal quanto no Brasil, (...) Operar com a materialidade, enquanto categoria e fonte histórica, vem trazendo um conjunto de desafios teóricos e metodológicos aos pesquisadores do campo e estimulando o diálogo interdisciplinar (...)” (Vidal, 2017, p. 45).

Situar e definir cultura material num diálogo interdisciplinar oferece, à partida, diferentes abordagens. No campo da história apresentou-se para alguns historiadores, muito influenciados pela primeira geração dos *Annales*, como uma nova dinâmica nas suas pesquisas

e narrativas. Embora a cultura material esteja diretamente relacionada com os objetos, representa muito mais que isso: “(...) tratamos tanto de artefactos, quanto dos elementos materiais do mundo que nos cerca como o meio ambiente, a natureza, a urbanização das cidades, a arquitetura dos edifícios ou, mesmo, o tempo” (Vidal, 2017, p. 46).

Embora no campo da história da educação a introdução de uma fonte não discursiva tenha levantado algumas questões, promoveu a interdisciplinaridade. Este termo encontrava-se inicialmente muito ligado à arqueologia - dado esta ciência estudar as culturas e os modos de vida através da materialidade produzidas pelos seres humanos - e à antropologia, ciência que estuda o homem como ser biológico, social e cultural.

Diana Vidal no mesmo texto apresenta a visão de alguns investigadores como Juri Meda e Martin Lawn & Ian Grosvenor. O primeiro aborda o objeto ou artefato, como o elemento em estudo – produto industrial, “(...) além de ser um objeto material é, antes de tudo, um produto industrial e um objeto de consumo, cuja natureza pedagógica passa quase ao segundo plano.” (Meda, 2015, p. 9) e também, como objeto material – “(...) o material escolar é, essencialmente, um objeto material, com uma forte inclinação didática e um destino e uso bem preciso (...)” (Ibidem).

Já Martin Lawn e Ian Grosvenor têm uma compreensão da materialidade diferente das apresentadas anteriormente. Martin Lawn e Ian Grosvenor têm vindo a apresentar o seu trabalho entre a edição de livros, publicação de artigos científicos e apresentações em eventos científicos, focados na relação da materialidade da escola com o exercício da função do professor, pois este habita com os objetos na sua vida de trabalho, “Os autores insistem na compreensão da materialidade a partir de sua relação com a cultura do trabalho.” (Vidal, 2017, p. 50).

Estes autores interrogam-se em redor de questões de uso e utilidade dos objetos na escola:

“(...) Que máquinas vieram aqui parar? Quem as teria aqui colocado? Que tempo de vida teriam tido, como teriam sido usadas e teria o seu uso terminado? Quem saberia da existência destas máquinas? Que relações teriam os professores com estes “vestígios” de culturas escolares anteriores? Como se relacionariam elas com a identidade profissional dos professores? Em suma, que histórias estariam associadas a estes restos materiais?” (Lawn & Grosvenor, 2015, p. 62).

A informação *retirada* dos objetos, fornece, segundo Lawn & Grosvenor, *camadas*

sedimentadas de trabalho e culturas de trabalho, pois estes são utilizados no contexto escolar no âmbito das práticas pedagógicas. Se, por um lado, relaciona-se o consumismo do professor, face à entrada das *indústrias* e do comércio nas escolas, com as estratégias e metodologias de ensino. Por outro, apresentam-se objetos/materiais que colocam o professor no lugar de produtor⁵ (face ao consumidor) dos seus próprios auxiliares, na sua missão de transmissor do conhecimento e gestor das rotinas da sala de aula. Perante esta dicotomia apresentada, reunindo os objetos de produção e consumo, os autores convidam a ouvir os *silêncios* neles representados, descobrir e interpretar os *vestígios* apresentados e os desaparecidos⁶, criar narrativas,

“Os objetos históricos têm o potencial de provocar relatos indiretos de experiência pessoal, são desencadeadores de memória. Contar histórias sobre objetos pode permitir ao professor explicar a um leigo a natureza da sua cultura de trabalho, relacionar acontecimentos de ontem e de hoje e localizar-se a si próprio na história.” (Lawn & Grosvenor, 2015, p. 71).

Meda, quando nos apresenta a abordagem italiana, foca a *dimensão económica dos processos de escolarização de massa e suas causas*, a comunidade científica italiana, a partir dos anos 90 tem manifestado bastante interesse na história da indústria escolar,

“(…) com especial referência aos processos de produção e as complexas dinâmicas mercantis vigentes no âmbito de um mercado sui generis como o da escola, a partir da origem do processo de manifestação do consumo cultural que teve seu início nos países europeus – ainda que em diferentes velocidades – entre os séculos XIV e XX.” (Meda, 2015, pp. 11-12).

Os dados recolhidos em torno das pesquisas relacionadas com as indústrias escolares oferecem um conjunto de informação muito rico. O desenvolvimento de uma investigação desencadeia muitas vezes um projeto em ação, que se vai desenvolvendo ao longo do tempo, em que vários investigadores participam e o enriquecem, tal como aconteceu em Itália. Em

⁵ “O Teachers’ Monthly, do final do século dezanove, publicou um livro com o título Teaching Wrinkles (sendo uma “Wrinkle” uma sugestão ou uma ideia para poupar tempo). Era descrito na página da frente como “uma coleção de dispositivos recolhidos por todo o país para auxiliar o Professor no seu trabalho”. Estes “dispositivos” eram sugestões de professores baseadas nas suas práticas e enviadas para a revista. Foram organizadas em função das disciplinas do currículo (...) e envolviam a criação de materiais pelos professores a partir de madeira, caixas de areia, jornal, argila e gesso.” (Lawn & Grosvenor, 2015, p.67)

⁶ Martin Lawn & Ian Grosvenor no seguimento do papel do professor como produtor e consumidor fazem também referência ao papel do professor como decisor ou principal influenciador nas decisões relativas aos objetos. (Mogarro, Maria João; Namora, Alda, 2015, p.19)

2003 foi publicado o primeiro relatório de tipógrafos e editores escolástico-educativo do século XIX (TESEO) e aí surgiu a necessidade de criar uma rede documental nacional dos fundos de cadernos e materiais didáticos.⁷ O caminho seguido foi a criação de um software - FISQED⁸ definido para categorizar;

“(…) identifica os materiais em função de seu tipo, procedência e localização, descreve suas características físicas. Situa-os no espaço e no tempo, indexa os nomes dos alunos e dos professores responsáveis pelos conteúdos, mostra os nomes das escolas a que pertencem, reserva espaço aos conteúdos conceituais e iconográficos através da descrição sintética (abstract) e a indexação com thesaurus. Além dessa informação, o software proporciona uma descrição articulada do suporte/portador como tal, isto é, do produto comercial (caderno, álbum, diário, etc.) adquirido e, posteriormente, completado pelo aluno, portador por sua vez de informação de interesse histórico (produtor e impressor, autores dos textos e as ilustrações da capa, papel pautado e, para caligrafia, marca d'água, etc.) (Vidal, 2017, p. 13).

Toda a descrição apresentada remete para um inventário, onde se descreve o “*material*” a partir de diferentes perspectivas: física, temporal, espacial, histórico e social, segundo um manual que define a uniformização da informação - *thesaurus*, visto esta ser recolhida por diferentes pessoas e disponível também a um grande grupo de pessoas (anexo III). Todo o movimento criado pelo projeto com a inventariação/catalogação tem reunido um conjunto significativo de *materiais* e com eles uma *lista*⁹ *detalhada de produtores e impressores de cadernos*. A informação reunida e organizada oferece um conjunto de fontes que dão lugar a uma diversidade de temas: a *história da papelaria escolar*; a *indústria editorial*; o *mercado escolar*; a *história da indústria escolar*; oferecendo uma diversidade de abordagens. Com o desenrolar do projeto, os frutos das reflexões surgem em diversas direções e o caderno escolar apresenta-se como um elemento de extrema importância numa nova categoria – *meios de educação de massa*. Dentro desta nova categoria, muito explorada pelos investigadores italianos, o caderno escolar e a ampla e variada gama de material didático, dão

⁷ Dirigido por Giorgio Chiosso, no *Istituto Nazionale di Documentazione per l'Innovazione e la Ricerca Educativa (INDIRE) de Florença*, (Meda, 2015, p.12).

⁸ Versão final em 2006.

⁹ “Tal lista se compõe de mais de duzentos e setenta editoras, fábricas de papel e papelarias, que – entre os séculos XIX e XX – produzem objetos de livraria e papelaria para o consumo escolar, tais como diversos tipos de cadernos, diários, álbuns de desenho, de recorte e de colorir, etc. Esta lista, na medida em que constitui mais uma ferramenta de catalogação que um informe de busca, representa uma das primeiras intervenções concretas no âmbito da cultura material da escola, (...)” (Idem, p.13-14).

lugar à apresentação de trabalhos numa perspectiva industrial (design: técnicas de fabrico, aspeto gráfico e homologação das pautas e formatos ao longo do tempo) e económica (visto como um material de consumo e um produto industrial de massas), entre outras (Meda, 2015, p. 15).

Quando hoje se visita o espaço virtual do *Istituto Nazionale Documentazione Innovazione Ricerca Educativa* pode ver-se uma organização que advém de 1925 e que desde esse ano tem vindo a acompanhar os tempos, as tendências e a história, criando em simultâneo a sua própria história. Este espaço virtual apresenta um trabalho partilhado e multidisciplinar, tendo em conta o número de parceiros e as diferentes abordagens. No espaço dedicado ao Património Histórico podemos encontrar o Património Arquivístico, o FISQED¹⁰ (inventário online de cadernos e materiais educativos), o FOTOEDU (arquivo fotográfico para a história da escola e da educação), Património do Livro, Memórias do Magistério, Museu da Escola Nacional 1941, Coleção Digital e Publicações. As propostas, as abordagens e a agenda indicam uma estrutura de trabalho definida, organizada e atual, que em simultâneo oferece diversidade, tendo em conta os temas e apresentações já disponíveis, relacionando o *material* com a história e com a atualidade¹¹.

Meda, aliás, apresenta, desta forma, a abordagem italiana, e distingue-a da espanhola ou iberoamericana,

“Os sólidos fundamentos antropológicos da cultura material da escola espanhola se fazem evidentes a partir da interpretação preponderante do material escolar como a manifestação material da memória educativa individual e coletiva, que tem recebido pouco apoio até o momento na Itália, sobretudo no âmbito museístico. Esta divergência se pode explicar, em parte, pela episódica colaboração entre os historiadores da educação que operam no âmbito acadêmico e os conservadores dos museus pedagógicos, que na Itália estão presentes em número exíguo e não organizados em rede. À diferença do que se sucede na Espanha, onde o nível de interação entre o mundo acadêmico e o museístico é muito mais elevado e tem produzido resultados frutíferos na última década, consistentes, por exemplo, na definitiva aprovação ao uso das fontes orais na pesquisa histórico-educativa e na elaboração do conceito de património imaterial da escola (também este de matriz expressamente antropológica)” (Meda, 2015, p. 11).

Esta abordagem da cultura material escolar foca a importância que cada objeto

¹⁰ Link não disponível para consulta a 21.06.2019.

¹¹ <http://www.indire.it/patrimoniostorico/> - consultado a 21.06.2019.

(criado, adquirido, utilizado e lembrado) tem para o indivíduo ou para a sociedade. Essa mesma importância abordada com o contributo de diferentes disciplinas, demonstrou o interesse público em torno desses objetos e apoia a criação do conceito de *património escolar*. Diversos investigadores consultados enumeram um conjunto de objetos, determinando o que constitui o património material da escola – Livros; cadernos; instrumentos de escrita (cabos e bicos-de-pena, canetas tinteiro, mais tarde canetas esferográficas, como também tinteiros, mata-borrão e papel secante); materiais didáticos (alfabetos, cadernos de completar pré-impressos para o início da escrita e modelos de caligrafia, ábacos, tábuas de contagem, régua e outros instrumentos de cálculo, mapas geográficos, globos terrestres, mapas mundé e planetários, atlas históricos, mapas de parede, painéis didáticos, modelos de cera e de plástico, modelos taxidérmicos, mostras de pesos e medidas e coleções científicas de natureza diversa); artigos que formavam o chamado “enxoval do aluno” (pastas escolares, aventais, uniformes e insígnias escolares); testemunhos de alunos e professores; o mobiliário da escola (carteira, estribo, quadro de giz e bancos) e os edifícios escolares.

Viñao Frago apresenta uma visão muito semelhante, considerando a análise pluridisciplinar de grande riqueza em qualquer tema, sublinhando a importância da memória/história da escola, a cultura escolar relaciona-se quase como intuitivamente com património escolar,

“La noción de patrimonio, por otra parte, se ha ampliado en las últimas décadas hasta desdibujarse. Las diversas acepciones que el diccionario de la Real Academia ofrece de la voz patrimonio, giran alrededor de dos ideas básicas: el patrimonio es algo valioso que se hereda o construye; al mismo tiempo es algo que se considera propio en el sentido de que forma parte de aquello de lo cual se es propietario. En otras palabras, no es algo estático, dado de una vez por todas e invariable, precisamente porque exige la conciencia o sentimiento de que nos pertenece, de que ese algo es de algún modo valioso y de que, por tanto, precisa ser conservado y protegido.” (Vino, 2011, p. 34)

Para o autor a escola tem dois elementos organizadores – o tempo e o espaço – estes definem os diferentes contextos. Mas em cada tempo a escola foi sempre um espaço de sociabilidade, de transmissão de saberes, costumes, tradições... criando produtos e dinâmicas particulares que são de grande interesse público e representativos da identidade de um povo, portanto são Património nas diferentes dimensões – material e imaterial. (Vino, 2011)

Agustín Escolano Benito compatriota de Viño Frago também tem desenvolvido um trabalho notável no âmbito da *cultura material escolar/património material escolar*,

associando os dois, ou seja, a constituição de um, resulta no outro e virse versa,

“La idea de patrimonio se asocia a la de identidad y refuerza al mismo tiempo el valor de la tradición. Los bienes de la escuela, que hasta hace poco fueron excluidos de los archivos de la memoria oficial – una memoria selectiva e interesada de hechos y obras notables, y que ahora se buscan, conservan y difunden, nos pertenecen porque nos definen como sujetos histórico-culturales en cuanto forman parte de nuestra identidad narrativa, sobre todo desde que la experiencia escolar entró a formar parte – a lo largo de los dos últimos siglos - de las formas de sociabilidad del común.” (Benito, 2010, p. 50).

O percurso destes autores define e demonstra uma abordagem muito importante que não pode ser posta de lado na reflexão sobre o tema em causa. Para a interpretação da materialidade escolar, o autor defende que esta deve ser acompanhada de uma perspectiva pluridisciplinar, desde o ponto de vista arqueológico, antropológico, sociológico, psicológico, etnográfico e museológico.

Este trajeto inicia-se com a observação e sinalização dos bens materiais que aos longo dos tempos têm habitado e partilhado o espaço escolar com os seus intervenientes, relacionando-os – os objetos – com o tempo, o espaço e os sujeitos, e interpretando-os, no sentido de promover conhecimento, um conhecimento que deve ser partilhado. Não é, portanto, suficiente identificar, recolher e salvaguardar. É também necessário pensar e criar formas apelativas e relevantes de disseminar esse conhecimento e de o colocar à disposição das diferentes disciplinas científicas. Como se tem provado, estes podem representar instrumentos ou fontes para o desenvolvimento de projetos de áreas distintas, mas de grande interesse para diferentes grupos¹².

“Los museólogos de nuestro tiempo han advertido, en otro orden de cosas, que un museo no es una mera colección de objetos completada convulsivamente ad infinitum, ni una exposición con un orden y un discurso invariables. La reconstrucción y exhibición pública de los elementos del patrimonio histórico-educativo, para eludir los anteriores riesgos, han de ir guiadas del ethos exigible a toda política de memoria necesaria, inteligente y justa, la que se orienta a la interpretación de la cultura y a la educación histórica de los ciudadanos y de los actores que intervienen en la educación. Lo demás seguramente sobra, porque es material repetitivo o escritura derrotada”. (Benito, 2010, p.46).

¹² Ver os projetos relacionados com o Alzheimer e Sherlock Holmes visita la escuela, com os quais o professor Benito está diretamente envolvido. (Benito, Património Material de la Escuela e Historia Cultural, 2010) (Benito, Arqueología y Rituales de la Escuela, 2015) (Benito, Património Material de la Escuela e Historia Cultural, 2010)

Como resposta a muitas das questões e reflexões realizadas por vários investigadores, Benito apresenta o projeto em construção física e virtual do CEINCE - Centro Internacional de la Cultura Escolar¹³, este define-se como um centro integral de documentação, pesquisa e interpretação de todos os aspetos relacionados com a cultura da escola numa perspetiva multidisciplinar e internacional e a sua estrutura divide-se em três áreas:

- Memória da escola e património da educação;
- Manuais e Cultura da escola;
- Sociedade do conhecimento.

Este Centro reúne um conjunto de projetos em ação criados e orientados por diferentes investigadores e com variadas atividades de forma a responder a muitas das reflexões realizadas ao longo dos últimos anos.¹⁴

Em Portugal a cultura material escolar / património escolar, segue a orientação ibero-americana, pois as reflexões dos investigadores vão ao encontro da relação dos sujeitos com os objetos, no tempo e no espaço e na produção de memórias que daí advêm.

Rogério Fernandes, considerado por muitos dos investigadores da área como o Mestre, “(...) que nos iniciou nas questões do património e da cultura escolar”¹⁵ e o coordenador científico do projeto “Projecto para um Museu Vivo da Escola Primária”¹⁶, escreve num dos seus artigos:

¹³ Entidade promovida pela Asociación Schola Nostra para el estudio y difusión de la cultura de la escuela.

¹⁴ Catalogação e divulgação do Fundo Documental de Manuais Escolares depositados no Centro; Incorporação ao banco de dados da Fundação Germán Sánchez Ruipérez e do site do Centro; Incorporação do Fundo à Base Virtual de Manes coordenada pelo Centro de Pesquisas em Manuais Escolares da UNED-Madri, onde participam mais de vinte universidades espanholas, europeias e latino-americanas; Criação e manutenção do Fórum sobre “*O Livro Escolar na Sociedade do Conhecimento*”, com a participação de autores, editores, designers, académicos e usuários de manuais; Assessoria em consultas in loco e remotas sobre os campos temáticos e documentários cobertos pelo Centro; Formação e mentoria de doutorandos, pesquisadores, bolsistas e profissionais da área temática da cultura da escola; Concepção, montagem e difusão de exposições temáticas, estáveis e itinerantes, sobre diferentes aspectos da cultura escolar; Desenvolvimento do programa do Arquivo da Memória da Educação com a coleta, registro e exploração de fontes orais, escritas, icônicas e materiais produzidas pelos atores da escola e outros círculos de sociabilidade; Organização de cursos, seminários, colóquios e encontros científicos e didáticos regionais, nacionais e internacionais em torno de temas relevantes nas áreas abordadas pelo Centro; Assistência técnica à Administração Regional no projeto de museização de um Itinerário Histórico Escolar sobre a escola rural de Castilla y León no século XX; Revitalização cultural em contextos de educação não formal com diversos coletivos. <https://www.ceince.eu/sobre-nosotros.html>

¹⁵ Note-se, por exemplo, que Maria João Mogarro lhe dedica o livro que coordenou “*Educação e património Cultural - Escolas, Objetos e Práticas*”

¹⁶

“(…) deste modo, a análise da escola remete-nos para duas vertentes que consistem: a) no enquadramento material da acção escolar e b) no tecido de relações interpessoais que sustenta a mesma acção.” (Fernandes, 2005, p. 10).

Para além disso a análise da escola, segundo Rogério Fernandes, baseia-se na equação entre a sua estruturação como instituição, a sua organização como espaço e na socialização vivida que aí decorre.

Margarida Felgueiras autora do projeto, acima referido, “*Projecto para um Museu Vivo da Escola Primária*” partilhou também na conferência - “*Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação*” a sua inquietude de longa data face a esta área:

“Situando-me desde os anos 80 no trabalho com a salvaguarda das fontes para a história da educação, na museologia da educação, no estudo do quotidiano e da herança cultural como campo de acção para uma intervenção educativa, a cultura material foi adquirindo cada vez mais importância no meu trabalho.” (Felgueiras, 2017, p. 154).

Entre numerosos projetos¹⁷ e textos, a autora tem vindo a refletir sobre conceitos relacionados com a *herança cultural*; *cultura material*; *património material*; *património imaterial*, e apresentado as suas importantes reflexões neste campo da materialidade da cultura escolar¹⁸.

“Conceptualizamos a herança educativa a partir do conceito de cultura material, tal como tem vindo a ser discutido e problematizado por historiadores, antropólogos e investigadores de estudos culturais. Procuramos ultrapassar a dicotomia entre história cultural e social através da descentração do social para criar espaço à armação do material, como dimensão básica do ser humano, onde cultura e sociedade se entrelaçam.” (Ibidem).

A cultura material, constituída pelo património material e imaterial é de extrema importância como fonte, mas a exploração desta só acontece de forma plena quando a abordagem é interdisciplinar,

“As fontes, enquanto objectos patrimoniais, são mobilizadas, esporadicamente, apenas em exposições. (...) assiste-se à angústia do/a historiador/a que procura salvaguardar as fontes, investindo energias na sua inventariação, descrição, propostas de estruturação de museus, centros de memória –, ou simples recolha de testemunhos, nos espaços e condições

¹⁷ “Para um Museu Vivo da Escola Primária”, (1997-2001); “EUBUILDIT – European Buildings and Information Technologies – Buildings – Testimony of European Cultural Heritage”, (2005-2008); “Escolas de Formação de Professores em Portugal: História, Arquivo, Memória”, (2009-2013) e Raízes da Educação para o Futuro (2018-2021), <https://orcid.org/0000-0003-3989-2379> - consultado a 23.05.2019.

¹⁸ (Felgueiras, 2000); (Felgueiras, 2005); (Felgueiras, 2011).

possíveis. O contacto com objectos variados ou com as memórias de seus usos leva quer à intervenção, no sentido da salvaguarda patrimonial da herança educativa, quer à teorização.” (Idem, p. 156)

Margarida Felgueiras, investigadora principal do projeto REduF, continua o seu trabalho na procura de um espaço que ultrapasse o mundo digital virtual e se estabeleça também fisicamente, pois a “(...) dicotomia sujeito e objeto, das memórias e dos esquecimentos, das tradições legitimadas e das subalternizadas na análise histórica da educação (...)” (Idem, p. 157), são fragmentos de grande significado e a sua relação perde-se na não-experiência, dado que a relação com os sentidos é de extrema importância para o ser humano. O reconhecimento da importância das distintas vantagens do mundo digital virtual não apaga as desvantagens e não substitui, de forma alguma, o espaço físico, esta investigadora continua a acreditar num(s) espaço(s) pluridisciplinar(es) para recolher, inventariar, descrever, tratar, conservar, disponibilizar uma diversidade de fontes e criar narrativas de forma a salvaguardar a herança educativa, “(...) envolvendo jovens investigadores como parte do seu plano de formação. Não amamos o que desconhecemos, não salvaguardamos o que nos é indiferente.” (Idem, 167)

A história da educação tem vindo ao longo dos anos a acompanhar, a recolher, a refletir, a estudar o percurso da escola nas suas diversas áreas, de forma a dar a conhecer este percurso. A alteração do número de alunos, o despovoamento das zonas rurais, principalmente no interior, o mau estado de conservação de muitos dos edifícios escolares e a tendência de reestruturar o espaço escolar, deu lugar a novos projetos de arquitetura, novos espaços, novos mobiliários, novos materiais. Toda esta renovação, vota ao abandono edifícios, mobiliário e materiais, surgindo assim, a urgência de estudar estes *fragmentos* do nosso passado, tornando o património escolar preeminente para investigadores nacionais e internacionais.

O Ministério da Educação, entre as diferentes lideranças e diferentes projetos políticos, apresentou algumas medidas direcionadas à salvaguarda e divulgação do património educativo, como se pode ver no quadro seguinte:

DATAS	AÇÕES
1986	PORTARIA 130/86 ESTABELECE OS PRAZOS DE CONSERVAÇÃO EM ARQUIVO DOS DOCUMENTOS EXISTENTES EM ESTABELECIMENTOS DOS ENSINOS PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIO
1987	PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL, BIBLIOGRÁFICO E MUSEOLÓGICO DOS ESTABELECIMENTOS NÃO SUPERIORES COM MAIS DE 30 ANOS
1989	criação do arquivo histórico integrado na divisão de documentação da SG/ME
1990	INSERIDO NO PLANO DE COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DO ME ORGANIZA AS EXPOSIÇÕES “PASSADO DA ESCOLA, O FUTURO DO ENSINO” COMISSARIADAS POR LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES
1993	LEI ORGÂNICA DA SECRETARIA GERAL, DETERMINA PELA 1ª VEZ FUNÇÕES DE SALVAGUARDA, TRATAMENTO E DIFUSÃO DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO DO ME
1996	criação da direção de serviços de arquivo e documentação com a missão de recolher a documentação produzida, valorizar, classificar, inventariar, conservar e gerir de forma integrada os arquivos do ME • CRIAÇÃO DO GABINETE DA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES • SURTIU O PRIMEIRO GRANDE LEVANTAMENTO DOS ESPÓLIOS ARQUIVÍSTICOS, BIBLIOGRÁFICO E MUSEOLÓGICO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO NÃO SUPERIOR EM PORTUGAL • DO ME • CRIAÇÃO DO GABINETE DA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES • SURTIU O PRIMEIRO GRANDE LEVANTAMENTO DOS ESPÓLIOS ARQUIVÍSTICOS, BIBLIOGRÁFICO E MUSEOLÓGICO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO NÃO SUPERIOR EM PORTUGAL • CRIAÇÃO DO GABINETE DA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES • SURTIU O PRIMEIRO GRANDE LEVANTAMENTO DOS ESPÓLIOS ARQUIVÍSTICOS, BIBLIOGRÁFICO E MUSEOLÓGICO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO NÃO SUPERIOR EM PORTUGAL
1998	criação do instituto histórico da educação que passou a ter as competências do arquivo histórico
2003	PROJETO SIDIME (SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO) QUE PRETENDIA CRIAR, O CATÁLOGO BIBLIOGRÁFICO ÚNICO PARA OS NÚCLEOS DOCUMENTAIS EXISTENTES NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CRIAR UMA BASE DE DADOS DO ARQUIVO HISTÓRICO E CRIAR UMA BASE DE DADOS PARA O PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO DA EDUCAÇÃO
2004	PORTARIA DE GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
2005	PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, A SECRETARIA GERAL E A DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MÓVEL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
2006	SÃO DISPONIBILIZADAS AS BASES DE DADOS DE BIBLIOTECA, ARQUIVO E MUSEU
2007	ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A PARQUE ESCOLAR EPE E SECRETARIA GERAL

Quadro 2: Ações do Estado Português relativamente à valorização, preservação e divulgação do *Património*.

O levantamento realizado em 1996 é considerado por Margarida Felgueiras e muitos outros investigadores da área, como o início de um trabalho pluridisciplinar articulando várias valências. Este surgiu no âmbito da ação de um grupo de trabalho nomeado pelo Ministro da Educação e coordenado pelo Professor Doutor António Nóvoa com o intuito de:

“(…) estudar as características da instalação e funcionamento de um arquivo histórico do Ministério da Educação, em articulação com um centro de estudos em história

da educação, com um museu (ou uma rede de museus) da educação e uma biblioteca de apoio a estas várias atividades (...)”¹⁹.

Este trabalho permitiu esboçar a situação do património educativo. Sendo o *Instituto Histórico da Educação* criado em 1998, mas extinto em 2002. Deste projeto fica a ligação e sensibilização que foi estabelecida com as escolas que participaram, a certeza que muito do património escolar estava em bom estado de conservação.²⁰ Ficou ainda a publicação²¹ que descreve as iniciativas e preocupações deste grupo de trabalho. Infelizmente, não conseguiu dar continuidade ao trabalho estabelecido devido à falta de recursos humanos e materiais necessários. (Mogarro & Namora, 2015, pp. 28-29)

Apesar das dificuldades sentidas, a Secretaria Geral do Ministério da Educação²² deu início ao programa SIDIME – *Sistema Integrado de Documentação e Informação do Ministério da Educação*, em 2003, numa das vertentes desse programa enquadrou-se o projeto “Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação” com o objetivo de:

“(...) proceder ao inventário e digitalização dos bens de interesse museológico sob tutela do Ministério da Educação que se encontram em antigos liceus e escolas técnicas, com vista a salvaguardar, proteger e divulgar esses bens. Este projecto integra escolas secundárias de diversas regiões do país.” (Mogarro, Gonçalves, Casimiro & Oliveira, 2010, p.156).

O objetivo do programa na 1ª fase²³ – 2004/2005 – baseou-se na realização do inventário e da digitalização dos bens de interesse museológico sob a tutela do ME que se encontrassem em antigos Liceus e Escolas Industriais. A metodologia desenvolveu-se num trabalho de equipa entre os professores das respetivas escolas que participavam no projeto,

¹⁹ Desp. 137/ME/96 - “Arquivo – Biblioteca – Museu da Educação e Centro de Estudos em História da educação. – A preservação de documentos e materiais do Ministério da Educação e das escolas, bem como a sua disponibilização e divulgação, são tarefas importantes e de interesse nacional, que competem ao Ministério da Educação. Conservar a memória da educação é uma medida essencial para consolidar o presente e fundamentar o futuro.”

²⁰ “De entre estas escolas, 26 já possuíam então projetos museológicos próprios ou em colaboração, o que demonstra a existência de uma dinâmica significativa pela preservação e divulgação do seu património institucional.” (Mogarro, Gonçalves, Casimiro & Oliveira, 2010, p.161).

²¹ Nóvoa, A. (coord.)(1998). *Instituto Histórico da Educação*. Lisboa: Ministério da Educação.

²² Decreto Regulamentar n.º 18/2012 de 31 de janeiro; Artigo 2º Missão e atribuições 2. m) Preservar e valorizar, de acordo com as orientações da política do património cultural, o património histórico da educação e da ciência, nas componentes arquivística, bibliográfica e museológica, sem prejuízo das competências conferidas a outros órgãos, serviços e organismos do MEC.

²³ 1ª fase 2004/2005 com início no dia 8 de novembro de 2004 com a assinatura do Protocolo de colaboração entre o Instituto Português de Museus (IPM), a SG/ME e a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (3 escolas). (Mogarro & Namora, 2015, pp. 38-39)

SG/ME e IPM. As equipas de professores formadas nas escolas participantes tiveram formação na área da História da Educação, da inventariação de coleções e na utilização do *software* Matiz. A SG/ME constituiu um grupo de trabalho que fazia a gestão e a dinamização do projeto em coordenação com os técnicos do IPM, nesse contexto foi realizado pela equipa definida nesta parceria, um *Guia Prático de Inventário* para auxiliar no preenchimento de cada “*campo*” da ficha Matriz uniformizando assim, o exercício da inventariação. A SG/ME equipou todas as escolas afetadas ao projeto com material informático (*hardware* e *software*), material fotográfico e material necessários ao trabalho de inventariação e digitalização. No fim do ano letivo foi feita a avaliação:

“Os resultados obtidos permitiram-nos verificar que, apesar da grande aceitação do projecto entre a comunidade educativa, havia aspetos sobre os quais os professores tinham dificuldades e que necessitavam de um acompanhamento mais personalizado, específico e científico.” (Mogarro, Gonçalves, Casimiro & Oliveira, 2010, p.164).

Na 2ª fase²⁴ – 2005/2006 – o objetivo centrou-se no aumento do número de escolas participante. O protocolo com o IPM não se manteve e o projeto passa a ser assessorado com a consultadoria científica da especialista em História da Educação Maria João Mogarro e com a integração da museóloga Inês Oliveira, com experiência na base de dados Matriz.

No decorrer da 3ª fase²⁵ – 2006/2007 – o objetivo principal manteve-se, aumentar a rede de escolas a participar e a contribuir na recolha, inventariação e digitalização dos seus espólios. Os professores receberam formação específica na área da inventariação de coleções e na área da fotografia. Durante o desenvolvimento do projeto, para além da inventariação e digitalização dos bens de interesse museológico realizados em 14 escolas, determina-se um conjunto de novos procedimentos e novas formas de trabalhar instaurando-se novos dinamismos no campo da divulgação, nomeadamente:

- Instalação da plataforma da “MatrizWeb”²⁶ que oferece a visita ao “Museu Virtual da Educação”;

²⁴ 2ª fase – alargamento do projeto a outras escolas da DRELVT - 2005/2006 – o projeto foi alargado a mais 5 escolas da DRELVT. (Mogarro, Maria João; Namora, Alda, 2015, pp. 38-39) e a Escola Secundária de Camões saiu do projeto. (Mogarro, Gonçalves, Casimiro & Oliveira, 2010, p.165).

²⁵ 3ª fase – alargamento do projeto a escolas das DRE do Centro e Alentejo - 2006/2008 – integraram mais 3 escolas da DREC (Direção Regional de Educação Centro) e a 3 escolas da DREA (Direção Regional de Educação Alentejo). (Mogarro, & Namora, , 2015, pp.38-39).

²⁶ “MatrizWeb – como o Programa Matriz, para além do inventário dos objetos (Ficha Matriz) e da gestão das coleções, permite o acesso e a pesquisa às mesmas, foi instalada em Maio de 2005, no sítio do Museu Virtual da

- “Exposições Temáticas”;²⁷
- A “Peça do Mês”²⁸ atividade criada de forma a divulgar o melhor do inventário realizado e motivar a comunidade escolar a olhar para o seu espólio;
- Comemoração do “Dia Internacional dos Museus”²⁹ pela SG/ME com a organização de vários eventos, desafiando a comunidade escolar e todos aqueles que se sentem envolvidos com a escola e património, a participar e intervir;
- A organização de uma exposição refletora do trabalho final realizado em cada uma das escolas participantes, em regime de itinerância com o tema: “Um olhar sobre o património Museológico da Educação”³⁰ (que inaugurou nas montras do Ministério da Educação e seguiu o seu percurso pelas escolas participantes);
- Apresentação do blogue “Património do Ensino & da Educação” – BAME³¹ foi tornado público no dia 16 de Maio de 2008, no âmbito das comemorações do “Dia Internacional dos Museus”;
- Preservação e/ou criação de Museus de Escola ou Núcleos Museológicos;
- Desenvolvimento de atividades, exposições e palestras relacionadas com o Património Escolar entre as comunidades educativas de diferentes escolas.

O conjunto de atividades desenvolvidas ao longo deste projeto marcam uma grande passada neste percurso de salvaguarda e divulgação do património escolar, como refere Mogarro no artigo apresentado no VII Congresso Luso-Brasileiro de História de Educação³² que muito ajuda no conhecimento deste grande projeto.

Durante este período, surge também um grande projeto na área da educação, este destina-se à modernização das Escolas Secundárias, “Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário”,³³

Educação/ Património Museológico, a primeira exposição na plataforma Matrizweb, que serve simultaneamente, como fonte de informação e de divulgação dos acervos museológicos”. (Mogarro, Gonçalves, Casimiro, & Oliveira, 2010, p.176).

²⁷ Exposições temáticas - “*Instrumentos Científicos da Educação*, em 2006 e *Imagens Parietais da Educação*, em 2007, instaladas na aplicação da plataforma eExhibitions. (Mogarro, Gonçalves, Casimiro, & Oliveira, 2010, p. 173).

²⁸ Peça do Mês – “(...) também em 2006, o grupo de trabalho da SG iniciou a atividade Peça do Mês com o objetivo de salientar, todos os meses, uma peça de entre as melhores inventariadas pelas escolas (...)”. (Mogarro, Gonçalves, Casimiro, & Oliveira, 2010, p. 173).

²⁹ Desde 2005.

³⁰ *Um olhar sobre o património Museológico da Educação* – inaugurou durante o mês de março de 2008. (Mogarro, Gonçalves, Casimiro, & Oliveira, 2010, p.173).

³¹ Consultar em: <http://projectobame.blogspot.com>

³² Realizou-se no Porto, de 20 a 23 de Junho de 2008.

³³ Aprovado em Conselho de Ministros a 06 de Dezembro de 2006.

“(…) visa a adopção de medidas e acções que invertam o progressivo estado de degradação e desactualização dos estabelecimentos destinados ao ensino secundário.

Para coordenar a execução do programa, o Governo criou a Parque Escolar, uma empresa pública empresarial que será ainda responsável pelo controlo de custos e por assegurar as fontes e modelos de financiamento.”³⁴

As orientações da Política Educativa Nacional visam criar condições para que as escolas do ensino básico e secundário tenham espaços com arquiteturas pensadas e atualizadas às novas realidades³⁵; abram a escola à comunidade³⁶; criem um sistema eficiente e eficaz de gestão³⁷ e reduzam o impacte ambiental³⁸.

O “Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário” e a necessidade de dar continuidade ao projeto de “Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação”, deu lugar ao Protocolo entre a Parque Escolar (E.P. E.) e a SG/ME³⁹ com a denominação BAME (Bibliotecas, Arquivos e Museus de Educação). Pelo Acordo ficou estabelecido que:

“(…) é da responsabilidade da Secretaria Geral assegurar a coordenação operacional das intervenções a executar nas escolas nas áreas dos arquivos, do património museológico e do património bibliográfico(…)” e “(…)é da responsabilidade da Parque Escolar, E.P.E.

³⁴https://www.rtp.pt/noticias/pais/governo-apresenta-programa-de-modernizacao-escolas-secundarias_n42027, consultado em agosto de 2019.

³⁵ “Recuperar e modernizar os edifícios: corrigir problemas construtivos e infra-estruturais; melhorar condições de segurança | habitabilidade | conforto ambiental | acessibilidade; adequar espaços lectivos a exigências curriculares + práticas pedagógicas; modernizar equipamentos e infra-estruturas de apoio lectivo | plano tecnológico; garantir flexibilidade | adaptabilidade | durabilidades dos espaços (lectivos e não lectivos)”, [https://www.aeamares.com/esa_antigo/images/stories/Fase%204-apresentacao\(TVH\).pdf](https://www.aeamares.com/esa_antigo/images/stories/Fase%204-apresentacao(TVH).pdf) consultado em agosto de 2019

³⁶ Abrir a escola à comunidade: “recentrar as escolas nos meios urbanos em que se inserem; permitir a utilização da escola pela comunidade em horários pós ou extraescolares; formação pós-laboral | eventos culturais e sociais | desporto e lazer”, [https://www.aeamares.com/esa_antigo/images/stories/Fase%204-apresentacao\(TVH\).pdf](https://www.aeamares.com/esa_antigo/images/stories/Fase%204-apresentacao(TVH).pdf). consultado em agosto de 2019

³⁷ Criar um sistema eficiente e eficaz de gestão: “garantir intervenções pontuais de reparação; garantir intervenções programadas de conservação e manutenção; garantir formação, acompanhamento e responsabilização dos utilizadores para a correcta utilização das instalações e dos equipamentos; garantir plena utilização das instalações; permitir a alteração do actual modelo de financiamento da conservação e manutenção”, [https://www.aeamares.com/esa_antigo/images/stories/Fase%204-apresentacao\(TVH\).pdf](https://www.aeamares.com/esa_antigo/images/stories/Fase%204-apresentacao(TVH).pdf). consultado em agosto de 2019

³⁸ Reduzir o impacte ambiental: “utilização de materiais reciclados e amigos do ambiente; minimização de impactes ambientais durante e após o período de obra; adopção de soluções técnicas conducentes à sustentabilidade; garantir eficiência energética e auto-suficiência por recurso a energias renováveis”, [https://www.aeamares.com/esa_antigo/images/stories/Fase%204-apresentacao\(TVH\).pdf](https://www.aeamares.com/esa_antigo/images/stories/Fase%204-apresentacao(TVH).pdf). consultado em agosto de 2019

³⁹ Assinado a 30 de março de 2007 e revisto a 22 de dezembro de 2008

assumir todos os encargos com os recursos humanos e logística necessários à operacionalização do projeto”⁴⁰.

Sendo assim, a equipa foi reestruturada ficando a cargo da Parque Escolar⁴¹ e os professores deixaram de fazer parte efetiva da equipa, surgem como meros colaboradores.

Os objetivos do respetivo acordo visavam a conclusão do processo de inventariação nas Escolas do Ensino Secundário nas áreas arquivística, bibliográfica e museológica, constituindo, “(...) o repositório sobre o estado de conservação e a localização das fontes da Memória da Educação”⁴².

Em 2009 o BAME apresentava 11 575 objetos e 20 990 imagens inventariadas em 77 escolas de 14 distritos⁴³, em fevereiro de 2010 o BAME acrescenta aos números de 2009 mais 1 469 objetos e 5 071 imagens inventariadas na base de dados, em mais 14 escolas e no fim do ano contabilizava 112 escolas em todos os distritos do país⁴⁴.

Atualmente quando se visita o website da SG/ME⁴⁵ na extensão cultural, o utilizador pode optar entre: BAME – blogue da educação e Ciência; Museu Virtual da Educação; Conferências “*Em Redor da Memória*” e Exposições na Sala de Leitura.

O blogue *BAME*⁴⁶ manifesta atividade, a atividade iniciada em 2006 *A Peça do Mês* continua a ser apresentada, são divulgadas exposições, formações e encontros científicos relacionados com o Património do Ensino & da Educação. No histórico do blogue, para além das atividades relacionadas divulgadas, também se pode acompanhar os inventários que se foram realizando pelas escolas secundárias do país.

O *Museu Virtual da Educação*⁴⁷ oferece: 72 exposições virtuais, que apresentam uma visão panorâmica de um conjunto de fotografias de objetos relacionados, uma sinopse e uma base de dados que permite aos utilizadores efetuarem estudos sobre 148 estabelecimentos de ensino e outras entidades dos setores da Educação e Ciência⁴⁸ num total de 35.669 objetos. A

⁴⁰ <https://www.parque-escolar.pt/docs/site/pt/empresa/parcerias-BAME-parque-escolar.pdf>.

⁴¹ Equipas multidisciplinares constituídas por 13 técnicos em 2009 e 10 técnicos em 2010.

⁴² <https://www.parque-escolar.pt/docs/site/pt/empresa/parcerias-BAME-parque-escolar.pdf>.

⁴³ Lisboa; Porto; Beja; Portalegre; Setúbal; Leiria; Santarém; Braga; Aveiro; Viseu; Viana do Castelo; Évora; Coimbra e Guarda.

⁴⁴ Em março de 2011 a SE/ME e a Parque Escolar promovem no palácio Valadares o “*Encontro sobre o Património da Educação*” de forma a mostrar cenários para o futuro e fazer uma síntese das recomendações recolhidas do debate. <http://www.parque-escolar.pt>, consultado em 28 de fevereiro de 2019.

⁴⁵ <http://www.sec-geral.mec.pt> - consultado a 04.03.2019.

⁴⁶ <http://projectobame.blogspot.com> - Consultado a 16.03.2019.

⁴⁷ <http://edumuseu.sec-geral.mec.pt> - consultado a 17.03.2019

⁴⁸ 135 Escolas Secundárias, 3 Escolas de 2º e 3º ciclo; 3 Escolas Profissionais; o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira; Secretaria-Geral; Mocidade Portuguesa; Instituto de Apoio Sócio-Educativo/Rede Nacional de Residências para Estudantes; MEC/Coro da Secretaria-Geral e o Espólio Professora Margarida Lucas Leal.

base de dados do Museu Virtual da Educação encontra-se sempre aberta a novas introduções de espólios museológicos, os professores que manifestem o interesse em realizar o inventário museológico dos acervos das suas escolas devem entrar em contato com a SG/ME, que os informa dos parâmetros a obedecer e os dados e fotos devem ser remetidas à SG/ME (anexo IV e anexo V)⁴⁹, para que possam ser carregadas nas fichas de inventariação no Programa INART, disponibilizado pela empresa Sistemas de Futuro, tornando-os disponíveis na plataforma on-line.

Neste contexto, a SG/ME define património museológico escolar:

“Os materiais que se relacionam com o contexto pedagógico, constituem uma importante fonte para o conhecimento e compreensão da realidade educativa. Os materiais didácticos ligados à história da instituição, ou seja, o acervo próprio de cada escola, devem ser avaliados para que se possa ter informações relevantes acerca da origem das peças, do seu valor histórico e do seu enquadramento.

No que respeita às balizas cronológicas, aponta-se para objectos até à década de 1970.”⁵⁰

No documento de apoio “Património Museológico Escolar – Manual de Procedimentos Recomendado” (anexo IV) que a SG/ME disponibiliza, transmite algumas recomendações, “(...) na tentativa de uniformizar procedimentos e metodologias, prestar apoio às escolas e ir ao encontro das suas necessidades.”; reforça a importância da valorização do Património escolar, “É essencial valorizar e conhecer o património escolar para a preservação da identidade da instituição e para reforçar os laços com o tecido social envolvente. O estudo desse património educativo é vital para a compreensão da escola, do seu percurso e é igualmente uma forma conservar a memória colectiva das várias gerações. A divulgação do património irá ao encontro dos novos actores (alunos) e ajudará ao estabelecimento de laços de proximidade com a escola.”; apresenta uma tabela que relaciona a tipologia dos objetos com a área disciplinar; explana o conceito de Inventário Museológico e numera medidas preventivas nos espaços e para o acondicionamento e transporte das peças.⁵¹

No espaço dedicado às Conferências “*Em Redor da Memória*” é possível consultar o conteúdo das 11 conferências promovidas entre 2016 e 2018⁵².

⁴⁹ Anexo IV: Manual de Procedimentos/ BAME Museu

Anexo V: Património Museológico Escolar/ Manual de Procedimentos Recomendados

⁵⁰ <http://193.137.22.223/fotos/editor2/patrimoniomuseologicoescolar.pdf>, consultado em agosto de 2019

⁵¹ <http://193.137.22.223/fotos/editor2/patrimoniomuseologicoescolar.pdf>, consultado em agosto de 2019

⁵² <https://www.sec-geral.mec.pt/pagina/conferencias>, consultado a 23.08.2019, consultado em agosto de 2019

No espaço das *Exposições na Sala de Leitura* são apresentadas pequenas descrições, com fotos focadas em objetos de forma a sinalizar e sintetizar o tema de estudo divulgado, nas 13 exposições realizadas na Sala de Leitura.⁵³

Todo o trabalho desenvolvido pelo Ministério de Educação relativamente ao Inventário e Digitalização do património Museológico da Educação – um Projeto de Preservação e Valorização do Património Educativo é apenas referente secundário (entre os antigos liceus e as escolas industriais), sem qualquer referência ao ensino primário.

Em 2010 Maria João Mogarro coordena o projeto de investigação⁵⁴ *Educação e Património Cultural: escolas, objetos e práticas*, este pretende dar continuidade ao trabalho já realizado e especificar as novas perspetivas sobre cultura escolar e a materialidade. *Redescobrir a história da escola através da materialidade* foi o ponto de partida para este projeto, com a duração de três anos.

O estudo deste trabalho apresentou-se como um fio condutor para o trabalho aqui apresentado, sintetizando o que foi realizado e acrescentando dados para ampliar os conhecimentos na área,

“Espera-se que o projeto que aqui se apresenta constitua um novo impulso no estudo do património educativo, estabelecendo a convergência entre os seus elementos constituintes e fatores diversos que com eles se articulam, no cruzamento de movimentos que vêm do passado e chegam até nós, entrelaçando-se com os desafios do presente (...)” (Mogarro & Namora, 2015, p. 41).

Inicialmente foi realizado um levantamento nacional e internacional da principal produção bibliográfica relacionada com o tema (anexo VI); procedendo-se à análise das várias dimensões do desenvolvimento de estudos sobre escolas do primeiro ciclo; segundo ciclo; antigos liceus; antigas escolas técnicas – industriais, comerciais, agrícolas e artística; a educação feminina e educação colonial, muito presente num largo período de tempo; efetuaram-se pesquisas nos arquivos, bibliotecas históricas e fundos bibliográficos que revelam a dimensão material da educação, como Maria João Mogarro refere:

“O património educativo que chegou até nós é variado e inclui a arquitectura escolar, o espaço envolvente e a sua organização, os equipamentos, os materiais de uso quotidiano, os materiais didáticos (instrumentos científico-didáticos, quadros parietais, etc.), os meios audiovisuais, os trabalhos de alunos, os cadernos escolares, etc. Também abarca materiais

⁵³ <https://www.sec-geral.mec.pt/pagina/exposicoes>, consultado a 23.08.2019

⁵⁴ Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a duração de 3 anos.

em suporte de papel correlacionados com os objectos referidos como catálogos de casas editoras, manuais de ensino (que incorporam os materiais didácticos nos processos de ensino-aprendizagem prescritos), documentos de arquivo (requerimentos, recibos, inventários), e literatura articulada com o tema. A imprensa de educação e ensino ocupa um lugar importante, pela divulgação que faz destes objectos e pelos artigos de professores onde se aborda a utilização dos mesmos em contexto de sala de aula”⁵⁵.

A reunião de toda a informação ofereceu a toda a equipa a noção da realidade desta área, para assim se estabelecerem objetivos e percursos de ação. (Mogarro & Namora, 2015, p.10)

Passados os três anos, este reuniu e construiu, conhecimento sobre a área e estabeleceu conexões com equipas de outros países com o mesmo objeto de estudo de forma a partilhar conhecimento, modos de ver, modos de fazer⁵⁶; um congresso internacional⁵⁷; editou-se um livro⁵⁸, que reúne vários textos sobre o património educativo português e criou-se a estrutura para um Museu Virtual da Educação (MUVE),⁵⁹ este definido inicialmente como uma das metas, pois surgia como o veículo de divulgação onde a informação (recolhida e trabalhada) sobre as coleções ficaria disponível para consulta pública.

O MUVE apresenta uma estrutura que abrange o ensino no seu todo – Educação Infantil; Ensino Elementar; Ensino Preparatório; Ensino Liceal; Ensino Normal; Ensino Técnico; Educação Feminina e Educação Colonial. Quando o utilizador carrega numa das opções surge a planta do espaço destinado ao nível de ensino pretendido, organizado por secções ou núcleos: Arquitetura, Espaços e Atores; Equipamento e Material de Apoio; Materiais Didáticos; Trabalhos Escolares e por fim Diversos, cada secção tem um texto de enquadramento e cada elemento, objeto de inventariação, surge com descrição, respetiva ficha de inventário e por vezes um pdf “*saber mais*”. O MUVE partilha muito mais do que um inventário, mas este, ficou ainda com muitos campos “*em construção*”.

⁵⁵ <http://www.ie.ulisboa.pt/projetos/educacao-e-patrimonio-cultural-escolas-objectos-e-praticas>, consultado a 20.04.2019.

⁵⁶ O Colóquio “*Educar, aprender e viver em Portalegre: percursos de investigação e intervenção*” realizado em Portalegre em Novembro de 2010; o Colóquio Internacional: “*Os Rituais Escolares, em Gestos e Objetos*” realizado em fevereiro de 2011 no IEL; um evento científico internacional Histories of Education Summer School “*Researching Histories of Educational Spaces, Discourses and Sources*” realizado no IEL entre 7 e 10 de julho de 2012, o Colóquio “*Educação e Património Cultural: Escolas, objetos e práticas*” no IEL em julho de 2013; entre outros.

⁵⁷ IX Congresso Luso Braliseiro de História da Educação, com o tema “*Rituais, Espaços e Patrimónios Escolares*”, realizado de 12 a 15 de julho de 2012 no Instituto de Educação de Lisboa

⁵⁸ *Educação e património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas*, 2015, Edições Colibri, Lisboa

⁵⁹ Link: <http://muve.ie.ul.pt.-> consultado em fevereiro de 2019.

Quando explorado, na secção do *Ensino Elementar* podem contabilizar-se 9 fichas de inventário na secção da *Arquitetura* (anexo VII); 5 fichas de inventário na secção *Equipamentos Materiais de Apoio* (anexo VIII); 12 fichas de inventário na secção *Materiais Didáticos* (anexo IX); 1 fichas de inventário na secção *Trabalhos Escolares* (anexo X) e 1 elemento, sem ficha de inventário na secção *Diversos*.⁶⁰

Na sequência da exploração do Património Escolar, relacionado com o Ensino Primário reuniu-se a informação da inventariação realizada e disponibilizada no MUVE (anexo VII, VIII, IX e X), com o intuito de normalizar e apoiar a construção de um documento nacional de apoio à inventariação do Património Escolar do Ensino Primário. Relativamente ao inventário dos edifícios escolares organizaram-se as informações recolhidas numa tabela de Tipologia de Edifícios Escolares do Ensino Primário (apêndice B) para apoiar a identificação de muitos dos edifícios, deste nível de ensino, espalhados pelo território. Contudo, os dados divulgados por esta ferramenta são de número reduzido.

⁶⁰ Link: <http://muve.ie.ul.pt>.- consultado em abril de 2019

3. Mapeamento de trabalhos científicos “Património Escolar do Ensino Primário”

No presente trabalho, parte-se do princípio que - reconhecer, inventariar e caracterizar os trabalhos realizados por outros investigadores oferece uma visão alargada do tema e uma participação ativa na preservação da memória e do património cultural educacional. Nesta perspetiva, julgou-se necessário desenvolver uma pesquisa sobre os trabalhos publicados no campo da História do Ensino Primário em Portugal e em outros campos que têm demonstrado interesse sobre o Património Escolar do Ensino Primário. O trabalho que aqui se apresenta, apoiará a compreensão do tema que em simultâneo localiza fontes de investigação e deteta lacunas na abordagem científica do tema, indicando futuros caminhos para a investigação na área (Magalhães, 2007, pp. 13-34).

O levantamento dos trabalhos científicos (teses e dissertações) desenvolvidos nas universidades públicas portuguesas foi o objeto de estudo desta parte do trabalho e baseia-se, de maneira geral, na abordagem que Ibáñez-Etxberria e Olaia Fontal (2017) apresentaram a propósito da investigação de Educação Patrimonial em Espanha. Este definiu-se através de indicadores de alto impacto, utilizando marcos de pesquisa científica padronizados para todas as áreas do conhecimento e homólogos a outros contextos. Para tal, consideraram a realização de teses de doutoramento e dissertações de mestrado, o desenvolvimento de projetos de investigação competitivos e artigos científicos.

Neste caso, tendo em conta o período de realização do estudo, o foco da investigação direcionou-se para a produção científica de dissertações e teses realizadas em Universidades Públicas Portuguesas, do tema em causa, definindo-as como os indicadores de alto impacto. A pesquisa de artigos científicos e a realização de projetos foi realizada, mas não de forma quantitativa, tendo em conta o período de estudo estabelecido. A produção científica de teses de doutoramento e dissertações mestrado, permite identificar as linhas de investigação que se têm estudado, estabelecer genealogias de pesquisa que refletem a evolução da área e incitar para futuras linhas de investigação.

Para estruturar a investigação definiram-se quatro etapas: definição de descritores de pesquisa (I); realização de pesquisa e recolha de informação para base de dados (II); análise de dados (III) e conclusões (IV).

3.1. Definição de descritores de pesquisa

O processo de investigação iniciou-se pela construção de descritores de pesquisa. Identificaram-se as áreas de produção científica que poderiam abordar o “*objeto de estudo*” – *Património Escolar do Ensino Primário*, e definiram-se os descritores temáticos através de pesquisa de palavras relacionadas com o contexto, de forma a abranger o património material (móvel e imóvel) e imaterial relacionado com o Ensino Primário, tendo como referência alguns trabalhos realizados com a mesma metodologia, a fim de circunscrever a primeira amostra (Fontal & Etxeberria, 2017, pp. 190-191).

Após a identificação das quatro áreas temáticas de produção científica e a identificação de cinco descritores temáticos estabeleceu-se uma conexão entre os mesmos, definindo assim, os descritores de pesquisa, que concedem uma visão transdisciplinar, como se pode observar nos quadros seguintes (Quadro 3 e Quadro 4):

ÁREAS TEMÁTICAS	DESCRITORES TEMÁTICOS
A - Património	1 - ensino primário
B - Museologia	2 - memórias escolares
C - Antropologia	3 - edifícios escolares
D - História	4 - material escolar
	5 - material didático

Quadro 3: Áreas temáticas e Descritores temáticos.

DESCRITORES DE PESQUISA				
A1 Património+ ensino primário	A2 Património+ memórias escolares	A3 Património+ edifícios escolares	A4 Património+ material escolar	A5 Património+ material didático
B1 Museologia+ ensino primário	B2 Museologia+ memórias escolares	B3 Museologia+ edifícios escolares	B4 Museologia+ material escolar	B5 Museologia+ material didático
C1 Antropologia+ ensino primário	C2 Antropologia+ memórias escolares	C3 Antropologia+ edifícios escolares	C4 Antropologia+ material escolar	C5 Antropologia+ material didático
D1 História+ ensino primário	D2 História+ memórias escolares	D3 História+ edifícios escolares	D4 História+ material escolar	D5 História+ material didático

Quadro 4: Categorização temática: áreas temáticas e descritores temáticos.

3.2. Realização de pesquisa e recolha de informação para base de dados

As pesquisas foram realizadas no Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP)⁶¹, pois este reúne os repositórios das Universidades e Institutos Politécnicos públicos, definidos para o estudo, com base nos descritores de pesquisa definidos anteriormente e a construção de uma base de dados no Excel com a informação: Autor; Título; Palavras-chave; Resumo; Ano; URI; Orientador e Instituição.

Tendo em conta que o Património Escolar do Ensino Primário é uma área bastante específica, não se definiram balizas cronológicas, para não descartar trabalhos mais antigos e articularam-se quatro áreas de produção científica, na perspetiva de reunir a visão de diferentes disciplinas que podem ir ao encontro do tema. A dimensão da amostra recolhida (Quadro 5), baseada nas decisões apresentadas anteriormente, foi enorme, se por um lado, muitos dos trabalhos surgiam em mais que um descritor de busca, por outro, muitos nada tinham a ver com o tema.

DESCRITORES DE PESQUISA				
Património+ ensino primário	Património+ memórias escolares	Património+ edifícios escolares	Património+ material escolar	Património+ material didático
Museologia+ ensino primário	Museologia+ memórias escolares	Museologia+ edifícios escolares	Museologia+ material escolar	Museologia+ material didático
Antropologia+ +ensino primário	Antropologia+ memórias escolares	Antropologia+ edifícios escolares	Antropologia+ material escolar	Antropologia+ material didático
História+ ensino primário	História+ memórias escolares	História+ edifícios escolares	História+ material escolar	História+ material didático

6801

Quadro 5: Descritores de pesquisa e resultados para dissertações e teses (dados recolhidos no período de 14.01.2019 a 10.02.2019).

3.3. Análise de dados

Tendo em conta que amostra recolhida era muito grande, criou-se uma coluna na base de dados que reunisse os diferentes descritores que se associavam ao mesmo trabalho, a amostra diminuiu consideravelmente para menos de metade. De seguida, construiu-se um quadro que ajudasse a organizar o trabalho por categorias, como podemos observar (Figura 1):

⁶¹ <http://www.rcaap.pt>

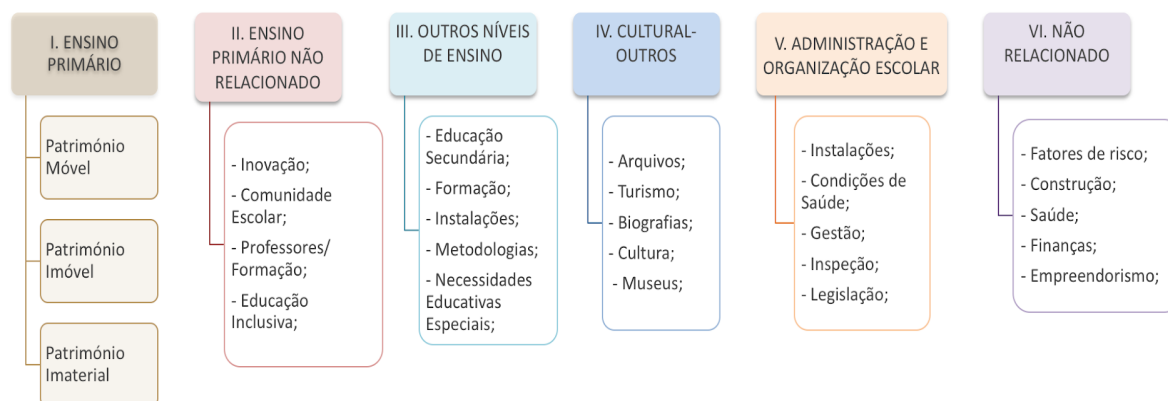


Figura 1: Categorias para organização de base de dados.

Seguiu-se, então, para uma análise de conteúdo a partir do título; palavra-chave e resumos, organizando a amostra pelas categorias definidas.

Com um universo consideravelmente mais pequeno, construiu-se uma listagem dos elementos agrupados na categoria Ensino Primário com relação com o Património Móvel, Imóvel e Imaterial (apêndice C) para análise dos mesmos e descarregaram-se os respetivos trabalhos para consulta e análise mais profunda⁶². Conseguiu-se, finalmente, a amostra pretendida – uma base de dados com os trabalhos científicos (dissertações e teses) realizados nas Universidades Públicas Portuguesas sobre o Património Escolar do Ensino Primário com um universo de 24 trabalhos.

Observando a amostra e na perspetiva de a caracterizar e analisar podemos dizer que a investigação demonstra um valor muito superior de realização de dissertação de mestrado face à realização de tese de doutoramento na área, como podemos observar (Gráfico 1),

⁶² Alguns dos trabalhos não estavam disponíveis, procedendo-se ao pedido para consulta, mas, até à data, ainda não foram disponibilizados.

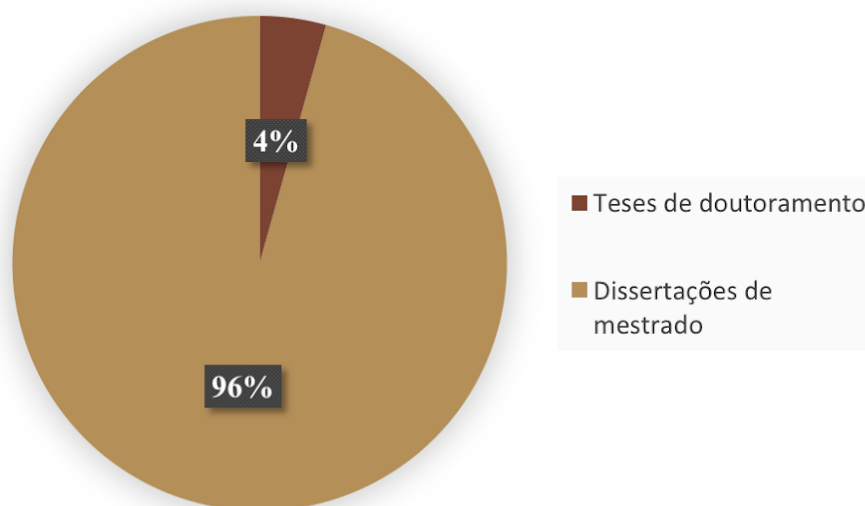


Gráfico 1: Caracterização do tipo de trabalho de investigação na área estudada

Quando se organizam os dados cronologicamente para conhecer a evolução temporal dos mesmos, verificamos que a primeira data que surge é 2003, enquadrando a produção científica na área, num intervalo de 16 anos, como podemos observar (Quadro 6):

Ano	Resultados	Ano	Resultados	Ano	Resultados
2003	1 (4,2%)	2009	1 (4,2%)	2015	2 (8,3%)
2004	3 (12,5%)	2010	0	2016	2 (8,3%)
2005	0	2011	1 (4,2%)	2017	2 (8,3%)
2006	2 (8,3%)	2012	1 (4,2%)	2018	2 (8,3%)
2007	1 (4,34%)	2013	2 (8,3%)		
2008	2 (8,3%)	2014	1 (4,2%)		

Quadro 6: :Discriminação de dissertações e teses por ano.

Neste período de tempo, os valores mantiveram-se bastante constantes, sem grandes variações.

Relativamente às instituições onde decorreram os respetivos trabalhos de investigação (Gráfico 2), podemos observar que a Universidade de Lisboa com 29% e a Universidade do Porto com 25% obtiveram um número mais elevado, relativamente às restantes, o que se pode relacionar com os projetos desenvolvidos nessas mesmas universidades.

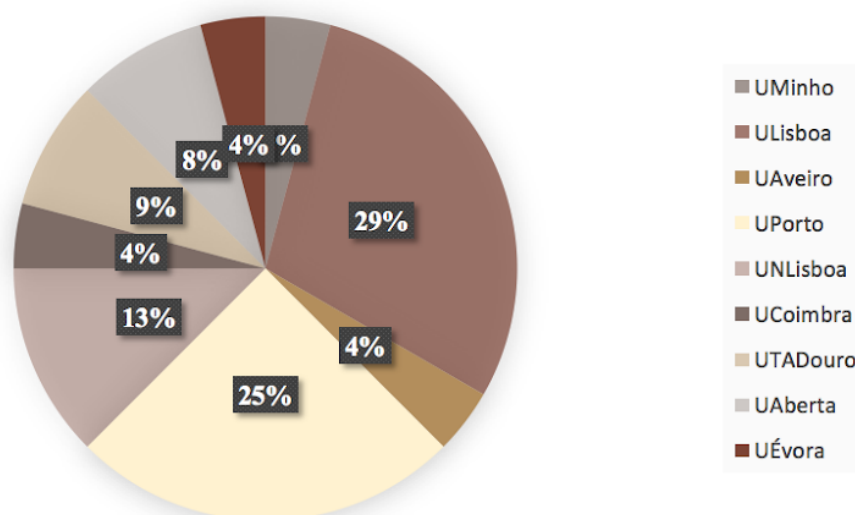


Gráfico 2: Instituições de Ensino associadas aos trabalhos de investigação.

Na perspectiva de analisar a nossa amostra face aos descritores de pesquisa (Gráfico 3), podemos concluir que o descritor D1 – História+Ensino Primário – 11 dos trabalhos de investigação, representando 45,8% da amostra – demonstra que a área que tem desenvolvido mais trabalho sobre o tema é sem dúvida a história, o descritor que mais se aproximou foi o A4 – Património+Material Escolar – este com 5 dos trabalhos de investigação (20%).

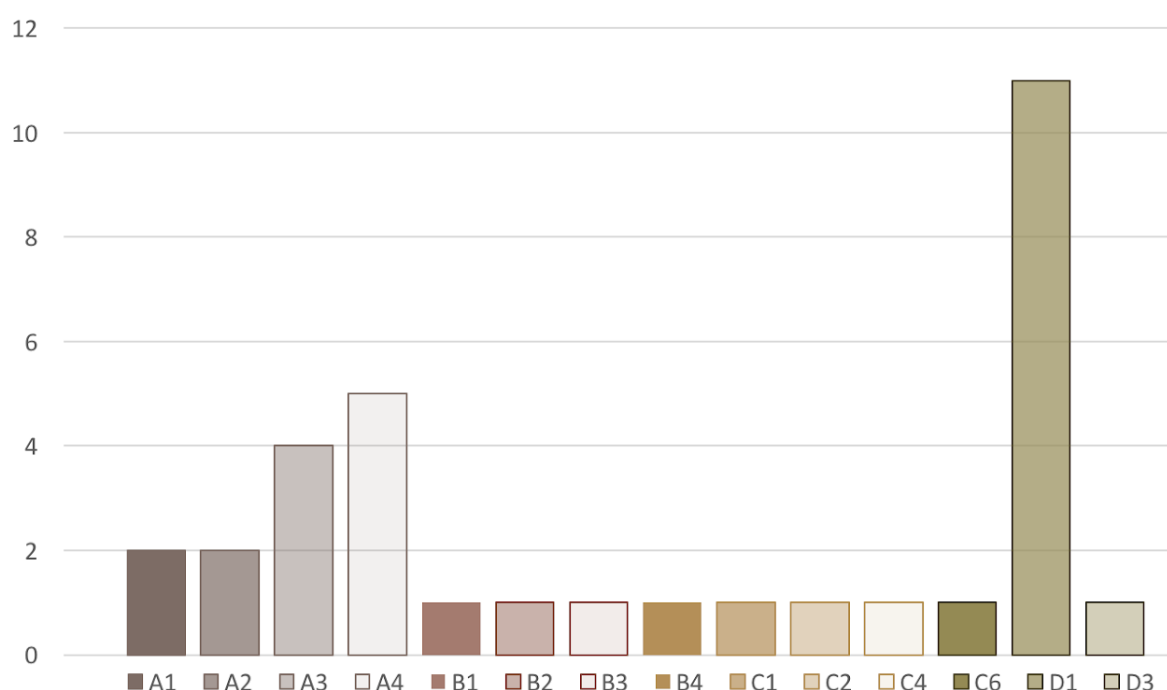


Gráfico 3: Descritores de pesquisa associados aos trabalhos de investigação.

Durante as pesquisas muitos trabalhos surgiam em simultâneo em mais que um descritor de pesquisa, o gráfico seguinte (Gráfico 4) demonstra já um número significativo de abordagens transdisciplinares.

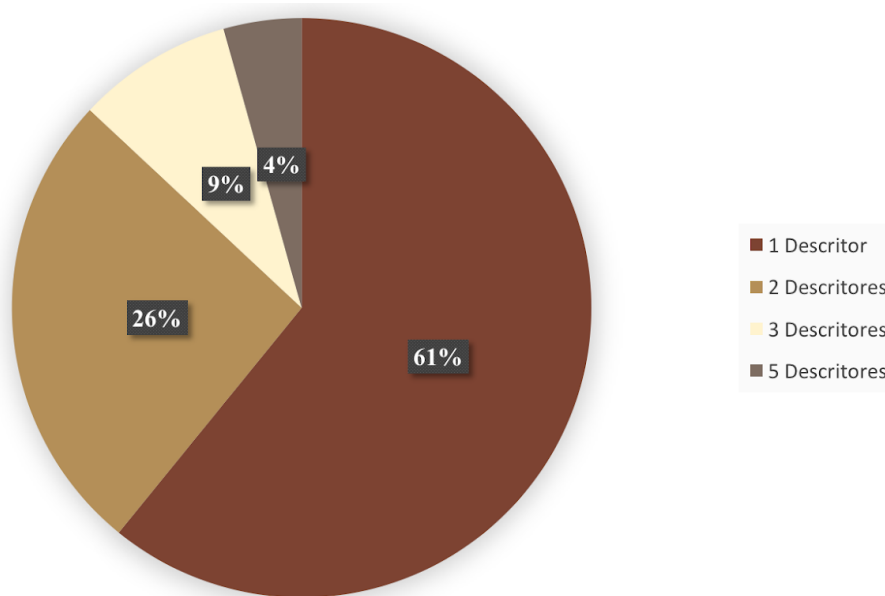


Gráfico 4: Percentagem do número de descritores em cada resultado.

Observando o gráfico verifica-se que 61% dos trabalhos surge em apenas 1 descritor, 26% em 2 descritores, 9% em três descritores e 4% com 5 descritores, o que significa que 39% dos trabalhos surgem em mais que um descritor, ou seja, os trabalhos representativos da amostra já têm uma abordagem transdisciplinar significativa.

A amostra apresenta um conjunto de trabalhos com abordagens distintas, a transdisciplinaridade presente em alguns dos estudos analisados propõe uma nova organização de dados, tendo em conta as pesquisas realizadas, a divisão entre património material móvel; património material imóvel e património imaterial é de grande importância, pois permite verificar e quantificar qual o tipo de património que tem suscitado mais curiosidade aos investigadores portugueses. Para tal, associaram-se um conjunto de palavras chave a cada uma das categorias, como se pode observar (Figura 2):



Figura 2: Palavras chave definidas para cada categoria.

A organização dos trabalhos nas três categorias apresentadas (Figura 3), não foi direta em todos os casos, pois alguns apresentam referências a diferentes categorias em simultâneo, nesses casos, optou-se por os adicionar à categoria central do estudo.



Figura 3: Número de trabalhos por tipo de património.

Ao observar o gráfico (Gráfico) sobressai percentagem referente ao número de trabalhos sobre o Património Material Móvel, pois esta é metade dos trabalhos referentes ao Património Imaterial, este, encontra-se muito próximo do Património Material Imóvel.

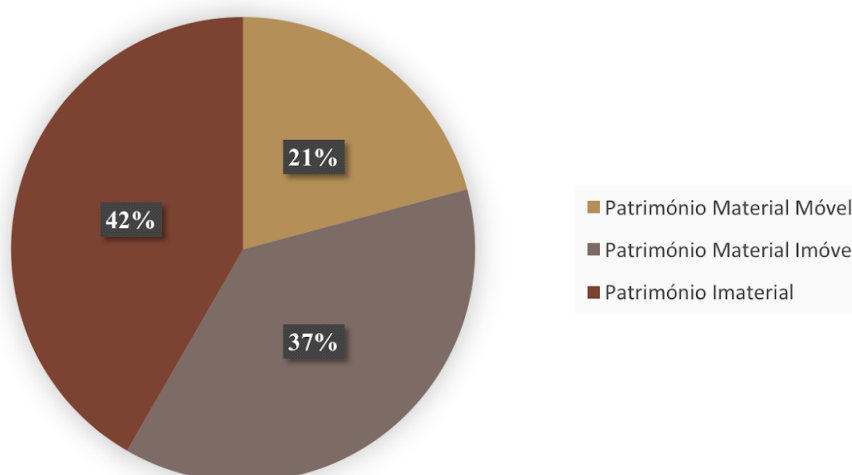


Gráfico 5: Percentagem do tipo de Património Escolar estudado.

Na organização da amostra, (Quadro 7) dos 24 trabalhos de investigação, os 5 referentes ao Património Material Móvel são:

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO
A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira: o caso da Fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, Lda	Carvalho, Joaquim M. Fernandes de	Alves, Jorge Fernandes	UPORTO
Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal: 1835-1970	Machado, M.ª de Fátima Costa Monteiro de Sá	Fernandes, Rogério	ULISBOA
A matemática na escola primária : um olhar sobre o ensino da matemática nas escolas portuguesas desde o final do século XIX até à década de 70 do século XX	Palma, Helena Isabel Mercês	Mogarro, Maria João	ULISBOA
O ensino primário e seus valores em Portugal, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares	Pinto, Paula Alexandra Aguiar	Magalhães, Justino	ULISBOA
Os manuais do ensino primário e elementar e a inculcação dos valores do Estado Novo	Neto, Aida Celeste Caetano	Bernardo, Luís Manuel	UNLISBOA

Quadro 7: Trabalhos de Investigação referentes ao Património Material Móvel.

Podemos observar, que dois deles relacionam-se com mobiliário, outros dois com manuais e um com os materiais relacionados com o ensino da matemática.

O conjunto referente ao Património Material Imóvel (Quadro 8) é:

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO
A escola portuguesa: do “plano dos centenários” à construção da rede escolar no distrito de Vila Real	Pimenta, Paulo Sérgio Pereira	Araújo, Alberto Filipe	UMINHO
A pedagogia moderna: o espaço, os instrumentos, as práticas: 1860-1960	Reis, Florinda Olímpia Cavaleiro	Batista, M.ª Isabel	ULISBOA
A construção do parque escolar do ensino primário na cidade de Portalegre: uma perspectiva através dos documentos locais	Mendes, Agostinha M.ª Ferreira Madureira	Magalhães, Justino; Mogarro, M.ª João	ULISBOA
A rede do ensino primário em Águeda durante o Estado Novo	Olaio, Teresa Alexandra Rodrigues	Rodrigues, Manuel	UAVEIRO
O Património Escolar e Novos Usos Turísticos - A recuperação para unidades de alojamento no concelho de Ponte de Lima	Rodrigues, Gilda Maria Fiuza Löfgren	Amorim, Inês	UPORTO
O Plano dos centenários - As escolas primárias (1941-1956)	Féteira, João Pedro Frazão Silva	Alves, Margarida Brito	UNLISBOA
Estado Novo, Arquitetura e Ensino Primário: As escolas Tipo Douro de Rogério de Azevedo(1935), no distrito do Porto, e a sua evolução até ao Plano dos Centenários (1944)	Faustino, José Pedro Coutinho	Brites, Joana	UCOIMBRA
Projectar uma infância portuguesa. Os Espaços da educação segundo Raul Lino.	Nogueira, Liliana Daniela Pinto	Ginoulhiac, Marco	UPORTO
O Plano dos centenários	Gama, Ana Margarida dos Santos	Martins, Ana M.ª	UNLISBOA

Quadro 8: Trabalhos de Investigação referentes ao Património Material Imóvel.

Relativamente a este conjunto é de salientar que o trabalho intitulado de “*A pedagogia moderna: o espaço, os instrumentos, as práticas, 1860-1960*”, aborda o património de uma forma geral, mas foca-se na arquitetura escolar, o pensamento pedagógico e o mobiliário escolar (carteiras) não é explorado da mesma forma.

E, por último os que surgiram em maior número, o Património Imaterial, (Quadro 9):

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO
Dar voz aos objectos: contributos dos documentos de vida na construção de um museu de escola	Janeirinho, Luísa	Ramos, Francisco	UÉVORA
O que ficou na memória: os castigos corporais na escola primária: 1900-1960	António, M. ^a João Pêgo	Monteiro, M. ^a Cecília	ULISBOA
Contributo para a história das inovações no ensino da matemática no primário: João António Nabais e o ensino da matemática no Colégio Vasco da Gama	Candeias, Rui Pedro C. Bento Barros	Monteiro, M. ^a Cecília	ULISBOA
Espaços de Memória em Mação, construção socialmente participada de perspectivas da Cultura Material	Santos, Rosária Margarida Fernandes Morais	Figueira, Luís Mota	UTADOURO
A tecnologia como mediadora das memórias escolares: o Museu Escolar	Brites, Rita Isabel Vindeirinho da Costa	Duarte, Alice; Pinto, Manuela	UPORTO
O jogo popular infantil como meio de educação e de intervenção comunitária	Proença, Ana Isabel Correia	Lopes, Marcelino	UTADOURO
O património oral nas práticas educativas do PLNM em Timor-Leste	Pinto, Márcia Andreia Lopes	Sequeira, Rosa M. ^a	UABERTA
A Escola Portuguesa ao serviço da Nação: discursos e práticas de orientação e disciplina do professorado primário (1926-1956)	Pereira, Maria Paula dos Santos Lourenço	João, Maria Isabel	UBERTA
Pensar experienciando: conceção de práticas educativas num centro de memória	Teixeira, Patrícia Alexandra Magalhães	Felgueiras, Margarida	UPORTO
O lugar da herança cultural no desenvolvimento local: a experiência de pensar com os atores sociais um Centro de Memória da Educação	Vieira, Susana Saborano	Felgueiras, Margarida	UPORTO

Quadro 9: Trabalhos de Investigação referentes ao Património Imaterial.

No conjunto de trabalhos de investigação que integraram a categoria do património imaterial evocam a memória, os trabalhos “Dar voz aos objetos: contributos dos documentos de vida na construção de um museu de escola” e “Contributos para a história das inovações do ensino da matemática: João António Nabais e o ensino da matemática no Colégio Vasco da Gama” abordam os objetos – património material móvel – mas focam-se nas memórias e nos depoimentos orais, o trabalho “A Escola Portuguesa ao serviço da Nação: discursos e práticas de orientação e disciplina do professor primário (1926-1956)” trata-se de uma tese de doutoramento.

No percurso científico os investigadores têm realizado muito trabalho de pesquisa e orientado muitos jovens investigadores na continuidade desse trabalho. Na tentativa de uma

maior organização, união e reunião de informação. Organizaram-se institucionalmente, em 1999, com a rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e da Educação (RIHMIE)⁶³. A RIHMIE reuniu uma comunidade com interesses comuns, e a sua constituição centralizou-se na cooperação entre investigadores criando um espaço de partilha, através da FOLHAMIE⁶⁴ divulgaram: parceiros; fóruns (realizados e a realizar); investigações em curso; projetos e publicações; arquivo de documentos e sites relacionados direta e indiretamente com o tema.

O conjunto de trabalhos científicos entre dissertações de mestrado e teses de doutoramento, indicam que, apesar do muito trabalho realizado de encontro à justificação da pertinência deste tema, ainda muito se pode fazer.

Os diferentes trabalhos científicos e os diferentes projetos desenvolvidos, uns finalizados outros interrompidos devido às dificuldades económicas e políticas, apresentam já um trabalho significativo nesta área. Hoje quando falamos de património educativo reunimos já um conjunto de livros editados, muitos artigos apresentados em eventos científicos, um número significativo de objetos salvaguardados, inventariados e divulgados e uma ligação transnacional com equipas que partilham as mesmas preocupações.

No percurso científico e prático, os projetos desenvolvidos e levados mais além, são diminutos no que se relaciona com o ensino primário. Apesar de algumas tentativas através de projetos, ainda pouco se vê, na área da materialidade. A base de dados da SG/ME, que tem como competência a valorização, preservação e divulgação do património histórico do ensino e da educação, não apresenta objetos diretamente ligados ao ensino primário no seu inventário, os grandes projetos que analisamos dão grande destaque ao ensino secundário o que nos faz pensar - em que estado de conservação e estudo se encontra o património ligado ao ensino primário?

O número de edifícios do ensino primário, num determinado período, era muito elevado e geograficamente encontravam-se dispersos, hoje com as novas políticas educativas, grande parte dos edifícios foram abandonados e muitos foram incumbidos de outras utilizações. Os objetos, muitos foram destruídos e outros salvaguardados por professores, associações e municípios mais sensíveis à sua salvaguarda, mas encontram-se apenas reunidos na expectativa

⁶³ Depois do Seminário Internacional do Porto (IX-98) e dos Encontros na ESE de Santarém -de História da Infância, de História Oral e de Museologia da Infância e da Educação (III/V-99)-, reuniu-se em Dezembro de 1999, em Coimbra, o Encontro fundador da RIHMIE, onde foi eleita a 1ª Comissão Coordenadora -formada por Joaquim de Almeida e Pinho (Válega), Simões Rodrigues (Coimbra) e Luís Vidigal (Santarém)-, após o que se seguiram Encontros em Válega/ Ovar(V-2000), Coimbra (XII-2000) e Santarém (VI-2001). http://www.eses.pt/projectos/museu/museol_folhamie.htm - consultado a 3 de Junho de 2019.

⁶⁴ http://www.eses.pt/projectos/museu/museol_folhamie.htm - consultado a 3 de Junho de 2019.

de serem agrupados a coleções organizadas, inventariados e envolvidos num estudo de coleção que descreva o seu percurso.

A escola hoje apresenta-se com uma estrutura administrativa muito diferente da que se conhecia até um passado muito próximo – os agrupamentos ou mega agrupamentos – são as estruturas responsáveis pela gestão e administração deste espaço qualificado. A administração e gestão de um agrupamento inclui os diferentes níveis de ensino, não se cinge apenas ao ensino secundário! Não deveriam os agrupamentos responsabilizar-se pelo seu património? Não deveriam continuar o inventário iniciado com o ensino secundário com a SG/ME? Como refere Margarida Felgueiras

“É preciso que os professores encarem a salvaguarda do património escolar, tanto em termos materiais como documentais, como uma herança a preservar. Quanto mais não seja porque ele pode representar um trabalho interessante do ponto de vista pedagógico? Afinal, sublinha, visitar o passado pode ser uma boa forma de inventar o futuro.”⁶⁵

O Património Escolar do Ensino Primário deveria ser reunido, nos seus contextos, inventariado segundo uma terminologia comum e devidamente estudado numa dinâmica interdisciplinar, para assim, se criarem narrativas criativas baseadas na realidade e os públicos usufruírem da sua herança educativa (Felgueiras, 2017, p. 167).

⁶⁵ <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=153&doc=11373&mid=2>, consultado a 02.10.2019.

II. Património Escolar do Ensino Primário em Coleções de Museus do Norte de Portugal

A escola e o museu são duas instituições que ao longo dos tempos mantém uma ligação direta com o conhecimento e hoje são os principais espaços de salvaguarda do Património Escolar. Este tem sido objeto de reflexão de muitos investigadores, nacionais e estrangeiros, captando a atenção de diversas disciplinas, incluindo da museologia.

Compreender o percurso dos objetos e as suas diferentes funções, tal como a manipulação e diferentes abordagens das sociedades a esses mesmos objetos, é de grande importância na relação que hoje se pode desenvolver com os mesmos.

A localização e classificação das respetivas coleções relacionadas com o património escolar permite criar diálogos entre as instituições (escola/museu e museu/museu) de forma a contribuir para a sua preservação, inventariação, interpretação e divulgação.

1. Património Escolar entre escolas e Museus

A implementação da escola pública ao longo do período estudado inclui preocupações constantes sobre os espaços, a organização dos mesmos, o mobiliário e os materiais didáticos por parte de pedagogos, políticos e professores (apêndice A). Estes bens imóveis e móveis eram considerados de extrema importância para o desenvolvimento das atividades letivas e processos educativos como bem refere Maria João Mogarro:

“(…) os discursos educativos demonstram que os intelectuais e pedagogos, assim como os responsáveis pela política educativa, se encontravam bem informados das modernas correntes da pedagogia, circulavam internacionalmente em eventos de referência (congressos, exposições universais) e tinham consciência da necessidade de intervenção para alterar esta situação. Um processo de regeneração impunha-se para o país e ele devia assentar na difusão da instrução e em construções escolares que assegurassem o desenvolvimento físico, intelectual e moral das jovens gerações e da população em geral” (2010, p. 94).

As preocupações na área da educação e inovação pedagógica são também partilhadas numa perspectiva da saúde pública. No contexto do tão necessário alargamento da rede escolar,

edifícios⁶⁶ e mobiliário escolar passam a ser considerados como dois aspetos de extrema importância nas políticas educativas. Os higienistas⁶⁷ consideravam os edifícios e o mobiliário escolar de extrema importância, não só por questões de contágio de doenças, mas também pelas consequências que estes poderiam provocar nos alunos em termos ergonómicos.

Maria João Mogarro apresenta um quadro (anexo XI) com o material e equipamento que uma escola deveria ter, entre o documento de Mariano Ghira (1864) que já manifestava as suas preocupações relacionadas também com a saúde pública e a portaria de 20 de Julho de 1866 (Idem, pp.101-105).

A imprensa pedagógica difunde muitas das novas teorias pedagógicas e eventos (congressos e exposições universais) relacionados com a modernização pedagógica, focando os equipamentos e materiais didáticos como instrumentos essenciais na aplicação das novas metodologias de ensino.

Teófilo Ferreira (1840-1894), colaborador em numerosas revistas⁶⁸ ligadas ao ensino, fundador e dirigente da revista *Ensino*⁶⁹, quando Vereador da Instrução na Câmara Municipal de Lisboa tem um papel fundamental na área da educação, ao desenvolver com políticos, professores e pedagogos, *iniciativas notáveis*, tais como a publicação de diversos artigos sobre as novas correntes pedagógicas e tudo que com elas se relacionava em várias revistas de carácter científico, consolidação das escolas centrais, a edificação da primeira escola Infantil - Jardim-de-Infância da Estrela, a Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio e o Museu Pedagógico Municipal (Idem, p. 96).

⁶⁶ Mariano Ghira, “apresentara quatro “Projectos e modelos para a construção de casas para escolas de instrução primária” (1866: 275-284; 1864), com plantas detalhadas dos edifícios e que visavam sensibilizar as juntas de paróquia e câmaras municipais para este assunto. Estas propostas eram acompanhadas de explicações precisas e destacavam os temas que marcariam o discurso oficial e pedagógico: a localização da escola em lugar central, de fácil acesso e com boa ventilação; a necessidade de isolar os alunos, quer de lugares insalubres, potencialmente contagiosos, quer de ambientes ruidosos que os distraíam do estudo; as formas para arejar o espaço escolar, assegurando a circulação do ar, o que era outra preocupação essencial para criar um ambiente propício ao amor pelo estudo, pelo asseio, pela ordem, com vista à disciplina e à saúde dos escolares. Ghira antecipava assim as preocupações higienistas que passariam a enquadrar e sustentar cientificamente o discurso sobre o espaço escolar. Estas casas de escola incluíam a habitação para o professor (na parte posterior) e apresentam grande simplicidade e ausência de ornamentação exterior” (Mogarro, 2010, p.92).

⁶⁷ “Em Outubro de 1883, Henrique Freire, professor da Casa Pia, apresentou um relatório nas Conferências Pedagógicas de Lisboa sobre “Mobília e utensílios escolares” (Raposo, 1883: 125), onde refere a raridade de textos sobre mobiliário escolar e chama a atenção para as consequências de uma mobília desadequada: deformidades, raquitismo e miopia. Em seu apoio, cita várias teorias de higiene escolar defendidas por autores estrangeiros, entre os quais Buisson” (Idem, p.105).

⁶⁸ Froebel; Gazeta Pedagógica; Revista da Sociedade de Instrução do Porto e Revista Semanal do Clero e Professorado (Nóvoa, 2003, p.552).

⁶⁹ Onde no primeiro número (31 de janeiro de 1885), “(...) escreve-se que a revista tem como objetivos, entre outros, acompanhar o processo regenerador do país no campo da instrução, trabalhar para a melhoria da situação do professor primário, abordar as questões pedagógicas e acompanhar o movimento pedagógico internacional” (Idem, p.552).

Este Museu Pedagógico Municipal (1883) representa o primeiro espaço museológico dedicado ao ensino e aos objetos com ele relacionados. Adolfo Coelho⁷⁰ o nome associado à criação deste espaço foi quem selecionou livros e objetos para integrarem as suas coleções, estruturando toda a organização do Museu Pedagógico, e dividindo-o em 4 secções (Quadro 10):

- *secção A* sector de construção⁷¹ e mobiliário (plantas e alçados de infraestruturas ligadas ao ensino e cultura);
- *secção B* destinava-se a material para a educação e ensino;
- *secção C* ocupada pela biblioteca
- *secção D* destinada ao Arquivo (Fernandes, 1973, p.215- 217).

SECÇÃO A	CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO - QUE CONTEMPLAVA: CRECHES, ASILOS, JARDINS DE INFÂNCIA, ESCOLAS MATERNAIS, SALAS DE ASILO, ESCOLAS PRIMÁRIAS ELEMENTARES E SUPERIORES, ESCOLAS PROFISSIONAIS, SALAS DE CONFERÊNCIAS POPULARES, BIBLIOTECAS POPULARES E ESCOLARES, MUSEUS ESCOLARES, PEDAGÓGICOS E POPULARES.	• PLANTAS, ALÇADOS E MODELOS; • MODELOS DE MOBILIÁRIO ESCOLAR
SECÇÃO B	MATERIAL PARA A EDUCAÇÃO E ENSINO – QUE CONTEMPLAVA: - SUBDIVISÃO “EDUCAÇÃO E ENSINO ANTES DA ESCOLA” – NA FAMÍLIA, NA CRECHE, ASILO, JARDIM DE INFÂNCIA, SALAS DE ASILO, ETC; - ESCOLA PRIMÁRIA ELEMENTAR E SUPERIOR OU COMPLEMENTAR; ESCOLAS PROFISSIONAIS POPULARES, CURSOS DE ADULTOS E DE APERFEIÇOAMENTO GERAL OU INDUSTRIAL, DE AMBOS OS SEXOS, ESCOLAS NORMAIS; CURSOS E CONFERÊNCIAS PÚBLICAS; ENSINO E EDUCAÇÃO DE DEFICIENTES (GAGOS, CEGOS, SURDOS-MUDOS E IDIOTAS)	MATERIAIS E DOCUMENTAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO E ENSINO ESCOLARES, EM FUNÇÃO DOS OBJETIVOS DIDÁTICOS ESPECIAIS: • LEITURA E ESCRITA; • ENSINO INSTRUTIVO GERAL; • MATEMÁTICA; • COSMOGRAFIA; • GEOGRAFIA; • HISTÓRIA NATURAL; • FÍSICA E QUÍMICA; • FISIOLÓGIA E HIGIENE; • HISTÓRIA SOCIAL; • TECNOLOGIA; • DESENHO, AGUARELA, MODELAÇÃO; • MÚSICA; • HORTICULTURA E AGRICULTURA; • TRABALHOS MANUAIS DE AMBOS OS SEXOS; • GINÁSTICA E JOGOS DE MOVIMENTO.
SECÇÃO C	BIBLIOTECA	• PEDAGOGIA, (CONHECIMENTO DA SUA HISTÓRIA, ATRAVÉS DOS RESPECTIVOS CLÁSSICOS EM OBRAS ORIGINAIS E TRADUÇÕES); • HISTÓRIA GERAL OU ESPECIAL DA EDUCAÇÃO E ENSINO; • MONOGRAFIAS SOBRE PEDAGOGISTAS OU PROFESSORES NOTÁVEIS; • HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES, COLÉGIOS E ESCOLAS; • PSICOLOGIA HUMANA E COMPARADA (OBRAS DOS PRINCIPAIS PSICÓLOGOS E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA); • ÉTICA; • ECONOMIA SOCIAL; • COLEÇÕES MISTAS; • REVISTAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO; • OBRAS SOBRE ARQUITETURA E HIGIENE ESCOLAR; • LEITURAS INFANTIS; • LIVROS ELEMENTARES DE CLASSES; • MODELOS DE LIVROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES E POPULARES
SECÇÃO D	ARQUIVO	• DOCUMENTOS RELATIVOS AO ENSINO DOS DIVERSOS GRAUS EM PORTUGAL; • TRABALHOS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS (DE LISBOA).

Quadro 10: Estrutura da organização do Museu Pedagógico Municipal, definida por Adolfo Coelho.

⁷⁰ Adolfo Coelho (1847-1919) surge ligado à educação e à museologia, filólogo, etnógrafo e pedagogo, personalidade associada à constituição do primeiro museu pedagógico em Portugal (Idem, p. 345-357).

⁷¹ “Nessa época era indispensável adoptar tipos de construção adaptados às novas formas de ensino e às novas técnicas pedagógicas e didáticas” (Fernandes, 1973, p.215).

A organização do Museu Pedagógico realizada por Adolfo Coelho reunia o Património Escolar reorganizando-o pelas respectivas secções e tendo em conta os seus contextos - biblioteca, arquivo e museu - e contemplando já a importância do património imóvel e móvel.

Para Adolfo Coelho o Museu Pedagógico representava uma instituição de formação destinada aos professores,

“(…) um suporte fundamental do ensino ativo, inscrevendo-se a sua criação no processo de renovação educativa que ele defendia (…)”. Este conhecia bem os projetos desenvolvidos noutros países e partilhava as mesmas convicções, criar “(…) uma instituição dinâmica e viva, que funcionasse como um centro de investigação e inovação” (Mogarro & Namora, 2015, pp. 29-30).

Assim, a missão do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa centrava-se na formação dos professores em sintonia com as ideologias da época em que, “(…) ocorria a emergência e afirmação da ciência da educação e se pretendia difundir uma cultura pedagógica moderna” (Mogarro, 2010, p. 110).

Infelizmente o museu entrou num período de decadência, devido à transferência da sua tutela do Município para o Estado e o seu espólio foi dividido por várias instituições⁷².

Adolfo Coelho distinguia *Museu Pedagógico* de *Museu Escolar*, estando o primeiro, como referido em cima, voltado para a formação de professores e inovação pedagógica enquanto que os *Museus Escolares* estariam voltados para os alunos, instalados nas escolas e construídos juntamente com os alunos, tornando-se desta forma um recurso e, em simultâneo, um instrumento para o ensino.

Em 1883 Adolfo Coelho traçou uma perspectiva animadora considerando que as escolas que visitara em Lisboa começavam a ter bons núcleos escolares com os materiais auxiliares de ensino e Luiz Augusto Reis descreve os materiais de ensino que encontrou nas Escolas⁷³ de Lisboa no seu relatório de 1892 (Mogarro, 2010, pp. 107-108).

⁷² “Em 1917-18, um novo edifício preparava-se para receber a Escola Normal Primária de Lisboa e para lá foram transferidos os materiais que restavam do Museu Pedagógico Municipal, muitos deles em mau estado de conservação. No entanto, investigações recentes demonstram que as coleções do primeiro museu pedagógico português se dispersaram por várias instituições, tendo mesmo uma parte significativa ficado na escola Rodrigues Sampaio, que Adolfo Coelho também dirigiu” (Mogarro & Namora, 2015, p. 31).

⁷³ “Escola Central n.º 1: gabinete de física; Museu de Saffray para *aslições de cousas*; 1 piano para os exercícios de canto; trapézios, barras, paralelos e outros utensílios para o ensino da ginástica; 40 espingardas com baionetas (para o batalhão escolar); e anexa à escola, havia uma biblioteca pública. Escola Central n.º 2: biblioteca; gabinete de física. / Escola Central n.º 5 e Escola Maria Pia: biblioteca; gabinete de física; laboratório de química; museu de história natural; museu escolar; magníficos trabalhos escolares de desenho e bordado. / Escola Central n.º 6: instrumentos musicais; peças de artilharia, espingardas, baionetas, cornetas, etc. / Escola paroquial: livros, penas, canetas, papel para desenhos, tinta, lápis, etc. / Escola Rodrigues Sampaio: O rasgado elogio a esta escola contemplou principalmente as oficinas; o autor recebeu do director, Adolfo Coelho, uma colecção de trabalhos manuais feitos pelos alunos, que classificou de magnífica: exercícios da oficina de obras de ferro; figuras de chapa

Num período em que a escola tem um papel preponderante e é vista como fator de progresso e desenvolvimento, cria laços com o museu, pois as duas instituições representam o conhecimento, propagam o nacionalismo e ambas são dirigidas e controladas pelo Estado: “Eminentemente pedagógica, a acção cultural da República fez com que a reforma dos museus acompanhasse, par e passu, a reforma do ensino em todos os graus, a reestruturação dos arquivos e bibliotecas, bem como o fomento do ensino livre” (Ramos, 1993, p. 44).

Em 1933, o Estado Novo cria a Biblioteca e Museu do Ensino Primário tutelados pelo Estado e integrados nos serviços pedagógicos do ensino primário do Ministério da Educação Nacional⁷⁴. Adolfo Lima (1874-1943)⁷⁵, o seu primeiro diretor, com ideias muito semelhantes às de Adolfo Coelho, organiza o museu face às ideias internacionais, inspirado nas grandes Exposições Universais⁷⁶, destaca as tecnologias emergentes e vários materiais indicados à aplicação de melhores métodos pedagógicos e didáticos, com o objetivo de melhorar o ensino nacional.

Adolfo Lima define e distingue *Museu Pedagógico* de *Museu Escolar* na mesma direção de Adolfo Coelho, colocando o primeiro como um espaço dedicado à formação e investigação direcionado para professores e investigadores, destinado a acompanhar o progresso das ciências pedagógicas, enquanto o *Museu Escolar* deveria ser uma extensão da escola, ajudando os alunos no processo de aprendizagem: “(...) compartilhavam o carácter enciclopédico da educação integral, sendo indispensáveis numa escola que pretendia utilizar os vários processos pedagógicos para levar à prática o método ativo – processos intuitivos, experimentais, de observação, análise, comparação, classificação, (...)” (Mogarro & Namora, 2015, p. 33)

Os dois pedagogos partilharam através de livros, da imprensa e congressos os seus conhecimentos e ideologias, investiram no Museu Pedagógico e alertaram para a importância dos Museus Escolares, mas as suas ideologias em nada se aproximavam das ideologias do

do mesmo metal; peças polidas de ferro e de aço; ligações de chapas de ferro; exercícios da oficina de madeira; objectos de uso comum; exercícios preliminares de torno de madeira; ferramentas e objectos de uso comum feitos ao torno” (Mogarro, 2010, p.108).

⁷⁴ Decreto n.º 22369, de 30.03.1933.

⁷⁵ Adolfo Lima pedagogo convicto nos estudos da Psicologia para melhor compreensão do desenvolvimento da criança, crente na Educação Nova. Preso durante o Regime pois as suas ideias pouco se aproximavam do Estado Novo. Um dos pedagogos mais importantes para a educação no século XX (Nóvoa, 2003, p.736-746).

⁷⁶ “Com que espírito é preciso visitar a Exposição? É preciso vê-la com o mesmo espírito que presidiu a sua organização: é preciso vê-la para se instruir e para se divertir. Ela é para todo o mundo, para todas as idades, para os sábios, assim como para os menos instruídos, uma incomparável ‘lição de coisas’. O industrial aí encontra os modelos dos quais ele saberá aproveitar. O simples passante aí toma uma ideia geral e suficiente das maravilhas, sempre em progresso, da indústria moderna. Um pode aí encontrar o caminho da fortuna, pelo estudo dos processos aperfeiçoados de fabricação; outro aí encontra, com os objetos usuais colocados sob seus olhos, a satisfação económica do seu gosto.” (Pesavento, 1997, p.13).

Estado Novo e os objetivos deste, para o ensino, distanciam-se bastante dos objetivos deles. Durante o período do Estado Novo, o Museu Pedagógico perdeu o seu dinamismo e os Museus Escolares não se afirmaram.

Outro nome de referência obrigatória é Augusto de Vasconcelos, que em 1918 publica o livro: “Museus Escolares (sua necessidade, organização e funcionamento)”, onde amplia o conceito de museus escolares. O autor em 1917 apresenta um projeto à Câmara do Porto na perspectiva de criação de um museu escolar na cidade do Porto (Felgueiras, 2011, p.73), que anos mais tarde, em 1997, volta a ser palco de mais um projeto de criação do Museu da Escola⁷⁷, impulsionado por Margarida Felgueiras (FPCEUP) sob a coordenação do Professor Rogério Fernandes (UL). Contudo, este projeto não se materializou.

Esta autora refere os termos *Museu Escolar* e *Museus de Educação*, associando o primeiro a uma reunião de objetos associada à lição das coisas e o segundo como um conceito mais amplo onde se reúnem objetos e saberes e se podem construir uma diversidade de programas (Felgueiras, 2011, p.71).

Zita Possamai e Ana Faria apresentam a mudança de terminologia pelos investigadores do século XXI, que passaram muitos a utilizar o termo *Museus de Educação*, pois estes definem um conceito mais amplo. Os *Museus Escolares* e os *Museus Pedagógicos* “constituíram-se em estratégias relevantes para a implantação dos sistemas públicos de ensino e para o aperfeiçoamento da educação escolar, especialmente a partir do século XIX” (Faria/Possamai, 2019, p.4). O desenvolvimento de conceitos e trabalhos científicos apresentados ao longo dos anos (Quadro 11, Quadro 12 e Quadro 13), no âmbito da História da Educação, criaram uma categoria mais ampla, considerando todos os museus relacionados com o Património Escolar (museus em espaço escolar ou museus pedagógicos nacionais) de Museus da Educação. (Ibidem)

⁷⁷ O projeto financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia/Programa Praxis, que envolve participação do Fundo Social Europeu, do Governo e da Autarquia desenvolvido entre 1997-2001

MUSEU	DEFINIÇÃO/OBJETIVOS	AUTOR
PEDAGÓGICO	“(…) UMA INSTITUIÇÃO DINÂMICA E VIVA, QUE FUNCIONASSE COMO UM CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO” (MOGARRO, MARIA JOÃO; NAMORA, ALDA, 2015, P. 30) “(…) O PLANO DO MUSEU REFLECTE A IMPORTÂNCIA QUE OS ASPECTOS MATERIAIS DO ENSINO ASSUMIAM NAS NOVAS CORRENTES PEDAGÓGICAS E A NECESSIDADE DE FORMAR PROFESSORES COM BASE NOS NOVOS MÉTODOS DE ENSINO, QUE RECLAMAVAM ESSES MESMOS MATERIAIS COMO AUXILIARES DA ACÇÃO EDUCATIVA.” (MOGARRO, 2010, P. 110) “(…) A FUNÇÃO DE UM MUSEU PEDAGÓGICO COMO UM SUPORTE DE ENSINO ACTIVO.”(FERNANDES, 1973, P. 214)	ADOLFO COELHO
	“UM MUSEUS PEDAGÓGICO NÃO É NEM DEVE SER, APENAS, UM SIMPLES DEPÓSITO, MAIS OU MENOS ARRUMADO, OU UMA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DE OBJETOS RAROS DE VÁRIOS SISTEMAS EDUCATIVOS E DO MATERIAL DIDÁTICO; DEVE ANTES CONSTITUIR: A) UM CENTRO DE INFORMAÇÃO DE TODA A ESPÉCIE DE ASSUNTOS PEDAGÓGICOS EM TODAS AS ACTIVIDADES DOCENTES DE TODOS OS GRAUS E ESPECIALIDADES ACADÉMICAS E DE EDUCAÇÃO SOCIAL. B) UM CENTRO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS CIÊNCIAS E MÉTODOS DA EDUCAÇÃO.”	ADOLFO LIMA
	“SOBRE O MUSEU PEDAGÓGICO, CARACTERIZAVA ESTABELECIMENTOS QUE COMPREENDIAM, POR UM LADO, UMA BIBLIOTECA DE OBRAS DE EDUCAÇÃO, DE LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, LIVROS CLÁSSICOS PROPRIAMENTE DITOS, POR OUTRO LADO, AS COLEÇÕES DE MATERIAL DE ENSINO E O MOBILIÁRIO ESCOLAR.”	FERDINAND BUISSON
	“(…) CARACTERIZAVA-SE COMO UM CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, ONDE SERIAM DESENVOLVIDOS, TESTADOS, APRESENTADOS E DIFUNDIDOS NOVOS MÉTODOS, MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DIDÁTICOS.”	PETRY; GASPARD DA SILVA

Quadro 11: Museus Pedagógicos - definição/objetivo/autor.

ESCOLARES	“(…) ESTAR AO SERVIÇO DO ENSINO CONCRETO E DESCRITIVO (...) TINHA INCALCULÁVEIS VANTAGENS PARA O ENSINO, POIS DAVA CORPO ÀS DOCTRINAS ABSTRATAS E TRANSFORMAVA A ESCOLA NUM VERDADEIRO RECREIO – OS MUSEUS DEVIAM SER ENRIQUECIDOS COM OBJECTOS E ESPÉCIMES RECOLHIDOS PELOS PRÓPRIOS ALUNOS, NAS EXCURSÕES ESCOLARES, QUE ALIAVAM À ACTIVIDADE SALUTAR, NO MEIO EXTERIOR, O DESENVOLVIMENTO DE CRITÉRIOS, DE REGRAS DE OBSERVAÇÃO E DE ORDENAÇÃO. OS MUSEUS ESCOLARES ERAM COLEÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS.” (MOGARRO, MARIA JOÃO; NAMORA, ALDA, 2015, p. 31)	ADOLFO COELHO
	“OS MUSEUS ESCOLARES VISAM NÃO SÓ A NECESSIDADE DE AUXILIAR O ENSINO E TORNA-LO GENUINAMENTE ACTIVO, PRÁTICO E EXPERIMENTAL, MAS TAMBÉM DEVEM TER EM VISTA DESENVOLVER A TÉCNICA DA OBSERVAÇÃO E DA INVESTIGAÇÃO, A ATITUDE CIENTISTA PERANTE OS FENÓMENOS, O HÁBITO DE CLASSIFICAR, QUE, POR SUA VEZ, EXIGE TRABALHOS DE ANÁLISE, DE COMPARAÇÃO, DE ANOLOGIA, DE INDUÇÃO (...)”	ADOLFO LIMA
	“MUSEU ESCOLAR PODERIA SE APLICAR ÀS COLEÇÕES, DE TODA NATUREZA, ORGANIZADAS PELOS MESTRES EM VISTA DE SEU ENSINO, PARA PROCEDER O ENSINO CONHECIDO COMO LIÇÃO DE COISAS, SERIA UMA COLEÇÃO DE OBJETOS, ALGUNS NATURAIS, OUTROS FABRICADOS, DESTINADOS A DAR AOS ALUNOS A IDÉIA NÍTIDA, EXATA, SOBRE O SEU ENTORNO.”	PETRY; GASPARD DA SILVA
	“(…) ALOJADO DENTRO DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS, DEVERIA SERVIR A PROFESSORES E A ALUNOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PAUTADOS NO CONCRETO, ISTO É, AGREGAR UM CONJUNTO DE OBJETOS PARA TORNAR A APRENDIZAGEM INTUITIVA.”	MARGARIDA FELGUEIRAS
	“(…) OS MUSEUS ESCOLARES (COLEÇÕES DE MATERIAIS SOBRE CIÊNCIAS DA NATUREZA, ADEQUADOS ÀS LIÇÕES DE COISAS E PODENDO INCLUIR DADOS ETNOGRÁFICOS E DE GEOGRAFIA HUMANA), PENSADOS PARA AS ESCOLAS, DERAM ORIGEM A ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS E À PRODUÇÃO EDITORIAL DE QUADROS PARIETAIS IMPRESSOS COMO A CONJUNTOS DE FRASCOS COM AMOSTRAS DIVERSAS: SEMENTES, MINÉRIOS, ROCHAS, PEQUENOS ANIMAIS EMBALSAMADOS.” (FELGUEIRAS, 2011, P.71)	ZITA POSSAMAI

Quadro 12: Museus Escolares - definição/objetivo/autor.

EDUCAÇÃO	“(…) PROCURAVAM SER VITRINAS DAS NOVIDADES E SABERES PRODUZIDOS NO CAMPO EDUCATIVO, DESDE TEORIAS E MÉTODOS DE ENSINO, LIVROS, COLEÇÕES MATERIAIS (ALGUNS PARA ESTUDOS EXPERIMENTAIS EM EDUCAÇÃO), MOBILIÁRIO E NORMAS DE HIGIENE.” (FELGUEIRAS, 2011, P.71)	MARGARIDA FELGUEIRAS
	“OS MUSEUS DE EDUCAÇÃO REPRESENTAM UMA NOVA TIPOLOGIA MUSEOLÓGICA, NUMA PERSPETIVA TRANSDISCIPLINAR ENTRE OS MUSEUS, A HISTÓRIA, O PATRIMÔNIO E A EDUCAÇÃO COM O OBJETIVO DA SALVAGUARDA E DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDUCATIVO. (POSSAMAI, 2015, P. 103)	ZITA POSSAMAI
	“A VALORIZAÇÃO DA CULTURA MATERIAL ESCOLAR, COMO PATRIMÔNIO A SE PRESERVAR, ARTICULA-SE AO MOVIMENTO PELOS MUSEUS EDUCATIVOS. (...)”	MARIA CRISTINA MENEZES
	“PARA ALGUNS AUTORES (BERRIO E DOMINGUEZ, 2010), OS MUSEUS DE EDUCAÇÃO, DA ATUALIDADE, PODEM SER AGRUPADOS EM CINCO MODELOS, TAIS COMO ESCOLA MUSEU; MUSEU HISTÓRICO ESCOLAR; MUSEU DE EDUCAÇÃO; MUSEU PEDAGÓGICO; MUSEU LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. ESSAS PROPOSIÇÕES VÊM AO ENCONTRO DA NECESSIDADE DE SE CONSTITUIR LUGARES DE MEMÓRIA E HISTÓRIA, COMO UM ESPAÇO DE ENCONTRO E DE APRENDIZAGEM, O QUE OS CONVERTE EM APROPRIADOS PARA A VALORIZAÇÃO E DESCOBERTA DE IDENTIDADES. OS NOVOS ESPAÇOS VÃO ALÉM DO QUE ENTÃO SE COLOCAVA AOS MUSEUS TRADICIONAIS CARACTERIZADOS PELO COLECIONISMO, E PREGANDO O “GUARDAR, INSTRUIR E ENTRETER”, OBJETIVOS COLOCADOS COMO CLÁSSICOS. (BERRIO, 2010). ENTRETANTO, A PECULIARIDADE DOS ACERVOS, DAS DIFERENTES INSTITUIÇÕES, APRESENTA O DESAFIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS QUE VALORIZEM OS OBJETOS E A CULTURAS ESCOLARES QUE REPRESENTAM.”	BERRIO E DOMINGUEZ

Quadro 13: Museus de Educação - definição/objetivo/autor.

Ao longo dos tempos a inovação pedagógica e os novos modelos de ensino, deram lugar a edifícios, materiais e estratégias educativas, fragmentos da cultura escolar que definem o Património Escolar.

Os objetos que habitam as escolas têm tido duas funções: apoiar o desenvolvimento das aprendizagens (materiais didáticos) ou apoiar a vivência do espaço (equipamentos e mobiliário). Estes, para além destas utilidades (pedagógica e utilitária), permitem uma exploração museológica científica e histórica.

Possamai e Witt (2006) apresentam um estudo onde associam as coleções didáticas ao ensino das ciências “(...) fornecendo material para auxiliar o trabalho escolar (...)” e as coleções constituídas por equipamentos e mobiliário “(...) relacionados à memória institucional” (pp. 7-10).

Se, por um lado, estes objetos que constituem Património estão diretamente ligados ao museu, como instituição responsável pelo património da humanidade, por outro, estão também ligados à escola, como espaço de vida destes.

As ações promovidas pelos diferentes Governos em torno do Património Escolar têm-se centralizado no ensino secundário e industrial. Aquando a fase-piloto (2004/2005) do projeto de Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação,

“ Com o objetivo de realizar o inventário e a digitalização dos bens de interesse museológico sob tutela do ME que se encontravam em antigos Liceus e Escolas Industriais, foram integradas no projeto 4 escolas secundárias localizadas na região de Lisboa (Camões, Gil Vicente, Passos Manuel e a Marquês de Pombal), pertencentes à rede pública e com espólios de reconhecido valor patrimonial; o trabalho foi desenvolvido (nas três fases aqui consideradas) por equipas de professores das próprias escolas; foi estabelecido um Protocolo de Colaboração entre o Instituto Português de Museus (IPM), a Secretaria-Geral do Ministério da educação e a então Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (antiga DREL), com vista a salvaguardar, proteger e divulgar esses bens e a criar os suportes técnicos necessários; (...)” (Mogarro & Namora, 2015, pp. 38-39).

Anos mais tarde, em 2007, o Ministério da Educação aprova o Programa de Modernização Destinado ao Ensino Secundário⁷⁸ onde prevê um investimento avultado na reabilitação e construção nova em mais de duas centenas de Estabelecimentos de Ensino, para as quais, não define uma tipologia para os novos edifícios (dos antigos liceus, escolas industriais), agora sedes de agrupamento.⁷⁹ Mas são criadas linhas orientadoras para os respectivos projectos, onde o património escolar é também contemplado, como refere Anabela Pouseiro, no âmbito do projeto de I&D - O envolvimento da comunidade educativa na manutenção do património escolar,

“Não foi concebido propriamente uma escola tipo, mas o modelo de escola adoptado inclui seis grandes áreas de intervenção: Núcleo de Ciência e Tecnologia e/ou Artes; Núcleo de Biblioteca/Centro de Recursos e de Conhecimento e Memória (espaço museológico); Espaço Escola (Espaço Estudante, Espaço Professor, Loja Escolar e Espaço Alimentação); Abertura à Comunidade; Conforto Térmico e Acústico, Eficiência e Auto - suficiência Energética; Modelo de Gestão em Fase de Funcionamento.”⁸⁰

Também no âmbito do referido projeto, Carolina Lourenço refere,

⁷⁸ RCM 1/2007 de 3/01, <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/1/2007/01/03/p/dre/pt/html>, consultado a 09.09.2019.

⁷⁹ “Como é demonstrado no presente estudo a figura do agrupamento de escolas era já identificável em vários países como instrumento inovador para quebrar o isolamento das escolas em meio rural e para proporcionar escala visando a partilha de recursos educativos. Em alguns casos deteta-se a preocupação de desenvolver comunidades sob a forma de redes colaborativas com o objetivo de incentivar a partilha de experiências e o debate de práticas pedagógicas. Porém, na maior parte dos casos, resultam de iniciativas voluntárias. Decreto-Lei n.º 115-A/98 que enquadraram a constituição dos agrupamentos de escolas” (Miguéns, 2017, p.8).

⁸⁰ <http://www.diarioimobiliario.pt/Opiniao/Manutencao-do-patrimonio-escolar-a-importancia-da-comunidade>, consultado a 22.08.2019.

“(…) apelar para formação de “sentimentos de pertença” por parte da comunidade escolar, ou seja a noção que os edifícios escolares constituem uma referência colectiva, precisamente porque servem um objectivo valioso em termos de valores sociais de uma sociedade moderna.

(…) Ou se praticam as acções necessárias à criação duma cultura de preservação – que notoriamente não existe na nossa comunidade escolar – ou os gastos com a manutenção e conservação dos equipamentos tornam-se insustentáveis.

É necessário que todos se sintam responsáveis pelo espaço escolar. Ajudar a manter a integralidade física e cultural da escola leva o individuo a legitimar o seu papel na comunidade, valoriza o sentimento de pertença a um grupo, reafirma os valores e faz com que todos vejam a escola como um património da comunidade.”⁸¹(2015)

Quando se consultam as páginas dos referidos agrupamentos⁸²destaca-se o Agrupamento de Escolas Gil Vicente que apresenta na sua página a história do seu Núcleo Museológico. Embora a escola já contasse com um grupo de professores sensíveis à salvaguarda do Património Escolar é com este projeto que este tem o seu arranque:

“No ano letivo de 2004/2005, foi estabelecido um protocolo entre a Secretaria-Geral do Ministério da Educação, a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) e o Instituto Português de Museus (IMP), para a criação de equipas de professores que se encarregassem de estudar, preservar, inventariar e divulgar o património cultural móvel de algumas escolas, desde a sua fundação até aos anos 70. Foram seleccionadas, apenas, quatro escolas das mais antigas de Lisboa: Escola Secundária de Gil Vicente, Escola Secundária de Camões, Escola Secundária Passos Manuel e Escola Secundária Marquês de Pombal. Depois de um período de formação, que decorreu em Janeiro de 2005, subordinado ao tema «Inventário do Património Cultural móvel do Ministério da Educação. Princípios, metodologias e boas práticas.», promovido pelo IPM, a equipa começou a trabalhar com quatro elementos: Eduardo Neves, Teresa Costa, Alice Pimentel e Dora Oliveira (dois a meio tempo e dois dedicando ao Núcleo apenas um tempo semanal). Ao longo do ano, foram limpas, preservadas, inventariadas e inseridas 100 peças com interesse museológico.

⁸¹ <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/a-escola-como-patrimonio-da-comunidade-19495>, consultado a 09.09.2019.

⁸² Camões - <http://www.escamoes.pt/alunoscomotu/index.html>; Gil Vicente - https://docs.wixstatic.com/ugd/64815c_9c39a53165b94a64bac525768cbf75d6.pdf; Passos Manuel - <http://www.abc.edu.pt> e Marques de Pombal - <https://www.aepombal.edu.pt/comboio-da-memoria/>, consultados a 10.08.2019.

Procedeu-se também à exposição de várias outras peças, em diversos locais da escola como por exemplo na cantina com o tema as plantas e a alimentação.”⁸³

Outros agrupamentos tentam ainda que com os poucos recursos humanos e financeiros e sem formação especializada, salvaguardar e valorizar o seu património.

Os pequenos projetos de grupos institucionais (Juntas de freguesias e associações culturais) e pessoas em nome individual demonstram a necessidade da população em reunir, salvaguardar e divulgar o Património Escolar do Ensino Primário, tal como projetos científicos; organização de exposições; núcleos integrados em museus municipais e muitos projetos visando a constituição futura de museus⁸⁴.

Ao pesquisar na internet os termos associados “*Museu Pedagógico*” (em Portugal)⁸⁵ apenas surge o “*Museu Pedagógico de Lamego*”⁸⁶, que abriu em 2014, fruto da iniciativa de alguns locais⁸⁷, juntamente com a Junta de Freguesia de Avões de Lá e a Câmara Municipal de Lamego,

“O novo espaço museológico alberga um pouco da imagem das antigas escolas, do ponto de vista da arquitetura, funcionalidade, materiais e até dos projetos educativos que durante décadas ajudaram a formar gerações de lamecenses. Não falta o quadro de ardósia, o crucifixo na parede, a palmatória ou as antigas sebentas. Uma realidade muito diferente da atual, na qual as aulas do primeiro ciclo do ensino básico são dominadas pela utilização das novas tecnologias, em particular com o recurso a quadros interativos.”⁸⁸

O Museu Pedagógico de Lamego, reúne o espólio das antigas escolas do concelho, tendo contado com a ajuda do Museu de Lamego, a autarquia está a tentar que o Museu Pedagógico "não seja apenas uma sala de aulas onde se dispõe um conjunto de materiais que

⁸³ https://docs.wixstatic.com/ugd/64815c_9c39a53165b94a64bac525768cbf75d6.pdf, consultado a 08.08.2018.

⁸⁴ De grande destaque o projeto Museu Vivo da Escola Primária, no Porto.

⁸⁵ Em Espanha a realidade é muito diferente: “Museo Pedagógico de Galicia; Museo Pedagógico de Aragón; Museo Pedagógico La Última Escuela, en Otones de Benjumea; Museo Pedagógico de la Facultad de Ciencias de la Educación (Sevilha); Museo Pedagógico da Universidad de Huelva; Museo Pedagógico de la Facultad de Educación de la Universidad de la Laguna en Tenerife; el Museo Pedagógico de la Universidad de Salamanca (mpusal), com sede na Escola Universitária do Magistério de Zamora e vinculada ao Departamento de Teoria e História da Educação da Universidade de Salamanca. E, muitos, muitos, outros!...” (Almeida, 2016).

⁸⁶ <https://www.cm-lamego.pt/categoria-noticias/272-museu-pedagogico-recorda-antigas-escolas-primarias>, consultado a 03. 08. 2019.

⁸⁷ “Na hora de abrir pela primeira vez as portas do novo equipamento foi recordada a ação dos lamecenses que, em 2008, deram os primeiros passos para concretizar este “sonho pedagógico”: Alberto Almeida, João Mendonça, João Pedro, Paulo Oliveira, Henrique Moura Marques e Manuel Almeida, os dois últimos já falecidos.” (Ibidem). <https://www.cm-lamego.pt/categoria-noticias/272-museu-pedagogico-recorda-antigas-escolas-primarias> - consultado a 01.08.2019.

⁸⁸ <https://www.cm-lamego.pt/categoria-noticias/272-meseu-pedagogico-recorda-antigas-escolas-primarias>, consultado a 01.08.2019.

tradicionalmente estavam nas salas de aula".⁸⁹ Este projeto que teve como base a preservação e estudo do património local, mas o desenvolvimento, implementação e desenvolvimento tem proporcionado outras reflexões, como refere Almeida:

“(...) a sua intervenção na economia local, funciona ao mesmo tempo como consumidor e como vendedor de bens e serviços.”; “o intercâmbio com outros museus pedagógicos do país ou outros países colocou a freguesia de Avões num universo dum mapa antes impensável”; “(...) centro de difusão de materiais, métodos, vidas de escolas e comparação de sistemas educativos”; “(...) potencia o diálogo inter gerações (...)” (2016, pp. 146-147).

Ao pesquisar os termos associados “*Museu Escolar*” surgem dois exemplos: o Museu Escolar de Marrazes⁹⁰ e o Museu Escolar Oliveira Lopes⁹¹. Dois exemplos em que a comunidade, com o apoio das universidades⁹², conseguiu reunir e organizar um espaço repleto de objetos, oferecendo um espaço formativo para o ensino formal de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino superior, e em simultâneo, ao ensino não formal proporcionando a muitas crianças um mundo da fantasia, que já existiu, leva muitos cidadãos ao encontro com as suas vivências passadas, proporciona partilhas inter-geracionais e oferece a muitos professores (do 1º ciclo e do ensino superior – formação de professores) um recurso à sua atividade letiva.

O “*Museu da Escola*”, em Paredes instalado numa escola do legado Conde Ferreira surge nesta pesquisa, como um exemplo curioso, pois apresenta um projeto de parceria entre a Câmara Municipal de Paredes, juntamente com outras instituições locais⁹³ e o Município de Xátiva, Espanha também em parceria com instituições locais⁹⁴. Nas diversas atividades prevista para o projeto⁹⁵ este inclui a itinerância de uma exposição “Memória da Escola: 100 anos de Ensinamentos”, pelos Centros Escolares do Concelho de Paredes “(...) e posteriormente ficará disponível para outras itinerâncias.”⁹⁶

⁸⁹ <http://portocanal.sapo.pt/noticia/25459>, consultado a 01.08.2019.

⁹⁰ <http://www.museuescolar.pt>. Abriu em 1997, consultado a 01.08.2019.

⁹¹ <http://www.meol.pt>. Abriu em 1996, consultado a 01.08.2019.

⁹² Museu Escolar de Marrazes / Museu Escolar Oliveira Lopes - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁹³ Escola Secundária de Vilela, o centro de Formação da Associação de Escolas de Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel e a Associação Paredes pela Inclusão Social.

⁹⁴ IES Lluís Simarro, Associação Innoeduca.

⁹⁵ Este projeto é financiado por Lifelong Learning Programme da Comissão Europeia teve início 1 de agosto de 2012 e terminou em julho de 2014.

⁹⁶ <https://www.cm-paredes.pt/pages/863>, consultado a 16.09.2019.

As iniciativas aqui apresentadas surgem no contexto do encerramento das escolas primárias, em que os alunos foram transferidos para os centros escolares e os edifícios ficaram ao abandono, juntamente com os materiais que já não eram utilizados, pois foram substituídos por outros mais modernos adaptados aos novos modelos pedagógicos. A mudança de estabelecimento normalmente só contemplou o necessário, alguns objetos tiveram um final trágico, pois foram destruídos e ninguém sabe muito bem por quem e outros encontraram alguém que por iniciativa escolheu preservá-los, entre agrupamentos de escolas, associações, juntas de freguesia e museus (nacionais e municipais).

Tendo em conta os projetos desenvolvidos pela SG/ME realizados sobre o Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação, recomenda-se como ponto de partida, a definição das áreas disciplinares e a tipologia de objetos associados. A aplicação dos respetivos termos (*thesauri*)⁹⁷ nos inventários a realizar (anexo XII), permite uma uniformização e normalização desses conteúdos, que muito poderá facilitar na interpretação desse património e na realização de projetos em parceria (Quadro 14).

⁹⁷ Facultados pela Secretaria Geral da Educação.

ÁREA DISCIPLINAR	TIPOLOGIA DE OBJETOS ASSOCIADOS
ADMINISTRAÇÃO OU SECRETARIADO	MOBILIÁRIO, MÁQUINAS DE ESCREVER, INSTRUMENTOS DE TRABALHO DIVERSOS
ARTES VISUAIS	DESENHOS, PEÇAS DE CERÂMICA, ESCULTURA, PINTURA, AZULEJO
ASTRONOMIA	IMAGENS PARIETAIS, PLANETÁRIO
BIOLOGIA	IMAGENS PARIETAIS, ESPÉCIES ANIMAIS E VEGETAIS, MICROSCÓPIOS, MODELOS ANATÔMICOS, INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA
EDUCAÇÃO FÍSICA	APARELHOS DA ÁREA (BOLAS, ARCOS, RAQUETES, PATINS...)
EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA	CÁLICE, MISSAL, SALVA, CRUCIFIXO, ALFAIA LITÚRGICA
ELETROTECNIA	INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA, FERRAMENTAS
FÍSICA	INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA, BALANÇAS E OUTRO TIPO DE UTENSÍLIOS
GEOGRAFIA	MAPAS, GLOBOS TERRESTRES E CELESTES
GEOLOGIA	FÓSSEIS, MINERAIS, ROCHAS, MODELOS
HISTÓRIA	IMAGENS PARIETAIS E MAPAS
HITÓRIA DA ARTE	IMAGENS PARIETAIS E MAPAS
LAVORES	TEAR, MÁQUINA DE COSTURA, BORDADOS
LÍNGUAS	IMAGENS PARIETAIS E MAPAS
MARCENARIA	TRABALHOS REALIZADOS EM MADEIRA E FERRAMENTAS
MATEMÁTICA	SÓLIDOS GEOMÉTRICOS, RÉGUAS, ESQUADROS
MECANOTECNIA	EQUIPAMENTO DA ÁREA, FERRAMENTAS, TRABALHOS DOS ALUNOS
MÚSICA	INSTRUMENTOS MUSICAIS, IMAGENS PARIETAIS
QUÍMICA	INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA, EQUIPAMENTO TÉCNICO, BALANÇAM
SAÚDE OU HIGIENE	IMAGENS PARIETAIS, INSTRUMENTOS DA ENFERMARIA
SERRALHARIA	EQUIPAMENTO DA ÁREA, FERRAMENTAS, TRABALHOS DE ALUNOS
TÊXTEIS	TAPEÇARIAS, TAPETES, TOALHAS
OUTROS	ARMAS, ESPÓLIO DOCUMENTAL (MANUAL, CERTIFICADO, DIPLOMA, ÁLBUM, FOTOGRAFIAS), MEIOS AUDIOVISUAIS (PROJETOR, GIRA-DISCOS, DIASCÓPIO), OURIVESARIA, VESTUÁRIO OU ADORNO PESSOAL

Quadro 14: Áreas Disciplinares e Tipologias de objetos associados definidos no Inventário do Património Escolar realizado pela SG/ME.

2. Investigação de Coleções de Património Escolar nos Museus do Norte de Portugal

No contexto da história dos museus, em especial, dos museus municipais, as políticas de descentralização e recolha de muitos objetos relacionados com o quotidiano, no contexto desta dissertação interessa, nomeadamente, identificar os museus do Norte de Portugal, que têm no seu acervo objetos relacionados com o Património Escolar do Ensino Primário, se se encontram inventariados ou se foram alvo de algum estudo mais aprofundado e que tipologias estão representadas. Interessa ainda, como têm sido utilizados em termos de interpretação e divulgação.

Estes indicadores permitem mapear as coleções presentes nas instituições museológicas, constituindo-se como um roteiro e uma base de dados. Identificando, de maneira geral e localizando o que existe, e o estado do inventário, para definição de futuros trabalhos, de forma a contribuir para a valorização deste património.

Tendo em conta a localização geográfica do Centro Interdisciplinar Transfronteiriço e Inter-regional de Memória da Educação (CITRIME) esta dissertação optou por definir a zona geográfica do estudo como sendo o Norte de Portugal.

esta parte da pesquisa desenvolveu-se em três fases (Quadro 15):

- I. Planeamento;
- II. Trabalho de campo;
- III. Análise dos resultados.

I	Planeamento	- Identificação e organização de fontes; - Desenvolvimento dos instrumentos de recolha de dados: questão de partida, inquéritos por questionário online; - Design e reprodução do inquérito por questionário online - Pré-teste do inquéritos por questionário online.
II	Trabalho de Campo	- Envio da pergunta de partida; - Envio dos inquéritos por questionário online; - Aplicação dos inquéritos por questionário por contacto telefónico (a instituições que não respondam);
III	Análise dos resultados	- Validação dos dados; - Análise, tratamento e discussão dos dados.

Quadro 15: Fases de estudo e Respetivas atividades.

2.1 Planeamento

A comunicação com os Museus iniciou a partir de uma base de dados previamente organizada por Liliana Aguiar - levantamento dos Museus do Norte de Portugal (Anexo XIII). Com o objetivo de localizar coleções/objetos, colocou-se a questão “*O museu contém coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário?*” Também se pretendia saber:

- *Que tipologias estavam presentes nos acervos destes museus, que poderiam estar relacionadas com o Património Escolar;*
- *O seu estado de inventário, documentação e estudo;*
- *E se organizaram exposições e/ou publicação, nomeadamente em catálogo*

Para a realização deste breve inquérito por questionário (Figura 4) foi utilizado o formulário google (apêndice D), considerando-se pertinente a construção de um questionário online, pois reunia um conjunto de questões de resposta direta e cada instituição poderia preenchê-lo no momento mais indicado e reenviá-lo. Para construção da questão: *Que tipologias estavam presentes nos acervos dos museus, relacionadas com o Património Escolar?* utilizou-se a terminologia utilizada no projeto de inventariação do património Escolar da SG/ME (apresentada anteriormente).



Coleções do Património Escolar

A presente investigação tem como tema o "Património Escolar" e é realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado de Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, orientada pela Prof. Doutora Alice Serredo. Este estudo pretende ser, sobretudo, uma ferramenta de divulgação do nosso património.

O questionário que agora se envia tem como objetivo a realização de um levantamento básico de coleções e/ou objetos existentes nos museus do Norte de Portugal.

A participação na investigação é de carácter voluntário. Os dados recolhidos são apenas para uso exclusivo do presente estudo.

Obrigada pela vossa colaboração e participação.

Para esclarecimento de qualquer dúvida, podem contactar-me através do email: erf@letras.up.pt

A Investigadora: Marta Miranda

**Obrigatório*

Endereço de email *

O seu email

O museu contém coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário? *

☐ Sim

☐ Não

Selecione as tipologias presentes no acervo do Museu (Património Escolar - Ensino Primário):

☐ Mobiliário, máquinas de escrever, instrumentos de trabalho diversos - Administração ou Secretariado);

☐ Desenhos, peças de cerâmica, esculturas, pinturas, azulejos - Artes Visuais

☐ Quadros parietais, espécies vegetais, espécies animais, taxidermizadas ou conservadas em líquido, microscópios, lupas, modelos anatómicos e outros instrumentos científicos da área - Biologia.

☐ Aparelhos da área (bolas, arcos, raquetes, natins, ... - Educação Física;

Figura 4: Design do inquérito aplicado.

sim, incluindo no questionário a pergunta: “*O museu contém coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário?*”.

Após este reenvio e como o número de respostas ainda não se apresentava satisfatório, reenviou-se o questionário¹⁰⁰ uma terceira vez e prosseguiu-se com a tentativa de aplicação do mesmo, via telefónica. Não sendo possível, ficou apenas registado o contacto e o pedido de sensibilização para o preenchimento do respetivo questionário, de forma a participar no estudo (os contatos realizados durante o estudo estão assinalados no apêndice E). No decorrer dos contatos telefónicos localizaram-se mais quatro instituições museológicas ligadas ao Património Escolar do Ensino Primário: Museu da Educação, em Fafe; Museu Pedagógico de Lamego, em Lamego; Museu do Móvel, em Paços de Ferreira e Museu da Escola em Paredes. Adicionaram-se as instituições ao estudo, embora o contato com as mesmas apenas tenha surgido nesse momento.

Por fim, entre emails, conversas telefónicas e questionários online, reuniram-se e organizaram-se alguns dados (apêndice F) e procedeu-se ao seu tratamento.

2.3 Análise de resultados

No universo de 160 instituições museológicas na Zona Norte 23 têm coleções relacionadas com o Ensino Primário. O número de respostas aumentou consideravelmente após o contato telefónico. A justificação dada relacionava-se sempre com a falta de recursos humanos (férias, licenças, baixas ou muito trabalho neste período do ano). Mesmo assim, o número que *não respondeu* manteve-se elevado tendo em conta o número de tentativas e o período de tempo entre o primeiro contato e o último (apêndice E).

¹⁰⁰ Dia 31.07.2019

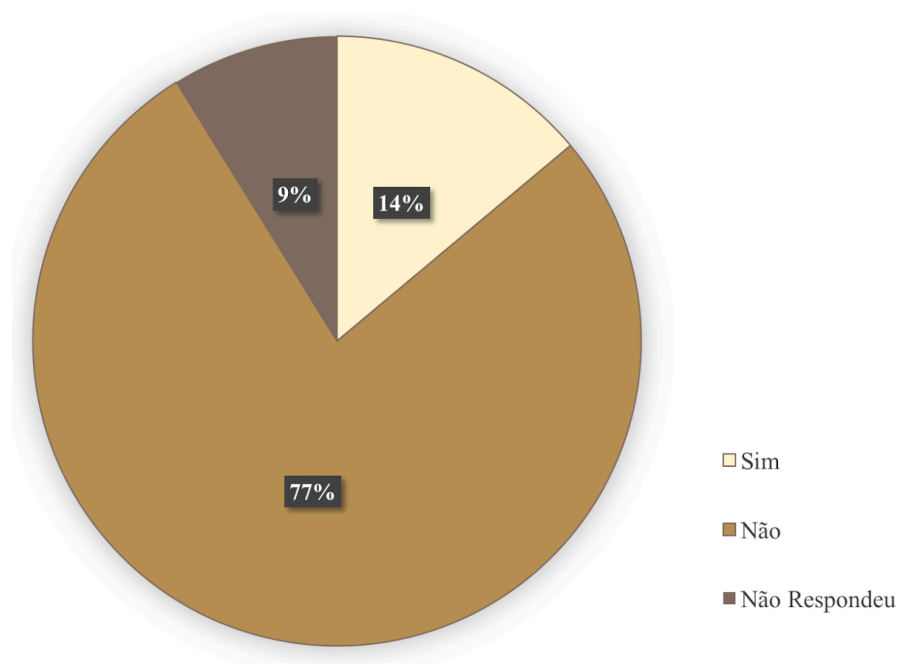
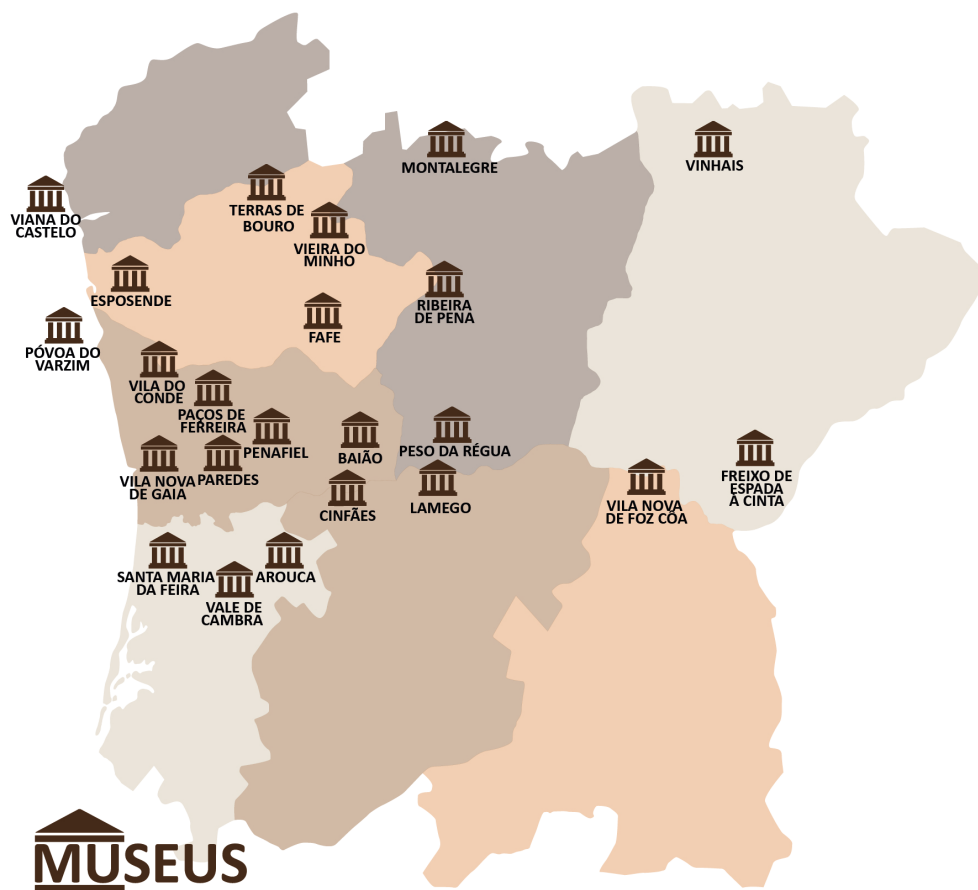


Gráfico 6: Número de Museus do Norte de Portugal com coleções relacionadas com o Ensino Primário.

Ficou-se então com estes pontos de referência no mapa:



- AROUCA – MUSEU MUNICIPAL DE AROUCA
- BAIÃO – MUSEU MUNICIPAL DE BAIÃO
- CINFÃES – ESCOLA MUSEU DE VILAR DO PESO
- ESPOSENDE – MUSEU MUNICIPAL DE ESPOSENDE
- FAFE – MUSEU DA EDUCAÇÃO
- FREIXO DE ESPADA À CINTA – MUSEU DO TERRITÓRIO E DA MEMÓRIA
- LAMEGO – MUSEU PEDAGÓGICO DE LAMEGO
- MONTALEGRE – ECOMUSEU DO BARROSO – CASA DO CAPITÃO
- PAÇOS DE FERREIRA – MUSEU DO MÓVEL
- PENAFIEL – MUSEU MUNICIPAL DE PENAFIEL
- PAREDES – MUSEU DA ESCOLA
- PESO DA RÉGUA – MUSEU DO DOURO
- PÓVOA DO VARZIM – MUSEU MUNICIPAL DA PÓVOA DO VARZIM
- RIBEIRA DE PENHA – ECOMUSEU DE RIBEIRA DE PENHA – CASA DA CULTURA – MUSEU DA ESCOLA
- SANTA MARIA DA FREIRA – MUSEU CONVENTO DE LÓIOS
- TERRAS DE BOURO – NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO CAMPO DO GERÊS
- VALE DE CAMBRA – MUSEU MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
- VIANA DO CASTELO – ARQUEOLOGIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
- VIEIRA DO MINHO – CASA MUSEU ADELINO ÂNGELO
- VILA DO CONDE – MUSEU MUNICIPAL DE VILA DO CONDE – CENTRO DE MEMÓRIA
- VILA NOVA DE FOZ CÔA – MUSEU DA CASA GRANDE
- VILA NOVA DE GAIA – SOLAR DOS CONDES DE RESENDE
- VINHAIS – MUSEU MUNICIPAL - MUSEU TERRAS DE LOMBA

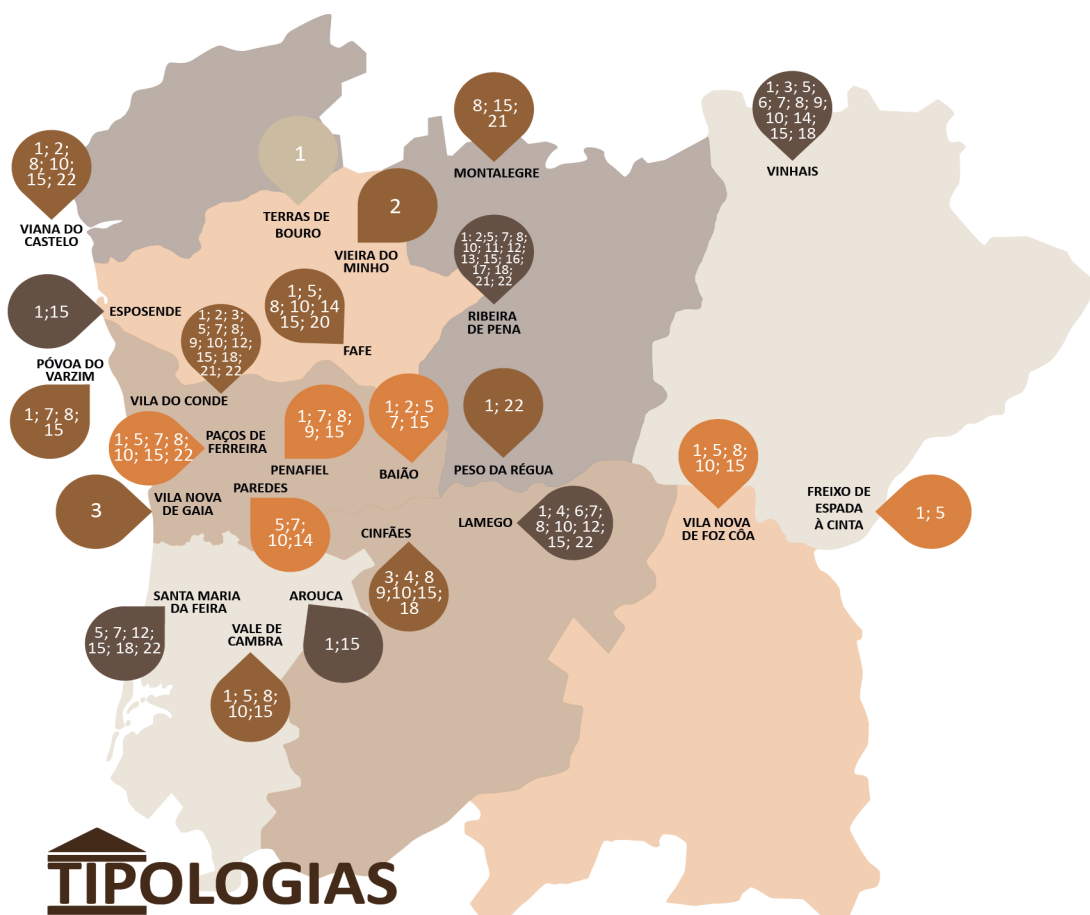
Figura 6: Mapa dos Museus do Norte de Portugal com coleções relacionadas com o P.E. do Ensino Primário.

Entre os Museus do Norte de Portugal detentores de coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário (Quadro 16), verifica-se que apenas um, o Museu do Douro, não é tutelado pelo Município, o que demonstra bem o papel que os municípios tiveram aquando o encerramento das Escolas Primárias.

CONCELHO	MUSEU	TUTELA
AROUCA	MUSEU MUNICIPAL DE AROUCA	MUNICÍPIO
BAIÃO	MUSEU MUNICIPAL DE BAIÃO	MUNICÍPIO
CINFÃES	ESCOLA MUSEU DE VILAR DO PESO	MUNICÍPIO
ESPOSENDE	MUSEU MUNICIPAL DE ESPOSENDE	MUNICÍPIO
FAFE	MUSEU DA EDUCAÇÃO	MUNICÍPIO
FREIXO DE ESPADA À CINTA	MUSEU DA SEDA E DO TERRITÓRIO	MUNICÍPIO
LAMEGO	MUSEU PEDAGÓGICO DE LAMEGO	MUNICÍPIO
MONTALEGRE	ECOMUSEU DO BARROSO – CASA DO CAPITÃO	MUNICÍPIO
PAÇOS DE FERREIRA	MUSEU DO MÓVEL	MUNICÍPIO
PENAFIEL	MUSEU MUNICIPAL DE PENAFIEL	MUNICÍPIO
PAREDES	MUSEU ESCOLA	MUNICÍPIO
PESO DA RÉGUA	MUSEU DO DOURO	FUNDAÇÃO DO MUSEU DO DOURO
PÓVOA DO VARZIM	MUSEU MUNICIPAL DA PÓVOA DO VARZIM	MUNICÍPIO
RIBEIRA DE PENA	ECOMUSEU DE RIBEIRA DE PENA – CASA DA CULTURA – MUSEU DA ESCOLA	MUNICÍPIO
SANTA MARIA DA FEIRA	MUSEU CONVENTO DE LÓIOS	MUNICÍPIO
TERRAS DE BOURO	NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO CAMPO DO GERÊS	MUNICÍPIO
VALE DE CAMBRA	MUSEU MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA	MUNICÍPIO
VIANA DO CASTELO	ARQUEOLOGIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO	MUNICÍPIO
VIEIRA DO MINHO	CASA MUSEU ADELINO ÂNGELO	MUNICÍPIO
VILA DO CONDE	MUSEU MUNICIPAL DE VILA DO CONDE – CENTRO DE MEMÓRIA	MUNICÍPIO
VILA NOVA DE FOZ CÔA	MUSEU DA CASA GRANDE	MUNICÍPIO
VILA NOVA DE GAIA	SOLAR DOS CONDES DE RESENDE	MUNICÍPIO
VINHAIS	MUSEU MUNICIPAL - MUSEU TERRAS DE LOMBA	MUNICÍPIO

Quadro 16: Tutela dos Museus do Norte de Portugal com coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário.

Relativamente às coleções sinalizadas pelos museus inquiridos conseguiram-se identificar as tipologias (apêndice G) presentes em cada espaço museológico.



1. MOBILIÁRIO, MÁQUINAS DE ESCREVER, INSTRUMENTOS DE TRABALHO DIVERSOS - ADMINISTRAÇÃO OU SECRETARIADO);
2. DESENHOS, PEÇAS DE CERÂMICA, ESCULTURAS, PINTURAS, AZULEJOS - ARTES VISUAIS;
3. QUADROS PARIETAIS, ESPÉCIES VEGETAIS, ESPÉCIES ANIMAIS, TAXIDERMIZADAS OU CONSERVADAS EM LÍQUIDO, MICROSCÓPIOS, LUPAS, MODELOS ANATÓMICOS E OUTROS INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA - BIOLOGIA.
4. APARELHOS DA ÁREA (BOLAS, ARCOS, RAQUETES, PATINS, - EDUCAÇÃO FÍSICA;
5. CÁLCES, MISSAIS, SALVAS, CRUCIFIXOS, ALFAIAS LITÚRGICAS - EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA;
6. INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA, FERRAMENTAS - ELECTROTECNIA;
7. INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA, BALANÇAS E OUTRO TIPO DE UTENSÍLIOS - FÍSICA;
8. QUADROS PARIETAIS, PLANETÁRIOS, MAPAS, GLOBOS TERRESTRES E CELESTES, TELESCÓPIOS, BÚSSOLAS - GEOGRAFIA;
9. FÓSSEIS, MINERAIS, ROCHAS, MODELOS - GEOLOGIA;
10. QUADROS PARIETAIS E MAPAS - HISTÓRIA;
11. QUADROS PARIETAIS E MAPAS - HISTÓRIA DE ARTE;
12. TEARES, MÁQUINAS DE COSTURA, BORDADOS, TAPEÇARIAS - LAVORES;
13. QUADROS PARIETAIS E MAPAS - LÍNGUAS;
14. TRABALHOS REALIZADOS EM MADEIRA E FERRAMENTAS DA ÁREA - MARCENARIA;
15. SÓLIDOS GEOMÉTRICOS, RÉGUA, ESQUADROS, QUADROS PARIETAIS - MATEMÁTICA;
16. EQUIPAMENTOS DA ÁREA, FERRAMENTAS, TRABALHOS DE ALUNOS - MECANOTECNIA;
17. INSTRUMENTOS MUSICAIS, QUADROS PARIETAIS - MÚSICA;
18. INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA, EQUIPAMENTO TÉCNICO, BALANÇAS, QUADROS PARIETAIS - QUÍMICA;
19. QUADROS PARIETAIS, INSTRUMENTOS DA ENFERMARIA - SAÚDE OU HIGIENE
20. EQUIPAMENTOS DA ÁREA, FERRAMENTAS, TRABALHOS DE ALUNOS - SERRALHARIA;
21. TAPEÇARIAS, TAPETES, TOALHAS - TÊXTEIS;
22. ARMAS, ESPÓLIO DOCUMENTAL (MANUAL, CERTIFICADO, DIPLOMA, ÁLBUM, FOTOGRAFIA), MEIOS AUDIOVISUAIS (PROJETOS, GIRA-DISCOS, DIASCÓPIO), OURIVESARIA, VESTUÁRIO OU ADORNO PESSOAL - OUTROS

Figura 7: Tipologias presentes nos Museus do Norte de Portugal, com coleções relacionadas com o P.E. do Ensino Primário.

As tipologias mais presentes na maioria das coleções são: mobiliário; sólidos geométricos e quadros parietais relacionados com a geografia (Gráfico 7),

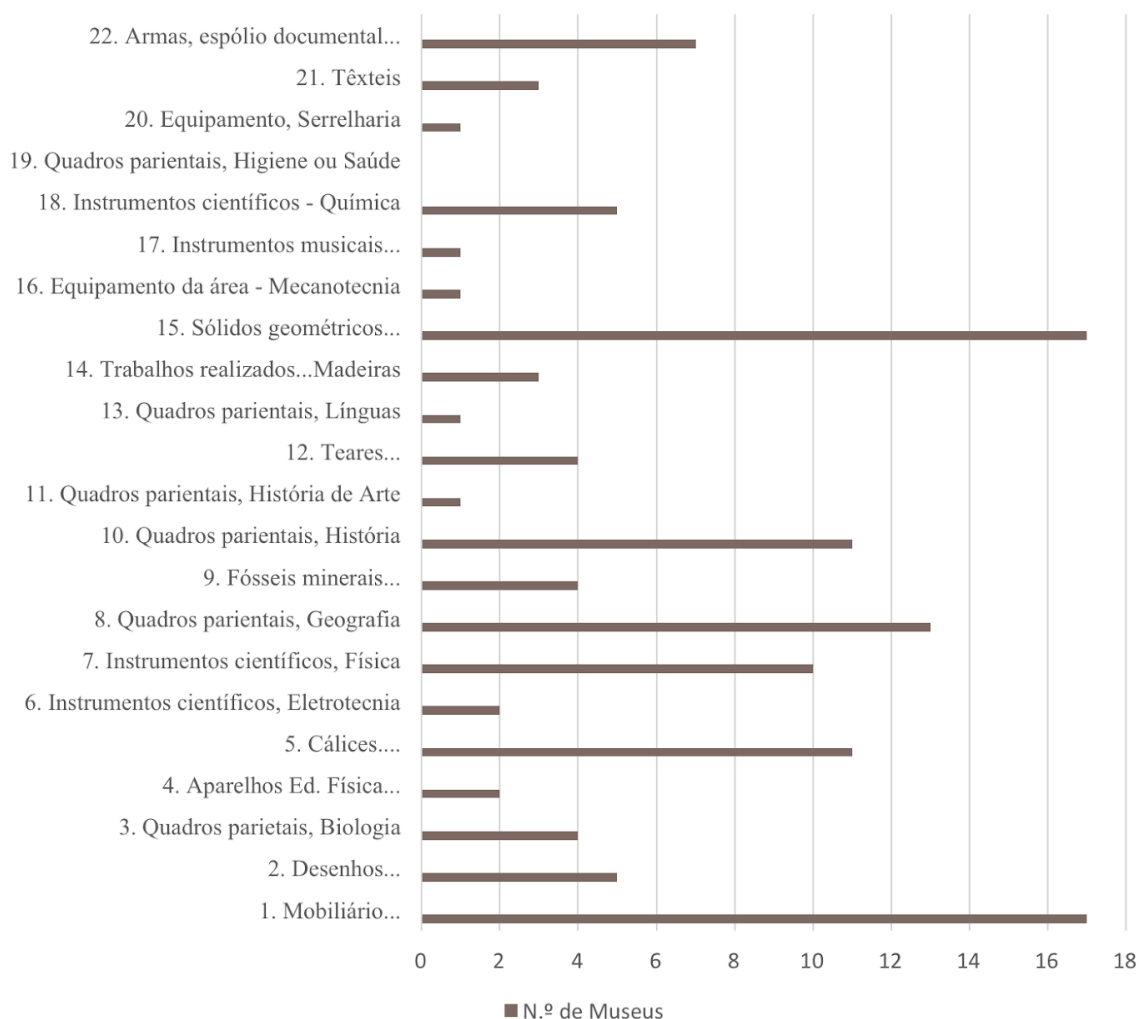


Gráfico 7: Tipologias presentes nos Museus do Norte de Portugal, com coleções relacionadas com o P.E. do Ensino Primário.

Relativamente à pergunta associada às exposições, *Quantas exposições sobre o tema "Património Escolar - Escola Primária" foram organizadas no Museu?* as respostas demonstram que a maioria (57%) dos museus inquiridos respondeu que já tinha organizado uma exposição sobre o tema, segue-se 26% que não organizou nenhuma exposição e por fim 17% organizaram mais que uma exposição sobre o tema (Gráfico 8),

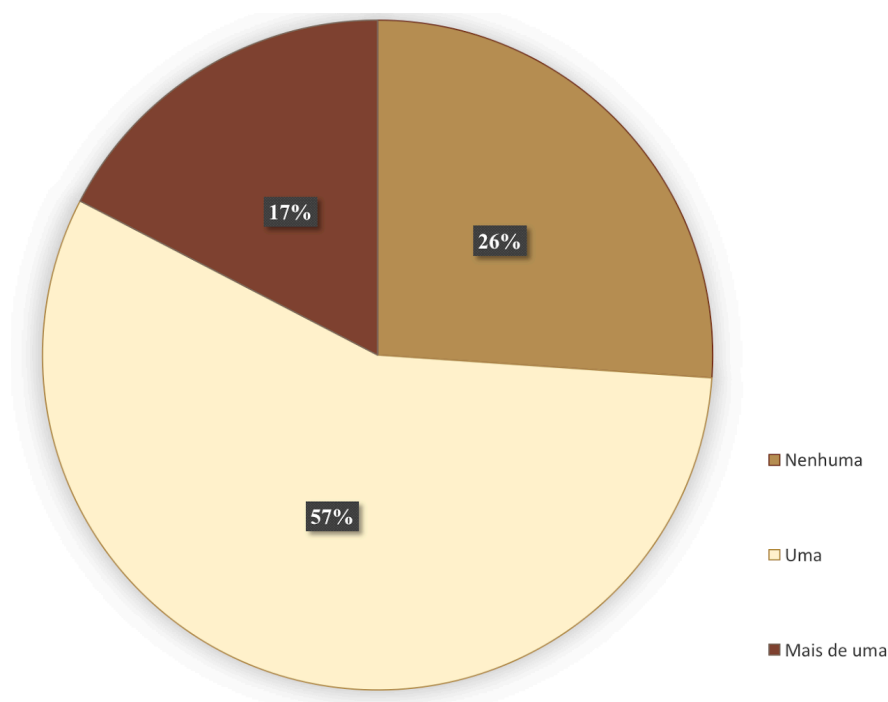


Gráfico 8: Número de Exposições organizadas pelos Museus do Norte de Portugal, com coleções relacionadas com o P. E. do Ensino Primário.

Embora o número de exposições seja significativo, não foi possível caracterizar o tipo de exposição através dos questionários. Uma vez que o número de museus da amostra (17) não é elevado, procedeu-se a uma visita às respectivas páginas web de cada uma das instituições com o objetivo de caracterizar o tipo de exposição e reforçar a recolha de dados. Para esta recolha de dados definiram-se as seguintes tipologias (Quadro 17),

TIPOLOGIA	CARACTERISTICAS
MUSEU TEMÁTICO	QUANDO O PATRIMÓNIO ESCOLAR DEFINE A MISSÃO DO MUSEU
NÚCLEO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE	QUANDO NA EXPOSIÇÃO PERMANENTE EXISTE UM NÚCLEO RESERVADO AO PATRIMÓNIO ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO
EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA	QUANDO É REALIZADA ALGUMA EXPOSIÇÃO DE CARÁCTER TEMPORÁRIO

Quadro 17: Tipo de exposição.

Após a visita às páginas web, dos 17 museus que já tinham organizado alguma exposição, pode concluir-se que cinco dos museus¹⁰¹ da amostra são museus temáticos, cujo a missão se relaciona diretamente com o Património Escolar do Ensino Primário, um¹⁰² tem um núcleo na exposição permanente e os restantes foram inconclusivos através da sua página Web.

Relativamente aos catálogos existentes sobre o tema, nos museus da amostra, apenas um respondeu positivamente, Museu do Móvel, mas quando visitado¹⁰³ e pedido, *não estava disponível*, no momento.

Na pesquisa bibliográfica realizada sobre o Património Escolar entre Escolas e Museus averiguou-se a existência do Património Escolar nas duas instituições. Estando este Património diretamente ligado à importância que os objetos e edifícios apresentavam, quer por questões de inovação pedagógica, saúde pública ou inovação tecnológica, era já no século XIX, foco de atenção de alguns investigadores e políticos.

Muitos objetos ainda continuam presentes nas escolas como recurso à atividade letiva e estratégia de aprendizagem, enquanto outros, são naturalmente substituídos por objetos mais inovadores tecnologicamente. Contudo a utilização dos objetos, numa visão de preservação cultural, estratégia de aprendizagem e formação pessoal, vai ao encontro do desenvolvimento do Perfil do Aluno do século XXI¹⁰⁴, pois através dos mesmos, os professores podem desenvolver atitudes de cidadania e participação e promover curiosidade, reflexão e inovação, valores que devem pautar a cultura de escola.

Perante as responsabilidades dos museus para com o Património, definiu-se como objetivo: a localização das coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário; averiguar se as mesmas estavam inventariadas; que tipologias estavam representadas e saber como estas têm sido utilizadas em termos de interpretação e divulgação.

Através da metodologia apresentada anteriormente, foi possível fazer um levantamento preliminar dos Museus do Norte de Portugal que possuem coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário e as tipologias presentes nas respetivas coleções. Constatou-se que a grande maioria dos museus assinalados são da tutela dos municípios, que em resposta ao encerramento das Escolas Primárias acolheram estas coleções nos respetivos Museus Municipais, ou, em alguns casos, apoiaram alguns movimentos de cidadãos e

¹⁰¹ Escola Museu de Vilar do Peso (Cinfães); Museu da Educação (Fafe); Museu Pedagógico de Lamego (Lamego) e Ecomuseu de Ribeira de Pena: – Casa da Cultura – Museu da Escola (Ribeira de Pena); Museu da Escola (Paredes).

¹⁰² Museu do Móvel (Paços de Ferreira).

¹⁰³ Visita ao espaço realizada no dia 24.08.2019.

¹⁰⁴ Perfil do Aluno do século XXI.

constituíram novos espaços.

O Norte de Portugal reúne cinco museus temáticos, cujas coleções estão diretamente relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário e a maioria dos museus assinalados, já realizou pelo menos uma exposição, sobre o tema. Relativamente aos catálogos, apenas um museu respondeu afirmativamente, porém sem edições disponíveis de momento.

No decorrer da investigação realizada surgiram algumas dificuldades: no envio de emails constatou-se que alguns endereços de email estavam incorretos (retirados e confirmados nas respetivas páginas web), a demora e falta de respostas por parte de algumas instituições, o mesmo aconteceu aquando do envio dos questionários. Na tentativa de reunir o maior número de respostas, procedeu-se ao contato telefónico para efetuar os restantes questionários, no entanto, na maior parte dos casos foi impossível falar com as pessoas responsáveis pelas coleções e as pessoas do atendimento demonstraram sempre que não o podiam fazer. Restou deixar o apelo para que o pedido em questão – preencher e enviar os questionários - chegasse às pessoas responsáveis. Nos contatos efetuados, via email ou telefonicamente, detetou-se que existe muita confusão sobre a terminologia museológica (coleções, inventário, tutela, tipologia).

Na validação dos dados verificou-se que a questão: - *Indique o número de objetos inventariados?* - foi por muitos entendida na globalidade e não somente ao objeto de estudo, não podendo esse dado ser validado.

Tendo em conta o período estipulado para este estudo, foi de todo impossível aprofundar com maior rigor como estas coleções têm sido interpretadas e divulgadas por parte dos museus, mas fica aqui a sugestão para um estudo futuro.

Considerações finais

A presente investigação foi desenvolvida com o intuito de localizar o Património Escolar do Ensino Primário e a forma como este tem sido abordado, e, como tal, contribuir para os objetivos desenhados pelo projeto de investigação ReduF. Para tal, foi realizada uma síntese sobre o percurso do referido nível de ensino e realizada uma análise cuidada de alguns conceitos relacionados com o Património Escolar.

Investigadores nacionais e estrangeiros têm desenvolvido alguns estudos na área do Património Escolar. Nas suas investigações surge associada a este a cultura material escolar e a importância que a mesma tem para a sociedade. Vista como o conjunto de objetos que fazem parte do meio onde a criança passa muitas horas do seu dia, desempenha um papel importante na experiência do crescer, pois integra a influência do meio no seu desenvolvimento.

Os objetos desempenham uma função num determinado período de tempo, função definida logo no momento da sua criação, contudo, mais tarde, essa mesma função é substituída. Por isso mesmo, os objetos passam a ilustrar um passado, são vistos como uma fonte, que, quando analisada, promove a compreensão do desenvolvimento da escolaridade em massa e, juntamente com outras, definem a história das sociedades. Os objetos escolares não contam apenas a história da escola, eles contam a história da sociedade e, quando interpretados, indicam relações dos sujeitos com as coisas. As interpretações devem ser realizadas tendo em conta o tempo, mas também o espaço, pois a escola define um contexto de extrema importância na caracterização de uma região.

O Património Escolar, definido através da cultura material e imaterial da escola, constitui uma memória, individual e coletiva. Uma das principais formas de a preservar é construir conhecimento sobre ela – reunir, conservar, inventariar e interpretar é imprescindível para a salvaguarda e a valorização do Património. O conhecimento da identidade e a cultura de uma comunidade constituem um suporte de identificação, indispensável para o equilíbrio do ser humano. Quando se foca o Património Escolar na dimensão da herança educativa, ele ocupa um espaço de pertença, o qual está diretamente ligado à responsabilidade de cuidar.

No âmbito do projeto REduF, a criação do espaço interdisciplinar (CITRIME) apresenta-se como um lugar de preservação da memória da educação, com uma intervenção de carácter científico, tanto na preservação como na divulgação. O mapeamento realizado do trabalho científico e da localização e a caracterização das coleções nos Museus do Norte de Portugal são um ponto de partida.

Identificar e conhecer não só o trabalho científico (teses e dissertações) mas também projetos científicos relacionados com o tema nas diferentes áreas é de extrema importância para a construção do estado de arte de futuros trabalhos de investigação sobre o tema.

Localizar as coleções nas instituições museológicas e as respetivas tipologias é fundamental na abordagem museológica, salientando que a museologia, enquanto disciplina, tem como propósito recolher, inventariar, investigar e divulgar de forma a salvaguardar e valorizar o património da humanidade.

A vitalidade do tema está bem presente, visto que regressou no século XXI. Face ao estudo realizado, é notório o interesse crescente pelas questões relacionadas com o Património Escolar.

Aquando do encerramento das Escolas Primárias distribuídas pelo território, cuja transferência foi feita para os Centros Escolares, os edifícios e materiais ficaram abandonados. A população teve um papel de extrema importância para com o Património Escolar do Ensino Primário, pois grande parte dos objetos recolhidos e salvaguardados partiu, na maioria dos casos, de iniciativas em nome individual.

As universidades têm vindo a desenvolver projetos relacionados, cada vez mais interdisciplinares, mas, muitas vezes, por falta de meios financeiros e pouca abertura política, não têm chegado ao desenvolvimento esperado.

O Ministério da Educação tem vindo já a desenvolver algumas iniciativas relacionadas com a salvaguarda e valorização do Património Escolar do Ensino Secundário, todavia tal não engloba o Património do Ensino Primário. Atualmente, as Escolas Secundárias estão sob a administração dos Agrupamentos de Escolas e a extensão do trabalho desenvolvido nas Escolas Secundárias pode ser estendido aos outros níveis de ensino.

Na área dos museus este património está salvaguardado, mas com necessidade de uma política museológica orientada. Os museus têm acolhido algumas coleções e, tendo em conta as suas responsabilidades, quer com o Património que lhe é confiado, quer com a comunidade, devem criar condições de inventariação, investigação/interpretação e gestão destas coleções, para assim definirem um plano de valorização e divulgação.

As bases de dados realizadas nesta dissertação:

- trabalhos científicos realizados sobre o tema;
- reunião dos materiais produzidos pela Secretaria Geral da Educação, no desenvolvimento dos projetos relacionados com o Património Escolar do Ensino Secundário;

- listagem de Museus do Norte de Portugal com coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário e as respetivas tipologias.

Pretendem oferecer um conjunto de dados significativos para o desenvolvimento de projetos na área do Património Escolar do Ensino Primário.

Tal como os estudos científicos requerem estudos interdisciplinares da sociedade de hoje, também a operacionalização de projetos requer parcerias por parte das instituições.

Referências bibliográficas

- Adao, A., Silva, C. M., & Pintassilgo, J. (2012). *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Almeida, A. d. (2016). Museu Pedagógico de Lamego. (E. U. Salamanca, Ed.) *Aula*, 22, pp. 133-148, doi: 10.14201/aula201622133148.
- Alves, Luis Alberto Marques; Pintassilgo, Joaquim. (2017). *Investigar, Intervir e preservar em História da Educação*. Porto: CITCEM/HISTEDUP.
- Alves, Luis Alberto. (1990). *O Passado da Escola o Futuro do Ensino*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Antonio, M. J. (2004). *O que ficou na memória: os castigos corporais na escola primária: 1900-1960*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/27465>
- Barroso, J. (2007). A História das Instituições Escolares: A escola como objecto de estudo. Em J. Pintassilgo, L. A. Alves, L. G. Correia, & M. L. Felgueiras, *A História da educação em Portugal: Balanço e perspectivas* (pp. 147-178). Porto: Edições ASA.
- Beja, F., Serra, J., Machas, E., & Saldanha, I. (1990). *Muitos Anos de Escolas - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941* (Vol. I). Lisboa: Ministério da Educação.
- Benito, A. E. (2015). Arqueología y Rituales de la Escuela. Em M. J. Mogarro, *Educación e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 45-60). Lisboa: Edições Colibri.
- Benito, A. E. (2010). La cultura material de la escuela y la educación patrimonial. *Educatio Siglo XXI*, 28, n.º2, pp. 43-64. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/27116/1/La%20cultura%20material%20de%20la%20escuela%20y%20la%20educación%20patrimonial.pdf>
- Benito, A. E. (jul./dez. de 2010). Património Material de la Escuela e Historia Cultural. *Revista Linhas*, 11, n.º2, pp. 13-28. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125>
- Brites, R. C. (2015). *A tecnologia como mediadora das memórias escolares: o Museu Escolar*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/81815>
- Candeias, A., Paz, A. L., & Rocha, M. (2004). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian.
- Candeias, R. P. (2007). *Contributo para a história das inovações no ensino da matemática no primário: João António Nabais e o ensino da matemática no Colégio Vasco da Gama*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/1199>
- Carvalho, J. M. (2004). *A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira: o caso da Fábrica Albino de Matos, Pereira & Barros*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em:
- Carvalho, L. M. (2007). A Imprensa de Educação e ensino na História da educação: Um olhar sobre teses de doutoramento (1990-2004) e um mapa para outros trajectos. Em J. Pintassilgo, L. A. Alves, L. G. Correia, & M. L. Felgueiras, *A História da educação em Portugal: Balanço e perspectivas* (pp. 179-202). Porto: Edições ASA.

- Carvalho, R. (1985). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian.
- Costa, R. J. (2006). Resgatar a memória do futuro da escola. *A página da Educação*, 153. Disponível em: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=153&doc=11373&mid=2>
- Escolano, B. (2015). Arqueología Y rituales de la escuela. Em M. J. Mogarro, *Educação e Património Cultural Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 45-60). Lisboa: Edições Colibri.
- Faria, A. C., & Possamai, Z. R. (2014). Museus e Educação: debates Internacionais e produção intelectual brasileira, 1958. *X Congresso Luso-Brasileiro de História de Educação*, (pp. 13-25). Curitiba. Disponível em: https://www.academia.edu/15848814/Museus_e_Educação_debates_internacionais_e_produção_intelectual_brasileira_1958
- Faria, A. C., & Possamai, Z. R. (2019). O curso de Organização de Museus Escolares do Museu de História Nacional (Brasil, 1958). *Revista História da Educação (online)*, 23, pp. 1-37. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/80222/pdf>
- Felgueiras, M. L. (2009). "Abrir uma Escola, Fechar uma Prisão". A iniciativa local na construção da rede escolar pública portuguesa, na passagem do século XIX para o XX. Em O. Graça, & M. L. Felgueiras, *Escolas Conde Ferreira Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal* (pp. 153-163). Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra.
- Felgueiras, M. L. (2008). A história da educação na relação com os saberes histórico pedagógico. *Revista Brasileira de educação*, 13, 483-501. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000300006&script=sci_abstract&tlng=pt
- Felgueiras, M. L. (jan./abr. de 2011). Herança Educativa e Museus: Reflexões em torno das práticas de intervenção, preservação e divulgação histórica. *Revista Brasileira de História da Educação*, 11, pp. 67-92. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111311/2/139171.pdf>
- Felgueiras, M. L. (jan./abr. de 2005). Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *Pro-Posições*, 16, n.º1, pp. 87-102. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643756>
- Felgueiras, M. L. (jun de 2000). O Museu da Escola Primária no Porto. *Educação em Revista*, 31, pp. 61-75.
- Felgueiras, M. L. (2017). Preservar a Herança Educativa: desafios, limites e intervenção. Em L. A. Alves, & J. Pintassilgo, *Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação* (pp. 153-170). Porto: CITCEM/HISTEDUP.
- Fernandes, R. (1973). *As ideias pedagógicas de F. Adolfo Coelho*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Fernandes, R. (Jan./abr. de 2005). Cultura de escola: entre as coisas e as memórias. *Pro-Posições*, 16, n.º1. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2290/46-dossie-fernandesr.pdf>
- Fernandes, R. (1971). João de Barros, educador republicano. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fernandez, L. A. (2006). *Museología y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Fernando, Rosa. (s.d.). *A "Educação Nacional" (1930-1974): Análise Histórica e Historiográfica*. Obtido em 04 de 03 de 2019, de Universidade do Porto: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15154.pdf>

- Ferreira, E. (2016). O Museu Portuense, um projeto pedagógico. *Midas*, 7. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/1114>
- Feteira, J. S. (2013). *O Plano dos centenários - As escolas primárias (1941-1956)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/11341>
- Fontal, O., & Etxeberria, I. (enero-marzo de 2017). La investigación en Educación Patrimonial. Evolución y estado actual a través del análisis de indicadores de alto impacto. *Revista de Educación*, pp. 184-214. Disponível em: <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/la-investigacion-en-educacion-patrimonial-evolucion-y-estado-actual-a-traves-del-analisis-de-indicadores-de-alto-impacto--research-on-heritage-education-evolution-and-currentstate-through-analysis-of-high-impact-indicators/investigacion-educativa/21502>
- Gama, A. (2016). *O Plano dos centenários*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/5089>
- Grosvenor, I., Rasmussen, L. R., & Rosen. (2018). *Making Education: Material School Design and Educational Governance (Educational Governance Research)*. Springer.
- Lawn, M., & Grace, G. (2014). *Teachers: The Culture and Politics of Work (RLE Edu N) (Routledge Library Editions: Education)*. London: The Falmer Press.
- Lawn, M., & Grosvenor, I. (2015). "Em caso de dúvida, preservar": explorando os vestígios da cultura material e do ensino em escolas inglesas. Em M. J. Mogarro, *Educação e Património Cultural Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 61-72). Lisboa: Edições Colibri.
- Lawn, M., & Grosvenor, I. (2005). *Materialities of Schooling: Design, Technology, Objects, Routines (Comparative Histories of Education)*. United Kingdom: Symposium Books.
- Lopes, R. (2015). Os materiais parietais em Portugal. Em M. J. Mogarro, *Educação e Património Cultural Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 141-170). Lisboa: Edições Colibri.
- Machado, F. A. (1995). *Do Perfil dos Tempos ao Perfil da Escola, Portugal na viragem do milénio*. Porto: Edições ASA.
- Machado, M. F. (2004). *Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal: 1835-1970*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/5089>
- Magalhaes, J. (2007). A História da Educação em Portugal: Temas, Discursos, Paradigmas. Em M. L. Felgueiras, J. Pintassilgo, L. A. Alves, & L. G. Correia, *A História da Educação em Portugal: Balanço e perspetivas* (pp. 13-34). Porto: Edições ASA.
- Magalhaes, J. (2017). Entre história e educação - historiografia e história da educação em Portugal e no Brasil. Em L. A. Alves, & J. Pintassilgo, *Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação* (pp. 17-44). Porto: CITCEM/HISTEDUP.
- Magalhaes, J. (2015). O livro escolar como memória da Educação. Em M. J. Mogarro, *Educação e Património Cultural Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 135- 140). Lisboa: Edições Colibri.
- Martins, Guilherme Oliveira. (2017). *Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação. Disponível em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_do_s_alunos.pdf
- Meda, J. (jan./abr. de 2015). A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *Revista Linhas*, 16, n.º 30, pp. 07- 28. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015007>

- Mendes, A. (2008). *A construção do parque escolar do ensino primário na cidade de Portalegre: uma perspectiva através dos documentos locais*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/765>
- Menezes, M. C. (2012). Patrimônio cultural; Museus educativos; Cultura material. *IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares* (pp. 901-905). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Miguens, Manuel. (2017). *Organização escolar: os agrupamentos*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estudos/estudo_organizacao_escolar_agrupamentos.pdf
- Mogarro, M. J. (2010). Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX). *Educatio Siglo XXI*, 28, n.º2, pp. 89-114. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12308/1/Cultura_Material_e_modernizacao_pedagogica.pdf
- Mogarro, M. J. (jan./abr. de 2012/2013). Património Educativo e Modelos de Cultura Escolar na História da Educação em Portugal. *Cuestiones Pedagógicas*, 22, pp. 67-102. Disponível em: http://institucional.us.es/revistas/cuestiones/22/art_3.pdf
- Mogarro, M. J., & Namora, A. (2015). Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas, Perspetivas Multidisciplinares sobre a Cultura Material. Em *Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 9-44). Lisboa: Edições Colibri.
- Mogarro, M. J., Gonçalves, F., Casimiro, J., & Oliveira, I. (Jan./Abr de 2010). Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação - um projeto de preservação e valorização do Património Educativo. *História da Educação*, 14, n.º 30, pp. 153-179. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/12310>
- Mogarro, Maria Joao; Namora, Alda. (2015). Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas, Perspetivas Multidisciplinares sobre Cultura Material. Em M. J. Mogarro, *Educação e Património Cultural Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 9-44). Lisboa: Edições Colibri.
- Monica, M. F. (1978). Educação e sociedade no Portugal de Salazar, A Escola primária Salazarista 1926-1939. Lisboa: Editorial Presença.
- Neto, A. (2015). *Os manuais do ensino primário e elementar e a inculcação dos valores do Estado Novo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/15980>
- Nogueira, L. P. (2014). *Projectar uma infância portuguesa. Os Espaços da Educação segundo Raúl Lino*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/77406>
- Novoa, A. (s.d.). A “Educação Nacional” (1930-1974): Análise Histórica e Historiográfica. pp.175-203. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15154.pdf>
- Novoa, A. (1988). A História do Ensino Primário em Portugal balanço das investigações realizadas nas últimas décadas. *1º Encontro de História da Educação em Portugal* (pp. 45-73). Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10021.pdf>
- Novoa, A. (1996). História da educação: Percursos de uma Disciplina. *Análise Psicológica*, 4 (XIV), pp. 417-434. Disponível em: http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3198/1/AP_1996_4_417.pdf
- Novoa, Antonio. (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA.

Olaio, T. R. (2011). *A rede do ensino primário em Águeda durante o Estado Novo*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Palma, H. (2008). *A matemática na escola primária: um olhar sobre o ensino da matemática nas escolas portuguesas desde o final do século XIX até à década de 70 do século XX*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/766>

Palma, H. (2015). Os materiais didáticos utilizados no processo de ensino-aprendizagem de conteúdos matemáticos na escola primária (séculos XIX-XX). Em M. J. Mogarro, *Educação e Património Cultural Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 221-250). Lisboa: Edições Colibri.

Pereira, M. L. (2017). *A Escola Portuguesa ao serviço da Nação: discursos e práticas de orientação e disciplina do professorado primário (1926-1956)*. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/6785>

Petry, M. G., & Gaspar, V. L. (set./dez. de 2013). Museu Escolar: Sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). *Revista História da Educação*, 17, n.º 41, pp. 79-101. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592013000300006&script=sci_abstract&tlng=pt

Pimenta, P. P. (2006). *A escola portuguesa: do "plano dos centenários" à construção da rede escolar no distrito de Vila Real*. Braga: Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/6973>

Pimentel, C. (2005). *O Sistema Museológico Português (1833-1991)*. (F. C. Gulbenkian/FCT, Ed.)

Pintassilgo, J. (2007). História do Currículo e das Disciplinas Escolares. Em J. Pintassilgo, L. A. Alves, L. G. Correia, & M. L. Felgueiras, *A História da Educação em Portugal: Balanço e perspectivas* (pp. 111-146). Porto: Edições ASA.

Pintassilgo, J., & Pedro, C. L. (2015). Rituais escolares e construção da cultura escolar em Portugal na transição do século XIX para o século XX. Em M. J. Mogarro, *Educação e Património Cultural Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 119-134). Lisboa: Edições Colibri.

Pinto, P. (2009). *O ensino primário e seus valores em Portugal, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/2228>

Possamai, Z. R. (out./dez. de 2015). Exposição, Coleção, Museu escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. *Educar em revista*, 58, pp. 103-119. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602015000400103&lng=pt&nrm=iso

Possamai, Z. R. (mar./abr. de 2015). Olhares Cruzados: interfaces entre história, educação e museologia. *Museologia & Interdisciplinaridade*, III, n.º 6, pp. 17-32. Disponível em: https://www.academia.edu/12151630/Olhares_cruzados_interfaces_entre_Educação_História_e_Museologia

Possamai, Z. R., & Witt, N. B. (jun de 2016). Ensino e Memória: os museus em espaço escolar. *Cadernos DO CEOM Acervos para a História da Educação*, 29, n.º 44, pp. 7-15. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2988>

Possamai, Z., & Paz, F. R. (2017). Pesquisar e ensinar: considerações sobre museus escolares de ciências, Brasil e Argentina. Em M. Granato, E. S. Ribeiro, & B. M. Araujo, *Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores* (pp. 283-308). Rio de Janeiro: Museu de astronomia e ciências Afins. Disponível em:

https://www.academia.edu/36863195/PESQUISAR_E_ENSINAR_considerações_sobre_mus_seus_escolares_de_ciências_Brasil_e_Argentina

Proença, A. C. (2017). *O jogo popular como meio de educação e de intervenção comunitária*. Lisboa: Universidade Aberta.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramos, P. O. (1993). Breve História do Museu em Portugal. Em M. B. Rocha-Trindade, *Iniciação à Museologia* (pp. 21-62). Universidade Aberta.

Reis, F. C. (2006). *A pedagogia moderna: o espaço, os instrumentos, as práticas: 1860-1960*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/32482>

Rodrigues, G. L. (2012). *O Património Escolar e Novos Usos Turísticos - A recuperação para unidades de alojamento no concelho de Ponte de Lima*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/66403>

Saavedra, V. P., & Menezes, M. C. (2011). Dossiê: Arquivo, objetos e memórias educativas: práticas de inventário e de museologia. *Revista Brasileira História da Educação*, 11n.1, pp. 11-18.

Santos, M. T. (2007). Perfil da História da Educação: Conflito entre o empobrecimento efetivo e o potencial objetivo. Em J. Pintassilgo, L. A. Alves, L. G. Correia, & M. L. Felgueiras, *A História da educação em Portugal: Balanços e perspetivas* (pp. 229-256). Porto: Edições ASA.

Semedo, A. (2004). Da invenção do museu público: tecnologias e contextos. *Revista da faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, III, pp. 129-136. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8086/2/4087.pdf>

Silva, C. M. (2015). Escola, higiene e pedagogia: espaços desenhados para o ensino em Portugal (1860-1920). Em M. J. Mogarro, *Educação e Património Cultural Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 93-118). Lisboa: Edições Colibri.

Silva, Manuela; Tamen, M. Isabel. (1981). *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian.

Silva, R. H. (2001). Os museus: História e Prospectiva. Em F. Pernes, *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX, Artes e Letras II* (pp. 65-108). Porto: Edições Afrontamento/Fundação de Serralves.

Trindade, M. B. (1993). *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

Vidal, D. G. (2017). História da Educação como Arqueologia: Cultura Material Escolar e Escolarização. Em L. A. Alves, & J. Pintassilgo, *Investigar, Intervir e preservar em História da Educação* (pp. 45-64). Porto: CITCEM/HISTEDUP.

Vieira, S. S. (2018). *O lugar da herança cultural no desenvolvimento local: a experiência de pensar com os atores sociais um Centro de Memória da Educação*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/116807>

Vino, F. (Jan./abr. de 2011). Memoria, Patrimonio Y Educación. *Revista História da Educação - RHE*, 15, pp. 31-62. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/20100>

Lista de Apêndices

- A. Quadro cronológico das Políticas Educativas, no período de 1759 a 1974. (Carvalho, 1985, pp.424-813)
- B. Tipologia de Edifícios Escolares do Ensino Primário
- C. Lista de teses e dissertações filtradas – Autor/Orientador/Ano/Resumo/Título
- D. Lista de teses e dissertações
- E. Questionário aplicado aos Museus do Norte de Portugal
- F. Lista de contatos estabelecidos com as instituições museológicas do Norte de Portugal
- G. Reunião dos dados recolhidos

**A. Quadro cronológico das Políticas Educativas, no período de 1759 a 1974
(Carvalho, 1985, pp. 424-813)**

Quadro cronológico das Políticas Educativas, no período de 1759 a 1975. (Carvalho, 1985, pp. 424-813)

Período	Apontamentos	Pedagogos
Reforma Pombalina (1759)	- Extinção do ensino da Companhia de Jesus;¹⁰⁵ - Estado assume a instrução da população¹⁰⁶; - Criação da Junta de Providência Literária¹⁰⁷; - Publicação de manuais direcionados à aprendizagem da leitura e da escrita; - Novas bases metodológicas para as Escolas Menores¹⁰⁸; - Criação da Direção-geral dos Estudos; - Criação do Colégio dos Nobres; - A administração e direção das Escolas Menores é entregue à Mesa Censória; - Rede de Escolas Menores reúne 479 estabelecimentos; - Criação de 884 lugares de mestres de ler e de professores de Humanidades (Gramática Latina, Língua Grega; Retórica e Filosofia Racional)¹⁰⁹; - Concessão do direito de nobreza (o de não poderem ser presos) aos professores da Escola Menor¹¹⁰; - Reforma da Universidade (as faculdades e os seus novos programas);	- Ribeiro Sanches - Manuel Andrade de Figueiredo; - Luís Verney - Sousa Farinha; - Ribeiro Sanches;
Reforma dos Estudos Menores ¹¹¹ (1799)	- Reforma antecipada para professores¹¹²; - Criação da Junta da Directoria-Geral dos Estudos e Escolas destes Reinos; - O ensino elementar regressa, em boa parte, às mãos dos religiosos; - Aumento do número de mestres de ler, escrever e contar; - Diminuição do número de lugares para professores de Gramática Latina, Língua Grega; Retórica e Filosofia Racional;	- Santos Marrocos; - José Anastácio da Cunha; - Gastão Stockler;

¹⁰⁵ Alvará datado de 28 de Junho de 1759.

¹⁰⁶ Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772.

¹⁰⁷ “O suporte financeiro que permitiria a estas leis vigorarem foi aprovado logo de seguida, em 10 de Novembro de 1772. Institui-se um Subsídio Literário a cobrar à população por uma Junta, que o arrecadaria e administraria, de modo a pagar aos mestres e professores, e fazer face a outras despesas que viessem a surgir com o ensino” (Beja, Serra, Machas, & Saldanha, 1990, p. 31).

¹⁰⁸ Alvará régio, 18 de Agosto de 1772.

¹⁰⁹ Alvará, em 11 de Novembro de 1773.

¹¹⁰ Documento n.º100, manuscrito, volume 21 da Legislação Portuguesa.

¹¹¹ Decretada em 16 de Agosto de 1779.

¹¹² “Assim, 65 mestres e professores foram considerados demasiado idosos, ou de menos aptidão para o ensino, sendo aposentados com metade do vencimento” (Silva & Tamen, 1981, p.34).

	- Desenvolver o ensino primário e dificultar o desenvolvimento dos outros graus de ensino; - Instalação oficial do ensino feminino¹¹³; - É extinta a Real Mesa Censória e substituída (com funções mais amplas) pela Real mesa da Comissão Geral sobre Exame e Censura dos Livros¹¹⁴; - É criado um sistema de inspeção escolar executado pelo pessoal da Junta da Diretoria dos Estudos; - São criadas instruções para a forma dos exames dos mestres de primeiras letras;	- Ribeiro dos Santos
Método de Lancaster (ensino mútuo) (1823) ¹¹⁵	- Alunos agrupados por classes do mesmo nível e lecionadas por instrutores (de nível mais adiantado); - O mestre exercia funções de inspetor, realizava vigilâncias de forma a manter a ordem; - Os instrutores têm de realizar um exame e recebem pequenas gratificações semanais, pelo trabalho realizado; - Surge pela primeira vez formação escolar para professores¹¹⁶; - Em 1818 funcionavam em Portugal 55 escolas de ensino Mútuo;¹¹⁷ - O benefício da Jubilação após 30 anos de serviço.¹¹⁸	- Mouzinho de Albuquerque; - John Corfield; - Trigo de Aragão Moorato; - Garrett;
Reforma de Rodrigo da Fonseca (1835)	- Comissão, instalada na Academia Real encarregada de propor ao governo um Plano provisório de melhoramento do Ensino Público; - Abertura de duas escolas (uma em Lisboa e outra no Porto) para formação de professores¹¹⁹; - Publicação do <i>Regulamento Geral da Instrução Primária</i>¹²⁰;	- Guilherme Dias Pegado

¹¹³ 15 de Maio de 1815.

¹¹⁴ Em 1787, a 21 de Junho.

¹¹⁵ “(...) D. João IV ao mandar estabelecer escolas de primeiras letras nos quartéis portugueses. A exposição do método de Lancaster foi traduzida e editada em Portugal: José Lencaster, Sistema Britânico de Educação sendo um completo Tratado de melhoramentos e invenções praticadas por... Traduzido do original inglês por Guilherme Skinner. Para ilustração das Academias e Aulas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, tanto para Meninos como para meninas. Porto, 1823” (Carvalho, 1985, p.527).

¹¹⁶ 1 de março de 1816“(...) pela primeira vez os professores foram escolarmente preparados para o desempenho da profissão (...)”, (Idem, p.531).

¹¹⁷ (Idem, p. 530).

¹¹⁸ Decreto de 1-X-1821, (Idem, p.535).

¹¹⁹ Decreto de 18-II-1835, (Idem, p. 551).

¹²⁰ Decreto de 7-IX-1835, este só se refere ao ensino masculino, prometendo o ministro ocupar-se do ensino feminino mais tarde, (Idem, pp. 552-553).

	- Instrução primária gratuita para todos os cidadãos, em escolas públicas; - Criação de uma rede de escolas a cargo dos municípios e com o auxílio financeiro do Estado; - Carreira de professores organizada: cursos específicos; habitação; vencimento; adjunto e a jubilação; - Substituição da Junta da Diretoria Geral dos Estudos pelo Conselho Superior de Instrução Pública - A obrigatoriedade não é imposta apenas se apela ao bom senso da família, e que esta, sinta como dever;	
Reforma Passos Manuel ¹²¹ (1836)	- A gratuidade do ensino não é referida; - A organização das escolas volta a ser concentrada no Estado; - A obrigatoriedade continua a ser um dever estendido a várias figuras institucionais (município, igreja e a própria escola); - A execução de exercícios de ginástica;	- Passos Manuel; - Alexandre Herculano;
Reforma Costa Cabral ¹²² (1842)	- Divisão da instrução primária em dois graus¹²³; - Anula a execução dos exercícios de ginástica; - Estabelece multas em último recurso para os pais que não cumpram o dever de mandar os filhos à escola; - Doação de 120 escolas ao Estado, pelo Conde Ferreira e preocupações com o mobiliário e equipamento das escolas;¹²⁴	- António Feliciano Castilho; - Henriques Nogueira; - Mariano Ghira
Reforma D. António da Costa ¹²⁵ (1870)	- Criação do Ministério da Instrução Pública¹²⁶; - Criação de Escolas femininas; - Descentralização do ensino primário¹²⁷; - A instrução primária continua dividida em dois graus: o elementar e o complementar¹²⁸.	- António da Costa Macedo;

¹²¹ A Reforma de passos Manuel é datada de 15 de Novembro de 1836, (Idem p. 561).

¹²² 20 de Setembro de 1844, (Idem p.577).

¹²³ 1º grau: “(...) de ler, escrever e contar, exercícios gramaticais, Corografia e História de Portugal, Moral, Doutrina Cristã e Civilidade.” (...) 2º grau: “(...) Gramática, desenho Linear, Geografia, História Geral, História Sagrada do Antigo e Novo Testamento, Aritmética e Geometria aplicadas à Indústria, e Escrituração”, (Idem p.576).

¹²⁴ Portaria de 20 de Julho de 1866.

¹²⁵ 16 de Agosto de 1870, (Idem, p.603).

¹²⁶ 12 de Junho de 1870 e D. António da Costa nomeado como respetivo ministro, (Idem, p.601).

¹²⁷ “(...) a escola primária será dotada pela paróquia, auxiliada pelo município na míngua de meios paroquiais, e pelo Estado na insuficiência do município”, (Idem, p.603).

¹²⁸ 1º grau: “(...) Educação Física (Ginástica, Higiene), Educação Moral (Doutrina Cristã), Educação Intelectual (leitura, escrita, operações aritméticas, pesos e medidas, Gramática e exercício de redação, Desenho Linear, História Sagrada e Pátria, Geografia e Cronologia, Agricultura, Canto Coral) e Educação Política (Constituição, Direitos e Deveres dos Cidadãos). O 2º grau desenvolvia os mesmos temas e juntavam-lhes outros,

	- Ensino obrigatório para ambos os sexos; - Serviço de inspeções rigorosas; - Institui conferências entre professores para aperfeiçoamento de métodos de ensino;	
Reforma de Rodrigues Sampaio ¹²⁹ (1872)	- A instrução primária continua a estar dividida em dois graus, mas é feita uma organização curricular¹³⁰;	
Movimento das escolas móveis ¹³¹	- Baseadas no método da Cartilha Maternal; - Estenderam-se às Ilhas adjacentes, ao Brasil e à África portuguesa; - A última missão, a 487ª, foi efetuada no ano 1920/21; - Foram alfabetizados deste modo 28 941 alunos; - o método prosseguiu nas escolas oficiais e particulares;	- João de Deus; - António Feliciano Castilho;
Reforma João Franco ¹³² (1894)	- O ensino primário divide-se em elementar e complementar; - O elementar divide-se em dois graus, o 1º grau obrigatório a todas as crianças e o 2º grau obrigatório para admissão ao ensino secundário; - À organização curricular acrescia os trabalhos manuais e exercícios de ginástica; - Podem ser estabelecidos cursos dominicais e noturnos para adultos; - Criação de escolas para surdos-mudos e para cegos; - Centralização dos serviços o Estado¹³³;	- Jaime Moniz;
Decreto nº.8, 24 de Dezembro de 1901	- O ensino primário passa a ser dividido em quatro classes, as três primeiras constituem o 1º grau e a última o 2º grau; - O 1º grau termina com um exame que finaliza a escolaridade obrigatória;	- Bernardino Machado; - Alves dos Santos;

particularmente Elementos de Física, de Química e de História Natural. As raparigas tinham, além de tudo isso, certas ocupações consideradas próprias do seu sexo, como coser e fazer meias”, (Idem, p.604).

¹²⁹ A reforma da instrução primária de Rodrigues Sampaio é datada de 2 de maio de 1878, mas esta só é regulamentada em 28 de Julho de 1881, pois Rodrigues Sampaio é afastado do seu cargo, o qual volta a assumir três anos depois, (Idem, p. 607).

¹³⁰ “(...) transfere-se, do primeiro para o segundo, a História, a Geografia, a Cronologia, a Agricultura, o Canto Coral, a Educação Física e a Educação Política (...) desaparecem de todo os rudimentos de Ciências Físicas e Naturais(...)”, (Idem, p.607).

¹³¹ Associação das Escolas Móveis, fundada por Casimiro Freire e sustentada por um grupo de beneméritos realiza a sua 1ª missão a 24 de novembro de 1882, em Castanheira de Pêra, (Idem, p. 612).

¹³² 18 de Junho de 1896, (Idem, p. 628).

¹³³ Decreto de 6 de Maio de 1892, (Idem, p. 629).

	O 2º grau destina-se aos alunos que pretendam seguir os seus estudos;	
Reforma Republicana ¹³⁴ (1911)	- Dividido em três escalões: o elementar, o complementar e o superior, todos gratuitos; a transição entre eles era feita por exame; - O ensino primário elementar era obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos, tinha a duração de três anos e o currículo¹³⁵ distribuía-se por quatro grupos: literário, científico, artístico e técnico; - o ensino primário elementar tinha a duração de dois anos e o currículo seguia as linhas do elementar e era complementado¹³⁶ com o intuito de “<i>revelar aptidões naturais e preparar para qualquer profissão</i>”; - O ensino primário superior tinha a duração de três anos em regime de coeducação, o currículo propunha dezassete disciplinas, o certificado do curso superior primário obtido por exame habilitava à matrícula nas Escolas Normais Primárias, nas Escolas Industriais, Agrícolas, Comerciais, Técnicas e Profissionais e a passagem para o Liceu, ao nível da classe equivalente; - Obrigatoriedade de excursões, de visitas, de passeios pedagógicos, a colheita e a coleção de espécimes para o estudo das Ciências Naturais¹³⁷; - O ensino particular é livre¹³⁸; - Criação das escolas móveis da República¹³⁹; - Aumento dos salários dos professores primários; - Organização da formação para Professores primários¹⁴⁰;	- M. Ferreira de Almeida; - João de Deus Ramos; - João de Barros; - Salvado Sampaio; - Adolfo Coelho; - António Sérgio; - Leonardo Coimbra;

¹³⁴ Decreto de 29 de Março de 1911, (Idem, p.664).

¹³⁵ Literário: Leitura e Escrita, Noções de Geografia, Moral Prática, Educação Social, Económica e Civil. Científicas: as quatro operações aritméticas, Sistema Métrico, Geometria Elementar, notícias dos produtos comuns da natureza e conhecimento dos fenómenos naturais. Artístico: Desenho e Modelação, Canto Coral e dicção de poesias. Técnico: Higiene, Ginástica, jogos, Trabalhos Manuais e Agrícolas, (Idem, p.670).

¹³⁶ Ciências Físico-Químicas e Histórico-Naturais, ligadas à Indústria e à Agricultura, Astronomia, Fotografia. Instrução Militar preparatória para os rapazes e para as meninas: jardinagem, horticultura e economia doméstica.

¹³⁷ “(...) tudo isto num país com insuficientes escolas e em grande número degradadas, sem material de ensino e sem professores habilitados”, (Idem, p.674).

¹³⁸ “(...) sob a condição de ser exercido por indivíduos com competência legal, mas sujeitos à fiscalização das entidades próprias oficiais.” (artigo 48º/ 49º), (Idem, p.671).

¹³⁹ Decreto de 29 de Março de 1911, (Idem, p.671).

¹⁴⁰ Decreto de 29 de Março de 1911 às escolas seria anexadas várias instituições auxiliares: “(...) uma escola infantil, outra primária masculina e mais outra primária feminina, escolas de cegos e de surdos-mudos, de deficientes e instáveis, ginásio, parque de jogos, oficinas de trabalhos manuais e domésticos, de fotografia, de

	- As despesas com a Instrução Primária seriam pagas pelo Estado e pelas Câmaras Municipais; - Às Câmaras Municipais competiam-lhe as despesas relacionadas com a administração do ensino (ordenados dos professores¹⁴¹, rendas de casas, aquisição de mobiliário e material escolar, etc); - Transferência da administração escolar das Câmaras Municipais para o Estado¹⁴²; - Criação da Juntas Escolares, organismo agora responsável pela administração escolar do ensino primário¹⁴³;	
Reforma Leonardo Coimbra ¹⁴⁴ (1919)	- O ensino primário elementar e o complementar fundem-se, passando a designar-se de ensino primário geral; - A obrigatoriedade escolar passa de três para cinco anos;	- Faria de Vasconcelos; - Jaime Cortesão; - Camoesas;
Reforma 1927 ¹⁴⁵	- Proibição da coeducação no ensino primário elementar¹⁴⁶; - Redução do ensino primário geral, que passou a denominar-se de ensino elementar, e do ensino primário superior, que passou a denominar-se de complementar, ambos reduzidos um ano cada, e alterou-se o currículo¹⁴⁷ no que respeita à adaptação das políticas do novo governo; - Uma educação com base num “<i>verdadeiro patriotismo</i>”,¹⁴⁸ os trabalhos escolares deveriam iniciar e encerrar diariamente com a saudação à bandeira nacional; - Os programas do ensino elementar são reduzidos¹⁴⁹;	- Bento de Jesus Caraça; - Cordeiro Ramos;

litografia, de tipografia, etc., museu e biblioteca, laboratórios de física, de Química, de Antropometria e de Psicologia Experimental, campos experimentais agrícolas, caixa económica, cooperativa, mutualidade, cantina e, (...)”, (Idem, p. 676).

¹⁴¹ Os professores eram nomeados, transferidos ou demitidos pelas Câmaras Municipais, (Idem, p.677).

¹⁴² Lei de 29 de Junho de 1913, (Idem, p. 678).

¹⁴³ Decreto de 10 de Maio de 1919, (Idem, p.679).

¹⁴⁴ 10 de Maio de 1919, (Idem, p.681).

¹⁴⁵ 17 de Maio de 1927, (Idem, p.729).

¹⁴⁶ 8 de Junho de 1926, (Idem, p.729).

¹⁴⁷ “(...) dá-se relevo a matérias que denunciam a estratégia política, de feição nacionalista, que enforma o novo regime: Corografia de Portugal e Colónias, História de Portugal e Educação Cívica.”, (Idem, p. 729).

¹⁴⁸ Portaria de 18 de Outubro de 1927, (Idem, p. 730).

¹⁴⁹ 26 de Outubro de 1928.

	- O ensino elementar passa de quatro para três anos, e o complementar passa a ser o quarto¹⁵⁰; - Os quatro anos de escolaridade obrigatória passam a três¹⁵¹; - Criação das Escolas do Magistério primário, em substituição das Escolas Normais Primárias¹⁵²; - Extinção do ensino primário complementar¹⁵³; - Criação de postos de ensino a ocupar por regentes (posto para o qual não era requerida muita formação)¹⁵⁴; - Construção de novos edifícios escolares¹⁵⁵; - Apresentação de uma relação de frases (130) de carácter moral obrigatórias nos livros adotados oficialmente¹⁵⁶	
Remodelação do Ministério da Instrução Pública ¹⁵⁷	- O Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se de Ministério da Educação Nacional; - Privilegiar a educação (determinada educação), em detrimento da instrução; - Criação da Junta nacional da Educação, organismo destinado ao <i>“estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura”</i>; - Organização de um conjunto de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, para serem cantados em todas as escolas (exceto no ensino superior); - Obrigatoriedade de colocação de um crucifixo nas paredes das salas de aula, de todas as escolas públicas do ensino primário, por cima da cadeira do professor; - Colocação dos retratos de Salazar e Carmona;	- Gustavo Cordeiro Ramos; - João Duarte de Oliveira;

¹⁵⁰ Decreto 13 de Abril de 1929, (Ibidem).

¹⁵¹ Decreto de 22 de Março de 1930, (Ibidem).

¹⁵² Decreto de 19 de Julho de 1930, (Idem, p.732).

¹⁵³ 19 de Setembro de 1932, (Idem, p.731).

¹⁵⁴ 30 de Novembro de 1931, “(...) iriam ser escolhidos, com o assentimento do ministro da Instrução Pública, entre pessoas a quem não se exigiria qualquer habilitação mas apenas a comprovação de possuírem <<a necessária idoneidade moral e intelectual>>.” 28 de Agosto de 1935 “(...) passar a exigir um exame de aptidão aos candidatos à regência dos referidos postos. (...) o exame de aptidão constava de três provas escritas (Português, Aritmética e o restante exigível ao ensino primário) de meia hora cada um, e de uma prova oral de dez minutos”, (Idem, p.736).

¹⁵⁵ “Em todos os edifícios, como aliás em muitos outros, viria a ser colocada uma memória destinada a recordar aos vindouros a respetiva construção ou melhoramento, em cumprimento de um decreto de Cordeiro Ramos, datado de 16 de Outubro de 1931 (...)”, (Idem, p. 737).

¹⁵⁶ Decreto de 19 de Março de 1932, Exemplo: “Não invejes os teus superiores, porque estes têm responsabilidades e deveres que tu ignoras.”, “Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida”, “Obedece e saberás mandar”, “Mandar não é escravatura: é dirigir. Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando”, “Na família o chefe é o Pai, na escola o chefe é o Mestre, no Estado o chefe é o Governo”, etc, (Idem, p.738).

¹⁵⁷ Lei de 11 de Abril de 1936, no programa de ação do ministro Carneiro Pacheco, (Idem, p. 753).

	- Alteração do currículo¹⁵⁸ do Ensino Primário; - Criação de manuais escolares adaptados aos interesses da ditadura;	
Plano de Educação Popular ¹⁵⁹	- Obrigatoriedade do ensino primário; - Definição de penalidades a quem fugisse à obrigação escolares, multas que caso não fossem pagas passariam impostas por tribunal; - Criação de benefícios para aqueles que completarem a escolaridade obrigatória¹⁶⁰; - Aumento de mais um ano para a escolaridade obrigatória; - Criação de Cursos de Educação de Adultos em regime noturno;	- Leite Pinto;
Reforma do Ensino Primário Leite Pinto ¹⁶¹	- Escolaridade obrigatória estende-se até à 4ª classe, para o género masculino; - Escolaridade obrigatória estende-se até à 4ª classe, para o género feminino¹⁶²;	
Governo de Galvão Teles	- O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e da moral cristãs;¹⁶³ - Aumento da escolaridade obrigatória para seis anos, passando a compreender dois ciclos: um elementar (4 classes) e um complementar (2 classes)¹⁶⁴, para ambos os sexos; - Criação do Centro de Estudos de Pedagogia Audiovisual, ponto de partida para a criação da Telescola¹⁶⁵;	
Reforma Veiga Simão ¹⁶⁶	- Extensão da escolaridade obrigatória de seis para oito anos (quatro anos para o primário e quatro para o preparatório); - Reestruturação de todo o Ministério da Educação¹⁶⁷;	

¹⁵⁸ Decreto-Lei de 24 de Novembro de 1936. O currículo “de acordo com o pensamento do Estado Novo já largamente difundido, seria reduzido ao mínimo: “Língua portuguesa (leitura, redação e feitos pátrios); Aritmética e sistema métrico; Moral; Educação Física; Canto Coral””, (Idem, p.761).

¹⁵⁹ 27 de Outubro de 1952, no programa de ação do ministro Pires de Lima, (Idem, p. 785).

¹⁶⁰ “(...) o acesso ao trabalho no comércio e na indústria, a obtenção da carta de condução automóvel, a autorização para emigração, a passagem à disponibilidade dos mancebos incorporados nas forças militares após o cumprimento do serviço militar (...)”, (Idem, p.786).

¹⁶¹ 31 de Dezembro de 1956.

¹⁶² 28 de Maio de 1960.

¹⁶³ 25 de Agosto de 1965.

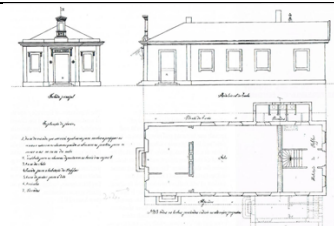
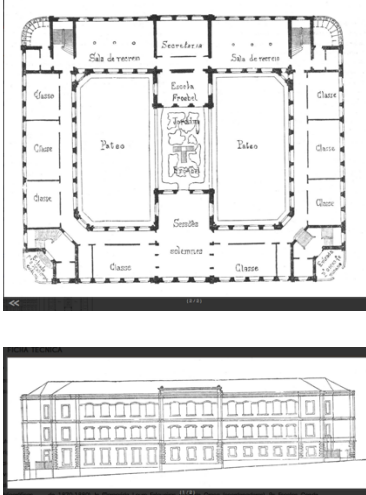
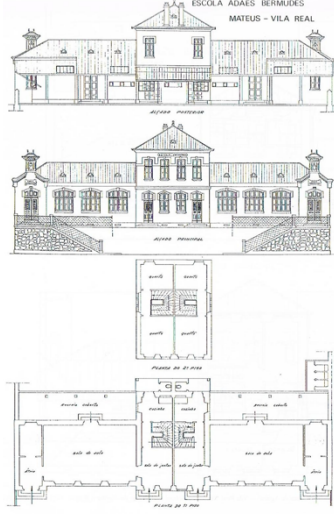
¹⁶⁴ 9 de Julho de 1964.

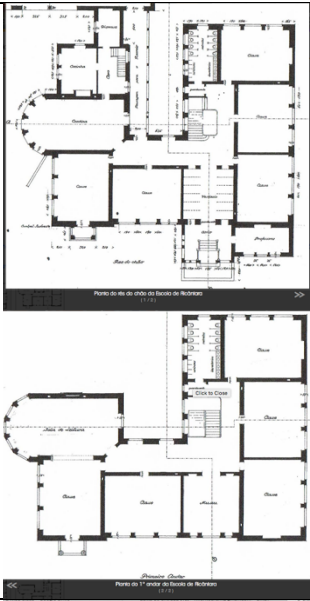
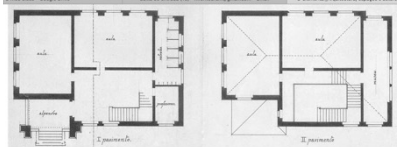
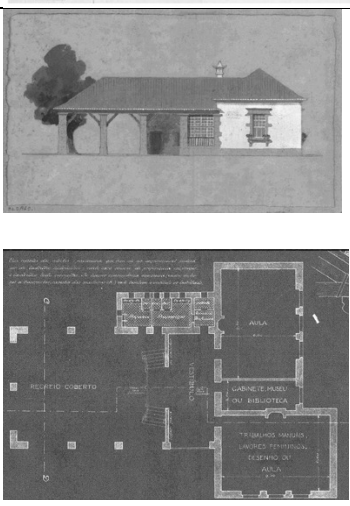
¹⁶⁵ 17.II-1965.

¹⁶⁶ 25 de Julho de 1973.

¹⁶⁷ Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional em 27 de Setembro de 1971.

B. Tipologia de Edifícios Escolares do Ensino Primário

DATAS	TIPOLOGIA	CARACTERIZAÇÃO	IMAGEM
1866	Conde Ferreira	- campanário com a inscrição “24 de março de 1866”; - elementos decorativos na fachada principal, circunscritos às duas janelas e porta; - residência	
1875	Escola central (autor desconhecido)	- separação do espaço administrativo do espaço pedagógico; - várias salas para constituição de diferentes grupos de alunos; - um espaço grande destinado à biblioteca;	
1882	Escola Modelo Mista	- definidas as alas do ensino feminino (2) e do ensino masculino (3); - ausência de local para a direção escolar; - ginásio; - 2 salas para o ensino da música; - salão para ações solenes; - museu pedagógico; - 2 refeitórios;	
1898	Adão Bermudes	- 1 ou 2 sala(s) de aula para um número máximo de 50 alunos; - residência do professor; - entrada com vestiário; - pátio para recreio parcialmente coberto; - instalações sanitárias; - fachadas modestas, com campanário e um friso em tijoleira ornamentando a parte superior dos vãos das janelas e portas;	

1915	Alcântara (Raúl Lino)	- 800 crianças de ambos os sexos distribuídos em 10 salas de aula (5 no R/C e 5 no 1º andar); - cantina (R/C); - sala de leitura intercomunicando com uma sala de aula; - espaço reservado ao museu (2º andar); - átrio; - sala de professores; - recreio coberto;	
1916	Escola Primária (Raúl Lino)	- 2 andares; - 4 salas; - sala de professores; - - museu;	
1918	Projeto Regionalizado de escola Primária Mista (Raúl Lino)	- escola mista para 50 alunos; - três versões de projetos com a mesma planta, mas as fachadas diferentes de acordo com a região (norte; centro e sul); - sala de aula; - gabinete polivalente; - sala de trabalhos manuais/lavores femininos; - gabinete, museu, biblioteca e observação médico pedagógica;	
1935	Projeto-tipo de escola Primária (Raúl Lino)	- elementos decorativos relacionados com a região; - 2 salas de aula;	
1944	Escola Primária “Plano das Centenárias” (Eduardo Moreira dos Santos)	- 2, 3 ou 4 salas de aula; - simetria nas fachadas; - escudo com as armas nacionais por cima de cada entrada;	

				
--	--	--	--	--

C. Lista de teses e dissertações filtradas – Auto/ Título/Orientador/Ano/Resumo

1	D1;B2	D	2003	UÉVORA	Autor: Janeirinho, Luísa	Orientador: Ramos, Francisco
Título: Dar voz aos objectos: contributos dos documentos de vida na construção de um museu de escola						IMATERIAL MATERIAL MÓVEL
Resumo: A urgência da construção de um museu de escola emerge da necessidade de preservação de um património, rico em objectos e simbologias, e que, no nosso país, não tem sido alvo de uma conservação sistemática. Se a recolha dos objectos se reveste de grande significado porquanto eles apresentam o que a história e a memória tem de tangível, desocultar as mensagens condensadas nos objectos através de documentos de vida é a proposta deste trabalho. A apresentação de documentos de vida, sob a forma de testemunhos orais, extravasa a versão singular e individual da memória, uma vez que esta não é construída de forma solitária mas gerada no seio de uma cultura na qual o indivíduo foi socializado. Desta forma, a recolha de vários testemunhos, triangulada com informações de outra natureza (científica, técnica e pedagógica, entre outras), permite construir para cada objecto uma micro história onde se cruza a memória oficial aceite e aquela que resulta do verdadeiro exercício da vida de cada sujeito, inserido no seu grupo social. Assim, estas micro histórias, quando integradas nas fichas de inventário, permitem um conhecimento mais aprofundado de cada objecto recolhido que não se circunscreve à descrição de características físicas e funcionais mas possibilita a compreensão mais totalizante da forma como cada um dos artefactos se relacionou na vida dos seus utilizadores.						

2	D1	D	2004	ULISBOA	Autor: António, Maria João Pégo	Orientador: Monteiro, M. ^a Cecília
Título: O que ficou na memória: os castigos corporais na escola primária: 1900-1960						IMATERIAL
Resumo: A presente investigação integra-se no âmbito da História da Educação, e pretende contribuir para a compreensão da realidade escolar/disciplinar do ensino primário entre 1900/1960, focando os processos de manutenção da disciplina e punições usadas pelos professores, em ambiente escolar, ao longo de diversos contextos sócio-educativos e no confronto com a diversidade cultural e transformações sociais que ocorreram em Portugal, no período que medeia os anos de 1900 a 1960. Esta temática está inserida numa problemática bastante diversificada e complexa, a disciplina na escola do ensino primário, sendo uma das questões fundamentais de todo o sistema educativo. Esta abordagem teve como ponto de referência a legislação da época, as correntes pedagógicas vigentes nos períodos abordados, os processos disciplinares dos professores do ensino primário, e o que ficou na memória das crianças que sofreram as emoções desses dolorosos castigos corporais com o objectivo de estimular o estudo, a capacidade de trabalho, de reprimir a preguiça, regular os comportamentos e de disciplinar as almas a quem eram infligidos. Optámos por utilizar, como corpus documental, a literatura autobiográfica, porque existe pouca ou nenhuma investigação realizada nesta área. ao nível dos castigos corporais nas escolas do ensino primário, e porque a literatura autobiográfica encerra em si um potencial enorme de investigação que está pouco ou nada explorado, constituindo um excelente corpus de produção de conhecimentos no domínio da História da Educação. A metodologia utilizada inclui a recolha, selecção, tratamento e análise de conteúdo de um conjunto de fontes diversificadas. Tratou-se de fontes documentais impressas, autobiografias e memórias, e manuscritas, os processos disciplinares dos professores do ensino primário. A realização desta investigação possibilitou-nos um conhecimento mais aprofundado da forma como se processou e evoluiu, ao nível disciplinar, a educação ao longo dos tempos em Portugal, e quais as contradições que comporta, uma vez que as práticas disciplinares usadas não correspondiam ao que estava legislado e eram pedagogicamente incorrectas.						

3	D4	D	2004	UPORTO	Autor: Carvalho, Joaquim M. Fernandes de	Orientador: Alves, Jorge Fernandes
Título: A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira: o caso da Fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, Lda						MATERIAL MÓVEL
Resumo: Capital do Móvel desde 1984, Paços de Ferreira é hoje um importante centro fabril de móveis e de outras actividades ligadas a esta indústria, sendo o sector que mais emprego gera. Estudar as origens desta indústria (mobiliário escolar) e o seu rápido desenvolvimento assim como tentar mostrar o espírito criativo, o empenho, as dificuldades sentidas, a intervenção que tiveram os primeiros fabricantes um meio essencialmente rural é, fundamentalmente, a essência desta tese.						

4	A4 D1	D	2004	ULISBOA	Autor: Machado, M. ^a de Fátima Costa Monteiro de Sá	Orientador: Fernandes, Rogério
Título: Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal: 1835-1970						MATERIAL MÓVEL
Resumo: Na investigação que aqui se apresenta, o objecto principal a tratar é a história da evolução das carteiras escolares do ensino primário em Portugal no período compreendido entre 1835 e 1970, a partir dos discursos legais, médicos e pedagógicos. As carteiras escolares, são objetos encontrados no dia-a-dia da escola primária desde o momento em que existiu um espaço próprio para a instrução, tornando-as portanto, em objectos pertencentes à história da materialidade da escola e que muito nos ajudam na identificação de normas, ideias e ambientes. Encontramos assim uma estreita relação entre estes objectos e o contexto do espaço físico onde se inseriam e podemos portanto constatar, que as alterações que sofreram durante o período em estudo foram consequência do estado da educação, dos edifícios escolares e da higiene escolar. Mas podemos ainda identificar alguns dos momentos mais marcantes nas alterações formais das carteiras escolares, por exemplo quando a grande mesa-banco corrida para vários alunos se transformou numa mesa-banco para um ou dois alunos e quando esta, deu lugar a mesa e cadeira independentes. Estes momentos de transformação foram fundamentais para a nossa percepção do que acontecia, na mesma altura, com os métodos de ensino, com as disposições legais sobre a escola, com os edifícios, os equipamentos e com a higiene escolar. É claro que o ritmo das alterações formais ocorrido nestes objectos era imposto pelo ritmo lento das mudanças das mentalidades, dos movimentos higienistas e das novas pedagogias, o que nos fez optar por estudar estes objectos num período alargado de tempo, de modo a que essas alterações se notassem. Assim, escolhemos como ponto de partida o Decreto-lei de Rodrigo da Fonseca Magalhães de 1835, enquanto primeiro documento legal a fazer referência ao mobiliário escolar e que assinala a introdução das ideias dos movimentos higiénico-sanitários que ocorriam pela Europa. Já o ano de 1970 para final da investigação não foi escolhido por alguma determinação legal mas pela ideia de viragem pedagógica dada pela construção de novos edifícios escolares numa visão completamente diferente de ensino e dum equipamento escolar capaz de responder às novas necessidades pedagógicas e romper definitivamente com o imobilismo dentro da sala de aula.						

5	D1;D4	D	2006	UMINHO	Autor: Pimenta, Paulo Sérgio Pereira	Orientador: Araújo, Alberto Filipe
Título: A escola portuguesa: do “plano dos centenários” à construção da rede escolar no distrito de Vila Real						MATERIAL IMÓVEL
Resumo: Na memória de todos aqueles que aprenderam a ler e a escrever surgem algumas imagens da sua história, enquanto estudantes, nomeadamente a escola primária, também a imagem do professor, do livro, do caderno. O trabalho que apresentamos retrata sobretudo a imagem da escola, documentando a evolução ocorrida ao longo do tempo, 1939 a 1969 período no qual se centrou a investigação, e as mudanças de circunstância por que passou o ensino e, por outro lado, da forte intervenção a que as escolas, como edifícios se sujeitaram,						

nomeadamente, novos conceitos de arquitectura, usos de diferentes materiais e os novos métodos de construção, terminando mesmo com a utilização do edifício escolar para outros fins evitando a sua degradação, mantendo-se assim um pouco da sua história. A presente dissertação teve como objectivo principal analisar em que contexto o Plano dos Centenários abarcou a vasta rede de escolas do distrito de Vila Real. Reflectindo também num ponto de capilar importância, de que forma é que o aumento do número de alunos influenciou as novas construções escolares. Conciliando estes factores, foi colocada a grande interrogação a esta investigação, perceber e concluir se a arquitectura nacional atingirá o seu momento de expansão com o “Plano dos Centenários” ao nível dos edifícios escolares. Estruturalmente, a dissertação foi suportada por seis grandes áreas prioritárias que definimos por capítulos. Começamos por contextualizar o trabalho enquadrando a investigação no seu contexto histórico e metodológico. Posteriormente noutro ponto apresentamos os projectos de arquitectura das escolas primárias. Já no terceiro capítulo abordamos a arquitectura escolar abordando de uma forma sistematizada todas as questões relacionadas com os edifícios escolares do ensino primário. A arquitectura escolar e tratada no quarto capítulo. A caracterização do distrito de Vila Real no qual se centrou o nosso estudo, surge no quinto capítulo. Por fim, no sexto capítulo apresentamos um conjunto de fotografias de várias escolas do designado Plano dos Centenários, bem como as de tipologia Conde Ferreira, Adães Bermudes e Rogério Azevedo. Quanto à bibliografia esta foi organizada segundo os vários tipos de textos e documentos analisados.

6	D4	D	2006	ULISBOA	Autor: Reis, Florinda Olímpia Cavaleiro	Orientador: Batista, M. ^a Isabel
Título: A pedagogia moderna: o espaço, os instrumentos, as práticas: 1860-1960						MATERIAL IMÓVEL
Resumo: No actual estudo, a arquitectura, as práticas pedagógicas e as condições dos edifícios escolares do concelho de Bragança tornaram-se o contexto de análise, no período compreendido entre os anos 1860 e 1960. O objectivo que está por detrás desta investigação é não deixar cair no esquecimento o período em estudo. Foram examinados atentamente vários documentos (legislação, actas camarárias, jornais locais), que de alguma forma pudessem ajudar a dar respostas às questões formuladas. Fotografaram-se as escolas existentes no município de Bragança. De muitas, não foi possível ficar com memória fotográfica, em virtude, de terem sido derrubadas, transformando-se numa casa de habitação ou, como o caso da escola construída com o legado do Conde de Ferreira de Bragança, que foi demolida para em seu lugar aparecer o Palácio da Justiça. Edifícios próprios para o ensino eram poucos. A maioria das escolas estava instalada em casas alugadas e adaptadas para sala de aula. No concelho, até 1960, aparece uma arquitectura escolar variada. Existem escolas construídas com o legado do Conde de Ferreira, as arquitectadas por Adães Bermudes, plantas dos Planos XXV e XXVIII, plantas concebidas por Rogério de Azevedo, outras com plano indefinido e edifícios concebidos segundo o Plano dos Centenários. Os professores do Concelho de Bragança, tinham na época em estudo, poucas ou nenhuma condições para um bom desempenho da sua profissão, dando aulas em salas em ruínas que ameaçavam desabar em cima dos mestres e alunos. O mobiliário e o material didáctico eram quase inexistentes e, o que havia era degradado e anti-pedagógico.						

7	D1	D	2007	ULISBOA	Autor: Candeias, Rui Pedro C. Bento Barros	Orientador: Monteiro, M. ^a Cecília
Título: Contributo para a história das inovações no ensino da matemática no primário: João António Nabais e o ensino da matemática no Colégio Vasco da Gama						MATERIAL MÓVEL IMATERIAL
Resumo: O presente estudo, que se situa no âmbito da História do Ensino da Matemática, tem como objectivo contribuir para o conhecimento das inovações curriculares e didácticas que ocorreram no ensino da Matemática, ao nível do Ensino Primário, no período compreendido entre o início da década de 1960 e meados da década de 1980 (1960-1987), no contexto do Movimento da Matemática Moderna. Com este objectivo, este estudo centra-se no desenvolvimento do ensino da Matemática no Colégio Vasco da Gama e no papel do seu						

fundador, João António Nabais, no desenvolvimento do ensino da Matemática no Primário. A investigação foi conduzida com uma metodologia baseada na investigação histórica, tendo como referência a história cultural. As principais fontes do estudo são os documentos escritos pelo próprio Nabais sobre o trabalho desenvolvido no Colégio Vasco da Gama, os depoimentos orais de pessoas que trabalharam com Nabais, os apontamentos de cursos, os materiais didácticos desenvolvidos por Nabais para o ensino da Matemática e os registos fotográficos. Sobre estes documentos, procedeu-se a uma análise do tipo qualitativo. Foram formuladas as seguintes perguntas de investigação: Quando é que surgem as primeiras influências do Movimento da Matemática Moderna no Ensino Primário em Portugal? Que papel teve o pedagogo João António Nabais na introdução das ideias da Matemática Moderna no Ensino Primário em Portugal? Que inovações didácticas e curriculares foram introduzidas por este pedagogo no ensino da Matemática no Colégio Vasco da Gama, que reflectam as ideias da Matemática Moderna? Que papel desempenhou Nabais na formação de professores do Ensino Primário em Portugal, no âmbito do ensino da Matemática? Que referências teóricas são explicitadas no discurso de Nabais, sobre o Ensino da Matemática? No que diz respeito às primeiras influências do Movimento da Matemática Moderna no Ensino Primário, destaca-se o trabalho

8	D1; A3	D	2008	ULISBOA	Autor: Palma, Helena Isabel Mercês, 1980	Orientador: Mogarro, Maria João
Título: A matemática na escola primária : um olhar sobre o ensino da matemática nas escolas portuguesas desde o final do século XIX até à década de 70 do século XX						MATERIAL MÓVEL
Resumo: A presente dissertação centra-se no estudo do ensino da matemática na escola primária. Pretende-se inferir continuidades e rupturas ao nível dos conteúdos, dos tipos de materiais didácticos utilizados e das correntes pedagógicas que presidiram às opções programáticas e à implementação do ensino elementar de matemática, num limite cronológico que tem o seu início nos finais do século XIX e se prolonga até à década de setenta do século XX. O corpus documental utilizado é constituído pelas Coleções Oficiais de Legislação Portuguesa, pelos programas de Matemática do ensino primário e pela imprensa pedagógica, em particular as publicações Escola Portuguesa e Educação Nacional, cujos períodos de publicação coincidem com os limites cronológicos da investigação. O estudo dos programas do ensino primário dá a conhecer que o termo 'Matemática' começa a ser usado nos programas para o ano lectivo 1974/1975, sendo até aí dominante a disciplina de Aritmética, à qual se vieram juntar, progressivamente, o Sistema métrico e a Geometria. Este acréscimo de saberes é acompanhado por uma evolução no tipo de materiais didácticos utilizados, a qual é motivada por concepções pedagógicas que circulam internacionalmente e chegam a Portugal, sendo o seu acolhimento e implementação influenciados pelos regimes políticos em vigor. A necessidade de concretizar os conteúdos matemáticos foi objecto de uma crescente preocupação por parte dos professores, sendo curioso verificar como ocorre a evolução do tipo de materiais sugeridos ou utilizados.						

9	A1; B1; B3; B4; C1	D	2008	UTADOURO	Autor: Santos, Rosária Margarida Fernandes Morais	Orientador: Figueira, Luís Mota
Título: Espaços de Memória em Mação, construção socialmente participada de perspectivas da Cultura Material						IMATERIAL
Resumo: O presente trabalho de investigação tem como objectivo a descrição dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da construção dos Espaços de Memória e Cultura em Mação, promovido pelo Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, tendo como base a participação activa da população no conceito da cultura material. Estes espaços têm como principal fundamento a protecção e valorização de histórias e objectos, troca de experiências e resgate do património material e imaterial da população do concelho de Mação. São lugares onde se revive o passado através de testemunhos orais acompanhados por objectos e instrumentos de trabalho, produção artística e cultural, ou de documentos,						

contribuindo assim para a consolidação da identidade da população desta região. Neste sentido, estes espaços constituir-se-ão como um local para o exercício pleno da cidadania.

O objectivo mais importante é criar uma ligação entre a cultura material recente (ainda presente na vida quotidiana das pessoas) e as colecções do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, como um exercício de compreensão da variabilidade cultural e humana e seus mecanismos de adaptação. Além disso, este projecto apresenta algumas formas de integração das pessoas na gestão do seu próprio património, incluindo a criação de roteiros turísticos e actividades que contribuam para o desenvolvimento cultural, social e económico destas comunidades.

A análise realizada a estes dois anos de investigação através deste trabalho demonstra toda a acção metodológica desenvolvida na construção destes espaços, bem como a importância que a sua continuação detém no seio da comunidade local. Este trabalho demonstra ainda a importância da interacção dos mais velhos com os mais novos, para juntos, construir através das memórias do passado, projectos com futuro.

10	A3;D4; D1	D	2008	ULISBOA	Autor: Mendes, Agostinha M. ^a Ferreira Madureira	Orientador: Magalhães, Justino; Mogarro, M. ^a João
Título: A construção do parque escolar do ensino primário na cidade de Portalegre: uma perspectiva através dos documentos locais						MATERIAL IMÓVEL MATERIAL MÓVEL
Resumo: Aborda-se neste trabalho a construção do parque escolar do ensino primário em Portalegre, no período de 1900 a 1974. A sua análise é efectuada com base na informação recolhida a partir das actas das Reuniões de Câmara do Município de Portalegre e outros documentos locais. Tendo por base uma abordagem das perspectivas arquitectónicas dos edifícios escolares, é analisada a escola como uma instituição que, embora ocupando um espaço e um lugar específico ao longo do tempo, também ela foi evoluindo de acordo com as necessidades e as modificações verificadas na sociedade, tanto a nível social, curricular, didáctico, médico, higiénico e pedagógico. O parque escolar passou por diversas transformações, procurando adaptar o edifício escolar às suas funções. Neste trabalho, começa-se por efectuar uma breve abordagem histórica dos principais tipos de arquitectura escolar: Conde de Ferreira, Adães Bermudes, Plano dos Centenários e Sem Plano. Para cada um destes tipos arquitectónicos é feita uma descrição das suas principais características. A partir da análise da legislação que rege, em finais do século XIX e durante o século XX, as incumbências e competências das câmaras municipais em matérias de educação, é realizada uma reflexão histórica sobre o papel do município na educação e a política educativa seguida pelo poder local em Portalegre. Seguidamente, com base na análise das actas do município, é elaborada, reportando-se aos procedimentos administrativos, uma história dos edifícios construídos de raiz para o fim escolar na cidade de Portalegre. Em matéria de equipamentos e materiais escolares é efectuado um enquadramento histórico sobre a evolução do mobiliário e material escolar durante o período em estudo, com base nas actas da Câmara Municipal de Portalegre e nos inventários de edifícios, mobiliário e materiais didácticos existentes no arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.						

11	D1	D	2009	ULISBOA	Autor: Pinto, Paula Alexandra Aguiar	Orientador: Magalhães, Justino
Título: O ensino primário e seus valores em Portugal, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares						MATERIAL MÓVEL
Resumo: O presente estudo intitulado O Ensino Primário e Seus Valores em Portugal, de 1807 até 1928, Através dos Manuais Escolares transporta-nos para a importância dos manuais escolares como agentes de socialização e, fundamentalmente, como agentes de doutrinação da cultura e da identidade nacional, consubstanciando a relação de ensino aprendizagem ao serviço da construção da sociedade e dos indivíduos que nela vivem. A escola foi usada como instância de ideologia nacional e pátria, com o objetivo de sedimentar uma identidade nacional. Os						

manuais foram os principais suportes dessa pedagogia e serviram para propagandear e impor uma determinada forma de compreender e explicar o mundo e o próprio País. Na primeira parte o manual é analisado tendo em conta a sua concepção, o seu desenvolvimento, analisando-se os diferentes modos de apropriação e diferentes formas de avaliação, falando-se ainda da história do manual escolar. Na segunda parte, relevamos a tentativa de construção duma Identidade Nacional, baseada nas ideologias e valores decorrentes dos autores e textos seleccionados, construção essa desempenhada e legitimada pelos manuais escolares do Ensino Primário no período descrito. Numa terceira parte procedemos à análise de dois manuais escolares, os quais visaram o enaltecimento de alguns dos nomes mais importantes da cultura portuguesa sob a pena de Duarte Ventura e de João de Deus. Na quarta parte analisamos vários manuais exemplificativos dos valores, atitudes e crenças à época. Com efeito, foi nosso propósito compreender e explicar o papel desempenhado pelos manuais escolares na construção da Identidade Nacional, das Ideologias e dos Valores num período especialmente rico da nossa História colectiva. Este trabalho é um contributo para o estudo dos valores e ideologias presentes nos manuais escolares, tendo em linha de conta que estes são importantes e decisivos instrumentos ao serviço de um imprescindível agente de socialização: a escola.

12	D4	D	2011	UAVEIRO	Autor: Olaio, Teresa Alexandra Rodrigues	Orientador: Rodrigues, Manuel
Título: A rede do ensino primário em Águeda durante o Estado Novo						MATERIAL IMÓVEL
Resumo: Dado não existirem estudos sobre o ensino primário em Águeda, durante o Estado Novo, este trabalho constitui um contributo para a história deste subsistema de ensino em Portugal, durante o período em apreço. E, uma vez que os subsistemas de ensino são coerentes entre si, este estudo será igualmente útil para a compreensão histórica do ensino secundário – liceal e técnico – no concelho de Águeda. A leitura dos documentos compulsados dá razão aos autores que, nos últimos anos, têm notado a falta de estudos de História da Educação de incidência local, de modo a percebermos melhor a diversidade do conjunto e as especificidades locais. No início dos anos 30, a rede escolar em Águeda era débil. Todavia, a partir dos anos 40, o concelho de Águeda acompanhou, efetivamente, a tendência que se verificava no resto do país: o Plano dos Centenários favoreceu a construção de uma boa rede escolar. Podemos mesmo afirmar que Águeda terá sido um dos poucos concelhos que viu construir, nos anos 50 e 60, quase todos os edifícios escolares previstos naquele Plano, apesar de pouco apetrechados em recursos humanos e materiais, mesmo sabendo que a expansão da rede educativa servia o duplo objetivo de alfabetizar (o mínimo) e de tornar as escolas o meio privilegiado de formação ideológica. Assim, em resposta à nossa pergunta investigativa, concluimos globalmente que, durante o Estado Novo, Águeda não constituiu uma exceção à regra imposta pelas políticas educativas do poder político central, nesta matéria.						

13	D3	D	2012	UPORTO	Autor: Rodrigues, Gilda Maria Fiuza Löfgren	Orientador: Amorim, Inês
Título: O Património Escolar e Novos Usos Turísticos - A recuperação para unidades de alojamento no concelho de Ponte de Lima						MATERIAL IMÓVEL
Resumo: Pretende-se com este trabalho, abordar a temática da valorização do património escolar na ótica do turismo, mostrando em que medida tal património evolui para um recurso turístico. Como se desenvolve este processo, desde a perda do seu uso inicial, até à sua transformação em unidades de alojamento turístico. O estudo de caso desenvolveu-se no concelho de Ponte de Lima, onde foram estudados cinco edifícios de escolas primárias reconvertidos em casas-abrigo, uma modalidade de alojamento turístico integrada na tipologia de Turismo de Natureza. O turismo, sendo uma atividade económica, é considerado uma ferramenta que permite a recuperação e conservação do património cultural e natural, ao nível da conservação da natureza, do desenvolvimento local, da qualificação da oferta turística e da diversificação da atividade turística.						

Enquadrando-se num território rural, ao reconvertermos este património escolar num recurso turístico estaremos a contribuir para a preservação da história e identidade de uma população rural, devolvendo o traço original do edifício e dando-lhe um novo uso.

14	D1	D	2013	UNLISBOA	Autor: Féteira, João Pedro Frazão Silva	Orientador: Alves, Margarida Brito
Título: O Plano dos centenários - As escolas primárias (1941-1956)						MATERIAL IMÓVEL
Resumo: Este trabalho resulta do estudo das escolas primárias públicas oficiais, construídas entre 1941 e 1956 no âmbito do Plano dos Centenários, em Portugal. Procura-se um entendimento não apenas da arquitectura desses edifícios, mas também das relações da mesma com o âmbito político dos objectivos do Estado Novo para a Educação, em particular, o ensino primário. Visa-se ainda compreender os processos de formulação e realização do Plano dos Centenários nas suas várias etapas - das bases legais aos projectos de arquitectura e até à construção efectiva das escolas. Assim, recorrendo enquanto fonte primária à documentação existente nos arquivos das construções escolares, são apresentados casos de estudo específicos que contribuem para essa mesma compreensão. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte Contemporânea						

15	A4	D	2013	UCOIMBRA	Autor: Faustino, José Pedro Coutinho	Orientador: Brites, Joana
Título: Estado Novo, Arquitectura e Ensino Primário: As escolas Tipo Douro de Rogério de Azevedo(1935), no distrito do Porto, e a sua evolução até ao Plano dos Centenários (1944)						MATERIAL IMÓVEL
Resumo: Estado Novo; Arquitectura; Ensino Primário; Escolas tipo Douro; Rogério de Azevedo; Distrito do Porto						

16	A3	D	2014	UPORTO	Autor: Nogueira, Liliana Daniela Pinto	Orientador: Ginouliac, Marco
Título: Projectar uma infância portuguesa. Os Espaços da educação segundo Raul Lino.						MATERIAL IMÓVEL
Resumo: O intuito deste trabalho é, não só identificar abordagens arquitetónicas que apresentem uma preocupação multidisciplinar em relação à educação infantil, mas também, estudar exemplos que tenham por base uma reflexão teórica extensiva, posteriormente traduzida e concebida segundo os preceitos do arquiteto que desenha os espaços. Uma abordagem que ultrapasse o âmbito da arquitetura - enquanto disciplina que apenas organiza espaço segundo um programa, orçamento e legislação em vigor - e se associe à pedagogia, apresentando preocupações a este nível e expressando projetualmente soluções para ambos os problemas, com o objetivo de potenciar o desenvolvimento da criança. Neste sentido, são analisados casos portugueses de escolas primárias, escolas infantis e Jardins-Escolas João de Deus, numa tentativa de demonstrar a arquitetura como elemento interventivo e participativo no processo de desenvolvimento da educação infantil, visto que um bom desenho espacial pode proporcionar um ambiente que favoreça e possibilite o desenvolvimento cultural, físico, intelectual e cognitivo da criança, de modo a definir a sua personalidade e características enquanto ser humano. Em paralelo, pretende-se também, dar a conhecer a poética e técnica, inerentes ao desenho dos espaços da educação realizados por Raul Lino, de modo a enaltecer e refletir sobre o trabalho do arquiteto português neste campo. Com base nestes objetivos, foi realizada uma pesquisa sobre a componente teórica e histórica da criança, da educação infantil e dos espaços desenhados para a infância, bem como, das características arquitetónicas de Lino, nomeadamente no que respeita aos espaços educativos. Em jeito de síntese, todo o conhecimento teórico adquirido é posteriormente colocado em prática, ao analisar os referidos casos de estudo. Assim, o que se tenciona desenvolver é uma espécie de compêndio dos espaços escolares desenhados pelo arquiteto Raul Lino, para a infância (as escolas de ensino primário e infantil da autoria do mesmo, encontradas pela autora desta dissertação). A pesquisa, compilação e consequente reflexão sobre						

estes casos de estudo, pretende servir de suporte para futuros trabalhos sobre o mesmo tema ou derivados, e também, conceder fortes bases para a apresentação de possíveis abordagens, por parte de outros arquitetos, neste âmbito.

17	D1	D	2015	UPORTO	Autor: Brites, Rita Isabel Vindeirinho da Costa	Orientador: Duarte, Alice
Título: A tecnologia como mediadora das memórias escolares: o Museu Escolar						IMATERIAL
Resumo: O trabalho de projeto que se apresenta constitui o suporte teórico para a elaboração de uma candidatura a fundos europeus para o Museu Escolar, em Leiria. Sob o título “A tecnologia como mediadora das memórias escolares: o Museu Escolar”, este estudo incide na conceção de um projeto onde as novas tecnologias assumem relevância nos espaços museológicos, designadamente como meio de comunicação com os visitantes. Com base nas abordagens da Nova Museologia, os museus têm encontrado na tecnologia uma aliada, sobretudo no que respeita à comunicação com os visitantes, desempenhando um valioso papel para o desenvolvimento social dos cidadãos e da comunidade onde se insere. Os dispositivos tecnológicos, por sua vez, não se afirmam apenas como mediadores entre o acervo museológico e os visitantes mas também podem potenciar a utilização da memória individual e coletiva como suporte para a compreensão da realidade social e como incentivo para a aproximação ao património. O intuito é o de contribuir para a melhoria dos serviços prestados e o enriquecimento, neste caso, do património escolar, já que aos museus não compete unicamente expor o seu acervo, sendo vital a interação com o público. Partindo do modelo de experimentação interativa de Falk e Dierking, que relaciona o parâmetro físico, com o social e o pessoal, verificou-se que o parâmetro pessoal, relativo às vivências dos visitantes, não era explorado. Neste sentido, concebeu-se um projeto para o espaço do Museu Escolar, com a intenção de recolher histórias de vida relacionadas com as vivências escolares. A ideia foca-se na disponibilização de memórias, em registo multimédia, através de uma mesa multitoque, conferindo uma maior dinâmica às visitas que se realizam no Museu e, simultaneamente, desafiando os visitantes a registar na mesa interativa as suas próprias memórias escolares. Para assegurar a viabilidade do projeto identificaram-se e analisaram-se possíveis fontes de financiamento, nomeadamente ao nível do novo Quadro Comunitário de Apoio, em linha com as estratégias para a Europa 2020, no que respeita à Cultura e aos Museus, bem como os procedimentos necessários para a realização de uma candidatura que visa a Inovação e as Tecnologias da Informação e Comunicação.						

18	A4	D	2015	UNLISBOA	Autor: Neto, Aida Celeste Caetano	Orientador: Bernardo, Luís Manuel
Título: Os manuais do ensino primário e elementar e a inculcação dos valores do Estado Novo						MATERIAL MÓVEL
Resumo: Esta dissertação versa a inculcação dos valores do Estado Novo através dos manuais únicos do Ensino Primário Elementar. Pretende-se compreender que factos justificam a idolatria de livros concebidos por um regime político autoritário e que vigoraram, ininterrupta e simultaneamente para o ensino oficial e particular, durante quase três décadas. Partimos, inicialmente, de três hipóteses: 1) A adoração saudosista pelos manuais únicos prende-se com alguns dos valores que os mesmos pretendem veicular; 2) A conceção dos manuais (conteúdo e forma) desempenha um papel preponderante na adesão do leitor; 3) O livro de leitura tem um papel relevante durante o regime salazarista como promotor da socialização e da mobilidade social ascendente. Para confirmação ou refutação das hipóteses, e tendo em conta a imparcialidade e o distanciamento que se exige a um trabalho científico, recorre-se, essencialmente, ao método da análise de conteúdo que consistiu na: observação do corpus textual constituído pelos textos de leitura dos três manuais do ensino primário obrigatório; elaboração de grelhas categoriais; comparação entre os resultados obtidos; confrontação com outros elementos passíveis de análise como a imagem. Após uma breve introdução, sucede-se um enquadramento teórico e metodológico do tema e uma contextualização histórica. Apresenta-se o estudo de cada um dos manuais com base no método de análise de conteúdo.						

Passa-se a explanar atitudes e valores preconizados através dos mesmos e o modo como são veiculados no corpus. Por fim, relacionam-se os dados obtidos com os valores defendidos pela ideologia do regime e conclui-se pela confirmação das três hipóteses.

19	A3	D	2016	UNLISBOA	Autor: Gama, Ana Margarida dos Santos	Orientador: Martins, Ana M. ^a
Título: O Plano dos centenários						MATERIAL IMÓVEL
Resumo: A elaboração deste trabalho resume-se ao objetivo principal de identificar e analisar as tipologias das escolas, construídas durante a governação de Estado Novo no concelho do Fundão. Realizou-se uma investigação, enquanto estudo e análise das alterações realizadas, permitindo perceber de que forma os projetos do plano foram desenvolvidos e progrediram durante esse período. Em particular, recorreu-se ao concelho do Fundão, que apresenta alguns exemplos que ajudam a perceber as muitas mudanças formais, funcionais e espaciais, caraterizadoras dos edifícios escolares deste regime. No desenvolvimento da dissertação, analisou-se os objetivos políticos do regime, como forma de compreender as suas ideologias políticas, que se apropriaram da arquitetura enquanto objeto propagandista do poder que detinha. Concretizou-se uma abordagem geral aos estilos aplicados na arquitetura deste período. Desenvolveu-se a investigação, estabelecendo um certo entendimento, não só do estilo e formalização dos edifícios, mas também na relação das principais caraterísticas com as ideologias políticas e objetivos do regime de Estado Novo. Com isto, permitiu-se uma compreensão dos processos de formalização e alterações dos projetos do Plano dos Centenários, sendo referidas as várias fases de estudo, realização e continuação do Plano. Analisou-se os documentos legais, que originaram algumas alterações ao projeto inicial, até à concretização dos edifícios. Recolheram-se e analisaram-se, estudos específicos do tema, permitindo uma fácil compreensão e distinção das fases de realização do Plano.						

20	E4;E6;E2	D	2016	UTADOURO	Autor: Proença, Ana Isabel Correia	Orientador: Lopes, Marcelino
Título: O jogo popular infantil como meio de educação e de intervenção comunitária						IMATERIAL
Resumo: O jogo infantil é um elemento fundamental no desenvolvimento motor, cognitivo e social da criança. Através do jogo e das atividades lúdicas, a criança conhece e desenvolve as suas habilidades motoras, amplia e fortalece as suas capacidades cognitivas e aprende a lidar e a conviver socialmente com os outros e com o meio que a rodeia. A riqueza dos jogos infantis está bem evidente na grande diversidade de jogos infantis existentes. Entre muitos, encontramos os chamados jogos populares infantis. Os jogos populares infantis são dos jogos mais antigos, já que chegaram até nós oralmente através dos nossos antepassados, transportam características de tempos remotos e contêm marcas da cultura ancestral de um povo, fazem parte da nossa história e do nosso património cultural. Destaca-se, além de todos os elementos históricos e culturais que lhe são adjacentes, a sua vertente pedagógica e social. A nível social, os jogos populares infantis incitam a curiosidade, proporcionam grandes momentos de convívio e interação social e promovem a coesão (social), aproximando diferentes gerações. São atividades que permitem a intergeracionalidade, dado que o seu carácter lúdico possibilita a permuta e transversalidade entre culturas distintas. São, então, atividades potencialmente multiculturais. No que respeita a vertente pedagógica, ressalva-se que, através destes jogos, podem ser transmitidos conhecimentos históricos, culturais e educativos, dentro das mais diversas formas de educação, formal, não formal e informal. Equitativamente, também difundem valores sociais, de harmonia, convívio e confraternização; possibilitam, deste modo, momentos lúdicos de envolvimento e desenvolvimento de comunidades. Nesta investigação recorreremos a um estudo de caso, direcionado aos utentes da Santa Casa da Misericórdia de Armamar e à comunidade de Vila Seca. Como técnicas de recolha de dados, utilizámos o inquérito por entrevista e a observação participante, resultantes de um Encontro Intergeracional de Jogos Populares, por nós concretizado.						

21	A1	D	2017	UABERTA	Autor: Pinto, Márcia Andreia Lopes	Orientador: Sequeira, Rosa M. ^a
Título: O património oral nas práticas educativas do PLNM em Timor-Leste						IMATERIAL
Resumo: O presente trabalho propõe-se descrever e analisar a influência da literatura oral tradicional timorense nas atividades pedagógicas. Esta temática surgiu da experiência enquanto professora da Língua Portuguesa em Timor-Leste, contexto em que assume o estatuto de língua oficial, juntamente com o tétum. A investigação aborda a literatura oral de Timor-Leste, com ênfase nos registos existentes e nas investigações nessa área. Para além do enquadramento teórico, é analisado o impacto dos textos do património oral no ensino básico de escolaridade. Para tal, são explorados os currículos vigentes e os instrumentos pedagógicos. Desta análise, conclui-se que no ensino primário o conteúdo património literário oral é pouco valorizado e os textos narrativos - lendas, em alguns manuais, são inexistentes. Por último, para exemplificar modos de inclusão do património literário oral nas práticas pedagógicas das aulas de Língua Portuguesa, são apresentadas propostas didáticas para três anos de Escolaridade, terceiro, sexto e nonos anos. Parte-se de textos orais, do género narrativo, nomeadamente lendas recolhidas que se encontram publicadas, para sugerir percursos e atividades que se considera contribuir para o desenvolvimento de competências em Língua Portuguesa, partindo de elementos da cultura dos alunos. Partindo deste estudo, poderemos ir mais além, realizando supervisão junto dos professores, avaliando o impacto do património literário oral no ensino do PLNM em Timor-Leste e também incitar o registo de textos orais que ainda se mantêm unicamente no campo da oralidade.						

22	D1	T	2017	UBERTA	Autor: Pereira, Maria Paula dos Santos Lourenço	Orientador: João, Maria Isabel
Título: A Escola Portuguesa ao serviço da Nação: discursos e práticas de orientação e disciplina do professorado primário (1926-1956)						IMATERIAL
Resumo: Identificar e discutir os discursos e as práticas da administração escolar para orientar e disciplinar o professorado primário é o objetivo principal desta tese. A análise da política educativa do Estado Novo, da evolução das escolas de formação de professores e da identidade socioprofissional dos professores têm sido os eixos de análise mais frequentes, no domínio da História da Educação, para o período da Ditadura Militar e Estado Novo. Privilegiamos antes a análise dos discursos e estratégias da administração escolar para a orientação/doutrinação e disciplina dos professores primários no sentido da sua conformidade e operacionalização do projeto político-pedagógico salazarista. Considerámos a análise dos seus reajustamentos, estruturados em função das várias reformas da política educativa e coadjuvados por alterações na orgânica da Direção Geral do Ensino Primário, assim como as possíveis influências exercidas pela conjuntura política interna e externa. Tentámos compreender o peso dos eixos orientadores e disciplinares nos serviços inspetivos e a importância que lhe era atribuída, no seu desempenho profissional, pelos profissionais dos serviços inspetivos. Caracterizamos o professor primário, desde o seu percurso formativo à sua identidade socioprofissional, para compreendermos o processo de desvalorização profissional do professorado. Analisamos o quotidiano escolar no sentido de proceder à sua caracterização e perceber qual a margem de autonomia que era permitida aos docentes no seu desempenho profissional. Considerámos o controlo disciplinar exercido sobre os docentes na esfera profissional e a incidência que teve sobre o seu corpo e afetos. Procedemos à análise dos processos instaurados a docentes, professores e regentes, para tentarmos caracterizar o tipo de infração e sanções aplicadas no sentido de compreender se existe uma correlação com o rigor dos discursos legais e as práticas discursivas da administração escolar.						

23	A2 A4	D	2018	UPORTO	Autor: Teixeira, Patrícia Alexandra Magalhães	Orientador: Felgueiras, Margarida
----	----------	---	------	--------	--	--

Título: Pensar experienciando: conceção de práticas educativas num centro de memória	MATERIAL MÓVEL IMATERIAL
Resumo: As instituições culturais, enquanto palcos de encontros, que acompanham as transformações constantes das sociedades em mutação, cumprem a sua missão quando contribuem ativamente para a educação ao longo da vida e valorização cultural das comunidades. O surgimento dos serviços educativos nas instituições culturais aparecem como o meio ideal para estabelecer a ligação com os públicos, promovendo a democracia cultural e alcançar a missão formativa destes espaços. Estes serviços atuam numa lógica de educação não formal, criativa e crítica. A experiência profissionalizante aqui relatada fundamenta-se nesse entendimento. Enquanto etapa final do Mestrado em Ciências da Educação, este Relatório apresenta a experiência do estágio que teve como palco de ação a antiga Escola Primária N°1 de Murça. Suportado num projeto que pretende a criação do Centro de Memória da Educação de Murça (CMEM), o objetivo da minha intervenção foi pensar o funcionamento do seu serviço educativo. Estrutura, que por meio de atividades que valorizem a herança cultural e a identidade da população, deve conservar e reutilizar o edifício da antiga escola e valorizar a transmissão cultural do passado educacional da região. Suportado por um conjunto de conceitos estruturantes como herança cultural (Felgueiras, 2010), cultura material escolar (Felgueiras, 2005), memória (Scott, 2002) e património (Mendes, 2013) o presente relatório reflete sobre os serviços educativos como elementos fundamentais nos percursos educacionais das crianças e jovens. Ao reunir com os sujeitos da comunidade e promover a recordação das suas experiências, a recolha, interpretação e divulgação de traços da sua cultura, estão a devolvê-los à comunidade como produtos culturais. Ao mesmo tempo assume-se a utilidade da instituição como um espaço de socialização, que promove o reforço identitário, cultural e social da região. As componentes de organização do espaço, a forma como se iniciou o processo de construção das relações de abertura e proximidade com a rede escolar da região e com a restante comunidade e a pertinência e impacto que pode conter uma instituição com as características do CMEM no desenvolvimento social e culturalmente sustentável de Murça, são alguns dos pontos dialogados no relatório. Através de um caminho colaborativo e participativo, concretizado em protocolos de colaboração, atividades culturais envolventes e na valorização da história oral, a experiência aqui relatada expressa a premência de refletirmos e analisarmos os espaços culturais como potencialidades e recursos de vitalidade para contextos, por vezes esquecidos, mas que são verdadeiros tesouros nacionais.	

24	A2 A4	D	2018	UPTO	Autor: Vieira, Susana Saborano	Orientador: Felgueiras, Margarida
Título: O lugar da herança cultural no desenvolvimento local: a experiência de pensar com os atores sociais um Centro de Memória da Educação						IMATERIAL
Resumo: O relatório que se apresenta debruça-se sobre o trabalho de intervenção desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação - domínio de Cultura, Inclusão e Intervenção Educativa, mais concretamente no estágio curricular realizado no Núcleo de Memória Escolar da Câmara Municipal de Murça. Tem como primeiro objeto de estudo o património edificado - a escola Adães Bermudes - a herança educativa nas suas vertentes de memórias das vivências e das práticas escolares e cultura material escolar, assim como as formas populares de educação. Ao longo deste relatório iremos discutir conceitos como cultura material escolar (Felgueiras, 2005), herança educativa (Felgueiras, 2010), turismo cultural (Amado Mendes, 2013), património e memórias (Mendes, 2013) como instrumentos de sustentabilidade de um território e que fundamentaram do ponto de vista teórico o trabalho realizado. A intervenção realizada decorreu do processo de se pensar o serviço educativo do Centro de Memória da Educação de Murça - instituição em fase de criação - em que o objetivo é a valorização da herança educativa e do seu património arquitetónico. O desafio era pensar a programação de atividades e/ou possíveis ofertas, que pudessem atrair um público diversificado ao concelho, na interação com outras atividades culturais e económicas. O trabalho desenvolvido teve por base o conhecimento das perceções dos responsáveis locais e das escolas sobre a importância de um Centro de Memória como fator de sustentabilidade da região. Foi a opção para poder pensar um serviço						

educativo voltado o turismo cultural e que valorize a identidade cultural e social da região. Permitiu ainda iniciar relações de abertura e proximidade entre diferentes agentes socio culturais de Murça, indispensáveis ao sucesso do centro de memória a implementar.

D. Lista de Teses e Dissertações

Nº	TIP	ANO	DES	TÍTULO	AUTOR	ORIENT.	INSTIT.
1	D	2003	D1 B2	DAR VOZ AOS OBJECTOS: CONTRIBUTOS DOS DOCUMENTOS DE VIDA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU DE ESCOLA	JANEIRINHO, LUÍSA	RAMOS, FRANCISCO	UÉVORA
2	D	2004	D1	O QUE FICOU NA MEMÓRIA: OS CASTIGOS CORPORAIS NA ESCOLA PRIMÁRIA: 1900-1960	ANTÓNIO, MARIA JOÃO PÉGO	M.ª CECÍLIA MONTEIRO	ULISBOA
3	D	2004	D4	A INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO ESCOLAR EM PAÇOS DE FERREIRA: O CASO DA FÁBRICA ALBINO DE MATOS, PEREIRAS & BARROS, LDA	CARVALHO, JOAQUIM MANUEL FERNANDES DE	JORGE FERNANDES ALVES	U.PORTO
4	D	2004	A4 D1	MANEIRAS DE SENTAR: CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DAS CARTEIRAS ESCOLARES DO ENSINO PRIMÁRIO EM PORTUGAL: 1835-1970	MACHADO, M.ª DE FÁTIMA COSTA MONTEIRO DE SÁ	ROGÉRIO FERNANDES	ULISBOA
5	D	2006	D1 D4	A ESCOLA PORTUGUESA: DO “PLANO DOS CENTENÁRIOS” À CONSTRUÇÃO DA REDE ESCOLAR NO DISTRITO DE VILA REAL	PIMENTA, PAULO SÉRGIO PEREIRA	ALBERTO FILIPE ARAÚJO	UMINHO
6	D	2006	D4	A PEDAGOGIA MODERNA: O ESPAÇO, OS INSTRUMENTOS, AS PRÁTICAS: 1860-1960	REIS, FLORINDA OLÍMPIA CAVALEIRO	M.ª ISABEL BATISTA	ULISBOA
7	D	2007	D1	CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DAS INOVAÇÕES NO ENSINO DA MATEMÁTICA NO PRIMÁRIO: JOÃO ANTÓNIO NABAIS E O ENSINO DA MATEMÁTICA NO COLÉGIO VASCO DA GAMA	CANDEIAS, RUI PEDRO CAMPOS BENTO BARROS	M.ª CECÍLIA MONTEIRO	ULISBOA
8	D	2008	D1 A3	A MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA : UM OLHAR SOBRE O ENSINO DA MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PORTUGUESAS DESDE O FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ À DÉCADA DE 70 DO SÉCULO XX	PALMA, HELENA ISABEL MERCÊS	MARIA JOÃO MOGARRO	ULISBOA
9	D	2008	A1 B1 B3 B4 C1	ESPAÇOS DE MEMÓRIA EM MAÇÃO, CONSTRUÇÃO SOCIALMENTE PARTICIPADA DE PERSPECTIVAS DA CULTURA MATERIAL	SANTOS, ROSÁRIA MARGARIDA FERNANDES MORAIS	LUÍS MOTA FIGUEIRA	UDOURO
10	D	2008	A3 D1 D4	A CONSTRUÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO NA CIDADE DE PORTALEGRE: UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS LOCAIS	MENDES, AGOSTINHA M.ª FERREIRA MADUREIRA	JUSTINO MAGALHÃES M.ª JOÃO MOGARRO	ULISBOA
11	D	2009	D1	O ENSINO PRIMÁRIO E SEUS VALORES EM PORTUGAL, DE 1807 ATÉ 1928, ATRAVÉS DOS MANUAIS ESCOLARES	PINTO, PAULA ALEXANDRA AGUIAR	JUSTINO MAGALHÃES	U.PORTO
12	D	2011	D4	A REDE DO ENSINO PRIMÁRIO EM ÁGUEDA DURANTE O ESTADO NOVO	OLAIO, TERESA ALEXANDRA RODRIGUES	MANUEL RODRIGUES	U.AVEIRO
13	D	2012	D3	O PATRIMÓNIO ESCOLAR E NOVOS USOS TURÍSTICOS - A RECUPERAÇÃO PARA UNIDADES DE ALOJAMENTO NO CONCELHO DE PONTE DE LIMA	RODRIGUES, GILDA MARIA FIUZA LÖFGREN	INÊS AMORIM	U.PORTO
14	D	2013	D1	O PLANO DOS CENTENÁRIOS - AS ESCOLAS PRIMÁRIAS (1941-1956)	FÉTEIRA, JOÃO PEDRO FRAZÃO SILVA	MARGARIDA BRITO ALVES	ULISBOA
15	D	2013	A4	ESTADO NOVO, ARQUITETURA E ENSINO PRIMÁRIO: AS ESCOLAS TIPO DOURO DE ROGÉRIO DE AZEVEDO (1935), NO DISTRITO DO PORTO, E A SUA EVOLUÇÃO ATÉ AO PLANO DOS CENTENÁRIOS (1944)	FAUSTINO, JOSÉ PEDRO COUTINHO	JOANA BRITES	UCOIMBRA
16	D	2014	A3	PROJECTAR UMA INFÂNCIA PORTUGUESA. OS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO SEGUNDO RAUL LINO.	NOGUEIRA, LILIANA DANIELA PINTO	MARCO GINOULHIAC	U.PORTO
17	D	2015	D1	A TECNOLOGIA COMO MEDIADORA DAS MEMÓRIAS ESCOLARES: O MUSEU ESCOLAR	BRITES, RITA ISABEL VINDEIRINHO DA COSTA	ALICE DUARTE	U.PORTO
18	D	2015	A4	OS MANUAIS DO ENSINO PRIMÁRIO E ELEMENTAR E A INCULCAÇÃO DOS VALORES DO ESTADO NOVO	NETO, AIDA CELESTE CAETANO	LUÍS MANUEL BERNARDO	UNLISBOA

19	D	2016	A3	O PLANO DOS CENTENÁRIOS	GAMA, ANA MARGARIDA DOS SANTOS	ANA M. ^a MARTINS	UNLISBOA
20	D	2016	E4 E6 E2	O JOGO POPULAR INFANTIL COMO MEIO DE EDUCAÇÃO E DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	PROENÇA, ANA ISABEL CORREIA	MARCELINO LOPES	UTADOURO
21	D	2017	A1	O PATRIMÓNIO ORAL NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO PLNM EM TIMOR-LESTE	PINTO, MÁRCIA ANDREIA LOPES	ROSA M. ^a SEQUEIRA	UABERTA
22	T	2017	D1	A ESCOLA PORTUGUESA AO SERVIÇO DA NAÇÃO: DISCURSOS E PRÁTICAS DE ORIENTAÇÃO E DISCIPLINA DO PROFESSORADO PRIMÁRIO (1926-1956)	PEREIRA, MARIA PAULA DOS SANTOS LOURENÇO	MARIA ISABEL JOÃO	UABERTA
23	D	2018	A2 A4	PENSAR EXPERIENCIANDO: CONCEÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NUM CENTRO DE MEMÓRIA	TEIXEIRA, PATRÍCIA ALEXANDRA MAGALHÃES	MARGARIDA FELGUEIRAS	UPORTO
24	D	2018	A2 A4	O LUGAR DA HERANÇA CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE PENSAR COM OS ATORES SOCIAIS UM CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO	VIEIRA, SUSANA SABORANO	MARGARIDA FELGUEIRAS	UPORTO

E. Questionário aplicado aos Museus do Norte de Portugal

Coleções do Património Escolar

A presente investigação tem como tema o "Património Escolar" e é realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado de Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, orientada pela Prof. Doutora Alice Semedo. Este estudo pretende ser, sobretudo, uma ferramenta de divulgação do nosso património.

O questionário que agora se envia tem como objetivo a realização de um levantamento básico de coleções e/ou objetos existentes nos museus do Norte de Portugal.

A participação na investigação é de carácter voluntário. Os dados recolhidos são apenas para uso exclusivo do presente estudo.

Obrigada pela vossa colaboração e participação.

Para esclarecimento de qualquer dúvida, podem contactar-me através do email: mfontouram@gmail.com

A Investigadora: Marta Miranda

***Obrigatório**

1. Endereço de email *

2. O museu contém coleções relacionadas com o Património Escolar do Ensino Primário? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

3. Selecione as tipologias presentes no acervo do Museu (Património Escolar - Ensino Primário):

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Mobiliário, máquinas de escrever, instrumentos de trabalho diversos - Administração ou Secretariado);
- ☐ Desenhos, peças de cerâmica, esculturas, pinturas, azulejos - Artes Visuais
- ☐ Quadros parietais, espécies vegetais, espécies animais, taxidermizadas ou conservadas em líquido, microscópios, lupas, modelos anatómicos e outros instrumentos científicos da área - Biologia.
- ☐ Aparelhos da área (bolas, arcos, raquetes, patins, - Educação Física;
- ☐ Cálices, missais, salvas, crucifixos, alfaia litúrgica - Educação Moral e Religiosa;
- ☐ Instrumentos científicos da área, ferramentas - Electrotecnia;
- ☐ Instrumentos científicos da área, balanças e outro tipo de utensílios - Física;
- ☐ Quadros parietais, planetários, mapas, globos terrestres e celestes, telescópios, bússolas - Geografia;
- ☐ Fósseis, minerais, rochas, modelos - Geologia;
- ☐ Quadros parietais e mapas - História;
- ☐ Quadros parietais e mapas - História de Arte;
- ☐ Teares, máquinas de costura, bordados, tapeçarias - Laveres;
- ☐ Quadros parietais e mapas - Línguas;
- ☐ Trabalhos realizados em madeira e ferramentas da área - Marcenaria;
- ☐ Sólidos geométricos, régua, esquadros, quadros parietais - Matemática;
- ☐ Equipamentos da área, ferramentas, trabalhos de alunos - Mecanotecnia;
- ☐ Instrumentos musicais, quadros parietais - Música;
- ☐ Instrumentos científicos da área, equipamento técnico, balanças, quadros parietais - Química;
- ☐ Quadros parietais, instrumentos da enfermagem - Saúde ou Higiene;
- ☐ Equipamentos da área, ferramentas, trabalhos de alunos - Serralharia;
- ☐ Tapeçarias, tapetes, toalhas - Têxteis;
- ☐ Armas, espólio documental (manual, certificado, diploma, álbum, fotografia), meios audiovisuais (projetos, gira-discos, diascópio), ourivesaria, vestuário ou adorno pessoal - Outros

4. Indique o número de objetos inventariados? *

5. Quantas exposições sobre o tema "Património Escolar - Escola Primária" foram organizadas no Museu? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhuma
☐ Uma
☐ Mais que uma

6. Foi editado algum catálogo da(s) exposição (s)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

F. Lista de contatos estabelecidos com as instituições museológicas do Norte de Portugal

MUNICÍPIO	N.º	MUSEU	CONTATO	COLE C.		ENVIA	RESP.
				S	N		
Amarante	1	M.M. Amadeu Souza-Cardoso	mmasc@cm-amarante.pt 255 420 272/255 420 238			e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 25.07 T - 26.07 T - 31.07 T - 26.08	
Amares	2	M. Santuário N.ª S,ª da Abadia	santuاريو.abadia@sapo.pt 253 378 128/253371 197		X	e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07	Q - 07.07
Arcos de Valdevez	3	Centro Interpretativo da Área Arqueológica Mezio/Giã	portadomezio@ardal.pt 256 940 250/256940 220		X	e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	T - 26.07
Arouca	4	M.M. de Arouca	museu@cm-arouca.pt 256940250	X		e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06	e - 26.03 Q - 12.06
Baião	5	Núcleo de arqueologia do M.M. de Baião	museu@cm-baiao.pt 255 540 550	X		e - 06.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 01.08 Q - 29.08	e - 10.12 Q - 19.09
Barcelos	6	M. de Olaria	museuolaria@cm-barcelos.pt 253 824 741		X	e - 6/12	e - 17.12
Braga	7	M. do Mosteiro de Tibães	sec.msmt@culturantonorte.gov.pt 253 622 670/253 623 950		X	e - 06.12	e - 10.12
	8	M. dos Biscainhos	mbiscainhos@culturantonorte.gov.pt 253 204 650			e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 25.07 Q - 26.08	
	9	M. Nogueira da Silva	sec@mns.u-minho.pt 253 601 275		X	e - 06.12	e - 07.12

	10	M. Pio XII	geral@mus eupioxii.com 253 200 130		X	e - 06.12	e - 17.01
	11	M. Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa	mdds@culturanorte.pt 253 273 706			e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 Q - 26.08	
	12	Tesouro M. Da Sé de Braga	info@se-braga.pt 253 263 317		X	e - 06.12	e - 06.12
	13	Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio	gf.dr.goncalosampaio@gmail.com		X	e - 06.12	e - 08.03
	14	Centro Interpretativo Memórias da Misericórdia de Braga	geral@scmbraga.pt 253206520/ 253205100		X	e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	T - 26.07
Bragança	15	Centro de Arte Contemporânea a Graça Morais	centro.arte@cm-braganca.pt 273 302 410		X	e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 25.07	T - 25.07
	16	M. Abade de Baçal	mabadebaical@culturanorte.pt 273 331 595			e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 01.08 T - 26.08	
	17	M. Ibérico da Máscara e do Traje	museu.iberico@cm-braganca.pt 273 381 008		X	e - 06.12 e - 13.03	e - 23.03
	18	M. Militar de Bragança	musmilbraganca@mail.exercito.pt 273 322 378		X	e - 06.12	e - 18.12
Cabeceiras de Basto	19	M. das Terras de Basto	museuterrasdebasto@cabecerasdebasto.pt 253 666 350		X	e - 06.12	e - 08.12
	20	Núcleo Museológico do Baixo Tâmega	pturismo@cabeceiradebasto.pt		X	e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	T - 26.07

	21	Núcleo Ferroviário de Baúlhe	nucleoferroviarioab@abeceirasdebasto.pt 253 666 350		X	e - 06.12	e - 07.12
	22	Casa da Lã	museuterrasdebasto@abeceirasdebasto.pt 253 657 500		X	e - 06.12	e - 06.12
Caminha	23	M.M. de Caminha	museu@cm-caminha.pt 258 710 300	X	X	e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 23.09	e - 30.07 Q - 09.08
Carrazeda de Ansiães	24	Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães	cica@cmca.pt 278 610 200		X	e - 06.12	e - 26.02
	25	M. da Memória Rural	mmr@cmca.pt 278 638 081		X	e - 06.12	e - 26.02
	26	Núcleo Museológico do Azeite	lit@cmca.pt 278 098 507		X	e - 06.12	e - 26.02
Celorico de Basto	27	Centro Interpretativo do Castelo de Arnoia	geral@mun-celoricodebasto.pt 255 322 355			e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 26.08	
Chaves	28	M. Da Região Flaviense	municipio@chaves.pt 276 340 500 276 333713		X	e - 06.12	e - 06.12
	29	M. de Arte sacra da Região Flaviense	municipio@chaves.pt 276 340 500 276 333713		X	e - 06.12	e - 06.12
	30	M. Ferroviário	museumunicipaischaves@gmail.com 276 340 500		X	e - 06.12	e - 06.12
	31	M. Nadir Afonso	mac.nadirafonso@chaves.pt 276340501		X	e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	T - 26.07

	32	M. Militar de Chaves	mc.dsc@mail.telepac.pt		X	e - 06.12	e - 06.12
Cinfães	33	M. Serpa Pinto	museu.serpapinto@cm-cinfaes.pt 255 560 571		X	e - 06.12	e - 13.12
	34	Museu Escola	museu.serpapinto@cm-cinfaes.pt 255 560 571	X		e - 06.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 01.08 Q - 05.08	e - 13.12 Q - 28.08
Espinho	35	M. M. De Espinho	museumunicipalespinho@hotmail.com 227 326 258		X	e - 06.12	e - 13.12
Esposende	36	M.M. de Esposende	museu.municipal@cm-esposende.pt 253 960 182/253 960 100	X		e - 06.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 01.08 Q - 05.08 T - 29.08 Q - 29.08 T - 24.09	e - 06.12
	37	Centro Interpretativo de S. Lourenço			X	e - 06.12	e - 06.12
Fafe	38	M. das Migrações e das Comunidades	geral@museu-emigrantes.org 253 700 470			e - 06.12	
	1	Museu da Educação	geral@cm-fafe.pt 253700400	X		T - 26.07 T - 01.08 Q - 26.08 Q - 29.08 T - 19.09 Q - 19.09 T - 24.09	
Felgueiras	39	Centro Interpretativo da Vila Romana de Sendim	villaromana.sendim@cm-felgueiras.pt		X	e - 06.12	e - 06.12
	40	Museu casa do Assento	museucasa.doassento@sapo.pt		X	e - 07.12 Q - 11.06 T - 26.07	e - 07.12 Q - 26.07
Freixo de Espada à Cinta	41	M. do Território e da Memória	museu.seda@cm-fec.pt 279 658 160	X		e - 06.12 Q - 08.06	e - 06.12 Q - 18.06

	42	M. Regional Casa Junqueiro	jorge.duarte@cm-fec.pt 93 980 74 52		X	e - 06.12	e - 06.12
Gondomar	43	Fundação Júlio Resende	info@lugardodeseinho.org 22 464 90 61		X	e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	T - 26.07
Guimarães	44	M. Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento	sms@msarmento.org 253 415 969/253 478 952		X	e - 06.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	e - 27.12 T - 26.07
	45	M. da Cultura Catreja	sms@msarmento.org 253478952 253415969		X		e - 27.12 T - 26.07
	46	M. de Alberto Sampaio	masampaio@culturanorte.pt 253 423 910		X	e - 06.12 e - 13.03	e - 20.03
	47	Paço dos Duques de Bragança	pduques@culturanorte.pt 253 412 273		X	e - 06.12 e - 13.03	e - 14.03
	48	Núcleo Arqueológico da Associação Comercial de Guimarães	relacoes.publicas@acig.pt 253 420 090		X	e - 06.12	e - 11.12
Lamego	49	M. de Lamego	mlamego@culturanorte.pt 254 600 230		X	e - 06.12 e - 13.03	e - 13.03
	2	Museu Pedagógico de Lamego	albertoalmeida21@hotmail.com 964455412	X		T - 01.08 Q - 01.08	Q - 01.08
Macedo de Cavaleiros	50	M. M. de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo	elsaluis.museus@terrasquentes.com.pt 278 448 007		X	e - 06.12	e - 18.12
	51	M. M. Martim Gonçalves Macedo	mmgm@terrasquentes.com.pt 91 153 81 83		X	e - 06.12	e - 07.12
	52	Núcleo Museológico do Azeite “Solar dos Cortiços”	smp@mail.pt 278 432 453			e - 06.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	
	53	M. de Arte Sacra	turismo@cm-		X	e - 06.12	7/12

			macedodecavaleiros.pt 278 426 193				
	54	Museu de Salselas	www.museururaldesalselas.com 278 442 115		X	e - 06.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	T - 26.07
Maia	55	M. de História e Etnologia da Terra da Maia	museu@cm-maia.pt 22 987 11 44		X	e - 06.12	e - 07.12
Marco de Canaveses	56	Museu da Pedra	museudapedra@cm-marco-canaveses.pt 255 616 150			e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	
	57	Estação Arqueológica do Freixo	tongobriga@culturanorte.gov.pt 255 531 090		X	e - 06.12	e - 07.12
Matosinhos	58	Casa Museu Abel Salazar	cmuseu@reit.up.pt 22 903 98 27		X	e - 06.12	e - 07.12
	59	M. da Quinta de Santiago	museuqsantiago@cm-matosinhos.pt 22 903 98 27			e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 31.07	T - 31.07
Mirandela	60	M. Armindo Teixeira Lopes	museu@cm-mirandela.pt		X	e - 06.12	e - 11.12
	61	M. do Azeite	t278 340 100		X	e - 06.12	e - 11.12
Miranda do Douro	62	M. da Terra de Miranda	mterramiranda@culturanorte.pt 273 431 161		X	e - 06.12 e - 13.03	e - 14.03
Mogadouro	63	Sala M. de Arqueologia do Município de Mogadouro	museu@mogadouro.pt 279 340 100		X	e - 06.12	e - 07.12
Moimenta da Beira	64	Fundação Aquilino Ribeiro Casa M. Biblioteca	fundacaoaquilino@ulinoiribeiro@gmail.com 232 607 293		X	e - 06.12	e - 12.12
Monção	65	Casa M. de Monção	casamuseumoncao@reitoria.uminho.pt		X	e - 06.12	e - 11.12

			251 652 104				
Mondim de Basto	66	M. M. de Mondim de Basto	nmuseologi@cm-mondimdebasto.pt 255 389 373		X	e - 06.12	e - 14.12
Montalegre	67	Ecomuseu de Barroso - Casa do Capitão	adsaltum@gmail.com 276 510 209	X		e - 13/12 Q - 08.06	e - 13.12 Q - 12.06
Oliveira de Azeméis	68	Núcleo Museológico do Moinho e do Pão	parque@moinhosdeazemeis.com 256683170			e - 13.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 01.08	
Paços de Ferreira	69	M. Arqueológico da Citânia de Sanfins	citaniadesanfins@gmail.com 255 963 643			e - 06.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07	T - 26.07
	3	Museu Móvel de Paços de Ferreira	museudomovel@gmail.com 255860706			T - 26.07 T - 01.08 Q - 05.08 Visita - 24.08 Q - 29.08	Q - 29.08
Paredes	4	Museu da Escola	antonia.silva@cm-paredes.pt 255 788 952			T - 23.09 Q - 23.09 T - 24.09 (Natália Felix)	
Paredes de Coura	70	M. Regional de Paredes de Coura	museu@cm-paredes-coura.pt 251 780 122		X	e - 06.12	e - 07.12
Penafiel	71	M. Municipal de Penafiel	museu.penafiel@cm-penafiel.pt 255 712 760	X		e - 10.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 26.07 T - 01.08	Q - 01.08
	72	Castro de Monte Mozinho	museu.penafiel@cm-penafiel.pt 255 712 760		X	e - 06.12	e - 10.12
	73	M. de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia	misericordiaapenafiel@sapo.pt 96 582 30 25		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07	Q - 22.07
	74	Núcleo Museológico do Convento de Santo António dos Capuchos	misericordiaapenafiel@sapo.pt 96 582 30 25		X		Q - 22.07

	75	M. da Broa	turismo.penafiel@cm-penafiel.pt 255 615 363		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07	T - 30.07
Penedono	76	Centro de Interpretação de Penedono	centro.inerp.retacao@cm-penedono.pt 254 509 030		X	e - 12.12 Q - 11.06 Q - 03.07 T - 30.07	T - 30.07
	77	Núcleo Museológico do Lagar do Azeite de Póvoa	254549276		X	T - 30.07	T - 30.07
Peso da Régua	78	M. do Douro	geral@musseudodouro.pt 254 310 190	X		e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07	e - 12.12 Q - 09.07
Ponte da Barca	79	Núcleo Museológico da Ermida	geral@cmpb.pt 258 480 180		X	e - 12.12	e - 18.12
Ponte de Lima	80	M. do Brinquedo Português	258 240 210		X	T - 30.07	T - 30.07
	81	M. dos Terceiros	mute.geral@museuspontedelima.com 258 900 426		X	e - 12.12	e - 12.12
	82	M. Militar	258 240 211		X	T - 30.07	T - 30.07
	83	M. do Vinho	geral@cipv.v.pt 258 900 426		X	e - 12.12	e - 12.12
	84	Centro de Interpretação do Território	cit@museuspontedelima.com 258 240 215		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07	T - 30.07
Porto	85	Casa M. Eng. Ant. ^a Almeida	fundacao@feaa.pt		X	e - 12.12	e - 17.12
	86	M. da Casa do Infante	casadoinfante@cm-porto.pt		X	e - 12.12	e - 12.12
	87	M. do Carro Elétrico	museu@stcp.pt 22 615 81 85		X	e - 12.12	e - 12.12
	88	M. do Vinho do Porto	museuvinhoporto@cm-porto.pt 22 207 63 00		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07	T - 30.07

	89	M. dos Transportes e Comunicações	museu@amtc.pt 22 340 30 00		X	e - 12.12	e - 12.12
	90	M. Militar do Porto	musmilporto@mail.exercito.pt 22 536 55 14			e - 12.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07	
	91	M. Nacional da Imprensa	mni@museudaimprensa.pt 22 530 49 66			e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07	
	92	M. Nacional Soares dos Reis	divulgacao@mnsr.dgpc.pt 22 339 37 70		X	e - 12.12	e - 29.01
	93	M. Romântico da Quinta da Macieirinha	museuromantico@cm-porto.pt 22 605 70 00		X	e - 12.12	e - 19.12
	94	M. Marta Ortigão Sampaio	museumartaortigao@cm-porto.pt 226066568		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07 T - 01.08	Q - 22.08
	95	Gabinete de Numismática	gabinetenumismatica@cm-porto.pt 22 339 34 80			e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07 T 01.08	
Póvoa do Lanhoso	96	Museu do Ouro de Travassos	alfena@alfena.pt 253 943 790		X	e - 12.12	e - 13.12
Póvoa do Varzim	97	M. Municipal da Póvoa do Varzim	museu@cm-pvarzim.pt 252 090 002	X		e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07	e - 13.12 Q - 31.07
Resende	98	M. Municipal de Resende	museu@cm-resende.pt 254 877 200		X	e - 12.12 e - 13.13	e - 14.03
Ribeira de Pena	99	Ecomuseu de Ribeira de Pena: Casa de Camilo	ecomuseu@cm-rpena.pt 259 490 500	X		e - 12.12 Q - 08.06	e - 12.12 Q - 19.06
Santa Maria da Feira	100	M. Convento de Lóios	museuconventodosloios@cm-feira.pt 256 331 070	X		e - 12.12 e - 13.03 Q - 08.06	e - 14.03 Q - 11.06

	101	M. do Papel	geral@mus-eudopapel.org 256 370 850		X	e - 12.12	e - 19.03
	102	M. de Santa M. ^a de Lamas	geral@mus-eudelamas.pt 22 744 74 68		X	e - 12.12	e - 13.12
Santo Tirso	103	M. Municipal Abade Pedrosa	museus@cm-stirso.pt 252 830 400		X	e - 12.12	e - 18.12
S. João da Madeira	104	M. da Chapelaria	museu.chapelaria@gmail.com 256 201 680		X	e - 12.12	e - 18.12
S. João da Pesqueira	105	M. Eduardo Tavares	turismo@sj-pesqueira.pt 254 489 985		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07	T - 30.07
	106	M. de Arte Sacra de Trevões	lar@trevoes.net 254 470 000		X	e - 12.12	
	107	M. do Azeite	juntafreguesia@trevoes.net 254 477 166			e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 30.07 T - 01.08	
	108	M. do Vinho	mvp@sipesqueira.pt 254 489 983		X	e - 12.12	e - 12.12
	109	M. de Trevões	associacaocultural@trevoes.net 254 473 985			e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07 T - 01.08	
Sernancelhe	110	M. Paroquial Padre Cândido	254598300		X	T - 30.07	T - 30.07
Tarouca	111	Casa do Paço de Dalvares	casadopaco@cm-tarouca.pt 254 677 174			e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07 T - 01.08	
Terras de Bouro	112	Núcleo Museológico do Gerês	museudevil.arinhodafurina@gmail.com 253 351 888	X		e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	e - 12.12 Q - 31.07
Torre de Moncorvo	113	M. do Ferro e da Região de Moncorvo	museu-ferro@hotmail.com 279 252 724		X	e - 12.12 e - 13.03	e - 14.03

	114	Oficina Vinário	museu@qave.pt		X	e - 12.12	
	115	Casa da Roda	turismo@torredemoncorvo.pt 279 252 289		X	e - 12.12	e - 17.01
	116	Núcleo de Fotografia	turismo@torredemoncorvo.pt 279 252 289		X	e - 12.12	e - 17.01
	117	Museu de Arte Sacra	turismo@torredemoncorvo.pt 279 252 289		X	e - 12.12	
	118	Museu de Cera	uniao.felgueiras.madores@gmail.com		X	e - 12.12	
Vale de Cambra	119	M. Municipal de Vale de Cambra	museumunicipal@cm-valeddecambra.pt 256 420 513	X		e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	e - 21.12 listagem Q - 31.07
Valença	120	Núcleo Museológico Municipal	nmuseologico@cm-valenca.pt 251 806 020		X	e - 12.12 e - 13.03	e - 15.03
	121	M. Ferroviário			X	e - 12.12 e - 13.03	e - 15.03
Valongo	122	M. Municipal de Valongo	paula.machado@cm-valongo.pt 22 242 64 09		X	e - 12.12	e - 27.12
Viana do Castelo	123	M. de Artes Decorativas de Viana do Castelo	arqueologia@cm-viana-castelo.pt 258 809 305	X		e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07	e - 17.12 Q - 31.07
	124	Núcleo Museológico de Etnografia	casadosnichos@cm-viana-castelo.pt 258731794 museutraje@cm-viana-castelo.pt		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	Q - 21.08
	125	Casa dos Nichos	casadosnichos@cm-viana-castelo.pt 258731794			e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	

	126	Núcleo de Arqueologia de Afife	naiaarqueologia@gmail.com 967 061 751 / 966 121 444		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
	127	Núcleo Arqueológico Santa Maria de Geraz do Lima	arqueologia@cm-viana-castelo.pt 258731794		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
	128	Núcleo Museológico da Igreja das Almas	arqueologia@cm-viana-castelo.pt 258 809337		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
	129	Centro de Interpretação do Castro do Vieito-Perre	cmviana@cm-viana-castelo.pt 258 809337		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
	130	Núcleo Museológico Arqueologia do Castelo do Neiva	arqueologia@cm-viana-castelo.pt 258028256		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
	131	M. dos Carros de Cavalos	mgracalopes@gmail.com 258731162		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
	132	Núcleo Museológico de Lanhese	jflanhese@mail.telepac.pt 258733280			e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
	133	M. Interativo da Fábrica do Chocolate	santoinho@avic.pt		X	e - 12.12	
	134	M. do Traje	museutraje@cm-viana-castelo.pt 258 809 306 258358047		X	e - 12.12	e - 17.12 Q - 21.08
Vieira do Minho	135	Casa M. Adelino Ângelo	casadelamas@cm-vminho.pt 253 741 249	X		e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07 T - 01.08	Q - 01.08
Vila do Conde	136	M. de Vila do Conde	museus@cm-viladoconde.pt 252 617 506	X		e - 12.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07 T - 26.08	Q - 28.08
Vila Flor	137	M. Municipal D. ^a Berta Cabral	278 512 273		X	T - 12.12	T 12.12

Vila Nova de Cerveira	138	M. Convento de S. Paio	conventosapay@gmail.com 251 796 008		X	e - 12.12	e - 13.12
Vila Nova de Famalicão	139	Casa de Camilo M. - Centro de Estudos	geral@camilocastelobranco.org 252 327 186		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	Q - 02.08
	140	M. Bernardino Machado	museu@bernardinomachado.org 252 377 733		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	e - 12.12 T - 31.07
	141	M. da Fundação Cupertino Miranda	museu@fcm.org.pt 252 301 650		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	
	142	M. Nacional ferroviário - Núcleo de Lousado	museuferroviario@vilanovadefamalicao.org 252 153 364		X	e - 12.12 e - 13.03	e - 19.03
	143	Casa M. Soledade Malvar	soledademalvar@vilanovadefamalicao.org 252 318 091		X	e - 12.12 e - 13.03	e - 14.03
	144	M. da Guerra Colonial	museuguerracolonial@adfa.org.pt 252 322 848		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	
	145	M. de Arte Sacra	museuartesacra@vilanovadefamalicao.org 252 320 954			e - 12.12	e - 15.01
Vila Nova de Foz Côa	146	M. da Casa Grande	museucasagrande@hotmail.com 279 789 117	X		e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	e - 19.12 Q - 01.08
	147	M. do Côa	museugeral@arte-coa.pt 2797682 67 279 768 260		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
Vila Nova de Gaia	148	Casa - M. Teixeira Lopes	casamuseuteixeiralopes@cm-gaia.pt 22 375 12 24		X	e - 12.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07

	149	Solares dos Condes de Resende	solarcondesresende@cm-gaia.pt 22 753 13 85	X		e - 12.12 e - 13.03 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 01.08 Q - 05.08	e - 14.03 Q - 06.08
Vila Pouca de Aguiar	150	M. Municipal Rafael Rodrigues	museumunicipal@cm-vpaguiar.pt 259 403 103		X	e - 12.12	
Vila Real	151	M. de Arqueologia e Numismática	museu@cm-vilareal.pt 259 320 340		X	e - 12.12 e - 13.03	e - 15.03
	152	M. Vila Velha	mvv@cm-vilareal.pt 259 303 320		X	e - 12.12	e - 12.12
	153	M. do Som e da Imagem	msi@cm-vilareal.pt 259320000		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
Vila Verde	154	M. de Arte Sacra	museuterrasderegalados@gmail.com 91 802 23 90		X	e - 12.12 Q - 08.06 Q - 03.07 T - 31.07	T - 31.07
Vinhais	155	Museu de Arte Sacra da Ordem III S. Francisco	turismo@cm-vinhais.pt 273 770 309		X	e - 12.12	e - 14.12
	156	Museu Municipal de Vinhais	turismo@cm-vinhais.pt 273 770 309	X		e - 12.12 Q - 08.06	e - 14.12 Q - 12.06

G. Reunião dos dados recolhidos nos questionários

MUNICÍPIO	MUSEU	TIPOLOGIAS	EXPOSIÇÕES		INVENTÁRIO
			N.º	CATALOGO	
Arouca Q - 12.06	M.M. de Arouca	1; 15	0	NÃO	0
Baião Q - 19.09	Núcleo de Arqueologia do M.M. de Baião	1; 2; 5; 7; 15	1	NÃO	340
Cinfães Q - 28.08	Escola M. de Vilar do Peso	3; 4; 8; 9; 10; 15; 18	+1	NÃO	50
Esposende Q – 24.09	M.M. de Esposende	1; 15	1	NÃO	13
Fafe Q -.24.09	M. da Educação	1; 5; 8; 10;14; 15; 20	0	NÃO	126
Freixo de Espada à Cinta Q - 18.06	M. do Território e da Memória	1; 5	+1	NÃO	25
Lamego Q - 01.08	M. Pedagógico de Lamego	1; 4; 6; 7; 8; 10; 12; 15; 22	+1	NÃO	200
Montalegre Q - 12.06	Ecomuseu de Barroso - Casa do Capitão	8; 15; 21	1	NÃO	53
Paços de Ferreira Q – 29.08	M. Municipal Museu do Móvel	1; 5; 7; 8; 10; 15; 22	1	SIM	300
Penafiel Q - 01.08	M. Municipal de Penafiel	1; 7; 8; 9; 15	1	NÃO	-
Paredes Q – 25.09	Museu da Escola	5; 7; 10; 14	+1	NÃO	2500
Peso da Régua Q - 09.07	M. do Douro	1; 22	1	NÃO	7
Póvoa do Varzim Q - 31.07	M. Municipal da Póvoa do Varzim	1; 7; 8; 15;	1	NÃO	-
Ribeira de Pena Q - 19.06	Ecomuseu de Ribeira de Pena: Casa de Camilo	1; 2; 5; 7; 8; 10; 11; 12; 13; 15; 16; 17; 18; 21; 22	1	NÃO	100
Santa Maria da Feira Q - 11.06	M. Convento de Lóios	5; 7; 12; 15; 18; 22	0	NÃO	40
Terras de Bouro Q - 31.07	Núcleo Museológico do Gerês	1	0	NÃO	300
Vale de Cambra Q - 31.07	M. Municipal de Vale de Cambra	1; 5; 8; 10; 15	1	NÃO	0
Viana do Castelo Q - 02.08	Arqueologia da Câmara Municipal	1; 2; 8; 10; 15; 22	1	NÃO	30
Vieira do Minho Q - 01.08	Casa M. Adelino Ângelo	2	0	NÃO	35
Vila do Conde Q - 28.08	M. de Vila do Conde	1; 2; 3; 5; 7; 8; 9; 10; 12; 15; 18; 21; 22	1	NÃO	2000
Vila Nova de Foz Côa Q – 01.08	M. da Casa Grande	1; 5; 8; 10; 15	1	NÃO	0
Vila Nova de Gaia Q - 06.08	Solares dos Condes de Resende	3	0	NÃO	8
Vinhais Q - 12.06	M. Terras de Lomba	1; 3; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 14; 15; 18	1	NÃO	108

CURADORIAS COMPARTILHADAS:
UM ESTUDO SOBRE AS EXPOSIÇÕES REALIZADAS NO MUSEU DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (2002 A 2009)

Maria Cristina Padilha Leitzke, Zita Rosane Possamai

Resumo

O foco deste estudo são as curadorias compartilhadas no Museu da UFRGS, no período de 2002 a 2009, realizado por meio de um estudo de caso, constituído pela análise das curadorias referentes a quatro exposições: Artistas Professores (2002), Total Presença: Gravura (2005), Homem-Natureza: cultura, biodiversidade e sustentabilidade (2006) e Em casa, no universo (2009). Para a realização do estudo proposto foram utilizadas fontes escritas e orais. O referencial teórico abarca autores da história da educação e da história cultural, da historicidade e dinâmica dos museus, bem como estudos recentes sobre curadorias em museus. O objeto de pesquisa constituiu-se, inicialmente, numa primeira aproximação com os catálogos e demais materiais impressos, disponíveis no arquivo do museu, resultado das exposições realizadas. Logo em seguida, foram feitas as entrevistas com os agentes internos e externos ao museu, envolvidos na concepção, produção e realização destas exposições. Por meio da análise destas narrativas buscou-se identificar as experiências dos professores-pesquisadores com curadorias, bem como evidenciar alguns elementos que corroboram ou negam a assertiva de que as curadorias no museu da UFRGS podem ser consideradas curadorias compartilhadas. Além disso, procurou-se saber acerca da atuação dos professores-pesquisadores da Universidade como curadores de exposições, bem como sobre as representações destes docentes, com relação ao museu da UFRGS. Os resultados apontam no sentido de que as exposições realizadas no Museu da UFRGS podem ser caracterizadas como casos de curadorias compartilhadas, principalmente, com relação às curadorias das exposições de ciências.

Palavras-chave: curadorias; museus; educação; exposições

Abstract

The focus of this study is the shared curatorial at the Museum of UFRGS, from 2002 to 2009, carried out through a case study, consisting of the analysis of curatorial from four exhibitions: Artists Teachers(2002), Total Presence: Illustrations (2005), Nature Man: Culture, Biodiversity and Sustainability (2006) and At Home: in the Universe (2009). To carry out the study, written and oral sources were used. The theoretical reference embraces authors from the history of education and cultural history, from historicity and museums dynamic, as well as recent studies about curatorial in museums. The object of this research initially consisted of a first approach to the catalogs and other printed materials available in the archive of the museum from previous exhibitions. Thereafter, interviews were made with people inside and outside the museum that were involved in the design, production and implementation of these exhibitions. Through the analysis of these narratives we sought to identify the experiences of researchers and professors with curatorial and highlight some elements that corroborate or deny the statement that the curatorial of the Museum of UFRGS can be considered shared curatorial. In addition, we sought to know about the performance of professors and researchers of the University as curators of exhibitions, as well as the representations of these professors, regarding the Museum of UFRGS. The results imply that the exhibitions held at the Museum of UFRGS can be characterized as forms of shared curatorial, especially with respect to the curatorial of science exhibitions.

Keywords: curatorial; museums; education; exhibitions

1. INTRODUÇÃO

O Museu da UFRGS surgiu da aspiração de um grupo de professores da Universidade interessado na divulgação do saber técnico-científico-cultural, produzido no âmbito da academia integrando-a com a sociedade. Concebido com a proposta de pesquisar, difundir e valorizar o patrimônio cultural da Universidade através de seus diferentes acervos, entendendo como acervo o patrimônio intelectual/cultural produzido na universidade e, também, estabelecer parcerias com outras instituições de caráter científico cultural.

Criado como órgão suplementar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹, atualmente está ligado à Pró-Reitoria de Extensão. Consta como um dos primeiros objetivos deste projeto inicial “Integrar a Universidade à comunidade, mediante a programação de ações conjuntas para mostrar à população o desenvolvimento tecnológico, científico, humanístico e artístico [...]” (BERED, 2004, p. 2). No período compreendido entre os anos de 1984 a 2009 foram promovidas mais de cem exposições, em diferentes espaços físicos.

Portanto, percebe-se, desde a sua criação a preocupação em integrar a universidade à sociedade por meio da realização de atividades conjuntas, procurando divulgar as produções acadêmicas. Caracteriza-se, desde sua fundação, como Museu Universitário de caráter multidisciplinar, conforme se pode observar por meio de consultas junto a materiais impressos disponíveis nos arquivos deste museu.

No período compreendido entre 1987 e 1992 o Museu da UFRGS contou com a participação efetiva da docente e historiadora Sandra Jatahy Pesavento, como coordenadora do Núcleo de Documentação e Memória Social. O núcleo desenvolveu pesquisas, coleta de acervos e exposições nos espaços do Museu até 1992, quando foi transferido para essa instituição.

“Enquanto coordenou o Núcleo de Documentação e Memória Social, Sandra Pesavento propôs a realização de exposições concernentes a sua linha de pesquisa no Departamento de História, onde ingressara em 1970. Nessa perspectiva, as mostras orientadas pela historiadora e seu grupo de trabalho caracterizaram-se pela ênfase às problemáticas de cunho histórico. É nesse viés que reside uma das principais contribuições de Pesavento ao processo

1 Ligado ao gabinete do Reitor sob a direção de Profª Maria Helena Bered, docente da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Portaria de criação do Museu da UFRGS n 892 de 28/08/1984.

museológico, pois consolida o museu como instituição produtora de conhecimento. As exposições realizadas foram amparadas em investigação científica, permitindo que – ultrapassado o período da mostra e adquirindo o formato de publicação – o conhecimento histórico gerado tenha se perpetuado como referência na produção histórica local, regional e nacional. Além disso, as pesquisas geraram acervo fotográfico que mais tarde foi incorporado ao Museu da UFRGS” (POSSAMAI, 2009, p.2).

A partir de agosto de 2002, o Museu passou a ocupar sede própria, contando com espaço para reserva técnica, salas para a realização de exposições e equipamentos para receber o público com deficiência. O prédio que recebeu a instituição foi restaurado e adequado para as instalações de um museu, graças ao Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS. O Museu da UFRGS está localizado no campus centro da Universidade integrando um conjunto arquitetônico que faz parte da paisagem da cidade de Porto Alegre.

A seguir uma das imagens produzidas no dia 16 de agosto de 2002, data em que o Museu da UFRGS passou a contar com sede própria (Fig. 1).



Figura 1- Fachada do prédio do Museu da UFRGS, 2002, Porto Alegre – RS.
Fonte: Divulgação Museu da UFRGS.

As exposições realizadas pelo museu no período em estudo foram concebidas por um grupo constituído de técnicos do museu, professores pesquisadores, e outros profissionais, que após incessantes reuniões, estabeleceram o fio-condutor, ou também a chamada linha transversal, que serviu de eixo articulador entre as diferentes unidades da universidade. Após essa fase de elaboração, acontece o desenvolvimento dessa ação e a proposição de cursos preparatórios para formação de professores e mediadores. Assim como em outros museus, existe uma preocupação com o desenvolvimento de ações educativas voltadas para as escolas de ensino infantil, fundamental e médio e para as universidades.

Segundo Marília Cury “as exposições museológicas são alvo de atenção, pois depositam em si grande parcela da responsabilidade social dos museus, pois se constituem na interface entre a instituição e o público” (CURY, 2005, p. 115).

A comunicação não está restrita ao processo de montagem das exposições. Ela é parte integrante do processo museológico, ou seja, desde o momento em que começa o planejamento, passando por todo o processo de concepção-criação-divulgação-produção a exposição é, ao mesmo tempo, produto de um trabalho interativo, rico, cheio de vitalidade, de afetividade, de criatividade, de reflexão, de técnicas, de dedicação.

Para a concepção e promoção das exposições realizadas no Museu da UFRGS a instituição interage tanto como uma motivadora na proposição de ações como uma articuladora ao acolher as propostas que venham a ser apresentadas por professores, alunos e técnicos da universidade.

2. CURADORIAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 2002-2009

A escolha realizada contemplou as exposições realizadas pelo Museu da UFRGS, no período de 2002 a 2009 e cujas curadorias contaram com a participação dos professores/pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tal opção se deu em virtude de que o projeto de pesquisa que pretendo desenvolver busca investigar as práticas curatoriais junto ao Museu da Universidade, ou seja, tentar compreender como vem se constituindo o processo curatorial no Museu, segundo os professores/pesquisadores/curadores e equipe.

A pesquisa é desenvolvida pelos docentes e discentes da Universidade, vindo, então, a gerar, posteriormente, as exposições apresentadas pelo Museu. A equipe,

de certa forma, está envolvida, quando da concepção, realização, montagem e produção das exposições, ou ainda, quando são necessárias pesquisas ligadas ao acervo ou sobre os temas abordados. Este fazer museológico só é possível tendo em vista a articulação entre os conhecimentos, os saberes e os fazeres.

Numa teia de relações inter/transdisciplinares são concebidas exposições que procuram estabelecer alguns canais de comunicação com os visitantes. Tratam de dar visibilidade para os diferentes acervos² e conhecimentos científicos produzidos na Universidade.

A exposição inaugural do museu em sua nova sede, no ano de 2002, denominada *Artistas Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul* teve a curadoria dos professores José Augusto Avancini e Maria Amélia Bulhões. Esta exposição foi constituída de obras da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS.

Ainda na área de artes foram promovidas as exposições: 1) *Sons da Universidade*; 2) *A Universidade da Fotografia*; 3) *Pequenos Diálogos – Arte e Intertextualidade*; 4) *Açores e Brasil: uma troca de experiências*; 5) *Total Presença – Gravura*.

Entre as exposições de ciência foram realizadas: 1) *Antes dos Dinossauros - A evolução da vida e seu registro fóssil no Rio Grande do Sul*; 2) *Exposição Homem Natureza: cultura, biodiversidade e sustentabilidade*; 3) *Visões da Terra: entre deuses e máquinas - qual o lugar da humanidade no mundo em que vivemos*; 4) *Exposição Em Casa, no Universo*. Estas três últimas exposições estabeleceram diálogo com a área de artes.

Contemplando a área de história/memória foi realizada a exposição *UFRGS: (in) visíveis lugares serestarficar*.

Foram promovidas pelo Museu, no período de 2002-2009, 11 exposições que contaram com a curadoria de professores/pesquisadores e da direção e equipe do museu. Deste total, seis tiveram como tema arte, uma memória/história e quatro ciências.

2 Além do acervo do Museu da UFRGS existem outros setores na Universidade que se caracterizam como museus, tais como: Museu do Motor, Museu da Paleontologia Irajá Damiani Pinto, Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe, Museu da Informática, Museu de Mineralogia Luis Englert, Museu de Ciências Naturais do Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR), Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, Centro de Memória do Esporte-CEME, Herbário Fitopatológico José Porfírio da Costa Neto, Planetário Prof. José Baptista Pereira, Observatório Astronômico e Rádio da Universidade.

Estiveram envolvidos com as curadorias em exposições realizadas no Museu da UFRGS, no período em estudo, 22 professores/pesquisadores da Universidade, oriundos das seguintes unidades acadêmicas: Instituto de Artes (6), Instituto de Geociências (6), Instituto de Física (4), Instituto de Biociências (2), Faculdade de Educação (2), Faculdade de Arquitetura (1), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (1).

É importante, ainda, ressaltar que a direção e equipe do Museu da UFRGS participaram ativamente tanto da concepção, como da realização e avaliação destas exposições. Neste sentido, a curadoria realizada no Museu da UFRGS distancia-se daquela onde a base para a realização das exposições são as pesquisas realizadas junto ao acervo do museu. Aproxima-se da proposta de uma curadoria de exposições nos moldes de narrativas. São exposições realizadas a partir da investigação acadêmica e não a partir de determinados acervos pertencentes ao museu.

Exposições estas constituídas por múltiplos olhares, permeadas por muitos saberes e fazeres, cujos discursos e narrativas foram construídos após muitos encontros entre professores curadores, direção e equipe do museu. E, ainda, entre equipe de produção e infraestrutura. Espaço de relação de troca, pois além de articular objetos e visitantes, conjuga pessoas e pessoas, ou seja, àquelas que fizeram os objetos, as que fizeram a exposição as que trabalham com o público, as que visitam o museu, as que não estão no museu, mas falam e escrevem sobre a exposição (SCHEINER, 2006).

De acordo com Maria Teresa Scheiner (2006) “[...] cada exposição representa, ainda, aspectos da visão de mundo dos grupos sociais aos quais se refere, expressando, em linguagem direta ou metafórica, os valores e traços culturais desses grupos.” (SCHEINER, 2006, p.2).

Esta autora argumenta ainda que os museus devem, pois, construir estratégias narrativas integrando passado e presente, e buscando apresentar os fatos a partir de uma ótica plural, que permita o máximo possível de interpretações. E que ao assumirem o compromisso com o rigor histórico e científico devem aliar-se ao uso equilibrado do design, buscando o desenvolvimento de soluções museográficas que sejam criativas e que não comprometam o papel ético do museu. Isto implica também no uso equilibrado dos recursos cenográficos, de multimídia e da dramatização, que deverão trabalhar a emoção dos visitantes, sem deixar-se cair perigosamente no exagero ou no pieguismo (SCHEINER, 2006).

A partir das possibilidades conceituais apresentadas, minha hipótese de investigação é que algumas curadorias no Museu da UFRGS caracterizam-se como curadorias compartilhadas. Por curadoria compartilhada entendo aquela onde os atores envolvidos dialogam, estabelecem o fio condutor da exposição, participam de encontros onde o diálogo é constante, fazendo com que sejam definidos os textos, os materiais a serem expostos. É o processo conjunto, desde a concepção, realização até a avaliação da exposição realizada. Assim, minha principal indagação é como pode ser caracterizada a curadoria no Museu da UFRGS. Pode-se considerá-la como curadoria compartilhada? Quais os elementos corroboram essa assertiva? Quais elementos negam esta hipótese?

3. CURADORIAS EM ESTUDO (2002 – 2009)

Após uma cuidadosa análise, de um total de onze exposições, realizadas pelo Museu da UFRGS no período de 2002 a 2009, constituídas por 22 curadores, professores-pesquisadores da Universidade, foram escolhidos, para integrar esta pesquisa quatro exposições e nove curadores: a) *Artistas Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Constituída de obras da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS, esta exposição integrou as comemorações de instalação do Museu da UFRGS, em sua nova sede, no ano de 2002; b) *Total Presença – Gravura*. Esta exposição apresentou parte do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS; c) *Homem Natureza: cultura, biodiversidade e sustentabilidade*; d) *Em Casa, no Universo*, com a curadoria de três professores e um técnico do Instituto de Física-UFRGS. Todas estas exposições contaram com a participação das direções e técnicos do Museu.

Segue um breve resumo de cada uma das exposições em estudo. Tenho a clareza de que não demonstram efetivamente o que foram estas exposições. Minha intenção, entretanto, é que estas informações apresentadas possam servir de bússola para guiar o leitor e, quem sabe, despertar o interesse para acessar o site www.museu.ufrgs.br, onde estão disponíveis os *hotsites* das exposições realizadas pelo Museu da UFRGS, contemplando um número maior de informações e de imagens.

No caso específico da exposição *Total Presença: gravura*, em virtude do projeto de pesquisa denominado *Informatização do Acervo Artístico e Documental da Pinacoteca Barão do Santo Ângelo - Instituto de Artes da UFRGS* é possível, ainda, ter acesso às imagens das obras de arte expostas, bem como biografia dos artistas por meio do site http://www6.ufrgs.br/acervoartes/modules/mastop_publish/?tac=Acervo.

Assim como na exposição *Total Presença: gravuras*, as obras apresentadas na exposição *Artistas Professores*, realizada no Museu da UFRGS no ano de 2002, também integram o acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS. Portanto, caso o leitor tenha interesse em saber mais sobre os artistas que participaram desta exposição, bem como rever as imagens das obras que foram expostas poderá fazer através do acesso ao site referido no parágrafo anterior.

A exposição *Homem-Natureza: cultura, biodiversidade e sustentabilidade* está disponível no site <http://www.museu.ufrgs.br/hotsite/natureza.php>. Ao acessar este percurso as pessoas podem ter acesso ao projeto, às atividades desenvolvidas, e, inclusive, algumas imagens e textos dos *Jardins Temáticos*, intervenções produzidas pelos artistas plásticos, especialmente para esta exposição.

Da mesma forma, parte da exposição *Em casa, no universo* pode ser acessada através do site <http://www.museu.ufrgs.br/emcasanouniverso/>.

A exposição de inauguração do Museu em sua nova sede foi constituída por obras do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, do Instituto de Artes, com o objetivo de reafirmar o papel da universidade no panorama cultural da região. A mostra foi realizada tendo como fio condutor um percurso histórico, procurando evidenciar as características de cada época e o papel dessas produções em suas respectivas conjunturas. Exposição constituída de quatro módulos: 1) atividades iniciais da Escola de Artes, criada em 1910; 2) novo momento, com a penetração, a partir dos anos 40, de tendências modernistas que estabeleceram acirradas disputas com os acadêmicos; 3) anos 60 e 70, quando a Escola foi integrada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defrontando-se com os desafios da consolidação do meio de arte local e de uma abertura à arte contemporânea internacional. 4) produção atual.

3.1 Total presença – gravura

A exposição *Total Presença - Gravura* foi o resultado parcial da pesquisa “Informatização do Acervo Artístico e Documental da Pinacoteca Barão do Santo Ângelo - Instituto de Artes da UFRGS”. Esta pesquisa contou com apoio da Fundação Vitae e com bolsistas de Iniciação Científica BIC e PIBIC/CNPq.

O princípio norteador desta mostra, segundo a curadora, consiste em tornar público a totalidade de gravuras desse acervo, em sua diversidade formal e técnica, sem qualquer recorte, seleção, valorização de artistas ou de obras. Estão presentes

artistas nacionais e estrangeiros, nas várias técnicas: xilogravura, litografia, gravura em metal e outras.

3.2 Homem natureza: cultura, biodiversidade e sustentabilidade

A exposição *Homem-Natureza: Cultura, Biodiversidade e Sustentabilidade* foi uma parceria entre a Copesul e o Museu da UFRGS. Foram apresentadas, em um ambiente multimídia composto por fotos, painéis, imagens e aromas, parte da coleção do Herbário do Instituto de Ciências Naturais da UFRGS e uma amostra da Mata Atlântica, entre outros recursos. A mostra apresentou-se também como um projeto que englobou um seminário internacional, um ciclo de filmes e a instalação de quatro jardins temáticos nos *campi* da UFRGS.

3.3 Em casa, no universo

A exposição *Em Casa, No Universo* apresentou um pouco da história da Astronomia, com ênfase em Galileu e no telescópio, contemplando questões atuais e enfocando aspectos da pesquisa contemporânea em Astrofísica bem como a participação do Brasil e da UFRGS neste contexto. Integrou as comemorações do Ano Internacional da Astronomia (AIA, 2009), declarado pela Assembleia Geral da ONU, seguindo proposta feita pela UNESCO.

4. CONCEITO DE CAMPO E HABITUS: BREVES COMENTÁRIOS

Desconsiderar a relação de forças, e as tensões, exercidas por meio dos jogos engendrados pelos diferentes atores sociais envolvidos na realização destas curadorias, ora em estudo, seria um equívoco.

Como abordar o tema curadoria em museu universitário sem refletir sobre conceitos de *campo* e *habitus* que podem contribuir para refletir sobre o tema em questão?

Ao tecer algumas considerações acerca destes conceitos, tendo como base teórica a obra de Pierre Bourdieu, a intenção não é a de oferecer respostas definitivas, muito pelo contrário, é problematizar este tema tão referido pelas ciências humanas e ao mesmo tempo tão controverso: a relação entre indivíduo e sociedade.

Pierre Bourdieu, ao estabelecer diálogos com os clássicos, tais como Émile Durkheim e Max Weber, apresenta uma possível alternativa teórico-metodológica

para a compreensão da relação sujeito-sociedade. O autor, tanto reconhece o papel das estruturas na explicação sociológica, como elucida o lugar dos agentes. O que se percebe é que o trabalho deste autor busca superar algumas oposições existentes entre a abordagem estruturalista e a fenomenologia. De acordo com Bourdieu (1990, p.50), estas “falsas oposições” estão relacionadas, em parte, “[...] ao esforço, para constituir como teorias, posturas ligadas à posse de diferentes espécies de capital cultural”.

De acordo com o autor, as estruturas sociais por si só não determinam a vida em sociedade. Pierre Bourdieu introduz a dimensão individual, o agente social – decorrendo daí a importância do conceito de *habitus*. O autor acaba por estabelecer uma reação contra o estruturalismo, pondo em evidência as capacidades criadoras, ativas, inventivas do *habitus* e do agente. Refere o autor, “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...], o *habitus* a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]” (1989, p.61).

Portanto, não é uma mera consequência das determinações da estrutura social. Ao internalizar regras e normas sociais, o autor ressalta que existem aspectos das condutas dos diferentes agentes que não são previsíveis. Pode-se comparar a um jogo, onde são ditas as regras, mas que existem possibilidades de improvisar. O que se vê são possibilidades de “[...] recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social encerrou-se, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo” (BOURDIEU, 1989, p.60).

Em síntese, o conceito de *habitus* possibilita romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Os agentes são ativos, produtos da história do campo social e de experiências acumuladas por meio de vivências individuais. Alguns espaços, como a família, a escola, grupo de amigos, os museus, acabam por ajudar nestas determinações e reações. Apesar de serem constituídos por diferentes relações de poder estes espaços possibilitam trocas, vivências e, portanto a constituição de novos *habitus*.

Para Bourdieu, os campos possuem princípios e regras próprios, bem como hierarquias. Constituídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que os integram, os campos são definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação. Para melhor compreender este “microcosmo autônomo, dentro de um macrocosmo social”, talvez se possa estabelecer uma comparação com os campos magnéticos em física. Lugar de luta, de relações de forças, de poder, de tensões e de diferentes jogos engendrados por aqueles que

fazem parte de um determinado campo, como por exemplo, os campos científicos, artísticos e culturais. Evidentemente toda esta luta se trava no plano simbólico: a violência simbólica, outro mecanismo central na obra de Bourdieu, que não está sendo focado nesta dissertação. Entretanto, merece ser mencionado, uma vez que, de certa forma, os museus são dotados de representações e significados.

Ademais, a noção de sociedade presente na obra de Pierre Bourdieu é substituída pela noção de mundo social, e a noção de estrutura social é substituída pela noção de campo. Para este autor o espaço social é composto por campos, constituídos por diversas forças sociais atuantes, quer seja dos agentes ou vinculadas às estruturas existentes. A posição destes agentes no campo se apresenta definida pelo modo como se relacionam entre si. Como por exemplo, em um campo acadêmico, as regras de valorização dos indivíduos e estruturas que se dá a partir da posse de capital cultural dos mesmos. Percebe-se, ainda, que nesta perspectiva, existem relações de conflito, força e poder. Numa interrelação de indivíduos, estruturas, *habitus* e tipos de capital com regras pertinentes a cada campo do mundo social, os agentes jogam ou atuam segundo sua posição, neste espaço delimitado por suas próprias regras e hierarquia.

No campo museal (POSSAMAI, 2001), particularmente dos museus universitários, este jogo acima referido, possui vários atores sociais, tais como: docentes, discentes, técnico-administrativos, pessoas da sociedade em geral que frequentam estes espaços. Numa teia de relações inter/transdisciplinares estes atores estabelecem relações de trocas, parcerias, compartilhamentos. Evidentemente, que relações estas permeadas por diversos interesses, seja o de socializar o conhecimento produzido no âmbito acadêmico, seja o de mostrar o que vem sendo pesquisado nas diferentes áreas do saber da Universidade. A própria escolha do tema a ser trabalhado nas exposições do museu se caracteriza como um momento de disputa, uma vez que privilegia algumas áreas em detrimento de outras. Após este momento inicial, seguem-se outros, onde professores pesquisadores passam a exercer a função de curadores e, encontram na equipe do museu, profissionais que se dedicam a este fazer museológico, há bastante tempo. Neste momento, acontece, outro tipo de disputa: de um lado docentes inexperientes no que diz respeito às linguagens museológicas, mas com vontade de colaborar para a difusão do conhecimento e de outra parte uma equipe com toda uma prática e disposta a somar para que as exposições sejam adequadas aos padrões contemporâneos da museologia.

Pode-se dizer que, de certa forma, no campo artístico das curadorias, existe uma trajetória com relação à atuação dos professores-pesquisadores com

curadorias, quer seja vinculada às exposições em bienais, galerias e, mesmo em museus. Consequentemente os professores desta área estão mais habituados com o desempenho desta função de curador. O mesmo não se percebe na prática dos docentes de outras áreas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como seres sociais, no nosso dia-a-dia, compartilhamos saberes e fazeres, mesmo que estejamos vivendo, na contemporaneidade, um período de grandes turbulências em nossa sociedade. Caos que termina por proporcionar novas buscas, novas trocas, e principalmente ações criativas e em conjunto, na busca de quebra de paradigmas. Numa sociedade onde a ênfase é o conhecimento, caracterizando-se como ambiente desafiador acaba fazendo com que as pessoas busquem e utilizem novas informações como também venham a desenvolver o hábito de compartilhar.

Nos últimos anos, as universidades estão, cada vez mais, se dando conta da importância da troca, tanto entre áreas do conhecimento como com a sociedade. Observam-se diferentes propostas de ações interdisciplinares. Ou ainda, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2010), quando utiliza a expressão: do conhecimento universitário ao conhecimento pluriversitário. O autor ao discorrer sobre a universidade no século XXI, diz: “[...] o conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada.” (p. 42) Cabe referir, ainda, que este mesmo autor utiliza o termo “resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores”.

Os museus, principalmente os universitários, não poderiam ficar alheios a todas estas transformações, principalmente quando almejam o desenvolvimento de projetos sociais e coletivos. Diante disto surgem várias possibilidades de projetos que passam a dar conta de uma proposta de ação-reflexão, proporcionando, tanto para as equipes dos museus como para aqueles que venham a atuar junto a estas instituições, um maior crescimento. Um exemplo de proposta desta natureza são as curadorias compartilhadas.

Muitas vezes ocorreram momentos de tensão, de conflito, de força e de poder, inevitáveis, numa interrelação de indivíduos, estruturas e *habitus*, com regras pertinentes a cada campo do mundo social. Os agentes, neste caso, internos e externos ao museu, jogam ou atuam segundo sua posição, neste espaço de construção de curadorias compartilhadas.

Referências

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e Coleções Universitários: Por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo?** 2001. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ALMEIDA, Adriana Mortara; MARANDINO, Martha; VALENTE, Maria Esther Alvarez. **Museu: lugar do público.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

ALVES, Cauê. A curadoria como historicidade viva. In: Ramos, A.D. (Org.). **Sobre o ofício do curador.** Porto Alegre: Zouk, 2010, p.43-58.

ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Orgs.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos.** Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v.19, p. 18 a 29, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. de 2011.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte e seu público.** São Paulo: Edusp, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.89-94. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/GR8AtGf8/Bourdieu_Pierre_-_Algumas_Prop.html>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BRUNO, MariaCristina. **MuseologiaeComunicação.** Lisboa: UniversidadeLusófona de Humanidades e Tecnologia, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, n. 9). Disponível em: <http://www.museumonteredondo.net/Cadernos_pdf/Cadernos_09_1996.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2011.

BRUNO, Maria Cristina; ARAÚJO, Marcelo. Exposição museológica: uma linguagem para o futuro. In: **Cadernos Museológicos.** Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura da Presidência da República, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, v.1 & 2, p. 12-17, 1989.

BRUNO, Maria Cristina. Definição de Curadoria – Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, Letícia (Coordenadora). **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008, p. 15 - 23.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação.** São Paulo: Annablume, 2005.

OBRIST, Hans Ulrich. **Uma breve história da curadoria.** São Paulo: BEI Comunicação, 2010.

POMIAN, K. Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA** Einaudi. Porto: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cultura e representações, uma trajetória**. Texto original da conferência proferida no dia 18 de abril de 2006, por ocasião da inauguração das comemorações dos 20 anos do PPG em História da UFRGS. Disponível em: <www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/sandra1.htm>. Acesso em: mar. 2011.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu**: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

POSSAMAI, Zita Rosane. Uma mirada para o visual. **Revista de História e Estudos Culturais**. [S.I], v. 6, n. 4, p. 1-17, 2010. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/DOSSIE_05_Zita_Rosane_Possamai.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2010.

POSSAMAI, Zita Rosane. **“Lições de Coisas” no Museu**: o método intuitivo e o Museu do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, São Luis do Maranhão, Brasil, 2010.

RAMOS, Alexandre Dias (Org.). **Sobre o ofício do curador**. Porto Alegre: Zouk, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Museus Universitários Brasileiros**: novas perspectivas. Texto apresentado no IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários e II Simpósio de Museologia na UFM “Museus Universitários – Ciência, Cultura e Promoção Social”, realizado em Belo Horizonte – MG, no período de 24 a 28 de agosto de 2006a. Disponível em: <[http://www.icom.org.br/Texto_Museus_Universit%C3%83%C2%A1rios_Maria_C%C3%83%C2%A9lia\[1\].pdf](http://www.icom.org.br/Texto_Museus_Universit%C3%83%C2%A1rios_Maria_C%C3%83%C2%A9lia[1].pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2011.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros museológicos**: Reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SCHEINER, Tereza. **Pensando a Exposição - textos selecionados para museografia**. Universidade do Rio de Janeiro. 1996.

SCHEINER, Tereza. Comunicação, Educação, Exposição: novos saberes, novos sentidos. **Semiosfera**. Ano 3, nº 4-5. Disponível em: <http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/anteriores/semiosfera45/conteudo_rep_tscheiner.htm>. Acesso em: 28 set. 2011.

Anexos

- I. Lista de trabalhos publicados em História da Educação, realizada por António Nóvoa
- II. Tabela apresentada por António Nóvoa de trabalhos publicados em História da Educação
- III. *Manuale Software Per L'Utente* FISQEDFISQUED
- IV. Manual de Procedimentos BAME –MUSEU
- V. Património Museológico Escolar – Manual de Procedimentos Recomendados
- VI. Fichas de Inventário da secção de Arquitetura
- VII. Fichas de Inventário da secção Equipamentos Materiais de Apoio
- VIII. Fichas de Inventário da secção de Materiais Didáticos
- IX. Fichas de Inventário da secção de Trabalhos Escolares
- X. Quadro com material e equipamento que a escola deveria ter segundo Ghira e a Portaria de 20 de julho de 1866 (1864 – 1866) – realizada por Maria João Mogarro
- XI. *Thesauri* definido pela SG/ME
- XII. Lista de contatos dos Museus do Norte de Portugal

**I. Lista de trabalhos publicados em História da Educação, realizada por
António Nóvoa**

TRABALHOS PUBLICADOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
SOBRE A «EDUCAÇÃO NACIONAL» (1930-1974)

- 1º Encontro de História da Educação em Portugal* (1988). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [ver textos de Joaquim Ferreira Gomes, António Nóvoa, Áurea Adão, Luís Reis Torgal e Maria do Rosário Azenha, Rui Grácio e Rogério Fernandes].
- ADÃO, ÁUREA (1984): *O estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- AFONSO, JOSÉ ANTÓNIO M. MORENO (1995): *A Educação Especial em Portugal: aspectos da sua formação histórica e a emergência das organizações de pais de cidadãos deficientes mentais*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade do Porto.
- ANDRADE, FERNANDO DE AZEVEDO (1992): *Ensino técnico profissional (1756-1991) - Contributo para o estudo da sua organização e funcionamento*. Coimbra: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- ANTUNES, MARIA JOÃO CARDONA (1991): *L'éducation de la petite enfance au Portugal: L'analyse du discours officiel*. Caen: Dissertação de D.E.A. apresentada na Universidade de Caen.
- ARAÚJO, HELENA (1993): *The construction of primary teaching as women's work in Portugal (1870-1933)*. London: Tese de doutoramento apresentada na Open University (Reino Unido).
- BARRETO, ANTÓNIO, org. (1996): *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BARROSO, JOÃO (1983): *Réformes et changements: Contribution à l'étude d'une réforme de structure de l'enseignement de base au Portugal*. Bordéus: Dissertação de D.E.A. apresentada na Universidade de Bordéus.
- BARROSO, JOÃO (1995): *Os liceus: Organização pedagógica e administração (1836-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2 vols.
- BEJA, FILOMENA *et al.* (1985): *Muitos anos de escolas. Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.
- BESSA, ISABEL TEIXEIRA DIAS (1994): *Arquitectura e memória do Estado Novo ao 25 de Abril - O Liceu Júlio Henriques/João III/José Falcão de Coimbra*. *Revista de História das Ideias*, vol. 16, pp. 135-159.
- BÍVAR, MARIA DE FÁTIMA (1975): *Ensino primário e ideologia*. Lisboa: Seara Nova, 2ª edição.
- BUSTORFF, ANTÓNIO JOSÉ REBELO (1988): *Ensino técnico profissional - Contributo para o estudo da sua organização e do seu funcionamento nos últimos 40 anos (1948 a 1988)*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- CAIADO, NUNO (1990): *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- CAMPOS, MARIA JOANA N. G. COSTA (1990): *L'enseignement de la littérature dans l'enseignement secondaire (1960-1970) - L'idéologie des manuels scolaires*. Paris: Dissertação de D.E.A. apresentada na Universidade de Paris IV.

- CANDEIAS, ANTÓNIO (1993): A situação educativa portuguesa: Raízes do passado e dúvidas do presente. *Análise Psicológica*, 4 (XI), pp. 591-607.
- CANDEIAS, ANTÓNIO; FIGUEIRA, MANUEL HENRIQUE & NÓVOA, ANTÓNIO (1995). *Sobre a Educação Nova - Cartas de Adolfo Lima para Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa: Educa.
- CARREIRA, HENRIQUE MEDINA (1996): A educação. In *A situação social em Portugal, 1960-1995* [Barreto, António, org.]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 423-463.
- CARRILHO, ANTÓNIO LOURO (1987): *Filosofia e pedagogia no pensamento de Delfim Santos*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CARVALHO, RÓMULO DE (1986): *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COELHO, AMÍLCAR (1987): *Cultura e controvérsia na filosofia da educação de António Sérgio*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Nova de Lisboa.
- CORREIA, ANTÓNIO CARLOS DA LUZ (1990). Educação Moral e Cívica: Itinerários de uma disciplina. *Inovação*, 3 (1-2), pp. 49-62.
- CORREIA, ANTÓNIO CARLOS DA LUZ (1996): *Os sentidos dos ponteiros do relógio: Representações do tempo na construção simbólica da organização escolar portuguesa (1772-1950)*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CORREIA, MARIA ADELAIDE PINTO (1990): *Memória de 30 anos na Saúde Escolar*. Livros Horizonte: Lisboa.
- CORTESÃO, LUÍSA (1981): *Escola, Sociedade: Que relação?* Porto: Edições Afrontamento.
- COSTA, MARIA ALICE DE SOUSA MACEDO FONTES (1992). *Poder e Educação: Um estudo sobre a evolução do ensino da biologia na sua relação com factores sócio-políticos*. Vila Real: Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- COSTA, RUI BARBOT (1979): *Para o estudo do analfabetismo e da relutância à leitura em Portugal*. Porto: Brasília Editora.
- COSTA, VICTORINO DA SILVA (1995): *Educação pré-escolar: Que realidade, que currículo?* Braga: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho.
- CUNHA, NORBERTO AMADEU FERREIRA GONÇALVES (1989): *Génese e evolução do ideário de Abel Salazar*. Braga: Tese de doutoramento apresentada na Universidade do Minho.
- DIAS, JOSÉ RIBEIRO (1982): *A educação de adultos - Introdução histórica*. Braga: Universidade do Minho, 3ª edição.
- DINIS, MARIA AUGUSTA SEABRA (1992): *As fadas não foram à escola: A literatura de expressão oral em manuais escolares do ensino primário (1904-1975)*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Nova de Lisboa.
- DOMINGUES, JOAQUIM CARNEIRO DE BARROS (1994): *Filosofia portuguesa para a educação nacional: introdução à obra de Álvaro Ribeiro*. Braga: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho.
- FERNANDES, ROGÉRIO (1979): *A pedagogia portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa/Biblioteca Breve.
- FERNANDES, ROGÉRIO (1992): Irene Lisboa Pedagoga. In *Irene Lisboa, 1892-1958*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 49-56.
- FERNANDES, ROGÉRIO (1993): Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal. *Colóquio - Educação e Sociedade*, 2, pp. 115-144.

- FERREIRA, HENRIQUE DA COSTA (1992): *A administração da educação primária entre 1926 e 1986: que participação dos professores?* Braga: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho.
- FERREIRA, ISABEL ALVES (1994): Mocidade Portuguesa Feminina - Um ideal educativo. *Revista de História das Ideias*, vol. 16, pp. 193-233.
- FERREIRA, MARIA MANUELA MARTINHO (1995): «*Salvar os corpos, forjar a razão*»: *Contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social*. Porto: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- FIALHO, IRENE MARIA LEANDRO RODRIGUES (1993): *Popular e popularizante nos manuais escolares do Estado Novo*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FONTOURA, MADALENA (1992): *Para a história do ensino da língua portuguesa no estrangeiro: 1910-1990*. Lisboa: Projecto Flux.
- FORMOSINHO, JOÃO (1987): *Educating for Passivity - A Study of Portuguese Education (1926-1968)*. London: Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Londres.
- FRÓIS, JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA FERREIRA (1994): *Contributo para a história da educação de deficientes mentais em Portugal: Os primeiros oitenta anos do seu desenvolvimento (1890/1970)*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.
- GARRIDO, ÁLVARO FRANCISCO RODRIGUES (1994): *Tendências evolutivas do movimento associativo coimbrão nos inícios de sessenta: a crise académica de 1962*. Coimbra: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1977): *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1980): A. Faria de Vasconcelos (1880-1939). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIV, pp. 231-252.
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1984): Da Directoria-Geral dos Estudos ao Ministério da Educação. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XVIII, pp. 1-34.
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1985): A introdução e o prolongamento da obrigatoriedade escolar em Portugal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIX, pp. 383-423.
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1987): *A mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Livraria Almedina.
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1991): Três modelos de formação de professores do ensino secundário. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXV (2), pp. 1-24.
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA (1994): O ensino da Psicologia e da Pedagogia nas Universidades portuguesas de 1911 a 1973. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXVIII (3), pp. 337-370.
- GOMES, JOAQUIM FERREIRA; FERNANDES, ROGÉRIO; GRÁCIO, RUI (1988): *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GOMES, RUI (1991): Poder e Saber sobre o Corpo - A Educação Física no Estado Novo (1936-1945). *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*, 2-3, pp. 109-136.
- GOMES, RUI (1994): A representação do corpo *anormal* no Estado Novo (1942-1951): A primeira década do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira. *Boletim SPEF*, 9, pp. 85-106.

- GOMES, RUI (1996): Percursos da educação colonial no Estado Novo (1950-1964). In *Para uma história da educação colonial/Hacia una historia de la educación colonial* [Nóvoa, António; Depaepe, Marc; Johanningmeier, Erwin & Soto Arango, Diana, eds.]. Porto/Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Educa, pp. 153-163.
- GRÁCIO, RUI (1968): *Educação e Educadores*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, RUI (1983): O congresso do ensino liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o Caetanismo. *Análise Social*, XIX (77-78-79), pp. 757-791.
- GRÁCIO, RUI (1985): Evolução política e sistema de ensino em Portugal: dos anos 60 aos anos 80. In *O futuro da educação nas novas condições sociais, económicas e tecnológicas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 53-154.
- GRÁCIO, RUI (1989a): Moral e política na Academia de Coimbra. *Vértice*, 15, pp. 69-84.
- GRÁCIO, RUI (1989b): A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil. In *Portugal Contemporâneo* [Reis, António, dir.]. Lisboa: Publicações Alfa, vol. V, pp. 221-258.
- GRÁCIO, SÉRGIO (1986): *Política educativa como tecnologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, SÉRGIO (1992): *Destinos do ensino técnico em Portugal (1910-1990)*. Lisboa: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- HAMELINE, DANIEL & NÓVOA, ANTÓNIO (1990): Uma autobiografia inédita de António Sérgio. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29, pp. 141-177.
- KUIN, SIMON (1993): A Mocidade Portuguesa nos anos 30 - Anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar de juventude. *Análise Social*, XXVIII (122), pp. 555-558.
- LAUREL, MARIA HERMÍNIA DEULONDER CORREIA AMADO (1989): *A história literária e o ensino da literatura francesa (1957-1974)*. Aveiro: Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Aveiro.
- LOFF, MANUEL (em publicação): As políticas de construção do ensino básico em Portugal: Reforma, contra-reforma e modernização educativa através da obrigatoriedade escolar, 1910-1974. In *Educação básica integral* [Pires, Eurico Lemos, coord.].
- LOPES, RAMIRO JOSÉ FERREIRA (1995): *Sociedade de instrução e beneficência «A Voz do Operário»*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- LOUREIRO, JOÃO EVANGELISTA (1990): *À procura de uma pedagogia humanista*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARQUES, A.H. DE OLIVEIRA (1988): Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961). In *Ensaio de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editores, pp. 123-198.
- MARTINHO, ANTÓNIO MANUEL P. MATOSO (1992): *Os cursos nocturnos nos ensinos preparatório e secundário (1852-1988): Contributo para o estudo da sua organização e funcionamento*. Coimbra: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- MARTINHO, ANTÓNIO MANUEL P. MATOSO (1993): *A Escola Avelar Brotero, 1884-1974 - Contributo para a história do ensino técnico-profissional*. Coimbra: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

- MATOS, SÉRGIO CAMPOS (1990): *História, mitologia e imaginário nacional - A História no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MÓNICA, MARIA FILOMENA (1973): Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo. *Análise Social*, 10 (39), pp. 478-493.
- MÓNICA, MARIA FILOMENA (1977): Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo, 1926-1939. *Análise Social*, 13 (50), pp. 321-353.
- MÓNICA, MARIA FILOMENA (1978): *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença/GIS.
- MORÃO, MARIA PAULA (1989): *Irene Lisboa: vida e escrita*. Lisboa: Presença.
- MOTA, CARLOS ALBERTO M. GOMES (1989): *A «pedagogia sergiana»*. Porto: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- NÓVOA, ANTÓNIO (1987a): *Le Temps des Professeurs*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 volumes.
- NÓVOA, ANTÓNIO (1987b): Do mestre-escola ao professor do ensino primário. *Análise Psicológica*, V (3), pp. 413-439.
- NÓVOA, ANTÓNIO (1991a): Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?. In *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa* [Stoer, Stephen, org.]. Porto: Edições Afrontamento, pp. 59-130.
- NÓVOA, ANTÓNIO (1991b): O passado e o presente dos professores. In *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, pp. 9-32.
- NÓVOA, ANTÓNIO (1992): A «Educação Nacional» (1930-1960). In *Portugal e o Estado Novo* (Nova História de Portugal) [Rosas, Fernando, coord.]. Lisboa: Editorial Presença, pp. 455-519.
- NÓVOA, ANTÓNIO, dir. (1993): *A imprensa de educação e ensino - Repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- NÓVOA, ANTÓNIO (1994a): *História da Educação*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Relatório das provas de agregação).
- NÓVOA, ANTÓNIO (1994b): António Sérgio (1883-1969). In *Thinkers on Education 4* (Prospects, nº 91-92). Paris: Unesco, pp. 501-518.
- NÓVOA, ANTÓNIO; DEPAEPE, MARC; JOHANNINGMEIER, ERWIN & SOTO ARANGO, DIANA, eds. (1996). *Para uma história da educação colonial/Hacia una historia de la educación colonial*. Porto/Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Educa [ver textos de Joaquim Ferreira Gomes, Rui Gomes, Luís Reis Torgal e Luís Vidigal].
- NÓVOA, ANTÓNIO & RUIZ BERRIO, JULIO, eds. (1993): *A História da Educação em Espanha e Portugal - Investigações e actividades*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação [ver textos de António Nóvoa, Joaquim Ferreira Gomes, Francisco Ribeiro da Silva, Áurea Adão e Rogério Fernandes].
- NUNES, JOÃO PAULO AVELÃES (1993): *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1941-1974): ascensão e queda de um paradigma historiográfico*. Coimbra: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Coimbra.
- Ó, JORGE MANUEL RAMOS DO (1993): *O dispositivo cultural nos anos da «política do espírito» (1933-1949): Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- OLIVEIRA, MÁRIO DE SOUSA (1992): *A formação de professores no Liceu Pedro Nunes*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

-
- PALHINHA, MARIA HELENA CARDOSO (1988): *O aluno no ensino primário português (1900-1950): Uma análise da regulamentação escolar*. Caen: Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Caen.
- PALMA, JOSÉ MANUEL BORGES (1983). *Quelques aspects de l'évolution de l'enseignement secondaire au Portugal (1947-1974)*. Paris: Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Paris.
- PATRÍCIO, MANUEL FERREIRA (1982): A educação de adultos em Portugal: os últimos dois séculos. In *Educação de adultos no Alentejo - Contribuição para a formação dos agentes educativos*. Évora: Universidade de Évora, pp. 33-79.
- PAULO, JOÃO CARLOS (1992): «A Honra da Bandeira» - A educação colonial no sistema de ensino português (1926-1946). Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- PAULO, JOÃO CARLOS (1995): *Éducation coloniale et «école portugaise» (1926-1946)*. In *The colonial experience in education: Historical issues and perspectives* [Nóvoa, António; Depaepe, Marc & Johanningsmeier, Erwin V., eds.]. Gent: Paedagogica Historica, pp. 115-135.
- PINHEIRO, J.E. MOREIRINHAS (1990): *Do ensino normal na cidade de Lisboa, 1860-1960*. Lisboa: Patrocínio de Porto Editora.
- PINHEIRO, J.E. MOREIRINHAS (1992): *Irene Lisboa e a educação infantil*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- PIRES, EURICO LEMOS (1993): *Escolas básicas integradas como centros locais de educação básica*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- QUEIROZ, MARIA REGINA: Ética, Política e Educação Cívica. *Inovação*, 3 (1-2), 1990, pp. 39-46.
- RAMOS, RUI (1988): Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal. *Análise Social*, XXIV (103-104), pp. 1067-1145.
- RAMOS, RUI (1993): O método dos pobres: Educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX). *Colóquio - Educação e Sociedade*, 2, pp. 41-68.
- REIS, ANTÓNIO (1990): A política de ensino: do controlo ideológico às exigências da industrialização. In *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. IV, pp. 271-278.
- REIS, JAIME (1993): *O atraso económico português, 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- RIBEIRO, ANTÓNIO MANUEL (1994): Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo - Colecção «Pátria» de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946). *Revista de História das Ideias*, vol. 16, pp. 161-192.
- ROCHA, ANTÓNIO MORAES & BARRETO, FERNANDO (1987): *Subsídios para a história da educação física na Casa Pia de Lisboa, 1780-1987*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.
- ROCHA, MARIA CRISTINA T. TELES DA (1989): *A educação feminina entre o particular e o público - O ensino secundário liceal nos anos 30*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- RODRIGUES, CARLOS MANUEL SANTOS ASSUNÇÃO (1994): *Sócio-história e reformas educativas em Portugal (1936-1986): a emergência da área-escola em contexto curricular*. Braga: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho.
- RODRIGUES, CÉSAR URBINO (1992): *Coordenadas fundamentais do pensamento educacional do Estado Novo*. Braga: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho.

- RODRIGUES, DAVID (1989): Percursos da educação especial em Portugal: Uma meta-análise qualitativa de artigos publicados em revistas não especializadas desde 1940. *Inovação*, 2 (4), pp. 441-453.
- SAMPAIO, JOSÉ SALVADO (1968): Ensino infantil em Portugal (Contribuição monográfica). *Boletim Bibliográfico e Informativo*, 8, pp. 76-104.
- SAMPAIO, JOSÉ SALVADO (1975-1977): *O ensino primário, 1911-1969*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Investigação Pedagógica, 3 volumes.
- SAMPAIO, JOSÉ SALVADO (1980): *Portugal - A educação em números*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SARAIVA, JORGE ANTÓNIO LIMA (1993): *Academismo, ideologia e história: o Instituto de Coimbra (1910-1945)*. Coimbra: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Coimbra.
- SILVA, MARIA DE JESUS SOUSA DE OLIVEIRA E (1993): *A história e o liceu no Estado Novo*. Coimbra: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Coimbra.
- SILVA, MANUELA E TAMEN, M. ISABEL, coord. (1981): *O sistema de ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [ver textos de Joel Serrão, Aldónio Gomes, Rogério Fernandes e Ana Maria Bénard da Costa].
- SOARES, MARIA ISABEL (1993): *Da blusa de brim à touca branca - Contributo para a história do ensino de enfermagem em Portugal, 1880-1950*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- STOER, STEPHEN (1982): *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- STOER, STEPHEN (1986): *Educação e mudança social em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- TORGAL, LUÍS REIS (1989): *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva.
- TORGAL, LUÍS REIS (1996): Nós e os Outros: Portugal e a Guiné-Bissau no ensino e na memória histórica. In *Para uma história da educação colonial/Hacia una historia de la educación colonial* [Nóvoa, António; Depaepe, Marc; Johanningmeier, Erwin & Soto Arango, Diana, eds.]. Porto/Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Educa, pp. 363-378.
- Universidade(s): História - Memória - Perspectivas* (1991). Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 5 volumes [ver textos de J. Santos Simões, Luís Reis Torgal, A.H. de Oliveira Marques, José Luís Lima Garcia e Paulo Fontes].
- VIDIGAL, LUÍS (1996): Entre o exótico e o colonizado: Imagens do Outro em manuais escolares e livros para crianças no Portugal Imperial (1890-1945). In *Para uma história da educação colonial/Hacia una historia de la educación colonial* [Nóvoa, António; Depaepe, Marc; Johanningmeier, Erwin & Soto Arango, Diana, eds.]. Porto/Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Educa, pp. 379-420.
- VIDIGAL, LUÍS (no prelo): Livres pour enfants et échanges culturels: formes de socialisation lettrée (Portugal, 1900-1950). In *Education and Cultural Transmission since Early Modern Times: National Developments and International Trends*. Gent: Paedagogica Historica.
- VIEIRA, MARIA MANUEL (1988): *Práticas de educação feminina nas classes superiores*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

II. Tabela apresentada por António Nóvoa: Trabalhos Publicados em História da Educação

TRABALHOS PUBLICADOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
(n = 123)

Temas	SubTemas	Referências Bibliográficas
Historiografia e instrumentos de investigação n = 9 (7%)	Historiografia (e História da <i>História da Educação</i>)	<i>1º Encontro de História da Educação em Portugal</i> (1988); Gomes (1994); Gomes, Fernandes & Grácio (1988); Nóvoa (1994a); Nóvoa & Ruiz Berrio (1993).
	Instrumentos de trabalho e Estatísticas	Barreto (1996); Beja <i>et al.</i> (1985); Nóvoa (1993); Sampaio (1980).
Sistema de ensino e Ideologia n = 25 (20%)	Sistema de ensino e Políticas educativas	Candeias (1993); Carreira (1996); Carvalho (1986); Ferreira (1992); Formosinho (1987); Gomes (1984); Gomes (1985); Grácio (1985); Loff (em publicação); Nóvoa (1992); Reis (1990); Rodrigues (1994); Silva & Tamen (1981); Stoer (1982); Stoer (1986).
	Ideologia e ensino	Bívar (1975); Campos (1990); Cortesão (1981); Dinis (1992); Fialho (1993); Matos (1990); Ó (1993); Ribeiro (1994); Rodrigues (1992); Torgal (1989).
Níveis de ensino n = 24 (20%)	Educação pré-escolar	Antunes (1991); Costa (1995); Gomes (1977); Sampaio (1968).
	Ensino primário	Mónica (1973); Mónica (1978); Pires (1993); Sampaio (1975-1977).
	Ensino liceal	Barroso (1983); Barroso (1995); Bessa (1994); Costa (1992); Laurel (1989); Palma (1983); Silva (1993).
	Ensino técnico profissional	Andrade (1992); Bustorff (1988); Grácio (1986); Grácio (1992); Martinho (1993).
	Ensino superior	Gomes (1987); Marques (1988); Nunes (1993); <i>Universidade(s): História - Memória - Perspectivas</i> (1991).
Actores educativos n = 16 (13%)	Professores	Adão (1984); Araújo (1993); J. Gomes (1991); Grácio (1983); Loureiro (1990); Nóvoa (1987a); Nóvoa (1987b); Nóvoa (1991a); Nóvoa (1991b); Oliveira (1992); Pinheiro (1990).
	Alunos/Estudantes	Caiado (1990); Garrido (1994); Grácio (1989a); Grácio (1989b); Palhinha (1988).

TRABALHOS PUBLICADOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (cont.)
(n = 123)

Temas	SubTemas	Referências Bibliográficas
Pedagogia/ Pedagogos n = 14 (11%)	—	Candeias, Figueira & Nóvoa (1995); Carrilho (1987); Coelho (1987); Cunha (1989); Domingues (1994); Fernandes (1979); Fernandes (1992); Gomes (1980); Grácio (1968); Hameline & Nóvoa (1990); Morão (1989); Mota (1989); Nóvoa (1994b); Pinheiro (1992).
Modalidades específicas de educação e ensino n = 18 (15%)	Educação física	R. Gomes (1991); Rocha & Barreto (1987).
	Educação especial	Afonso (1995); Fróis (1994); R. Gomes (1994); Rodrigues (1989).
	Educação colonial	Gomes (1996); Nóvoa, Depaepe, Johanningmeier & Soto Arango (1996); Paulo (1992); Paulo (1995); Torgal (1996); Vidigal (1996).
	Educação política e cívica	A. Correia (1990); Ferreira (1994); Kuin (1993); Queiroz (1990).
	Educação da mulher	Rocha (1989); Vieira (1988).
Alfabetização e Educação de adultos n = 10 (8%)	—	Costa (1979); Dias (1982); Fernandes (1993); Lopes (1995); Martinho (1992); Mónica (1977); Patrício (1982); Ramos (1988); Ramos (1993); Reis (1993).
Diversos n = 7 (6%)	—	Correia (1996); M. Correia (1990); Ferreira (1995); Fontoura (1992); Saraiva (1993); Soares (1993); Vidigal (no prelo).

III. Manuale Software Per L'Utente FISQED

MANUALE SOFTWARE PER L'UTENTE FISQED

Sommario

IL SOFTWARE	15
LE FUNZIONALITÀ	16
I REQUISITI MINIMI DI SISTEMA	17
NORME DI COMPILAZIONE.....	17
THESAURUS ETB	17
LEGGI, DECRETI E CIRCOLARI.....	18
PROGRAMMI SCOLASTICI.....	20
ELENCO DEI PRODUTTORI E STAMPATORI DI QUADERNI	24
ELENCO DELLE FESTIVITÀ CIVILI, MILITARI E RELIGIOSE.....	24
ELENCO DELLE COLLANE E DELLE SERIE DI QUADERNI.....	25
CAMPIONARIO DELLERIGATURE	26
CAMPIONARIO DELLE MARCHE DA BOLLO	26
TABELLA CRONOLOGICA DELL'ERA FASCISTA.....	26
IL CATALOGO	27
MODALITÀ DI RICERCA	28
BIBLIOGRAFIA	29
1. Inventário Museológico.....	34
2. Avaliação/ Seleção/ Etiquetagem de bens culturais.....	35
3. Tratamento de imagens e inserção de registos na base de dados.....	37
4. Preenchimento da Ficha de Inventariação no Programa INART	38
5. Divulgação da informação	42
1. Preâmbulo	47
2. O que é o património museológico escolar?.....	48
3. Inventário Museológico.....	50
4. Manutenção do espaço museológico e conservação das peças	52
5. Divulgação e documentos de apoio	56

IL SOFTWARE

Il software FISQED è costruito per la catalogazione documentaria dello specifico materiale non librario costituito da quaderni, album, diari, registri, pagelle e simili. Si tratta di documenti conservati in biblioteche e musei dell'educazione, ma spesso anche negli archivi delle scuole, dove costituisce una risorsa potenzialmente molto interessante per il lavoro didattico.

Oltre a ciò, il software FISQED offre, a profitto degli storici dell'educazione, un'informazione mirata sugli aspetti di maggior interesse per i ricercatori, da quelli relativi al contenuto semantico dei documenti, a quelli concernenti gli aspetti editoriali del supporto / contenitore commerciale.

La strutturazione dei campi, con gli adattamenti richiesti da un materiale atipico, rispetta il vincolo archivistico, gli standard di descrizione ISBD – NBM, gli standard documentari ed è compatibile con gli standard metadata.

Focus del software è l'approccio documentario, inteso come ampio spazio dato all'indicizzazione semantica tramite thesaurus e all'abstract per la rappresentazione dei contenuti concettuali del documento.

Un thesaurus multilingue è interfacciato al software; usato per il momento nella versione italiana, consentirà in futuro l'espansione del progetto a livello internazionale. Il software è predisposto sia per la costituzione di una banca dati locale, sia per l'esportazione dei dati nel catalogo cumulativo on-line.

LE FUNZIONALITÀ

Le principali caratteristiche tecniche e funzionalità del software FISQED:

1. cataloga nel rispetto degli Standard nazionali e internazionali;
2. in rapporto ai documenti particolari trattati, dà la possibilità di indicizzare sia il documento in sé, sia il supporto / contenitore, offrendo così informazioni dettagliate e rilevanti agli studiosi già in fase di ricerca;
3. consente una catalogazione agevole, che delega prevalentemente alla macchina la costruzione di formati a norma e non richiede competenze specialistiche, adatta quindi anche ad un'utenza non professionale, quale può essere quella scolastica;
4. immagini, schede bio-bibliografiche, tabelle, testi esplicativi possono essere liberamente associati al singolo record;
5. il software produce un catalogo che permette una visualizzazione sequenziale di tutti i documenti ed una ricerca con gli operatori AND, OR, NOT, estremamente dettagliata, su tutti i campi del record; la ricerca genera tre formati di visualizzazione dei dati: una scheda minima, una scheda ampia ed una scheda completa, funzionali a diverse esigenze di visualizzazione e di stampa dei risultati;
6. è privilegiata in particolare l'indicizzazione analitica per soggetto con thesaurus, la più funzionale alla richiesta dell'utente;
7. una specifica funzione consente di esportare direttamente i dati nel catalogo cumulativo nazionale on-line collocato presso il sito dell'Indire;
8. rende possibile la catalogazione in rete locale
9. non espone rigidamente l'utente al mezzo informatico, ma ne sollecita i processi cognitivi ed esplorativi con la flessibilità, l'evidenza della struttura di base, la possibilità di personalizzazioni, tutte caratteristiche particolarmente importanti in ambito scolastico.

I REQUISITI MINIMI DI SISTEMA

I requisiti minimi di sistema per installare correttamente il software FISQED sono i seguenti:

Sistema operativo: Windows 98 e superiori

Processore: Pentium III 1,0 Ghz

RAM: 128 Mb

Scheda video: 16 bit 800 x 600 **Browser per navigazione WEB**

GLI STRUMENTI DI CORREDO

La catalogazione di fondi storici di quaderni, materiali didattici può presentare delle difficoltà, sia per la natura atipica dei documenti, sia per difficoltà interpretative legate all'incrocio tra documenti e personaggi, eventi, testi ufficiali, non sempre evidenti e dichiarati. A sostegno della catalogazione, sono stati predisposti alcuni preziosi strumenti di corredo, frutto di anni di intenso lavoro e ricerca.

Gli strumenti di corredo - salvo diversa indicazione - sono a cura di Juri Meda e Marisa Trigari.

NORME DI COMPILAZIONE

La maschera di input del software di catalogazione FISQED prevede un help interfacciato al singolo campo. Di seguito ne viene fornita la versione scaricabile e stampabile utile per agevolare il lavoro del catalogatore.

Le norme di compilazione sono così organizzate:

- **Sezione 1:** Dati amministrativi
- **Sezione 2:** Area del titolo e dell'indicazione d'autore – luogo, anno
- **Sezione 3:** Area della descrizione fisica e della descrizione del supporto/contenitore commerciale
- **Sezione 4:** Area della lingua e della descrizione semantica dei

contenuti concettuali del documento Le norme di compilazione:



[Norme di compilazione \(versione italiana\)>>](#)



[Reglas de compilacion \(versione](#)

[spagnolo\)>>](#)

THESAURUS ETB

Il thesaurus interfacciato al software FISQED è l'ETB Thesaurus / INDIRE (Firenze) – coordinatore, Humboldt Universität (Berlin), Informations Zentrum Sozialwissenschaften (Bonn), Universidad Nacional de Educación a Distancia, (Madrid), c. 2003 [nuove versioni linguistiche in progress] (multilingue, 14 lingue: albanese, arabo, danese,

ebraico, finlandese, francese, greco, inglese, italiano, olandese, spagnolo, tedesco, svedese, ungherese). Utilizzato nell'ambito di European Schoolnet e incluso nei metadata Celebrate per l'indicizzazione dei Learning Objects a livello europeo.

Il thesaurus, scritto in formato RDF, è stato elaborato nell'ambito del progetto europeo "European Treasury Browser", mirato alla creazione di un database nativo e di una infrastruttura di ricerca tra banche dati nazionali e locali di risorse Internet per la didattica, ad ogni livello scolastico e di età. Lo strumento è destinato all'indicizzazione di tali risorse, ed ha quindi come ambito prevalente di riferimento i contenuti dell'insegnamento/apprendimento e la metodologia didattica.

Per le sue caratteristiche di strumento per progetti internazionali di documentazione e di terminologia mirata espressamente su oggetti didattici, il thesaurus ETB è parso il più adatto ad indicizzare i materiali scolastici oggetto del progetto FISQED.

I descrittori sono 1.155, distribuiti in 17 micro-thesauri, prevalentemente suddivisi per materie di insegnamento/apprendimento.

Le forme di presentazione dei descrittori sono tre:

- **alfabetica strutturata**, con il massimo delle informazioni sulle relazioni semantiche;
- **sistematica**, in microthesauri e cluster costituiti da top term e loro sotto-ordinati;
- **permutata (KWIC)**.

Lo specifico di questo thesaurus è il tentativo di un ragionevole bilanciato dimensionamento dei descrittori in un campo potenzialmente sterminato quale quello dei contenuti, in particolare attraverso un rapporto tra 'concetti collettivi' e sotto-ordinati specifici, conservati come non descrittori.

Scarica [QUI](#) e stampa il thesaurus nelle tre forme di presentazione.

La navigazione della versione a stampa renderà più agevole la catalogazione e la ricerca.

LEGGI, DECRETI E CIRCOLARI

Il processo di normalizzazione al quale furono sottoposti nel corso del Novecento i quaderni scolastici

- ma anche altre tipologie di materiale scolastico, come i diari e le pagelle - fu la conseguenza di una complessa serie di provvedimenti normativi (leggi, decreti e circolari ministeriali, ma anche accordi nazionali tra le associazioni di categoria coinvolte), che qui di seguito proponiamo a vantaggio dei ricercatori:

Scarica i materiali:

Titolo	File
Circolare n. 57 del Ministro della Pubblica Istruzione ai Provveditori agli Studi del 21	 Circolare del_21 maggio 1923 n. 57

maggio 1923	
Circolare n. 58 del Ministro della Pubblica Istruzione ai Provveditori agli Studi del 21 maggio 1923	 Circolare_del 21 maggio 1923 n. 58
Accordo nazionale tra Opera nazionale balilla, Federazione nazionale fascista degli industriali della carta e Confederazione nazionale fascista dei commercianti del 18 maggio 1931	 Accordo nazionale del 18 maggio 1931
R. Decreto Legge 26 luglio 1935, n. 1573 «Norme per la disciplina della fabbricazione e della vendita dei quaderni scolastici»	RDL del _26 luglio 1935_n. 1573
R. Decreto Legge 15 ottobre 1936, n. 2052	RDL_del 15 ottobre 1936_n. 2052
Legge 30 ottobre 1940, n. 1587 «Istituzione dei diari scolastici nelle scuole degli ordini elementare e medio»:	Legge_del 30 ottobre 1940_n. 1587
Scarica la Circolare della Federazione Fascista degli Industriali Editori del 6 ottobre 1941	 Circolare del _6 ottobre 1941
Scarica la Legge 12 febbraio 1942, n. 132	Legge_del 12 febbraio 1942_n. 132
Scarica la Circolare n. 148649 del Ministro della Pubblica Istruzione ai Provveditori agli Studi del 5 settembre 1950	Circolare_del 5 settembre 1950_n. 148649

Sisegnala in fine la Circolare del Ministero della Pubblica Istruzione ai Provveditori agli Studi n. 37 dell'8 luglio 1954, con la quale si autorizza la distribuzione nelle scuole italiane dei quaderni della serie "Jolly Durbans" (afumetti).

PROGRAMMI SCOLASTICI

Lo stretto rapporto tra didattica quotidiana e programmi scolastici sarà evidente a chi leggerà i materiali documentati nel catalogo FISQED sullo sfondo dei programmi che si sono succeduti nel tempo. Per altro verso, solo questo confronto permetterà di apprezzare l'autonomia e l'originalità di insegnanti capaci di interpretare ed innovare con creatività e intelligenza, o di resistere a sollecitazioni conservatrici, ma anche a posizioni di altri insegnanti che impoveriscono e banalizzano le sollecitazioni positive dei programmi stessi. I programmi scolastici, infine, sono in grado di fornire un interessante repertorio terminologico ai catalogatori impegnati nell'indicizzazione e nell'*abstracting* dei quaderni e degli elaborati didattici, al fine di nominare e descrivere correttamente pratiche didattiche non più in uso e per questo motivo spesso difficilmente riferibili.

Titolo	File
Prospetto comparativo dei programmi della scuola elementare (1867-1923)	Prospetto comparativo dei programmi scolastici
Programmi didattici particolareggiati per le scuole elementari, compilati in base a quelli governativi (R. Decreto 1 Ottobre 1923 n. 2185 e Ordinanza ministeriale 11 novembre 1923)	Prog_scel_Cesena_1925.pdf
Programma di educazione fascista per le scuole elementari del Comune di Milano (1933)	Prog_scel_edfasc_Milano_1933.pdf
Programma di studio per le scuole elementari (Decreto Ministeriale 28 settembre 1934)	Prog_scel_1934.pdf
Programmi per le scuole elementari e maggiori del Canton Ticino approvati il 22 settembre 1936 dal Consiglio di Stato del Canton Ticino :	Prog_scel-mag_Ticino_1936.pdf
Ordinamento e i programmi della scuola media (Legge 1 luglio 1940, n. 899 - R. D. 30 luglio 1940, n. 1174)	Prog_scmed_1940.pdf
Orarie i programmi per la scuola professionale femminile e per la scuola di magistero professionale per la donna (approvati con R. Decreto 7 maggio 1936), compresi i programmi di religione, puericultura e le tasse scolastiche	Prog_scmagprofem_1941.pdf
Programmi per l'istituto tecnico industriale (R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762): corso preparatorio, corso superiore per meccanici-	Prog_istecind_1941.pdf

elettricisti e corso superiore per edili	
Programmi d'insegnamento per la scuola popolare (1948)	Prog_scpop_1948.pdf
Orari e i programmi per gli istituti tecnici industriali per tessili, chimici tintori, chimici industriali e chimici coloristi (R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762 - Decreto interministeriale 8 luglio 1946 - Circolare ministeriale 13 maggio 1948, prot. 42	Prog_istecind_testint_1949.pdf
Orari e i programmi per gli istituti tecnici industriali per edili (R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762 - Decreto interministeriale 8 luglio 1946 - Circolare ministeriale 13 maggio 1948, prot. 42	Prog_istecind_ed_1949.pdf
Programmi per le scuole e i corsi di avviamento professionale di tipo commerciale (R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762)	Prog_scavprofcom_1949.pdf

S

c
a
r
i
c
a

i

m
a
t
e
r
i
a
l
i

Orari e i programmi per le scuole e per i corsi di avviamento professionale di tipo agrario (R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762)	Prog_scavprofagr_1950.pdf
Orari e i programmi per la scuola di avviamento industriale femminile (Circolare ministeriale 22 settembre 1948, n. 63, prot. 8990)	Prog_scavindfem_1950.pdf
Orari e i programmi d'insegnamento per gli istituti tecnici per geometri (stabiliti con R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762 e aggiornati con Decreto interministeriale 8 luglio 1946) :	Prog_istecgeo_1950.pdf
Programmi d'insegnamento e di esame per l'accademia di belle arti, il liceo artistico, la scuola libera del nudo e la scuola serale artefici (1951)	Prog_istrart_1951.pdf
Orari e i programmi per gli istituti tecnici industriali meccanici ed elettricisti-radiotecnici (R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762 - Decreto interministeriale 8 luglio 1946 - Circolare ministeriale 13 maggio 1948, prot. 42)	Prog_istecind_mecel_1952.pdf
Ordinamento e i programmi delle scuole "Eugenio Faina" (1952)	Prog_ScFaina_1952.pdf
Orari e i programmi per gli istituti tecnici commerciali (stabiliti con R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762 e aggiornati con Decreto interministeriale 8 luglio 1946)	Prog_istecom_1954.pdf
Orari e i programmi d'insegnamento e d'esame per la scuola di avviamento industriale e per la scuola tecnica industriale: sezioni meccanici, motoristi, elettricisti e radiomontatori (Circolare ministeriale 2 settembre 1947, n. 54 - Circolare ministeriale 3 agosto 1949, n. 78)	Prog_scavind_1954.pdf

Orari e i programmi per gli istituti magistrali (conformi all'edizione ufficiale del 1950) e le scuole magistrali (conformi al testo del R. Decreto 11 agosto 1933, n. 1286) :	Prog_istscmag_1954.pdf
Programmi d'insegnamento per gli istituti tecnici nautici (stabiliti con R. Decreto 7 maggio 1936, n. 762, aggiornati con Decreto interministeriale 8 luglio 1946 e conformi al testo pubblicato nel Bollettino ufficiale del Ministero della Pubblica Istruzione n. 20 - Parte I del 13 maggio 1948	Prog_istecnav_1954.pdf

ELENCO DEI PRODUTTORI E STAMPATORI DI QUADERNI

Case editrici, cartiere, arti grafiche, in taluni casi tipo-litografie e cartolerie, fino ai patronati Scolastici o ai economati sono produttori del prodotto commerciale costituito dal quaderno, dall'album, dal diario.

Spesso è difficile distinguere il produttore, che è colui che allestisce il prodotto finito applicandovi la copertina ai fogli, dallo stampatore o dal distributore, soprattutto nel secondo Ottocento e nel primo decennio del Novecento, quando piccole aziende, generalmente tipo-litografie, legatorie o librerie, producono e stampano a livello artigianale e distribuiscono in proprio quaderni o album. La situazione è resa più complessa ancora dall'opera di organi integrativi della scuola quali patronati o economati, che producono direttamente questi materiali e li distribuiscono gratuitamente come sussidi per alunni bisognosi.

Per orientarsi nel mercato dei materiali scolastici nel periodo che va dalla seconda metà dell'Ottocento alla prima metà del Novecento e per avere una visione di insieme della categoria il seguente elenco di produttori può essere dunque un utile strumento.

Scarica materiale

Titolo	File
Elenco dei produttori e stampatori di quaderni	Elenco produttori e stampatori.pdf

ELENCO DELLE FESTIVITÀ CIVILI, MILITARI E

RELIGIOSE

I quaderni e gli altri materiali scolastici sono assai spesso colmi di riferimenti a festività civili, militari e religiose, le quali scandivano l'anno scolastico – oltre a quello solare – e costituivano nella maggior parte dei casi uno dei “centri d’interesse” attorno ai quali gli insegnanti costruivano la propria attività didattica. Per questo motivo si fornisce questo elenco, il quale costituisce inoltre un utile strumento per la datazione dei materiali scolastici, la quale risulta spesso dubbia a causa dell’assenza di riferimenti cronologici espliciti.

Scarica il materiale:

Titolo	File
Elenco delle festività civili militari e religiose	Elenco_festivita_civili_militari_rel igiose.pdf

ELENCO DELLE COLLANE E DELLE SERIE DI QUADERNI

Nei primi due decenni del Novecento le copertine dei quaderni scolastici – che fino a quel momento erano state tuttora rigorosamente tenute nell'intento di non fornire agli scolari alcun motivo di distrazione – furono invase da illustrazioni vivaci e colori sgargianti.

Alla base dello straordinario successo dei quaderni illustrati c'era un nuovo modo di intendere il mandato educativo degli oggetti didattici, il quale poteva essere assolto non solo attraverso la particolare cura dedicata agli aspetti ergonomici dell'apprendimento – come quelli connessi al processo materiale della scrittura – ma anche attraverso la divulgazione di nozioni elementari e minimi contenuti per mezzo delle illustrazioni e delle relative didascalie.

L'elenco delle collane e delle serie di quaderni che qui proponiamo intende costituire un utile strumento di verifica per i catalogatori impegnati nella compilazione dei campi inerenti la descrizione dei quaderni in quanto prodotti commerciali dotati di una veste grafica specifica, al fine di evitare errori e imprecisioni.

Scarica il materiale

Titolo	File
Elenco delle collane e delle serie di quaderni	Elenco_collane_serie_quaderni.pdf

CAMPIONARIO DELLE RIGATURE

Le autorità scolastiche pongono attenzione nel tempo anche agli aspetti ergonomici dell'apprendimento, ivi compresi quelli connessi con la guida al processo materiale della scrittura, attraverso un progressivo adattamento dell'occhio a caratteri sempre più piccoli e progressivamente tracciati senza l'ausilio della doppia rigatura.

Il campionario di rigatura che segue aiuta a riconoscere le varianti di questo processo nel tempo e a riconoscerle nei quaderni trattati.

Titolo	File
Campionario delle rigature	Campionario di rigatura.pdf

CAMPIONARIO DELLE MARCHE DA BOLLO

A partire dall'inizio degli anni Trenta, i cartolai furono obbligati ad apporre ai quaderni una marca da bollo, i cui introiti servivano a finanziare dapprima i patronati scolastici e quindi le organizzazioni giovanili del regime fascista. Recent studi hanno dimostrato che i cartolai cercarono di evadere in tutti i modi questo sistema di tassazione indiretta, come si evince anche dalla quasi generale assenza delle prescritte marche da bollo sulle copertine dei quaderni documentati nel catalogo FISQED.

Titolo	File
Campionario delle marche da bollo	Campionario di marche da bollo.pdf

TABELLA CRONOLOGICA DELL'ERA FASCISTA

dell'epoca.

Titolo	File
Scarica la tabella cronologica dell'era fascista	Tabella cronologica fascista.pdf

IL CATALOGO

Il catalogo cumulativo FISQED è costituito da record descrittivi di quaderni e materiali scolastici non librari (album, diari, pagelle, registri, cronache scolastiche degli insegnanti, ecc.) prevalentemente del secondo Ottocento e della prima metà del Novecento. Descrive fondi provenienti da tutti gli istituti partner del progetto nazionale FISQED ed è accessibile nel sito dell'Indire (Istituto Nazionale di Documentazione, Innovazione e Ricerca Educativa). I dati vengono introdotti in sede locale e producono un catalogo consultabile in sede (ad es. in una scuola senza collegamento ad Internet); possono essere inoltre esportati nel sito dell'Istituto per costituire il catalogo nazionale cumulativo accessibile in rete.

La descrizione è articolata in 4 grandi sezioni, 46 campi, 53 sottocampi (per visualizzarli, scarica l'indice del catalogo).

L'intento è quello di rappresentare a livello documentario tutti gli aspetti che, da diversi punti di vista, possono interessare lo studioso, sia all'interno di un laboratorio didattico di storia in una scuola, sia nell'ambito della ricerca scientifica di storia dell'educazione.

Il catalogo identifica i documenti in rapporto alla loro tipologia, provenienza, collocazione; ne descrive le caratteristiche fisiche, li situa nello spazio e nel tempo, indicizza i nomi degli studenti e degli insegnanti responsabili dei contenuti, riporta le denominazioni delle scuole di appartenenza. Uno spazio rilevante è riservato ai contenuti concettuali e iconografici attraverso l'indicizzazione con thesaurus e l'abstract.

Oltre a questa informazione dettagliata, inusuale per tipi di materiali normalmente considerati secondari dalla catalogazione archivistica e biblioteconomica, il catalogo offre la descrizione articolata del supporto/contenitore in quanto tale, il prodotto commerciale (quaderno, album, diario, libretto di esercizi, ecc.) acquistato o compilato dallo studente, portatore a sua volta di responsabilità, forme e contenuti di interesse storico (testi e iconografia di copertina con relativi autori, grafica, rigatura e quadrettatura, filigrana, marche da bollo ecc.).

Il catalogo è accessibile in locale tramite:

- una visualizzazione sequenziale di tutti i documenti;
- una ricerca con gli operatori AND, OR, NOT, estremamente dettagliata, su tutti i campi del record.

Il catalogo è accessibile in rete tramite:

- una ricerca per classi;
- un box di ricerca libera;
- una scheda di ricerca guidata.

In ambedue i casi la ricerca genera tre formati di visualizzazione dei dati:

- una scheda minima;
- una scheda ampia;
- una scheda completa.

Questi formati sono funzionali a diverse esigenze di visualizzazione e stampa dei risultati.

MODALITÀ DI RICERCA

RICERCA LIBERA

La ricerca libera è uno strumento utile nei casi in cui non si ha un'idea chiara dei canali attraverso i quali effettuare la ricerca stessa. Il termine o i termini inseriti nel campo di testo formulano una espressione di ricerca sui campi indicizzati.

Questo tipo di ricerca può risultare piuttosto "rumorosa", nel senso che può generare molti risultati incongruenti con l'obiettivo, ma può rivelarsi vantaggiosa nel caso in cui consenta di reperire dati inattesi e interessanti.

RICERCA GUIDATA

È sostanzialmente una "ricerca per indici". Gli indici messi a disposizione dal sistema consistono in elenchi ordinati alfabeticamente di tutte le parole o delle frasi esatte contenute in uno specifico campo indicizzato. Gli indici attualmente disponibili sono i seguenti:

- [Tipologia](#)
- [Soggetto](#)
- [Periodo](#)
- [Località](#)

Per tutti gli indici viene visualizzata una maschera con un unico campo da riempire ("Parti da:") con una qualsiasi parola chiave. L'utente otterrà una lista delle schede nelle quali è stata utilizzata quella parola chiave o altre congruenti, nella parte iniziale, con la sequenza di caratteri specificati.

RICERCA AVANZATA

La ricerca avanzata consente agli utenti più esperti di ottenere risultati molto precisi. I canali di ricerca sono due:

- [Documento](#)
- [Supporto / contenitore commerciale](#)
- un campo di testo in cui inserire un termine da cercare nel canale di ricerca selezionato
- un menù a tendina dal quale selezionare un operatore logico con cui combinare il criterio con quello successivo

I risultati della ricerca comprendono le notizie che verificano il criterio impostato e tutti i filtri.

BIBLIOGRAFIA

Si propone qui di seguito una breve bibliografia, utile per un primo approccio al trattamento dei quaderni scolastici e degli elaborati didattici.

Aa.Vv., "Materiali di lavoro", n. 2-3, 1992 (V seminario: La scrittura bambina. Interventi e ricerche sulle pratiche di scrittura dell'infanzia e dell'adolescenza)

Egle Becchi e Quinto Antonelli (a cura di), *Scritture bambine. Testi infantili tra passato e presente*, Laterza, Bari 1995

Giovanni CONTINIE Gian Bruno RAVENNI, *Giovani, scolarizzazione e crisi della mezzadria: San Gersolè (1920-1950). La storia della famiglie attraverso i diari scolastici e le fonti orali*, in "Annali dell'Istituto Alcide Cervi", 9/1987

Elena D'AMBROSIO, *A scuola col Duce. L'istruzione primaria nel Ventennio fascista*, Istituto di storia contemporanea "Pier Amato Perretta", Como 2001

Teresa DOLFI e Stefania LUCARELLI, *La scuola in mostra. Catalogo dei materiali della mostra della scuola (Pistoia, luglio-settembre 1929) conservati nella Biblioteca comunale Forteguerriana*, Edizioni del Comune di Pistoia, 1990

Luigi MARRELLA, *I diari della gioventù italianissima*, Barbieri, Manduria 2006

Juri MEDA, *La politica quotidiana*, in "History of education and children's literature", n.1/2006

Juri MEDA, *Quaderni di scuola. Nuove fonti per la storia dell'editoria scolastica minore*, in "Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche", n.13/2006

Juri MEDA, *Tra le sudate carte... Guida ragionata ai fondi di quaderni ed elaborati didattici in Italia*, in "Biblioteche oggi", n.8/2004

Davide MONTINO, *Scritture scolastiche, modelli educativi e soggettività infantile nell'Italia del Novecento*, in "Contemporanea", n.4/2006

Davide MONTINO, *Quaderni scolastici e costruzione dell'immaginario infantile*, in "Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche", n.13/2006

Davide MONTINO, *"Sempre obbedirò a mis queridos padres..." Escritos y lecturas educativas de una escolar en la Italia liberal (1898-1903)*, in "Cultura escrita & Sociedad", n.3/2006

Davide MONTINO, *Le parole educate. Libri e quaderni tra fascismo e Repubblica*, Selene, Milano 2005

Davide MONTINO, *La pratica pedagogica del "Diario della vita di scuola". Dalla possibilità di una scrittura intima alla necessità di una scrittura disciplinata (1923-1943)*, in Atti dell'VIII Congreso de Historia de la Cultura escrita, Alcalá de Henares, 5-8 luglio 2005

Davide MONTINO, *"O! Se podessi volarti tra le braccia". Cartas de adolescentes del reformatorio de Bosco Marengo (1904-1920)*, in A. Castillo Gomez e V. Sierra Blas (a cura di), *Letras bajo sospecha. Escritura y lectura en centros de internamiento*, Trea, Gijón 2005

Davide MONTINO, *Bambini che scrivono*, in "Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita", n. 12/2003

Davide MONTINO, *Il quaderno scolastico tra soggettività e disciplina della scrittura*, in P. Conti, G. Franchini, A. Gibelli (a cura di), *Storie di gente comune nell'Archivio Ligure della Scrittura Popolare*, E.I.G., Acqui Terme 2002

Gian Bruno RAVENNI e Paolo DESIMONIS, *I bambini pistoiesi e il fascismo: note in margine ad una mostra*, in "Fare storia", n. 16, 1991

Gian Bruno RAVENNI, *I giorni raccontati: i diari di San Gersolè*, in "Rivista di storia dell'agricoltura", giugno, 1991

IV. Manual de Procedimentos – BAME - MUSEU



MANUAL DE PROCEDIMENTOS



BAME – MUSEU

Índice

Anexos	1
Manuale Software Per L'Utente FISQEDFISQUED, Fondi Italiani di Quaderni Scolastici ed Elaborati Didattici	14
IL SOFTWARE	15
LE FUNZIONALITÀ	16
I REQUISITI MINIMI DI SISTEMA	17
NORME DI COMPILAZIONE	17
THESAURUS ETB	17
LEGGI, DECRETI E CIRCOLARI	18
Scarica i materiali:	18
PROGRAMMI SCOLASTICI	20
Scarica i materiali	22
ELENCO DEI PRODUTTORI E STAMPATORI DI QUADERNI	24
Scarica materiale	24
ELENCO DELLE FESTIVITÀ CIVILI, MILITARI E RELIGIOSE	24
Scarica il materiale:	25
ELENCO DELLE COLLANE E DELLE SERIE DI QUADERNI	25
Scarica il materiale	25
CAMPIONARIO DELLERIGATURE	26
CAMPIONARIO DELLE MARCHE DA BOLLO	26
TABELLA CRONOLOGICA DELL'ERA FASCISTA	26
IL CATALOGO	27
MODALITÀ DI RICERCA	28
RICERCA LIBERA	28
RICERCA GUIDATA	28
RICERCA AVANZATA	28
BIBLIOGRAFIA	29
1. Inventário Museológico	34
2. Avaliação/ Seleção/ Etiquetação de bens culturais	35
3. Tratamento de imagens e inserção de registos na base de dados	37
4. Preenchimento da Ficha de Inventariação no Programa INART	38
5. Divulgação da informação	42

1. Preâmbulo	47
2. O que é o património museológico escolar?	48
3. Inventário Museológico.....	50
4. Manutenção do espaço museológico e conservação das peças	52
5. Divulgação e documentos de apoio	56

1. Inventário Museológico

O inventário museológico da educação é uma relação selectiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada escola, independentemente da modalidade de incorporação. Através do inventário museológico pretende-se a identificação e individualização de cada bem cultural, bem como a integração da respectiva documentação, de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características.

A realização de um inventário museológico dos bens acima referidos não modifica a sua propriedade ou posse.

Para que possa ser elaborado um inventário museológico é necessária a existência de um número de registo de inventário e de uma ficha de inventário museológico, que constituem um instrumento de descrição, identificação e individualização dos bens culturais das escolas.

A cada bem cultural é atribuído um número de registo de inventário único e intransmissível, não podendo ser atribuído a qualquer outro bem cultural. O número de registo de inventário é associado de forma permanente ao respectivo bem cultural da forma tecnicamente mais adequada.

A ficha de inventário museológico de cada bem cultural, deve integrar os seguintes elementos, preenchida de forma manual ou informatizada, de acordo com o modelo fornecido pela Secretaria-Geral:

- Identificação da Escola/Instituição
- Número de inventário;

- Identificação/Denominação do bem cultural
- Título (quando aplicável);
- Autoria (quando aplicável);
- Datação
- Estado de conservação;
- Material/meio/suporte;
- Marcas;
- Dimensões;
- Descrição;
- Localização;

O inventário museológico e outros registos não informatizados devem ser conservados nas instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, de forma a evitar a sua destruição, perda ou deterioração.

2. Avaliação/ Selecção/ Etiquetagem de bens culturais

Para a elaboração do inventário museológico dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada escola, deve ser realizada uma visita completa às instalações escolares para que possa ser feita uma avaliação/ diagnóstico do material existente: origem das peças, valor histórico e enquadramento.

Após a visita deve proceder-se à selecção das peças/áreas mais representativas da instituição cultural nas diferentes áreas disciplinares:

Área Disciplinar	Tipologia de objectos associados
Administração ou Secretariado	Mobiliário, máquinas de escrever, instrumentos de trabalho diversos
Artes Visuais	Desenhos, peças de cerâmica, escultura, pintura, azulejo

Astronomia	Imagens parietais, planetário
Biologia	Imagens parietais, espécies animais e vegetais, microscópios, modelos anatómicos, instrumentos científicos da área
Educação Física	Aparelhos da área (bolas, arcos, raquetes, patins...)
Educação Moral e religiosa	Cálice, missal, salva, crucifixo, alfaia litúrgica
Electrotecnia	Instrumentos científicos da área, ferramentas
Física	Instrumentos científicos da área, balanças e outro tipo de utensílios
Geografia	Mapas, globos terrestres e celestes
Geologia	Fósseis, minerais, rochas, modelos
História	Imagens parietais e mapas
História da Arte	Imagens parietais e mapas
Lavores	Tear, máquina de costura, bordados
Línguas	Imagens parietais e mapas
Marcenaria	Trabalhos realizados em madeira e ferramentas
Matemática	Sólidos geométricos, réguas, esquadros
Mecanotecnia	Equipamentos da área, ferramentas, trabalhos de alunos
Música	Instrumentos musicais, imagens parietais
Química	Instrumentos científicos da área, equipamento técnico, balanças
Saúde ou higiene	Imagens parietais, instrumentos da enfermaria
Serralharia	Equipamentos da área, ferramentas, trabalhos de alunos
Têxteis	Tapeçarias, tapetes, toalhas,
Outros	Armas, espólio documental (manual, certificado, diploma, álbum, fotografias), meios audiovisuais (projector, gira-discos, diascópio), ourivesaria, vestuário ou adorno pessoal.

De seguida, deve levar-se a cabo o processo de etiquetagem e registo pormenorizado das características das peças na ficha de inventário, com a captação da imagem respectiva.

A etiquetagem das peças deverá ser feita através da atribuição de um número de inventário único que corresponde ao código da escola (seis dígitos), antecedido pelas iniciais ME. Ex. ME/123456/1; ME/123456/2; ME/123456/3 e assim sucessivamente.

A etiquetagem deverá ser feita tendo em conta as características do material em questão, podendo ser usadas etiquetas autocolantes ou etiquetas de papel.

3. Tratamento de imagens e inserção de registos na base de dados

A existência de imagens em formato digital permite a divulgação dos bens culturais de forma mais ampla, devendo ser assegurada a migração da informação para novas plataformas tecnológicas.

O tratamento consiste na limpeza e no controlo cromático das imagens, de forma a garantir a maior semelhança possível com o objecto, através da aplicação Picasa.

Deve proceder-se à renomeação da imagem, atribuindo-lhe o n.º de inventário correspondente à peça a que se refere. Ex. ME.123456.1. Se houver mais do que uma imagem a atribuição de n.º deverá ser sequencial, utilizando letras: ME.123456.1/ ME.123456/1 a/ ME.123456/1. B

Após o tratamento das imagens deve proceder-se à identificação, interpretação e recolha de informação adicional relativamente às peças inventariadas de forma a produzir uma descrição completa, correcta e simples das mesmas.

As peças devem ser inseridas na base de dados utilizada pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação, juntamente com as respectivas imagens. Após a inserção dos registos estes são exportados para a Web e difundidos ao público.

4. Preenchimento da Ficha de Inventariação no Programa INART

a. Breve descrição dos comandos mais utilizados na barra de ferramentas de registo

Este comando permite navegar para o primeiro registo;

Este comando permite navegar para o registo anterior àquele onde o utilizador está posicionado;

Este comando permite navegar para o registo seguinte àquele onde o utilizador está posicionado;

Este comando permite navegar para o último registo inserido;

Ordenação ascendente ou descendente - possibilita a ordenação ascendente ou descendente dos registos;

Filtrar - este comando permite filtrar determinado registo, ou seja fazer uma pesquisa local / filtrar a informação que o utilizador procura;

Pré-visualizar - este botão possibilita a pré-visualização da informação existente nas fichas, antes de fazer a impressão das mesmas. Útil para verificação dos dados/campos que foram inseridos na ficha;

Bloco de notas - permite fazer pequenos apontamentos/informações complementares à ficha que está a introduzir;

Duplicar - permite duplicar uma ficha na sua totalidade, assim no caso de existirem objectos com as mesmas características, pode fazer instantaneamente um registo igual ao que está activo, duplicando essa informação sobre o objecto. Pode modificar os campos em que a informação não é a mesma. Deve, para gravar este novo registo, mudar o número de inventário;

Inserir - este botão permite abrir uma nova ficha e inserir os dados sobre o objecto;

Eliminar - Permite eliminar um registo na sua totalidade;

Cancelar - Permite cancelar a inserção de dados, isto antes da informação ser gravada;

Gravar - Permite gravar a informação registada;

Em diversos campos existem listas de termos (Thesauri) que possibilitam a introdução automática de dados.

Esses dados são criados, nas tabelas auxiliares específicas, permitindo uma uniformização e normalização desses conteúdos.

b. Criação de uma nova ficha de registo

Designação: Deve introduzir o nome atribuído comumente ao objecto. Clicando na seta azul, surge uma tabela auxiliar onde se encontra uma listagem de designações pré-definidas devendo seleccionar-se a adequada, (consultar tabela auxiliar).

Título: Utilizar só em quadros parietais ou mapas cartográficos ou outros objectos como por exemplo pintura/escultura com um título/nome atribuído pelo autor (ex.: A República).

Descrição: A descrição deve ser feita partindo do geral para o particular, apresentadas as suas características específicas e deve ser concisa e objectiva. Para resolver dúvidas na descrição da peça, consultar o <http://edumuseu.sg.min-edu.pt/> fazendo uma pesquisa guiada e escolhendo o item ou peças semelhantes.

Para a descrição de objectos científicos pode ainda consultar na internet alguns sites de Museus de Ciência.

Exemplos de alguns links para sites específicos:

<http://baudafisica.web.ua.pt/Default.aspx>

http://mfisica.nonio.uminho.pt/inic_areas.html

<http://museudaciencia.inwebonline.net/>

<http://cct.portodigital.pt/gen.pl?sid=cct.sections/111110&fokey=cct.museus/24#>

<http://cct.portodigital.pt/gen.pl?sid=cct.sections/11111064&fokey=cct.museus/14&actividadeid=cct.relmuseusactividades/1#>

Tarefas: para inserir novo registo seleccione, na árvore do lado esquerdo do monitor, o módulo e a tarefa onde pretende fazer a inserção de um novo registo. Para escolher o módulo / tarefa de que necessita para o seu trabalho, é necessário que se posicione o rato, carregando no botão esquerdo sobre o nome do mesmo. Desta forma o módulo seleccionado fica sombreado a cinzento e mostra as tarefas que o compõem.

c. Preenchimento da ficha de registo

Autoria: Autor (nome), consultar tabela auxiliar.

Caso não se conheça o autor, deixar o campo em branco, não colocar desconhecido ou sem elementos. Os instrumentos científicos não têm autoria.

Tipo de autoria: Consultar tabela auxiliar.

Classificação: Áreas disciplinares: Consultar tabela auxiliar (colocar até ao máximo de 2 categorias).

Classificação: Tipologia: Consultar tabela auxiliar (colocar até ao máximo de 3 categorias).

Cronologia: Data inicial (dia/mês/ano) caso esta informação se encontre disponível.
Data textual -Todas as datas não exactas do objecto deverão ser registadas neste campo.

Estados: Refere-se à forma, conservação e funcionamento do objecto, consultar tabela auxiliar.
Data: colocar a data em que se observou e registou o objecto.

Incorporação: Forma de entrada do objecto na colecção ou na instituição, consultar tabela auxiliar.
Data da incorporação (dia, mês, ano). Intermediário: entidade responsável pela aquisição do objecto Ex. Utiliza-se para casas distribuidoras, consultar a tabela auxiliar.

Inventariante: Consultar tabela auxiliar onde constam os nomes dos inventariantes. Colocar a data da inventariação.

Localização: registo da localização do objecto na instituição; é importante colocar a data. **Tipo de localização:** consultar tabela auxiliar.

Local habitual: assinalar clicando no quadrado

Marca: Registo presente no objecto. Ex. Marca do fabricante, produtor, local de fabrico
Utilizar os campos: tipo de marca: consultar tabela auxiliar, reprodução do texto que se encontra no objecto, posição (localização no objecto), notas.

Materiais: Consultar tabela auxiliar.

Medidas: Registo de todas as medidas do objecto. Tipo de medida (consultar tabela auxiliar: altura, largura, comprimento, profundidade, diâmetro, calibre)

Numerações: N.º de inventário anterior, caso exista informação.

Origem: Informação sobre o País ou local onde o objecto foi construído, consultar tabela auxiliar.
Local: mencionar, caso exista referência à cidade, localidade.

Produções: Informação sobre o produtor, construtor, distribuidor, importador ou outro tipo de entidade que forneça alguma informação sobre o objecto. Deve consultar tabela auxiliar.

Proprietários: ME/Nome da Escola (consultar tabela auxiliar).

Técnicas: Processos técnicos para a produção do objecto (consultar tabela auxiliar).

d. Inserção de imagens

Ficheiro Multimédia: As imagens devem ser numeradas de acordo com as seguintes indicações:

Para cada uma das imagens fotográficas deve constar: ME.código da escola. n.º sequencial da peça. letra maiúscula de ordem das fotografias da mesma peça. Ex: ME.401857.568.A; ME.401857.568.B; ME.401857.568.C

Após completar a numeração, deve arrastar as imagens do ficheiro digital para o campo relativo aos ficheiros multimédia e ordena-las nos comandos respectivos.

5. Divulgação da informação

A constituição de uma base de dados on line contribui para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais, tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos. A interpretação e a exposição constituem as formas de dar a conhecer os bens culturais inventariados, tornando-os acessíveis ao público.

As novas tecnologias de comunicação e informação, designadamente a Internet, são a forma de divulgação dos bens culturais ligados à Educação. Os artigos publicados no site da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, a rubrica “Peça do Mês” e a realização de exposições virtuais são formas privilegiadas de divulgação de informação, devendo obedecer aos seguintes critérios:

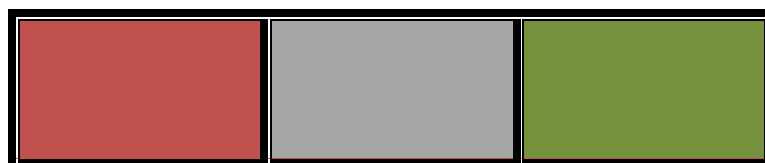
- Selecção da temática e dos objectos;
- Discurso expositivo claro e acessível, com informações precisas;
- Diversidade de propostas, visando despertar o interesse de diferentes tipos de público.

•

V. Patrimônio Museológico Escolar – Manual de Procedimentos Recomendado



PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO ESCOLAR



**MANUAL DE PROCEDIMENTOS
RECOMENDADOS**

Índice

Anexos	1
Manuale Software Per L'Utente FISQEDFISQUED, Fondi Italiani di Quaderni Scolastici ed Elaborati Didattici	14
IL SOFTWARE	15
LE FUNZIONALITÀ	16
I REQUISITI MINIMI DI SISTEMA	17
NORME DI COMPILAZIONE	17
THESAURUS ETB	17
LEGGI, DECRETI E CIRCOLARI	18
Scarica i materiali:	18
PROGRAMMI SCOLASTICI	20
Scarica i materiali	22
ELENCO DEI PRODUTTORI E STAMPATORI DI QUADERNI	24
Scarica materiale	24
ELENCO DELLE FESTIVITÀ CIVILI, MILITARI E RELIGIOSE	24
Scarica il materiale:	25
ELENCO DELLE COLLANE E DELLE SERIE DI QUADERNI	25
Scarica il materiale	25
CAMPIONARIO DELLERIGATURE	26
CAMPIONARIO DELLE MARCHE DA BOLLO	26
TABELLA CRONOLOGICA DELL'ERA FASCISTA	26
IL CATALOGO	27
MODALITÀ DI RICERCA	28
RICERCA LIBERA	28
RICERCA GUIDATA	28
RICERCA AVANZATA	28
BIBLIOGRAFIA	29
1. Inventário Museológico	34
2. Avaliação/ Seleção/ Etiquetagem de bens culturais	35
3. Tratamento de imagens e inserção de registos na base de dados	37
4. Preenchimento da Ficha de Inventariação no Programa INART	38
5. Divulgação da informação	42

1.	Preâmbulo	47
2.	O que é o património museológico escolar?	48
3.	Inventário Museológico.....	50
4.	Manutenção do espaço museológico e conservação das peças	52
5.	Divulgação e documentos de apoio	56

1. Preâmbulo

A Secretaria-Geral do Ministério da Educação tem como missão prestar apoio técnico, administrativo e logístico aos gabinetes dos membros do governo integrados no M.E. e aos órgãos e serviços da gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, de apoio técnico jurídico, da documentação e relações públicas, assegurando a partilha de actividades comuns entre os vários serviços.

Os objectivos da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, no âmbito do património da educação, dizem respeito à execução de uma política de identificação, tratamento, conservação e divulgação pública deste património histórico.

Como tal, valorizar, preservar e divulgar o património histórico do ensino e da educação, de natureza arquivística, bibliográfica, museológica e arquitectónica apresenta-se como uma prioridade destes Serviços. Promover as boas práticas nos serviços e organismos do M.E., procedendo à recolha, tratamento, conservação e comunicação dos espólios arquivístico, biblioteconómico e museológico que deixaram de ser de uso corrente por parte dos organismos produtores.

Inserido neste contexto, a S.G. desenvolveu algumas recomendações para uso da comunidade escolar, na tentativa de uniformizar procedimentos e metodologias, prestar apoio às escolas e ir ao encontro das suas necessidades.

A existência de um museu escolar pretende, acima de tudo, a conservação, a divulgação e o estudo dos bens de valor histórico ou educativo de uma instituição escolar. De facto, cada instituição pode ser considerada produtora e reprodutora de uma cultura específica, cujo espólio é determinante para a compreensão da sua própria identidade e da sua história.

É essencial valorizar e conhecer o património escolar para a preservação da identidade da instituição e para reforçar os laços com o tecido social envolvente. O estudo desse património educativo é vital para a compreensão da escola, do seu percurso e é igualmente uma forma conservar a memória colectiva das várias gerações. A divulgação do património irá ao encontro dos novos actores (alunos) e ajudará ao estabelecimento de laços de proximidade com a escola.

MUSEU ESCOLAR = CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA EDUCATIVA = IDENTIDADE

2. O que é o património museológico escolar?

Os materiais que se relacionam com o contexto pedagógico, constituem uma importante fonte para o conhecimento e compreensão da realidade educativa. Os materiais didácticos ligados à história da instituição, ou seja, o acervo própria de cada escola, devem ser avaliados para que se possa ter informações relevantes acerca da origem das peças, do seu valor histórico e do seu enquadramento.

No que respeita às balizas cronológicas, aponta-se para objectos até à década de 1970.

Os materiais didácticos podem ser tipificados, consoante a área disciplinar com que se relacionam, a saber:

Área Disciplinar	Tipologia de objectos associados
Administração ou Secretariado	Mobiliário, máquinas de escrever, instrumentos de trabalho diversos
Artes Visuais	Desenhos, peças de cerâmica, esculturas, pinturas, azulejos
Biologia	Quadros parietais, espécies vegetais, espécies animais taxidermizadas ou conservadas em líquido, microscópios, lupas, modelos anatómicos e outros instrumentos científicos da área
Educação Física	Aparelhos da área (bolas, arcos, raquetes, patins...)
Educação Moral e religiosa	Cálices, missais, salvas, crucifixos, alfaías litúrgicas
Electrotecnia	Instrumentos científicos da área, ferramentas
Física	Instrumentos científicos da área, balanças e outro tipo de utensílios
Geografia	Quadros parietais, planetários, mapas, globos terrestres e celestes, telescópios, bússolas
Geologia	Fósseis, minerais, rochas, modelos
História	Quadros parietais e mapas

História da Arte	Quadros parietais e mapas
Lavores	Teares, máquinas de costura, bordados, tapeçarias
Línguas	Quadros parietais e mapas
Marcenaria	Trabalhos realizados em madeira e ferramentas da área
Matemática	Sólidos geométricos, réguas, esquadros, quadros parietais
Mecanotecnia	Equipamentos da área, ferramentas, trabalhos de alunos
Música	Instrumentos musicais, quadros parietais
Química	Instrumentos científicos da área, equipamento técnico, balanças, quadros parietais
Saúde ou higiene	Quadros parietais, instrumentos da enfermaria
Serralharia	Equipamentos da área, ferramentas, trabalhos de alunos
Têxteis	Tapeçarias, tapetes, toalhas,
Outros	Armas, espólio documental (manual, certificado, diploma, álbum, fotografias), meios audiovisuais (projector, gira-discos, diascópio), ourivesaria, vestuário ou adorno pessoal.

3. Inventário Museológico

O inventário museológico escolar é uma relação selectiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada instituição, independentemente da modalidade de incorporação. Através do inventário museológico pretende-se a identificação e individualização de cada bem cultural, bem como a integração da respectiva documentação, de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características. A realização de um inventário museológico dos bens acima referidos não modifica a sua propriedade ou posse.

Para que possa ser elaborado um inventário museológico é necessária a existência de um número de registo de inventário e de uma ficha de inventário museológico, que constituem um instrumento de descrição, identificação e individualização dos bens culturais das escolas.

A cada bem cultural é atribuído um número de registo de inventário único e intransmissível, não podendo ser atribuído a qualquer outro bem cultural. O número de registo de inventário é associado de forma permanente ao respectivo bem cultural, da forma tecnicamente mais adequada.

A ficha de inventário museológico de cada bem cultural, deve integrar os seguintes elementos, preenchida de forma manual ou informatizada, de acordo com as normas definidas pela escola:

- Identificação da Escola/Instituição (Ex. Escola Secundária de ...);
- Número de inventário (Ex. ME/000000/1);
- Identificação/Denominação do bem cultural (Ex. Microscópio; Ex: Quadro parietal do corpo humano);
- Título (quando aplicável – Ex. “O Sistema Circulatório”)
- Autoria (quando aplicável – Ex. José);
- Datação (Ex. Pode estar explícita ou pode colocar-se séc. XX, meados do séc. XX)
- Estado de conservação (Ex. Muito Bom; Bom; Regular; Deficiente; Mau);
- Material/meio/suporte (Madeira, papel, tela, metal, plástico);
- Marcas (Etiquetas e informações na peça acerca de fabricantes ou casas distribuidoras de material);
- Dimensões (comprimento, largura, altura, diâmetro, profundidade...);

- Descrição (Ex. Microscópio utilizado em contexto pedagógico nas aulas de Biologia, caracterizando-se por....);
- Localização (Ex. local onde se encontra a peça, à data do inventário).

O inventário museológico e outros registos não informatizados devem ser conservados nas instalações da escola, de forma a evitar a sua destruição, perda ou deterioração.

De seguida, deve levar-se a cabo o processo de etiquetagem e registo pormenorizado das características das peças na ficha de inventário, com a captação da imagem respectiva.

A etiquetagem das peças deverá ser feita através da atribuição de um número de inventário único que corresponde ao código da escola (seis dígitos), antecedido pelas iniciais ME. Ex. ME/123456/1; ME/123456/2; ME/123456/3 e assim sucessivamente.

Esta etiquetagem deve ter em conta as características do material em questão, podendo ser usadas etiquetas autocolantes ou etiquetas de papel.

Quanto às imagens, a existência em formato digital permite a divulgação dos bens culturais de forma mais ampla, devendo ser assegurada a migração da informação para novas plataformas tecnológicas. O tratamento consiste na limpeza e no controlo cromático das imagens, de forma a garantir a maior semelhança possível com o objecto, através do programa escolhido para o efeito. Deve proceder-se à renomeação da imagem, atribuindo-lhe o n.º de inventário correspondente à peça a que se refere. Ex. ME.123456.1. Se houver mais do que uma imagem a atribuição de n.º deverá ser sequencial, utilizando letras: ME.123456.1/ ME.123456/1 a/ ME.123456/1. B

Após o tratamento das imagens deve proceder-se à identificação, interpretação e recolha de informação adicional relativamente às peças inventariadas de forma a produzir uma descrição completa, correcta e simples das mesmas na base de dados ou plataforma escolhida pela instituição

4. Manutenção do espaço museológico e conservação das peças

A manutenção do edifício ou espaço onde se encontram as peças, bem como a segurança do mesmo, é fundamental para o estado de conservação dos bens culturais. Assim devem ser tomadas certas medidas preventivas:

- Evitar alterações nas condições interiores do edifício (temperatura e humidade)
- Evitar a acumulação de material combustível;
- Verificar as instalações eléctricas, desligando todo o tipo de aparelhos durante a noite;
- Desimpedir locais de passagem (escadas, sótãos e arrecadações)
- Colocar extintores em locais chave do edifício;
- Manter os locais de arrumos devidamente limpos;
- Controlar os inventários de peças com alguma regularidade, de forma a garantir a sua segurança e manutenção.

Cada objecto/ peça exposta em vitrinas ou outro tipo de espaço, deve ser disposta de acordo com as suas características e necessita de alguns cuidados em relação ao local onde se encontra, a saber:

- Verificar se o local de exposição do objecto deve ter dimensões e resistência adequadas, de forma a que as peças não se encontrem em desequilíbrio;
- Evitar a exposição de demasiadas peças criando constrangimentos para a sua segurança e manipulação;
- Evitar que as peças toquem umas nas outras;
- Juntar peças do mesmo tipo de material na mesma prateleira ou armário;
- Evitar fontes de calor, correntes de ar, choques ou vibrações no local de exposição;
- Verificar o correcto arejamento da área expositiva para evitar o desenvolvimento de fungos;
- Evitar expor peças têxteis dobradas, optando por suportes de exposição.

As peças que encontram acondicionadas noutro tipo de local (peças com frágil estado de conservação ou peças que não possam ser exibidas por falta de espaço), devem ter especial atenção:

- Manter o espaço limpo e desimpedido, tendo especial cuidado com a lavagem do chão;
- Evitar a colocação das peças junto a paredes exteriores para evitar a humidade;
- Evitar a colocação das peças directamente no chão para que estejam protegidas da humidade e de insectos;
- Evitar a colocação de etiquetas em zonas expostas dos objectos, preferindo a base ou zonas mais discretas;
- Evitar o uso de fita-cola, clips, agramos ou materiais metálicos nas peças ou documentos;
- Limpar de forma superficial as peças que não estão fragilizadas para retirar poeiras e outro tipo de sujidade, utilizando espanadores ou panos macios. Nunca usar água, solventes, cera, desinfectantes, colas, etc.;
- Contactar com equipas técnicas especializadas para efectuar o restauro das peças em mau estado.

Materiais	Temperatura	Humidade Relativa	Intensidade da Luz
Desenhos, gravuras, pergaminho, aguarela, livros	18º-20º	50–55%	45–50 Lux
Tecidos, têxteis	+/- 20º	50%	45-50 Lux
Biombos	+/- 20º	55 – 60 %	+/- 55%
Peças em laca	20º-22º	50-60%	80-90%
Fotografias, películas	18º-19º	+/- 40%	50-60 Lux
Marfim, osso	+/- 20º	55-60%	90-100 Lux
Esmaltes, peças em tartaruga ou madrepérola	+/- 20º	+/- 55%	+/- 100 Lux
Pintura sobre tela ou madeira	20º-22º	+/- 55%	100-120 Lux
Mobiliário, escultura em madeira	+/- 20º	+/- 55%	80 – 100 Lux

Escultura em pedra, vidro, cerâmica, azulejo	+/- 20º	+/- 50%	+/- 200 Lux
Peças em prata ou ouro	+/- 20º	+/- 50%	150-200 Lux
Moedas	18º-20º	+/- 30%	80-100 Lux
Metais, armas	18º-20º	+/- 30%	100-150 Lux
Espécies etnográficas	+/- 20º	40-45%	80-100 Lux
Instrumentos musicais	+/- 20º	45-50%	+/- 100 Lux

Acondicionamento e transporte das peças

O acondicionamento e transporte de bens culturais é numa operação delicada e deve ter em conta três aspectos fundamentais: condição física do objecto, tipo de material e forma de acondicionamento:

- Detectar e identificar as peças que se encontram num estado de conservação mais frágil;
- Manusear as peças com luvas de algodão para evitar que se danifiquem ou que escorreguem;
- Transportar peças de grandes dimensões – várias pessoas, sendo a peça cuidadosamente protegida, através de movimentos sincronizados, sem exercer pressão em zonas salientes;
- Transportar peças de dimensões médias - uma só pessoa, utilizando ambas as mãos;
- Transportar peças de pequenas dimensões – utilizar tabuleiros ou caixas, colocando espuma entre as peças para que estas não se danifiquem;
- Transportar peças constituídas por vários elementos – deslocá-las separadamente, protegendo e identificando cada uma das partes;
- Evitar fumar, comer ou beber durante o transporte ou acondicionamento das peças;
- Efectuar a monitorização das condições ambientais do local para onde irão as peças;

- Escolher o material adequado para o acondicionamento das peças: material macio, flexível e que não absorva humidade, evitando papel de jornal, papel colorido, palha ou espuma;
- Prever o número de caixas suficiente para não amontoar os objectos. Deve optar-se por caixas individuais ou caixas de maiores dimensões compartimentadas;
- Identificar e numerar devidamente as caixas, indicando o tipo de objecto, área disciplinar, destino, orientação da caixa, grau de fragilidade da peça e categoria.

Tipo de peças	Material usado para o acondicionamento
Peças de pequenas dimensões	Devem acondicionadas e guardadas em armários arejados, evitando a criação de fungos.
Esculturas de média dimensão	Proteger as zonas salientes e ter atenção aos pontos de apoio. Não se devem pegar pelas zonas frágeis. Devem ser acomodadas em prateleiras de metal reforçadas para suportar o seu peso, com intervalos entre cada uma, evitando que possam tocar umas nas outras.
Peças pesadas	Devem ser acondicionadas e colocadas no chão em cima de bases de madeira.
Pinturas	Devem manter-se os quadros emoldurados, protegendo a superfície com papel de seda, embrulhando o quadro com uma cobertura. Não devem ser amontoadas.
Desenhos	Deve colocar-se um suporte rígido, sem ácido, sobre a obra a transportar. Se se trata de trabalhos, devem ser embalados e colocados em caixas de cartão. No caso de trabalhos em papel de grandes dimensões, podem enrolar-se em tubos de diâmetro largo.
Livros	Devem ser embalados dentro de caixas de cartão e guardados em estantes.
Têxteis	Devem ser enrolados se forem têxteis de grandes dimensões. Os mais pequenos devem ser acondicionados em gavetas forradas com papel, evitando o contacto directo entre as peças. Colocar anti-traça.
Peças de vestuário	Deve-se evitar dobrar este tipo de peças, colocando-as em cabides forrados e tapadas com capas de tecido. Se não for possível evitar,

	devem ser acondicionadas forrando as dobras com pequenos rolos de papel de seda. Colocar anti-traça.
Mobiliário	Devem ser protegidas com panos e não devem ser amontoadas ou sobrepostas.
Peças sensíveis (cerâmicas, vidro)	O acondicionamento deve ser feito dentro de armários com prateleiras protegidas com espuma ou feltro, evitando choques entre as peças. Podem utilizar-se contentores forrados.
Peças de arqueologia	Geralmente são peças com uma tipologia diversificada. Quando se trata de peças em pedra ou cerâmica devem ser acondicionadas em estantes metálicas, contentores ou caixas de plástico. Os metais ou vidros necessitam de condições de conservação mais específicas, em suportes estáveis.
Moedas ou mosaicos	Usar equipamentos desenhados especificamente para o efeito.
Colecções etnográficas	Geralmente são peças com uma tipologia diversificada e com diferentes tipos de materiais coexistentes na mesma peça. Colocam problemas de conservação e deve encontrar-se o máximo de peças com características semelhantes para assim as poder agrupar.

5. Divulgação e documentos de apoio

A constituição de uma base de dados online contribui para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais, tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos. A interpretação e a exposição constituem as formas de dar a conhecer os bens culturais inventariados, tornando-os acessíveis ao público.

As novas tecnologias de comunicação e informação, designadamente a Internet, são a forma de divulgação dos bens culturais ligados à Educação. Os artigos publicados no site da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, a rubrica “Peça do Mês” e a realização de exposições virtuais são formas privilegiadas de divulgação de informação, devendo obedecer aos seguintes critérios:

- selecção da temática e dos objectos;

- discurso expositivo claro e acessível, com informações precisas;
- diversidade de propostas, visando despertar o interesse de diferentes tipos de público.

A Secretaria-geral do Ministério da Educação disponibiliza apoio online às escolas na área de museologia.

VI. Fichas de Inventário da secção de Arquitetura

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/1
Designação	Escola Primária-Tipo (Adães Bermudes)
Descrição	A planta da Escola, no piso térreo, consigna duas salas de aula (uma para cada sexo), sendo as mesmas separadas pelas residências destinadas aos professores. O primeiro piso é exclusivamente reservado a habitação dos docentes (quartos). Ambos os alçados (principal e posterior) são exatamente simétricos. Na fachada principal sobressaem os campanários que encimam as portas de acesso às salas de aula.
Autoria	Adães Bermudes
Origem	Portugal
Data	1898
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Silva, Carlos Manique da (2002). <i>Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma Análise Histórica Sobre a Arquitetura Escolar Portuguesa (1861-1920)</i> . Lisboa: IIE Beja, Filomena et al. (1987). <i>Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941</i> . Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direção-Geral dos Equipamentos Educativos.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/5
Designação	Escola Primária de Alcântara (Lisboa)
Descrição	Trata-se de um edifício concebido para 800 crianças de ambos os sexos. Desenvolvido em dois pisos, apresenta um interessante entendimento funcional. Para além de várias salas de aula, consagra os seguintes espaços: museu, sala de leitura ou biblioteca, gabinete de professores e cantina escolar.
Autoria	Raul Lino
Origem	Portugal
Data	1915
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Silva, Carlos Manique da (2011). Projetos de Escolas Primárias do Arquiteto Raul Lino durante a I República Portuguesa. <i>Revista Linhas</i> , Florianópolis, 12 (1), pp. 33-50.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/2
Designação	Escola Conde de Ferreira
Descrição	A fachada principal ostenta um campanário que encima a insculptura “24 de Março de 1866”. A planta segue um esquema muito simples assente numa lógica de justaposição axial dos espaços, saindo nitidamente sobrevalorizada a sala de aula. O projeto em causa inclui residência destinada ao professor.
Autoria	Desconhecida
Origem	Portugal
Data	1866
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Silva, Carlos Manique da (2002). <i>Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma Análise Histórica Sobre a Arquitetura Escolar Portuguesa (1861-1920)</i> . Lisboa: IIE Beja, Filomena et al. (1987). <i>Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941</i> . Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direção-Geral dos Equipamentos Educativos.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/6
Designação	Escola Central n.º 1 de Lisboa
Descrição	Projeto que concerne a um modelo de escola graduada com quatro salas de aulas, desenvolvido num único piso. Inclui espaços para biblioteca escolar e serviços administrativos, sem, porém, ser previsto um gabinete destinado ao diretor.
Autoria	Desconhecida
Origem	Portugal
Data	1875
Entidade/localização	Lisboa
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Silva, Carlos Manique da (2009). A organização do espaço nas primeiras escolas graduadas (décadas de 1870-1880). In Margarida Louro Felgueiras e Odete Graça (coordenadoras). <i>As Escolas Conde Ferreira – Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal</i> . Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra, pp. 87-96.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/3
Designação	Projeto de Escola Primária 1916 (Raul Lino)
Descrição	Projeto que concerne a um modelo de escola graduada com quatro salas de aula, desenvolvido em dois pisos. Para além das citadas salas, o modelo inclui um gabinete ou sala para os professores, bem como um lugar destinado a museu.
Autoria	Raul Lino
Origem	Portugal
Data	1916
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Silva, Carlos Manique da (2011). Projetos de Escolas Primárias do Arquiteto Raul Lino durante a I República Portuguesa. <i>Revista Linhas</i> , Florianópolis, 12 (1), pp. 33-50.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/4
Designação	Projeto regionalizado de Escola Primária Mista para 50 Alunos
Descrição	Projeto que concerne a um modelo de escola unitária destinada a ambos os sexos. Previa três versões distintas, consoante se destinasse ao norte, ao centro ou ao sul do país. As três versões apresentam a mesma planta (num único piso, contemplando uma sala de aula, um gabinete / biblioteca / museu e uma sala de trabalhos manuais / de desenho / de labores femininos.
Autoria	Raul Lino
Origem	Portugal
Data	1918
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Silva, Carlos Manique da (2011). Projetos de Escolas Primárias do Arquiteto Raul Lino durante a I República Portuguesa. <i>Revista Linhas</i> , Florianópolis, 12 (1), pp. 33-50.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/7
Designação	Escola Modelo Mista
Descrição	Projeto relativo a uma escola primária graduada que incluía um jardim de infância froebeliano. Este último e um amplo jardim anexo situavam-se no primeiro andar, em posição central. Todo o edifício é marcado pela simetria da planta, em função da rígida separação dos sexos. Destaque para alguns ambientes especializados: ginásio, no rés-do-chão; duas salas de música e uma sala para sessões solenes, no primeiro andar; museu pedagógico, no segundo andar.
Autoria	José Luís Monteiro
Origem	Portugal
Data	1882
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Silva, Carlos Manique da (2009). A organização do espaço nas primeiras escolas graduadas (décadas de 1870-1880). In Margarida Louro Felgueiras e Odete Graça (coordenadoras). <i>As Escolas Conde Ferreira – Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal</i> . Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra, pp. 87-96.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/8
Designação	Escola Primária (<i>Plano dos Centenários</i>)
Descrição	O edifício escolar, desenvolvido em dois pisos, foi desenhado prevendo quatro salas de aula para cada sexo. Duas portas de entrada assegurariam o acesso diferenciado. No exterior sobressai a simetria da fachada, repetindo-se por cima de cada entrada o escudo com as armas nacionais.
Autoria	Eduardo Moreira dos Santos
Origem	Portugal
Data	1944 (data do projeto); 1948 (data da inauguração).
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Tavares, Adriana Maria Martin Tenreiro (2010). <i>Dois Tempos, Dois Espaços: a Educação Retrutada no Plano dos Centenários (1940/50) e no Projeto DEEB (1960/70)</i>. Lisboa (Tese de Mestrado apresentada à Universidade Lusófona). Beja, Filomena et al. (1996). <i>Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário. Anos 40 – Anos 70</i>. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Gestão de Recursos Educativos.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/9
Designação	Projeto-tipo de escola primária para as regiões do Alentejo e Ribatejo
Descrição	Trata-se de um edifício com duas salas de aula, sobressaindo, no exterior, precisamente na zona de entrada, o alpendre com beirado (caraterístico dos projetos de Raul Lino). Destaca-se, de igual modo, o recurso a um elemento identificador da escola como seja o campanário. É, ainda, de realçar a utilização de elementos decorativos próprios da região.
Autoria	Raul Lino
Origem	Portugal
Data	1935
Investigador	Carlos Manique da Silva
Referências bibliográficas associadas	Beja, Filomena et al. (1987). <i>Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941</i> . Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direção-Geral dos Equipamentos Educativos.

VII . Fichas de Inventário secção Equipamentos Materiais de Apoio

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/118
Designação	Carteira em mogno
Descrição	Carteira em mogno dupla com armação em ferro, bastante sólida, com duas saliências para colocar o lápis de pedra ou canetas, com dois tampões, um pouco inclinados de dimensões 42 x 33 cm. Carteira que pertenceu ao espólio da antiga Escola Oliveira Lopes e doado ao Museu Escolar Oliveira Lopes em data desconhecida. Encontra-se actualmente em exposição na Sala de Exposição Permanente. Esteve exposto, em 2000, na exposição «Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal», na Alfândega do Porto, organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
Data	Anterior a 1910 (séc. XX).
Material	Madeira de mogno e ferro
Dimensões	Altura: 73 cm Largura: 116 cm Profundidade: 41 cm
Entidade/ localização	Museu Escolar Oliveira Lopes / Sala de Exposição Permanente.
Aquisição/ Distribuidor	Doação. Proveniência: Manoel José e José Oliveira Lopes (Beneméritos)
Estado de conservação	Razoável
Investigador	Patrícia Soares
Bibliografia	Catálogo da exposição «Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal», na Alfândega do Porto, organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/112
Designação	Quadro preto
Descrição	Quadro preto móvel, com armação em madeira e quadro de lousa. Este é rotativo podendo-se escrever em ambas as faces. Quadro que pertenceu ao espólio da antiga Escola Oliveira Lopes e doado ao Museu Escolar Oliveira Lopes em data desconhecida. Encontra-se actualmente em exposição na Sala de Exposição Permanente. Esteve exposto, em 2000, na exposição «Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal», na Alfândega do Porto, organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
Data	Anterior a 1910 (séc. XX).
Material	Madeira e lousa
Dimensões	Altura: 187 cm Largura: 158 cm
Entidade/ localização	Museu Escolar Oliveira Lopes / Sala de Exposição Permanente.
Aquisição/ distribuidor	Doação. Proveniência: Manoel José e José Oliveira Lopes (Beneméritos)
Estado de conservação	Bom
Investigador	Patrícia Soares
Bibliografia	Catálogo da exposição «Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal», na Alfândega do Porto, organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/114
Designação	Balança tipo Roberval
Descrição	Balança de pratos iguais de "1 kilo", toda azul e prateada nos pés do suporte. Balança que pertenceu ao espólio da antiga Escola Oliveira Lopes e doado ao Museu Escolar Oliveira Lopes em data desconhecida. Encontra-se actualmente em exposição na Sala de Exposição Permanente.
Data	Anterior a 1910 (séc. XX).
Material	Metal e Ferro
Entidade/ localização	Museu Escolar Oliveira Lopes / Sala de Exposição Permanente.
Estado de conservação	Razoável
Inscrições/ Marcas/ Assinatura	Tem escrito na parte superior da base "1 Kilo".
Aquisição/ distribuidor	Doação. Proveniência: Escola
Investigador	Patrícia Soares

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/113
Designação	Escarrador
Descrição	Escarrador de esmalte, com suporte de ferro com tampa. Escarrador que pertenceu ao espólio da antiga Escola Oliveira Lopes e doado ao Museu Escolar Oliveira Lopes em data desconhecida. Encontra-se actualmente em exposição na Sala de Exposição Permanente. Esteve exposto, em 2000, na exposição «Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal», na Alfândega do Porto, organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
Data	Anterior a 1910 (séc. XX).
Material	Esmalte e Ferro
Dimensões	Altura: 64 cm Largura: 26 cm (largura de pé); 19 cm (largura de bacia)
Entidade/ localização	Museu Escolar Oliveira Lopes / Sala de Exposição Permanente.
Aquisição/ distribuidor	Doação Proveniência: Manoel José e José Oliveira Lopes (Beneméritos)
Estado de conservação	Bom
Investigador	Patrícia Soares
Bibliografia	Catálogo da exposição «Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal», na Alfândega do Porto, organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/115
Designação	Palmatória
Descrição	Palmatória em madeira que se parece com uma colher, mas achatada. Tem quatro pequenos furos na parte achatada. Palmatória que pertenceu ao espólio da antiga Escola Oliveira Lopes e doado ao Museu Escolar Oliveira Lopes em data desconhecida. Encontra-se actualmente em exposição na Sala de Exposição Permanente.
Data	Anterior a 1910 (séc. XX).
Material	Madeira
Dimensões	Comprimento: 35 cm Diâmetro Maior: 0.85 cm
Entidade/ localização	Museu Escolar Oliveira Lopes / Sala de Exposição Permanente.
Estado de conservação	Boa
Investigador	Patrícia Soares

VIII. Fichas de Inventário da secção de Materiais Didáticos

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/11
Designação	Aritmética e Sistema Métrico
Descrição	Livro de capa resistente com ilustrações em tons de vermelho e amarelado, as quais envolvem o restante conteúdo da capa. O nome do autor aparece ao alto em letras pretas sobre fundo amarelado, ao qual se seguem, com as mesmas características, a indicação do nível de ensino, o título, a data da aprovação oficial (novembro de 1929), a edição, o preço e os depositários no Porto. Trata-se de um manual escolar do ensino primário elementar para as quatro classes que o constituíam. Como é referido na contracapa, está “em perfeita harmonia com os programas de abril de 1929”. Não tem índice e apresenta os conteúdos distribuídos pelas 4 classes (aritmética para todas as classes e sistema métrico para as 3ª e 4ª classes), num total de 167 páginas. A acompanhar a apresentação dos conteúdos surgem alguns exercícios, os quais, devido à ausência de espaço no manual, deviam ser realizados noutro suporte. Trata-se de um manual impresso a preto, sendo essa também a cor das poucas imagens que nele se encontram. As que existem remetem para o dinheiro, os relógios e as medidas, sem qualquer presença da figura humana.
Autoria	Abílio Marques Fernandes (professor)
Origem	Porto
Produção	Tipografia Civilização
Técnica	Impressão gráfica
Material	Papel e tinta
Dimensões	Altura: 17 cm Largura: 12 cm
Entidade/ localização	Coleção particular
Aquisição/ Distribuidor	Doação

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/12
Designação	Noções Elementares de Geometria
Descrição	Livro de capa flexível com uma ilustração de vários sólidos geométricos ao centro. A ilustração e a restante informação está impressa a preto sobre uma capa cor-de-rosa já debotada. O nível de ensino aparece ao alto, ao qual se segue o título, a data da aprovação oficial (novembro de 1929), o autor, a edição, o preço, a ilustração e a editora. Trata-se de um manual escolar do ensino primário elementar que, tal como é referido na capa, está “em harmonia com os atuais programas da instrução primária” (os de abril de 1929). Nesses programas, a Geometria fazia parte das 3ª e 4ª classes do ensino primário elementar. Tem um índice relativo aos conteúdos, sem os dividir pelas classes, encontrando-se os mesmos expostos em 30 páginas. Nas duas últimas páginas são apresentados 15 exercícios, os quais, devido à ausência de espaço no manual, deviam ser realizados noutro suporte. Trata-se de um manual impresso a preto, sendo essa também a cor das imagens que nele se encontram (imagens de materiais didáticos, linhas, figuras geométricas, aparecendo também uma figura humana adulta a aplicar o fio-de-prumo, duas figuras humanas a medir uma reta no terreno com a cadeia do agrimensor e duas mãos, uma a exemplificar o traçado de uma reta numa tábua e outra a segurar o fio-de-prumo).
Autoria	Augusto Luiz Zilhão (professor oficial do ensino primário)
Origem	Lisboa
Produção	Casa Editora – Papelaria Fernandes
Técnica	Impressão gráfica
Material	Papel e tinta
Dimensões	Altura: 18,3 cm Largura: 13 cm

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/38
Designação	Noções Elementares de Aritmética e Geometria
Descrição	Livro de capa resistente que apresenta ao centro a imagem de uma criança, com semblante sério, sentada num banco e a segurar, aparentemente, uma ardósia. A ilustração e a restante informação estão impressas a preto sobre uma capa já debotada. O nível de ensino aparece ao alto, ao qual se segue o título, a data da aprovação oficial (por Decreto de 21 de novembro de 1910 e pela Comissão Revisora de 1913), o autor, a edição, a ilustração, a editora, o local e a data. Trata-se de um manual escolar do Ensino Primário Elementar que, tal como é referido na capa, está “em harmonia com os atuais programas da instrução primária”. Tem 166 páginas e apresenta um índice composto por 3 partes, as quais são antecedidas de <i>definições preliminares</i> que se referem a noções elementares de aritmética e se encontram resumidas em 4 páginas. A primeira parte refere-se aos conteúdos relativos à <i>numeração e operações</i> e tem 5 capítulos: formação de números inteiros; numeração romana; operações aritméticas (adição, subtração, multiplicação, divisão, cálculo mental, divisibilidade, prova dos nove); formação de números fracionários e noções sobre complexos. A segunda parte remete para o <i>sistema métrico</i> e tem 7 capítulos: noções preliminares; medidas de comprimento; medidas de superfície; medidas de volume; medidas de capacidade; medidas de peso; moedas/operações sobre medidas métricas. A terceira parte não se encontra dividida em capítulos e remete para conteúdos relacionados com as <i>noções elementares de geometria</i>: preliminares, traçado de retas, ângulos, polígonos e circunferência. Na primeira e na segunda parte são apresentados, com regularidade no final dos capítulos, alguns exercícios, os quais, devido à ausência de espaço no manual, deviam ser realizados noutro suporte. A terceira parte não propõe exercícios relacionados com os conteúdos de <i>geometria</i>, dedicando-lhes apenas 20 páginas. Trata-se de um manual impresso a preto, sendo essa também a cor das imagens que nele se encontram a acompanhar os conteúdos relativos ao <i>sistema métrico</i> e às <i>noções elementares de geometria</i>. Na primeira parte apenas se encontram imagens (bolas) a acompanhar a numeração de zero a dez e a exemplificar a formação de dezenas até nove dezenas. Encontra-se também uma régua graduada de 10 cm na abordagem aos números decimais. A figura humana surge, na terceira parte, nas seguintes situações: duas figuras humanas a medirem uma reta no terreno com a cadeia do agrimensor; um homem a aplicar o fio-de-prumo; duas mãos, uma a exemplificar o traçado de uma reta numa tábua e outra a segurar o fio-de-prumo.
Autoria	Augusto Luiz Zilhão (Professor das Escolas Centrais)

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/L/30
Designação	Aritmética Prática e Geometria
Descrição	Livro de capa resistente que apresenta no canto superior esquerdo uma imagem do autor do livro. A imagem e a restante informação estão impressas a preto sobre uma capa cor-de-rosa. O título surge ao lado da imagem, seguindo-se a indicação de que contém a matéria das cinco classes do ensino primário geral. Informa ainda o nome do autor e refere a livraria popular de Francisco Franco e respetiva localização em Lisboa. Trata-se de um manual escolar do ensino primário geral, com 187 páginas, que apresenta um índice composto por quatro partes, as quais são antecedidas de <i>preliminares</i> que se referem a noções de aritmética e se encontram resumidas em 2 páginas. A primeira parte refere-se aos conteúdos relativos à <i>aritmética</i> e tem 9 capítulos: numeração; numeração romana; operações aritméticas/exercícios sobre as quatro operações; provas; divisibilidade; números fracionários; números decimais; operações sobre números decimais/exercícios sobre decimais; números complexos e incomplexos. A segunda parte remete para o <i>sistema métrico decimal</i> e tem 7 capítulos: definições; medidas de comprimento ou lineares/exercícios sobre medidas lineares; medidas de superfície/exercícios sobre medidas de superfície; medidas de volume/exercícios sobre medidas de volume; medidas de capacidade/exercícios sobre medidas de capacidade; medidas de massa (peso) /exercícios sobre medidas de peso; moedas. A terceira parte corresponde à <i>aritmética prática</i> e encontra-se dividida em 14 capítulos: divisibilidade/exercícios; números primos – máximo divisor comum e menor múltiplo comum de dois ou mais números/exercícios; números fracionários/exercícios; operações sobre frações/exercícios sobre operações de frações; números complexos – operações sobre complexos/exercícios; potenciação; razões e proporções; regra de três; regra de juros simples; desconto por fora; divisões proporcionais; regra de companhia; regra de câmbio; regra de mistura ou de liga. Relativamente à <i>geometria</i> são apresentadas noções preliminares em duas páginas, às quais se seguem 8 capítulos: linha; ângulos; polígonos; circunferência e círculo; perímetros; áreas/exercícios; sólidos geométricos; áreas e volumes dos sólidos geométricos. No final do manual encontra-se uma errata. Nas três primeiras partes são apresentados alguns exercícios, estando os mesmos referenciados no índice. Uma vez que se verifica a ausência de espaço no manual, os mesmos deviam ser realizados noutro suporte. Relativamente aos conteúdos de

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/39
Designação	Geometria
Descrição	Livro de capa resistente com ilustrações coloridas (predomina o verde, o vermelho o castanho e o azul), nomes e datas alusivas aos descobrimentos marítimos portugueses, estando também representada a “República”. Ao alto surge, com letras vermelhas, a referência à Colecção Escolar “Progredior” (organizada por um grupo de professores primários) da qual faziam parte vários manuais escolares. Surge, de seguida, o título a azul (Geometria) e no canto inferior direito a referência à Editora Livraria E. Progredior Porto. Trata-se de um manual escolar do ensino primário elementar para as 3ª e 4ª classes, com 52 páginas. Não tem índice e apresenta, no início, o programa de Geometria das duas classes numa página. De seguida são apresentados os conteúdos para cada uma das classes, sendo dedicadas 14 páginas aos conteúdos da 4ª classe. Após a exploração dos conteúdos de cada uma das classes são propostos exercícios e problemas num total de 4 páginas para cada classe. Uma vez que se verifica a ausência de espaço no manual, os exercícios deviam ser realizados noutro suporte. O manual está impresso a preto, sendo essa também a cor das imagens que nele se encontram. A figura humana surge apenas através de uma mão que segura o fio-de-prumo.
Autoria	Colecção Escolar Progredior (organizada por um grupo de professores primários)
Origem	Porto
Data	1933
Produção	Tip. Civilização - Porto
Técnica	Impressão gráfica
Material	Papel e tinta
Dimensões	Altura: 18,5 cm Largura: 12 cm
Entidade/ localização	Colecção particular
Aquisição/ Distribuidor	Doação

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/48
Designação	Resumo de Aritmética para as Escolas Primárias
Descrição	Livro de capa flexível que contém uma ilustração ao centro, a qual apresenta duas crianças, uma delas atenta a um livro, a outra ao globo terrestre. As crianças estão de costas, separadas pela esfera armilar, sobre a qual se encontra a faixa com sete castelos e o escudo com as quinas. Apreciada globalmente, a ilustração remete para a bandeira de Portugal, na qual o verde e o vermelho são substituídos por desenhos diversos. Sobre a capa, já debotada, predomina o preto, tanto nas ilustrações como nas palavras. Ao alto surge a referência à Coleção Educador, a qual é organizada por professores primários, sendo os mesmos nomeados: António Maria, Baltasar Brito, F. Sanches de Brito, J. Vaz de Figueiredo. Estes nomes estão ao centro e são acompanhados por imagens, nomeadamente uma medida de capacidade, uma balança, livros, um metro articulado, uma tesoura, entre outras. Surge, de seguida, o título (Resumo de Aritmética para as Escolas Primárias), a ilustração central, a edição (8ª edição), o preço, o ano de publicação (1943) e ainda a editora (Papelaria Fernandes, Praça do Brasil, 13; 145, Rua do Ouro, 149; Lisboa). Trata-se de um livro auxiliar da instrução primária que contém o resumo de Aritmética num total de 43 páginas. Apresenta um índice na última página, o qual remete para os seguintes conteúdos: números inteiros, operações aritméticas, divisibilidade, dinheiro português, numeração romana, números fracionários, operações sobre frações, números decimais, operações sobre números decimais, sistema métrico, números complexos e operações sobre complexos. O livro está impresso a preto, sendo essa também a cor das imagens que nele se encontram e que representam balanças: balança Roberval, balança decimal e balança romana.
Autoria	Coleção Educador (António Maria, Baltasar Brito, F. Sanches de Brito, J. Vaz de Figueiredo)
Origem	Lisboa
Data	1943
Produção	Papelaria Fernandes Praça do Brasil, 13 145, Rua do Ouro, 149 Lisboa

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/51
Designação	Exercícios de História e Geografia. Auxiliares para a resolução de Pontos de Exame.
Descrição	Caderno de exercícios de História e Geografia, destinado à preparação dos alunos para a 3.ª e 4.ª classes, bem como para o exame de admissão aos liceus. Os autores justificam a sua publicação com a necessidade de divulgar a aplicação de testes para que os alunos possam exercitar e desenvolver os seus conhecimentos em várias matérias que serão alvo do exame de admissão. A introdução da obra é clara quanto aos seus objectivos: Dêste modo, quem se exercitar na prática dos exercícios de todos os cadernos ficará habilitado a executar quaisquer «Pontos de Exame», visto que nêles se conterà tôda a matéria dos programas oficiais (p.1).
Autoria	Manuel Subtil; Cruz Filipe; Faria Artur e Gil Mendonça
Origem	Lisboa
Data	1940
Produção	Livraria Sá da Costa Editora (Lisboa) Grandes Oficinas Gráficas «Minerva»
Material	Papel e tinta
Dimensões	Altura: 22 cm Largura: 16,5 cm
Entidade/ localização	Coleção particular
Investigador	Luís Miguel Serra

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/52
Designação	A Educação Physica
Descrição	Interessante manual de Educação Física destinado aos professores do ensino primário, com vista a fornecer aos professores métodos e procedimentos sobretudo em três níveis: instruções preparatórias das aulas; implementação de lições de ginástica sem aparelhos («ginástica sueca») e jogos ao ar livre. O livro é profusamente ilustrado com exemplificações dos exercícios, sobretudo no que diz respeito às trinta e oito lições de «ginástica sueca» que o autor, tenente de infantaria, queria ver implementada nas escolas primárias portuguesas.
Autoria	José Eduardo Moreira Salles
Origem	Lisboa
Data	1909
Produção	Typ. E Pap. Corrêa & Rapozo
Material	Papel e tinta
Dimensões	Altura: 17,7 cm Largura: 12 cm
Entidade/ localização	Coleção particular
Inscrições/ Marcas/ Assinatura	Apresenta desenhada a lápis de cor na folha de rosto a bandeira do centro escolar republicano
Investigador	Luís Miguel Serra

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/53
Designação	Geografia Primária 3.ª e 4.ª Classe
Descrição	Manual escolar aprovado e destinado ao ensino da Geografia na 3.ª e 4.ª no ensino. Aborda noções primárias de localização e orientação, seguindo o estudo da superfície da terra, passando pelos continentes e os principais países europeus e Brasil. O grosso do manual aborda o estudo de Portugal (com a referência exhaustiva a rios e caminhos de ferro) e o seu império ultramarino que é apresentado numa interessante comparação com a metrópole. Procura-se que os alunos interiorizem a «grandeza» das colónias portuguesas em confronto com a dimensão de Portugal. Os recursos naturais são também exhaustivamente abordados.
Autoria	Mário de Vasconcellos e Sá
Origem	Porto
Data	1932
Produção	Livraria Lello
Técnica	Impressão
Material	Papel e tinta
Dimensões	Altura: 21 cm Largura: 13,5 cm
Entidade/ localização	Coleção particular
Estado de conservação	Bom
Investigador	Luís Miguel Serra

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/64
Designação	Novos Cadernos de Aritmética: Caderno da 3ª e 4ª classe
Descrição	Livro de capa muito flexível (a sua espessura é equivalente à das restantes folhas do caderno), cujo conteúdo se encontra no interior de uma moldura. Ao alto surge o título (Novos Cadernos de Aritmética), especificando de seguida, que estes cadernos contêm um “grande número de exercícios graduados sobre cálculo mental, numeração, operações, sistema métrico e problemas, distribuídos pelas quatro classes da escola primária, segundo os atuais programas”. Segue-se o nome do autor, Augusto Luiz Zilhão (professor primário oficial); a edição (19ª edição); um espaço para a identificação do aluno; o subtítulo (Caderno da 3ª e 4ª classe - com uma coleção de exercícios e problemas na face interior da capa); o preço e os editores e depositários (Papelaria, Livraria e Tipografia Fernandes & C. A, L.DA, 23, Rua do Rato, 35 – Lisboa). No exterior da moldura, na vertical, do lado esquerdo, é feita referência a um livro designado “O Auxiliar do Professor”, sobre o qual, o conteúdo da contracapa informa que contém as soluções dos exercícios e é grátis para os professores que o devem solicitar ao autor ou à Casa Editora Fernandes. Este Caderno de exercícios de aritmética contém 64 páginas e não tem índice. Dedicar uma página de exercícios a cada um dos seguintes temas: numeração de números inteiros; numeração de números inteiros e decimais; numeração de números decimais; numeração de números decimais, quebrados e complexos; numeração de complexos e romana; assentamento de dinheiro; adições e prova real pela adição; adições de medidas métricas e prova real pela subtração e dos nove; adições de medidas métricas; subtrações e prova real pela adição; subtrações de medidas métricas e prova real pela subtração; subtrações de medidas métricas e prova dos nove; multiplicações e prova real pela multiplicação; multiplicações e prova real pela divisão; multiplicações e prova dos nove; divisões e prova real pela multiplicação; divisões e prova real pela divisão; divisões e prova dos nove; divisões com quociente aproximado até certa casa decimal; operações sobre complexos e quebrados; operações sobre quebrados e conversão de quebrados em números decimais ou dízima. São dedicadas duas páginas a exercícios sobre numeração de medidas métricas. Os exercícios referidos anteriormente estão numerados e totalizam 285 exercícios. Por vezes, são indicadas, em nota de rodapé, as páginas do manual de Aritmética, do mesmo autor, que devem ser

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/E/72
Designação	Compêndios de desenho – Relações do corpo com o espaço e os objetos
Descrição	Coleção de compêndios de desenho com representações de objetos de uso comum. Pretendia-se que a partir do estudo destes objetos do quotidiano os alunos chegassem à compreensão abstrata do pensamento científico. Contém desenhos de utensílios domésticos e de moldes de roupa sobre uma rede stigmográfica.
Autoria	Teodoro da Motta
Origem	Portugal
Data	1869
Produção	Lisboa: Imprensa Nacional.
Técnica	Desenhos
Material	Papel
Entidade/ localização	Biblioteca Nacional de Portugal
Estado de conservação	Razoável
Investigador	Lígia Penim
Referências bibliográficas associadas	Motta, Teodoro da; Ghira, Mariano (1869). <i>Compêndio de desenho linear para uso das escolas de instrução primária</i> . Lisboa: Imprensa Nacional. Decreto de 14 de Setembro de 1895 Decreto nº 37 112, 22 de Outubro de 1948

IX. Ficha de Inventário da secção Trabalhos Escolares

Ficha de descrição

Nº Inventário	MUVE/I/108
Designação	Jornal
Descrição	Jornal ilustrado feito pelos alunos da 2ª classe do ensino primário da Escola a Voz do Operário. Para a construção dos vários elementos do jornal foi utilizada a técnica que utilizava o mimeógrafo, que através da elaboração de desenhos e textos num papel <i>stencil</i> (impermeável) perfurado com um utensílio pontiagudo permitia a passagem da tinta e a consequente impressão em sucessivas folhas de papel. Esta tinta era colocada num cilindro poroso do mimeógrafo que ao rodar imprimia as folhas constituintes dos vários exemplares do jornal.
Autoria	Alunos da 2ª classe do ensino primário
Origem	Escola A Voz do Operário – Escola da Calçada da Ajuda (Lisboa)
Data	1981
Técnica	Técnica de cópia por papel de carbono
Material	Papel
Dimensões	Altura: 21 cm Largura: 29,7 cm
Entidade/ localização	Coleção particular
Estado de conservação	Bom
Investigador	Catarina Leal

X. Mobiliário e Equipamento das escolas (Mogarro, 2010)

Mariano Ghira, 1864	Instruções de 20 de Julho de 1866 (Beja, 1990, pp. 279-281)
Estrado e mesa do professor, especificando a sua composição, dimensões e localização na sala	Estrado, cadeira e banca para professor, junto a uma das paredes transversais da sala (estrado com 2 m de largura, 30 a 60 cm de altura, com um ou dois degraus)
Bancadas para os alunos, com carteira e banco ligados entre si e destinados a 4, 3 ou 2 alunos (apresenta plantas e modelos, com especificações detalhadas, considerando as de 2 alunos mais vantajosas)	Refere como situação ideal que cada aluno tenha uma cadeira (ou banco) e uma mesa só para si ou, quanto muito, para dois alunos, de forma a estarem os alunos mais cómodos e ser possível manter mais adequadamente a disciplina na sala. Deste modo, o professor podia circular na sala e controlar melhor os alunos, aproximando-se e intervindo nas suas actividades. Dá indicações precisas para a construção de bancos e mesas, apresentando uma “Tabela da altura e largura” ideais, em função da idade dos alunos, assim como especifica a disposição deste mobiliário na sala de aula.
Crucifixo em frente dos alunos, na parede sobre o estrado	
Busto ou retrato do rei	
Quadro preto	Um quadro preto com 1 m de altura e 80 ou mais cm de largura, podendo haver mais quadros mesmo que de menores dimensões
Exemplares para escrita e cadernos para escrita e para contas	Quadros alfabéticos e resenha alfabética do método português
	Um mississipi de leitura
Contador mecânico com 100 esferas	Contador mecânico
Relógio	Um relógio
Quadro do novo sistema legal de pesos e medidas e modelos destes mesmos pesos e medidas (metro, litro, kilograma, etc.)	Quadro do sistema métrico Colecção de traslados, réguas Colecção de pesos e medidas Um metro de algibeira (que pode servir de gonígrafo)
	Caixa de desenho com transferidor, tira-linhas, um compasso de medir, outro de redução e outro com toca-lápis ou tira-linhas, duplo-decímetro graduado e esquadro
Mapa de Portugal	Globos para o estudo da geografia. Um mapa mundi As cartas dos continentes O mapa de Portugal e os das colónias
	Um ou dois termómetros
	Esquadro de agrimensor de limbo graduado com agulha e luneta
	Uma colecção dos principais sólidos
	Vasos de vidro com amostras de diversos terrenos
	Um esqueleto para o ensino de noções elementares que toda a gente deve ter em anatomia
Pote com torneira para água e um copo ou um púcaro de metal	
Um lavatório	Lavatório, toalhas, etc.
Cabides numerados, à entrada da escola, para bonés, capas, etc.	
Livros para se emprestarem aos alunos mais pobres	Uma estante com livros destinados à instrução elementar e à difusão de conhecimentos úteis
A postura das alunas na realização dos trabalhos de costura também lhe mereceu apreciação especial, recomendando uma banca	Nas escolas de meninas, os utensílios próprios para os labores do sexo feminino e, se possível, uma máquina de costura, duas ou três rodas de fiar o linho e outra de fiar a seda.

comprida, de altura conveniente, para realizarem as suas tarefas sobre ela e não apenas sobre as almofadas de costura, que eram colocadas sobre os joelhos e que as obrigava a permanecerem curvadas.	
---	--

XI. *Thesauri* definido pela SG/ME

Tipologia	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Arma	Objecto utilizado para caçar, pescar, para a segurança e para a defesa de pessoas singulares ou grupos.	Lança, Punhal, Revólver.
Cartografia	Documento que representa no todo, ou em parte, a Terra ou qualquer corpo celeste, independentemente da escala ou do suporte.	
	Globo	
	Celeste	
	Lunar	
	Terrestre	
	Mapa	
	Representação gráfica plana de toda, ou parte, da superfície da Terra ou do Universo, e de fenómenos, concretos ou abstractos, aí localizados.	
	Actividades económicas	Mapa com a representação gráfica das actividades económicas: agricultura, indústria, comércio e serviços
	Administrativo	Mapa que representa as divisões administrativas de um único país.
	Celeste	Mapa que representa os objectos celestes projectados na esfera celeste
	Climático	Mapa que representa aspectos climáticos individualizados ou associados, tais como: ventos, precipitação, temperatura, etc.
	Corográfico	Mapa de escala pequena, geralmente inferior a 1:100 000, que representa os traços gerais de uma região ou conjunto de regiões de um país ou de vários. Normalmente são representações mais gerais do que as dos mapas topográficos
	Demográfico	Mapa que representa a distribuição, os índices e taxas referentes à população de uma dada região, de um país ou de vários.
	Geomorfológico	Mapa que representa os tipos de relevo, distinguindo as formas, a sua génese, as relações com a estrutura e a dinâmica, no todo ou em parte.
	Hidrográfico	Mapa que representa essencialmente a hidrografia de uma região de uma região, de um país ou de vários
	Hipsométrico	Mapa que representa classes de altitude, em geral através de cores convencionais, conhecidas por cores hipsométricas. Estas manchas coloridas preenchem as áreas entre determinadas curvas de nível, de valor variável de mapa para mapa
	Histórico	Mapa que representa áreas geográficas num determinado período histórico
	Linguístico ou cultural	Mapa que representa a composição étnica, os modos de vida, as religiões ou as línguas e dialectos de uma determinada região de um país ou de vários.
	Político	Mapa que representa a divisão em países e, eventualmente, divisões territoriais destes.
	Topográfico	Mapa que representa aspectos altimétricos e planimétricos da superfície da Terra, tão fielmente quanto a sua escala o permita. Geralmente, a sua escala encontra-se compreendida entre 1:10 000 e 1:100 000. O mapa topográfico é constituído por folha, identificadas por um número e por um nome
	Transportes e comunicações	Mapa que representa a rede de transportes e comunicações, tais como: rede rodoviária, ferroviária e fluvial.
Cerâmica		
	Cerâmica decorativa	Objectos de barro modelado, decorado e cozido em forno a uma temperatura superior a 500°C.
		Prato, Tarrina, Medalhão decorativo, Jarrão, Estatueta.
	Cerâmica de revestimento	Corpo cerâmico tendencialmente plano, destinado a ser aplicado na decoração da arquitectura, exterior ou interiormente, individual ou conjuntamente numa variada gama de decorações e técnicas de fabrico, como objecto para revestimento das paredes, pavement
		Panel de azulejos, Mosaico.
Desenho	Representação de formas e objectos por meio de linhas ou tons aplicados sobre uma superfície geralmente plana.	

Tipologia		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Técnico		Ramo especializado do desenho, caracterizado pela sua normatização e pela apropriação que faz das regras da geometria descritiva.	Máquina de escrever, Torno, Proveita, Cesto de vime, Tear, Acessório de tear, Máquina litográfica, Gravador.
Equipamento ou utensílio		Objectos e equipamentos utilizados como meios de trabalho em práticas didáticas ou administrativas nas escolas. Incluem-se nesta tipologia todos os equipamentos dos laboratórios, dos serviços administrativos, a maquinaria das antigas escolas industriais e comerciais e dos cursos profissionais, assim como os objectos que testemunham a actividade humana em diferentes contextos socio-culturais.	Balança, Pesos, Massas
Instrumento de medida		Objectos utilizados para medição e pesagem.	
Escultura		Representação tridimensional de objectos ou figuras em materiais duros, como madeira, pedra ou bronze.	Busto, Estátua.
Escultura de vulto		Uma escultura de vulto é aquela cujo volume corresponde pelo menos a 3/4 do volume real de um corpo ou de um objecto, podendo apresentar-se trabalhada na íntegra (frente, perfis e costas) e ser um vulto pleno, trabalhada apenas em três lados (frente e perfis) e ser um vulto a 3/4 com as costas sem trabalho, planas ou escavadas; ou ser apenas um meio vulto.	
Escultura arquitectónica		A escultura arquitectónica é aquela que integra uma parte de um edifício ou aquela que foi criada para decorar ou ornamentar uma estrutura arquitectónica, mesmo quando destacada do seu contexto de origem.	Baixo-relevo, Coluna, Friso.
Espólio documental		Abrange as designações de certificados, diplomas, álbuns e manuais.	Manual, Certificado, Diploma, Álbum.
Fauna		Termo colectivo para designar a "vida animal" de uma determinada região ou período de tempo. Incluem-se nesta tipologia todos os animais conservados e utilizados para estudo e observação nas aulas de Ciências Naturais.	Sapo, Rã, Salamandra.
Anfibios		Classe de animais vertebrados pelecionómicos que não possuem bolsa amniótica. A principal característica dos seres vivos desta classe é a divisão em duas fases do seu ciclo de vida: uma aquática e outra terrestre, embora existam excepções.	Sapo, Rã, Salamandra.
Artípodos		Animais invertebrados caracterizados por possuírem membros rígidos e articulados.	Gafanhoto, Aranha, Caranguejo, Centopeia.
Aves		Animais vertebrados, bipedes, homeotérmicos e ovíparos caracterizados por possuírem penas, apêndices locomotores anteriores transformados em asas, bico córneo e ossos pneumáticos.	Gaio, Rouxinol, Abutre.
Celerípteros / Cnidários		Filo que inclui os animais aquáticos cujo corpo consiste basicamente num saco formado por duas camadas de células: a epiderme, no exterior, e a gastroderme, no interior - com uma massa gelatinosa entre elas, chamada mesogleia. Em redor da abertura - o anelamento - os celerípteros ostentam uma coroa de tentáculos com células urticantes - os cnidócitos - capazes de ejetar um minúsculo espinho - o nematocisto - que pode conter uma toxina ou material mucoso.	Medusa, Hidra, Anémora-do-mar.
Mamíferos		Animais vertebrados que se caracterizam pela presença de glândulas mamárias nas fêmeas, que produzem leite para alimentação das crias, e a presença de pêlos. São animais homeotérmicos. O cérebro controla a temperatura corporal e o sistema circulatório, incluindo o coração (com quatro câmaras).	Macaco, Cão, Raposa.
Moluscos		Filo de animais invertebrados, marinhos, de água doce ou terrestres. Tem corpo mole e não-segmentado, muitas vezes dividido em cabeça (com os órgãos dos sentidos), pé muscular e um manto que protege uma parte do corpo e que muitas vezes possui uma concha. A maior parte dos moluscos são aquáticos, mas existem muitas formas terrestres como os caracóis.	Lula, Polvo, Ostra.
Peixes		Animais vertebrados e aquáticos, tipicamente ectotérmicos, que possuem o corpo fusiforme. Os membros estão transformados em barbatanas sustentadas por raios ósseos ou cartilagosos, respiram o oxigénio dissolvido na água através de guelras ou brânquias (embora os dipnóicos usem pulmões). Na sua maioria, o corpo encontra-se coberto de escamas.	Carpa, Linguado, Sardinha.
Répteis		Animais vertebrados tetrápodes e ectotérmicos, ou seja, não possuem temperatura corporal constante. São todos amniotas (animais cujos embriões são rodeados por uma membrana amniótica), o que lhes permite reproduzirem-se fora de água.	Lagarto, Cobra, Crocodilo.
Flora		Termo colectivo para designar as espécies vegetais que ocorrem em determinado território ou região. Incluem-se nesta tipologia todos as espécies botânicas conservadas e utilizadas para estudo e observação nas aulas de Ciências Naturais.	Herbário, Excelsa.
Fotografia		Impressão através da luz de uma emulsão de sais de prata que permite obter uma imagem do objecto, paisagem etc. Campo exclusivo para imagens em suporte papel e que têm um fim decorativo ou de perpetuação da memória da escola e dos membros da comunidade educativa.	Fotografia do reitor, Fotografia de turma, Fotografia da escola.
Gravura		Reprodução de uma imagem ou motivo gráfico obtido por impressão, incisão, tintagem ou alisamento, mediante a realização de um desenho invertido sobre material rígido.	Xilogravura, Litografia, Zinco gravura.

Tipologia	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Imagem parietal	Imagens reproduzidas sobre um suporte plano utilizados em contexto de aula para ilustrar as diversas matérias disciplinares, excluindo-se desta tipologia todas as imagens cartográficas — Objectos especificamente produzidos para serem suspensos para observação colectiva.	Anatomia do Caracol, Leis de Mendel.
Insignia ou troféu	Objectos que identificam uma instituição, um cargo ou um estatuto de uma determinada pessoa ou objectos atribuídos como recompensa por uma tarefa específica, que se usa posteriormente como prova desta acção.	Medalha, Taça.
Instrumento científico	Instrumentos, utensílios e mecanismos destinados a acções específicas nos laboratórios de Ciências Naturais, de Física e de Química.	Teodolito, Espectroscópio, Microscópio.
Acessório	Objectos utilizados em laboratórios, que não constituem, por si só, um instrumento ou aparelho, mas que a sua invenção pode ser importante para a compreensão de uma determinada experiência laboratorial.	Lente, Tripé.
Instrumento musical	Objectos susceptíveis de produzir sons, e que servem como meios de expressão musical. Considera-se um som como musical quando podemos controlar uma ou mais das suas características: timbre, altura, duração e intensidade.	
Aerofone	Quando o elemento vibratório é o ar, accionado de modo especial pelo instrumento.	Flauta, Trompa.
	Quando o elemento vibratório é uma corda esticada.	Alaúde, Guitarra.
	Quando o elemento vibratório é o próprio corpo do instrumento, que é constituído por materiais mais ou menos vibráteis.	Triângulo, Xilofone.
	Quando o elemento vibratório é uma membrana retesada.	Tambor, Pandereta.
Meio audiovisual	Objectos de comunicação audiovisual utilizados em práticas pedagógicas.	
Aparelho óptico e/ou sonoro	Materiais de reprodução de imagem e/ou som.	Projector, Gira-discos.
Suporte de imagem e/ou som	Imagens e/ou sons, gravados sobre suportes diversos, utilizados como meios audiovisuais para complementar diferentes temáticas no âmbito das práticas pedagógicas. Excluem-se desta tipologia as imagens parietais.	Diapositivo, Película, Postal, Fotografia.
Mobiliário	Conjunto de móveis usados num espaço com funções de uso e adorno.	
Civil	Móveis dos Conselhos Executivos e de outros espaços que têm valor enquanto peças de mobiliário e/ou como peças representativas para a memória do estabelecimento.	Cadeira do reitor, Estantes de biblioteca.
Escolar	Móveis utilizados em espaços para actividades didácticas.	Cadeira, Estrador.
Religioso	Móveis utilizados em espaços para celebrações litúrgicas dentro das escolas.	Altar, Caixa de esmolas.
Modelo	Representações tridimensionais, em escala, de objectos reais utilizados para estudo e observação em contexto escolar.	
Anatómico	Modelos de representação da anatomia humana, animal ou vegetal.	Torço humano, Sistema digestivo do coelho, Papoila.
Arquitectónico	Modelos de representação de edifícios ou elementos arquitectónicos.	Capitel, Coluna, Friso, Porta, Escadas.
Cristalográfico	Modelos de representação das estruturas de cristais na composição dos minerais.	Pirâmide tetragonal, Prisma ortorrómbico.
Escultórico	Esculturas utilizadas como modelos em práticas pedagógicas (ex: para desenho).	Torso, Cabeça.
Geológico	Modelos de representação das estruturas geológicas.	Vulcão, Placas tectónicas.
Molecular	Modelos físicos de representação de moléculas e dos seus processos.	Metano, Cloro de sódio.
Objecto geológico	Espécime geológico colhido da Natureza utilizado nas práticas pedagógicas para estudo e observação.	
Fóssil	Restos ou vestígios preservados de animais, plantas ou outros seres vivos em rochas, sedimentos, gelo ou âmbar.	Ametista, Amonite, Gastropode, Trilobite.
Mineral	Corpo natural sólido e cristalino formado em resultado da interação de processos físico-químicos em ambientes geológicos.	
Borato		
Carbonato		
Cromato		

Tipologia		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
	Elemento nativo		
	Fosfato		
	Halóide		
	Nitrato		
	Óxido		
	Silicato		
	Sulfato		
	Sulfossais		
	Sulfureto		
	Tungstato e Molibdato		
	Focha	Agregado natural e multigranular formado por um ou mais minerais.	
	Magnética	Fochas resultantes da solidificação e consolidação do magma. Também designadas por rochas ígneas.	Basalto.
	Metamórfica	Fochas formadas através da deformação de outras rochas, magnéticas, sedimentares e até mesmo outras rochas metamórficas, devido a alterações de condições ambientais, como a temperatura e a pressão	Mármore.
	Sedimentar	Fochas formadas através do acúmulo de detritos, que podem ser orgânicos ou gerados por outras rochas.	Estiactite, Calcário.
Objecto religioso		Objectos utilizados em espaços para celebrações litúrgicas dentro das escolas e objectos pessoais de devoção.	Terço.
	Altaia litúrgica	Nome que se dá aos objectos litúrgicos usados nas celebrações.	Salva, Cálice, Missal, Crucifixo
Ourivesaria		Arte de lavar o ouro e outros metais preciosos para obter joias, objectos de culto religioso ou utilitário.	Jóia, Salva, Colar.
Pintura		Aplicação de pigmentos sobre uma superfície, colorindo-a através da atribuição de matizes, tons e texturas.	Iluminação, Aquarela.
Quadro didáctico		Conjunto de espécimes ou amostras de matéria-primas e/ou produtos relacionados entre si, dispostos em placas ou caixas com tampa transparente — Objectos utilizados em contexto de aula para ilustrar as diversas matérias disciplinares.	Quadro de produtos para fabricação do papel.
Têxtil		Superfícies resistentes e flexíveis formadas por um entrecruzamento de fios de diversas origens: animal (lã, seda) vegetal (linho, cânhamo, algodão) e sintético.	Bandeira.
	Altaias domésticas	Têxteis utilizados no contexto doméstico.	Colcha, Pano de cozinha
	Tapeçaria	Tecidos encorpados, geralmente bordados, que são utilizados para revestir e embelezar paredes.	Tapeçaria.
	Tapetes	Tecidos encorpados, geralmente bordados, que são utilizados para revestir e embelezar pavimentos.	Tapete de Arraiois.
	Paramentaria	Têxteis utilizados no contexto da celebração litúrgica.	Casula, Mitra, Pano de altar.
Vestuário ou acessório pessoal		Peças de roupa e acessórios de uso pessoal usados como protecção/ornamento e/ou associados a fardas/uniformes.	
	Acessório e adorno	Acessórios de uso pessoal usados como ornamento e/ou associados a fardas/uniformes.	Mochila da Mocidade Portuguesa.
	Traje ou uniforme	Vestuário tradicional de uma determinada cultura e padrão de vestuário usado por membros de uma dada organização.	Farda da Mocidade Portuguesa.

XII. Lista de contatos dos Museus do Norte de Portugal

MUNICÍPIO	N.º	MUSEU	CONTATO
Amarante	1	M.M. Amadeu Souza-Cardoso	mmasc@cm-amarante.pt 255 420 272/255 420 238
Amares	2	M. Santuário N.ª S,ª da Abadia	santuاريو.abadia@sapo.pt 253 378 128/253371197
Arcos de Valdevez	3	Centro Interpretativo da Área Arqueológica Mezio/Giã	portadomezio@ardal.pt 256 940 250/256940220
Arouca	4	M.M. de Arouca	museu@cm-arouca.pt 256940250
Baião	5	Núcleo de arqueologia do M.M. de Baião	museu@cm-baiiao.pt 255 540 550
Barcelos	6	M. de Olaria	museuolaria@cm-barcelos.pt 253 824 741
Braga	7	M. do Mosteiro de Tibães	sec.msmt@culturante.gov.pt 253 622 670/253 623 950
	8	M. dos Biscainhos	mbiscainhos@culturante.gov.pt 253 204 650
	9	M. Nogueira da Silva	sec@mns.uminho.pt 253 601 275
	10	M. Pio XII	geral@museupioxii.com 253 200 130
	11	M. Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa	mdds@culturante.pt 253 273 706
	12	Tesouro M. Da Sé de Braga	info@se-braga.pt 253 263 317
	13	Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio	gf.dr.goncalosampaio@gmail.com
	14	Centro Interpretativo Memórias da Misericórdia de Braga	geral@scmbraga.pt 253206520/253205100
Bragança	15	Centro de Arte Contemporânea Graça Morais	centro.arte@cm-braganca.pt 273 302 410
	16	M. Abade de Baçal	mabadebacal@culturante.pt 273 331 595
	17	M. Ibérico da Máscara e do Traje	museu.iberico@cm-braganca.pt 273 381 008
	18	M. Militar de Bragança	musmilbraganca@mail.exercito.pt 273 322 378
Cabeceiras de Basto	19	M. das Terras de Basto	museuterrasdebasto@cabeceirasdebasto.pt 253 666 350
	20	Núcleo Museológico do Baixo Tâmega	pturismo@cabeceiradebasto.pt
	21	Núcleo Ferroviário de Baulhe	nucleoferroviarioab@cabeceirasdebasto.pt 253 666 350
	22	Casa da Lã	museuterrasdebasto@cabeceirasdebasto.pt 253 657 500
Caminha	23	M.M. de Caminha	museu@cm-caminha.pt 258 710 300
Carraceda de	24	Centro Interpretativo do	cica@cmca.pt

Anciães		Castelo de Ansiães	278 610 200
	25	M. da Memória Rural	mmr@cmca.pt 278 638 081
	26	Núcleo Museológico do Azeite	lit@cmca.pt 278 098 507
Celorico de Basto	27	Centro Interpretativo do Castelo de Arnoia	geral@mun-celoricodebasto.pt 255 322 355
Chaves	28	M. Da Região Flaviense	municipio@chaves.pt 276 340 500 276 333713
	29	M. de Arte sacra da Região Flaviense	municipio@chaves.pt 276 340 500 276 333713
	30	M. Ferroviário	museumunicipaischaves@gmail.com 276 340 500
	31	M. Nadir Afonso	mac.nadirafonso@chaves.pt 276340501
	32	M. Militar de Chaves	mc.dsc@mail.telepac.pt
Cinfães	33	M. Serpa Pinto	museu.serpapinto@cm-cinfaes.pt 255 560 571
	34	Museu Escola	museu.serpapinto@cm-cinfaes.pt 255 560 571
Espinho	35	M. M. De Espinho	museumunicipalespinho@hotmail.com 227 326 258
Esposende	36	M.M. de Esposende	
	37	Centro Interpretativo de S. Lourenço	museu.municipal@cm-esposende.pt 253 960 182/253 960 100
Fafe	38	M. das Migrações e das Comunidades	geral@museu-emigrantes.org 253 700 470
	1	Museu da Educação	geral@cm-fafe.pt 253700400
Felgueiras	39	Centro Interpretativo da Vila Romana de Sendim	villaromana.sendim@cm-felgueiras.pt
	40	Museu casa do Assento	museucasadoassento@sapo.pt
Freixo de Espada à Cinta	41	M. do Território e da Memória	museu.seda@cm-fec.pt 279 658 160
	42	M. Regional Casa Junqueiro	jorge.duarte@cm-fec.pt 93 980 74 52
Gondomar	43	Fundação Júlio Resende	info@lugardodesenho.org 22 464 90 61
Guimarães	44	M. Arqueológico da Sociedade Martins Sarmiento	sms@msarmento.org 253 415 969/253 478 952
	45	M. da Cultura Catreja	sms@msarmento.org 253478952 253415969
	46	M. de Alberto Sampaio	masampaio@culturante.pt 253 423 910
	47	Paço dos Duques de Bragança	pduques@culturante.pt 253 412 273
	48	Núcleo Arqueológico da Associação Comercial de Guimarães	relacoes.publicas@acig.pt 253 420 090
Lamego	49	M. de Lamego	mlamego@culturante.pt 254 600 230

	2	Museu Pedagógico de Lamego	albertoalmeida21@hotmail.com 964455412
Macedo de Cavaleiros	50	M. M. de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo	elsaluis.museus@terrasquentes.com.pt 278 448 007
	51	M. M. Martim Gonçalves Macedo	mmgm@terrasquentes.com.pt 91 153 81 83
	52	Núcleo Museológico do Azeite “Solar dos Cortiços”	smp@mail.pt 278 432 453
	53	M. de Arte Sacra	turismo@cm-macedodecavaleiros.pt 278 426 193
	54	Museu de Salselas	www.museururaldesalselas.com 278 442 115
Maia	55	M. de História e Etnologia da Terra da Maia	museu@cm-maia.pt 22 987 11 44
Marco de Canaveses	56	Museu da Pedra	museudapedra@cm-marco-canaveses.pt 255 616 150
	57	Estação Arqueológica do Freixo	tongobriga@culturante.gov.pt 255 531 090
Matosinhos	58	Casa Museu Abel Salazar	cmuseu@reit.up.pt 22 903 98 27
	59	M. da Quinta de Santiago	museuqsantiago@cm-matosinhos.pt 22 903 98 27
Mirandela	60	M. Armindo Teixeira Lopes	museu@cm-mirandela.pt
	61	M. do Azeite	278 340 100
Miranda do Douro	62	M. da Terra de Miranda	mterramiranda@culturante.gov.pt 273 431 161
Mogadouro	63	Sala M. de Arqueologia do Município de Mogadouro	museu@mogadouro.pt 279 340 100
Moimenta da Beira	64	Fundação Aquilino Ribeiro Casa M. Biblioteca	fundacaoaquilinoalmeida@gmail.com 232 607 293
Monção	65	Casa M. de Monção	casamuseumoncao@reitoria.uminho.pt 251 652 104
Mondim de Basto	66	M. M. de Mondim de Basto	nmuseologico@cm-mondimdebasto.pt 255 389 373
Montalegre	67	Ecomuseu de Barroso - Casa do Capitão	adsaltum@gmail.com 276 510 209
Oliveira de Azeméis	68	Núcleo Museológico do Moinho e do Pão	parque@moinhosdeazemeis.com 256683170
Paços de Ferreira	69	M. Arqueológico da Citânia de Sanfins	citaniadesanfins@gmail.com 255 963 643
	3	Museu Móvel de Paços de Ferreira	museudomovel@gmail.com 255860706
Paredes	4	Museu da Escola	antonia.silva@cm-paredes.pt 255 788 952
Paredes de Coura	70	M. Regional de Paredes de Coura	museu@cm-paredes-coura.pt 251 780 122
Penafiel	71	M. Municipal de Penafiel	museu.penafiel@cm-penafiel.pt 255 712 760
	72	Castro de Monte Mozinho	museu.penafiel@cm-penafiel.pt 255 712 760
	73	M. de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia	misericordiapenafiel@sapo.pt 96 582 30 25

	74	Núcleo Museológico do Convento de Santo António dos Capuchos	misericordiapenafiel@sapo.pt 96 582 30 25
	75	M. da Broa	turismo.penafiel@cm-penafiel.pt 255 615 363
Penedono	76	Centro de Interpretação de Penedono	centro.inerpretacao@cm-penedono.pt 254 509 030
	77	Núcleo Museológico do Lagar do Azeite de Póvoa	254549276
Peso da Régua	78	M. do Douro	geral@museudodouro.pt 254 310 190
Ponte da Barca	79	Núcleo Museológico da Ermida	geral@cmpb.pt 258 480 180
Ponte de Lima	80	M. do Brinquedo Português	258 240 210
	81	M. dos Terceiros	mute.geral@museuspontedelima.com 258 900 426
	82	M. Militar	258 240 211
	83	M. do Vinho	geral@cipvv.pt 258 900 426
	84	Centro de Interpretação do Território	cit@museuspontedelima.com 258 240 215
Porto	85	Casa M. Eng. Ant.ª Almeida	fundacao@feaa.pt
	86	M. da Casa do Infante	casadoinfante@cm-porto.pt
	87	M. do Carro Elétrico	museu@step.pt 22 615 81 85
	88	M. do Vinho do Porto	museuvinhoporto@cm-porto.pt 22 207 63 00
	89	M. dos Transportes e Comunicações	museu@amtc.pt 22 340 30 00
	90	M. Militar do Porto	musmilporto@mail.exercito.pt 22 536 55 14
	91	M. Nacional da Imprensa	mni@musedaimprensa.pt 22 530 49 66
	92	M. Nacional Soares dos Reis	divulgacao@mnsr.dgpc.pt 22 339 37 70
	93	M. Romântico da Quinta da Macieirinha	museuromantico@cm-porto.pt 22 605 70 00
	94	M. Marta Ortigão Sampaio	museumartaortigao@cm-porto.pt 226066568
	95	Gabinete de Numismática	gabinetenumismatica@cm-porto.pt 22 339 34 80
Póvoa do Lanhoso	96	Museu do Ouro de Travassos	alfena@alfena.pt 253 943 790
Póvoa do Varzim	97	M. Municipal da Póvoa do Varzim	museu@cm-pvarzim.pt 252 090 002
Resende	98	M. Municipal de Resende	museu@cm-resende.pt 254 877 200
Ribeira de Pena	99	Ecomuseu de Ribeira de Pena: Casa de Camilo	ecomuseu@cm-rpena.pt 259 490 500
Santa Maria da Feira	100	M. Convento de Lóios	museuconventodosloios@cm-feira.pt 256 331 070
	101	M. do Papel	geral@museudopapel.org

			256 370 850
	102	M. de Santa M. ^a de Lamas	geral@museudelamas.pt 22 744 74 68
Santo Tirso	103	M. Municipal Abade Pedrosa	museus@cm-stirso.pt 252 830 400
S. João da Madeira	104	M. da Chapelaria	museu.chapelaria@gmail.com 256 201 680
S. João da Pesqueira	105	M. Eduardo Tavares	turismo@sipesqueira.pt 254 489 985
	106	M. de Arte Sacra de Trevões	lar@trevoes.net 254 470 000
	107	M. do Azeite	juntafreguesia@trevoes.net 254 477 166
	108	M. do Vinho	mvp@sipesqueira.pt 254 489 983
	109	M. de Trevões	associacaocultural@trevoes.net 254 473 985
Sernancelhe	110	M. Paroquial Padre Cândido	254598300
Tarouca	111	Casa do Paço de Dalvares	casadopaco@cm-tarouca.pt 254 677 174
Terras de Bouro	112	Núcleo Museológico do Gerês	museudevilarinhodafurna@gmail.com 253 351 888
Torre de Moncorvo	113	M. do Ferro e da Região de Moncorvo	museu-ferro@hotmail.com 279 252 724
	114	Oficina Vinário	museu@qave.pt
	115	Casa da Roda	turismo@torredemoncorvo.pt 279 252 289
	116	Núcleo de Fotografia	turismo@torredemoncorvo.pt 279 252 289
	117	Museu de Arte Sacra	turismo@torredemoncorvo.pt 279 252 289
	118	Museu de Cera	uniao.felgueiras.macores@gmail.com
Vale de Cambra	119	M. Municipal de Vale de Cambra	museumunicipal@cm-valeddecambra.pt 256 420 513
Valença	120	Núcleo Museológico Municipal	nmuseologico@cm-valenca.pt 251 806 020
	121	M. Ferroviário	
Valongo	122	M. Municipal de Valongo	paula.machado@cm-valongo.pt 22 242 64 09
Viana do Castelo	123	M. de Artes Decorativas de Viana do Castelo	arqueologia@cm-viana-castelo.pt 258 809 305
	124	Núcleo Museológico de Etnografia	casadosnichos@cm-viana-castelo.pt 258731794 museutraje@cm-viana-castelo.pt
	125	Casa dos Nichos	casadosnichos@cm-viana-castelo.pt 258731794
	126	Núcleo de Arqueologia de Afife	naiaarqueologia@gmail.com 967 061 751 / 966 121 444
	127	Núcleo Arqueológico Santa Maria de Geraz do Lima	arqueologia@cm-viana-castelo.pt 258731794
	128	Núcleo Museológico da Igreja das Almas	arqueologia@cm-viana-castelo.pt 258 809337

	129	Centro de Interpretação do Castro do Vieito-Perre	cmviana@cm-viana-castelo.pt 258 809337
	130	Núcleo Museológico Arqueologia do Castelo do Neiva	arqueologia@cm-viana-castelo.pt 258028256
	131	M. dos Carros de Cavalos	mgracalopes@gmail.com 258731162
	132	Núcleo Museológico de Lanheses	jflanheses@mail.telepac.pt 258733280
	133	M. Interativo da Fábrica do Chocolate	santoinho@avic.pt
	134	M. do Traje	museutraje@cm-viana-castelo.pt 258 809 306 258358047
Vieira do Minho	135	Casa M. Adelino Ângelo	casadelamas@cm-vminho.pt 253 741 249
Vila do Conde	136	M. de Vila do Conde	museus@cm-viladoconde.pt 252 617 506
Vila Flor	137	M. Municipal D. ^a Berta Cabral	278 512 273
Vila Nova de Cerveira	138	M. Convento de S. Paio	conventosanpayo@gmail.com 251 796 008
Vila Nova de Famalicão	139	Casa de Camilo M. - Centro de Estudos	geral@camilocastelobranco.org 252 327 186
	140	M. Bernardino Machado	museu@bernardinomachado.org 252 377 733
	141	M. da Fundação Cupertino Miranda	museu@fcm.org.pt 252 301 650
	142	M. Nacional ferroviário - Núcleo de Lousado	museuferroviario@vilanovadefamalicao.org 252 153 364
	143	Casa M. Soledade Malvar	soledademalvar@vilanovadefamalicao.org 252 318 091
	144	M. da Guerra Colonial	museuguerracolonial@adfa.org.pt 252 322 848
	145	M. de Arte Sacra	museuartesacra@vilanovadefamalicao.org 252 320 954
Vila Nova de Foz Côa	146	M. da Casa Grande	museucasagrande@hotmail.com 279 789 117
	147	M. do Côa	museugeral@arte-coa.pt 279768267 279 768 260
Vila Nova de Gaia	148	Casa - M. Teixeira Lopes	casamuseuteixeiralopes@cm-gaia.pt 22 375 12 24
	149	Solares dos Condes de Resende	solarcondesresende@cm-gaia.pt 22 753 13 85
Vila Pouca de Aguiar	150	M. Municipal Rafael Rodrigues	museumunicipal@cm-vpaguiar.pt 259 403 103
Vila Real	151	M. de Arqueologia e Numismática	museu@cm-vilareal.pt 259 320 340
	152	M. Vila Velha	mvv@cm-vilareal.pt 259 303 320
	153	M. do Som e da Imagem	msi@cm-vilareal.pt 259320000

Vila Verde	154	M. de Arte Sacra	museuterrasderegados@gmail.com 91 802 23 90
Vinhais	155	Museu de Arte Sacra da Ordem III S. Francisco	turismo@cm-vinhais.pt 273 770 309
	156	Museu Municipal de Vinhais	turismo@cm-vinhais.pt 273 770 309

